

**Pedro José Santos Carneiro Cruz
Eymard Mourão Vasconcelos
José Francisco de Melo Neto
(organizadores)**

Anais

**4ª Mostra Nacional de Experiências
e Reflexões em Extensão Popular**

**Editora da UFPB
João Pessoa
2015**



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA**

Reitora MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ

Vice-Reitor EDUARDO RAMALHO RABENHORST



EDITORA DA UFPB

Diretora IZABEL FRANÇA DE LIMA

**Supervisão de
Editoração** ALMIR CORREIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR

**Supervisão de
Produção** JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS FILHO

COMISSÃO CIENTÍFICA

PROF. DR. PEDRO JOSÉ SANTOS CARNEIRO CRUZ

PROF. DR. EYMARD MOURÃO VASCONCELOS

PROF. DR. JOSÉ FRANCISCO DE MELO NETO

Os Professores Pedro José Santos Carneiro Cruz e José Francisco de Melo Neto são os líderes do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR), vinculado ao CNPq e ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB.

Prof. José Neto é, ainda, coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa, Extensão e Ensino em Economia Solidária e Educação (NUPLAR).

Os Professores Pedro José Santos Carneiro Cruz e Eymard Mourão Vasconcelos são membros participantes do Grupo de Pesquisa Educação Popular em Saúde, vinculado ao CNPq e ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB, do qual são líderes: o Professor Eymard e a Professora Gildeci Alves Lira.

Eymard e Pedro são, ainda, membros do GT de Educação Popular em Saúde da ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva, do qual é coordenador o Prof. Júlio Wong-Un, da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Todos são docentes do quadro da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Os artigos e suas revisões são de responsabilidade dos autores.

EDITORA DA UFPB

Cidade Universitária, Campus I –s/,

João Pessoa – PB

CEP 58.051-970

editora.ufpb.br

editora@ufpb.br

Fone: (83) 3216.7147



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
PARAÍBA**

ISBN 978-852371090-3



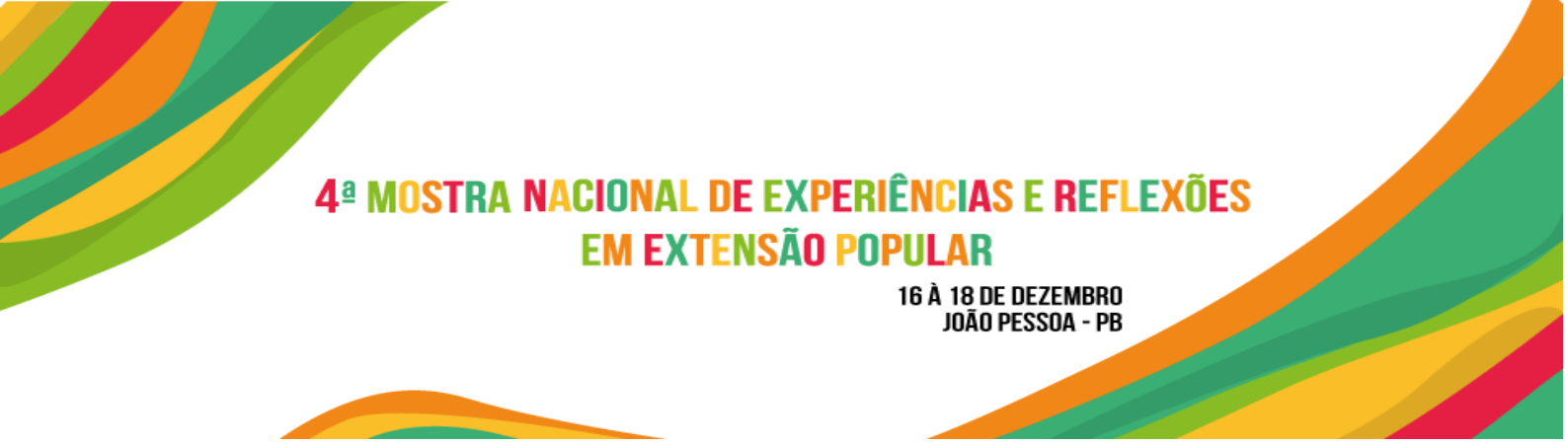
M916a Mostra Nacional de Experiências e Reflexões em Extensão Popular (4 : 2015: João Pessoa, PB)

Anais da 4º Mostra Nacional de Experiências e Reflexões em Extensão Popular, de 16 a 18 de dezembro de 2015 / Pedro José Santos Carneiro Cruz, Eymard Mourão Vasconcelos, José Francisco de Melo Neto, organizadores.-- João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

---p.

ISBN:

1. Educação popular. 2. Extensão popular. 3. Movimentos sociais. 4. Políticas públicas. 5. Relatos de experiência. I. Cruz, Pedro José Santos Carneiro. II. Vasconcelos, Eymard Mourão. III. Melo Neto, José Francisco de.



4ª MOSTRA NACIONAL DE EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES EM EXTENSÃO POPULAR

16 À 18 DE DEZEMBRO
JOÃO PESSOA - PB

Realização:

- Programa VEPOP-SUS - Vivências de Extensão em Educação Popular e Saúde no SUS
- Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP)
- Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR)
- Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Apoio:

- Ministério da Saúde: Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (SGTES) e Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP)
- Ministério da Educação: Programa de Apoio a Extensão Universitária (PROEXT)
- Centro de Ciências Médicas (CCM)
- Centro de Ciências da Saúde (CCS)

Comissão Organizadora:

- ANEPS - Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde
 - Estágio Nacional de Extensão em Comunidades – ENEC (UFPB)
 - Grupo de Trabalho de Educação Popular em Saúde da Associação Nacional de Saúde Coletiva (ABRASCO)
 - Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa, Extensão e Ensino em Economia Solidária e Educação Popular – NUPLAR (UFPB)
 - Núcleo PENSO (UFCG)
 - Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária - PIAC (UFPB)
- 

- Programa Práticas Integrals de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica – PINAB (UFPB)
- Projeto Educação Popular e Atenção à Saúde da Família – PEPASF (UFPB)
- Projeto Enfermagem na Comunidade (UFPB)
- Projeto PalhaSUS (UFPB)
- REDEPOP - Rede de Educação Popular e Saúde

Coordenadores:

Islany Costa Alencar – VEPOP-SUS/UFPB

Luciana Maria Pereira de Sousa - ANEPOP

Pedro José Santos Carneiro Cruz – EXTELAR e VEPOP-SUS/UFPB

Comitê Executivo de Pesquisadores do VEPOP-SUS:

Adriana Maria Macêdo de Almeida Tófoli

Bruno Oliveira de Botelho

Darlle Soares Sarmento

Ernande Valentin do Prado

Luana Jesus de Almeida Costa

Comissão de Apoio à Avaliação de Trabalhos

Alice Ribeiro Viana de Carvalho

Hudson Silva de Oliveria

José Erivonaldo Ferreira Paiva Júnior

Luciana Maria Pereira de Sousa

Marcilane da Silva Santos

Silmara Maria Alves Fernandes da Silva

Comissão organizadora:

Adriana Maria Macêdo de Almeida Tófoli

Aldenildo Araújo de Moraes F. Costeira

Alice Ribeiro Viana de Carvalho
Andressa Samara da Silva Fernandes
Bruno Oliveira de Botelho
Camila Katyane Vasconcelos Menezes
Darlle Soares Sarmento
Elina Alice Alves de Lima Pereira
Emmanuel Fernandes Falcão
Ernande Valentin do Prado
Eymard Mourão Vasconcelos
Hedna Maiara Bernardo Pereira
Hudson Silva de Oliveria
Iris de Souza Abílio
Islany Costa Alencar
Janaina Cristine Pereira Nunes
Janaína Gomes Lisboa
Janine Azevedo do Nascimento
Jéssica de Lima Spinellis de Carvalho
José Erivonaldo Ferreira Paiva Júnior
Julya Caroline Bezerra Pavão Santos
Larissa Mendonça dos Anjos
Luana Jesus de Almeida Costa
Luciana Maria Pereira de Sousa
Marcilane da Silva Santos
Natália Luiza Matos de Sousa
Pedro José Santos Carneiro Cruz
Rafaela Correia Rodrigues Behar
Renan Soares de AraújoSilmara Maria Alves Fernandes
Silmara Maria Alves Fernandes da Silva

Debatedores convidados nas apresentações de trabalhos

Adriano Abucater

Ailza Freitas

Aldenildo Costeira

Aline Machado

Ana Cláudia Peixoto

Anarita Salvador

Andrea Alice

Caroline Cabral

Chico Douglas

Daniela Gomes

Fernanda Gondim Sarmento

Fernando Abath Cananéa

Fernando Lopes

Francisco Carneiro

Hugo Belarmino

Janine Nascimento

Jocineide Cajueiro

José Milson

Judy Rosas

Kátia Ribeiro

Lindemberg Medeiros

Luciclea Lins

Luciélío Marinho

Marísia Oliveira da Silva

Maurício Sardá

Patrícia Serpa

Polyana Barbosa

Roberto Mendonza

Rossana Souto Maior

Socorro Borges

Vanille Pessoa

Volmir Brutscher

Visite os sítios eletrônicos:

4ª MOSTRA

<http://www.mostraextensaopopular.blogspot.com.br/>

EXTELAR

<http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/>

ANEPOP

<http://www.extensaopopular.blogspot.com/>

SENAPOP

<http://www.ccm.ufpb.br/senapop/>

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
O PROGRAMA VEPOP-SUS	15
A ARTICULAÇÃO NACIONAL DE EXTENSÃO POPULAR – ANEPOP	21
O GRUPO DE PESQUISA EM EXTENSÃO POPULAR – EXTELAR	25
EXTENSÃO POPULAR: FUNDAMENTOS E PERSPECTIVAS	30
CATEGORIA 1 NARRATIVAS E RELATOS.....	43
RESUMOS.....	44
INCENTIVANDO O PROTAGONISMO E GERAÇÃO DE RENDA EM MULHERES PERTENCENTES AO UM GRUPO DE EDUCAÇÃO POPULAR POR MEIO DE CAPACITAÇÃO EM PRODUÇÃO DE DOCES PERSONALIZADOS.....	44
A INSERÇÃO DO PALHAÇO CUIDADOR NA ÁREA HOSPITALAR: DESAFIOS E BARREIRAS....	45
O PAPEL SOCIAL DO PALHAÇO CUIDADOR NO ÂMBITO HOSPITALAR E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE	46
BÁSICA À SAÚDE: construindo saberes num projeto de extensão universitária	47
Inserção do estudante de Enfermagem na militância em saúde através da extensão popular	49
MINHA PALAVRA É UM TIRO: A INVENÇÃO DA VELHICE, UMA EXPERIÊNCIA NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO CAMPINA GRANDE-PB	50
O OLHAR DA EDUCAÇÃO POPULAR NAS VIVÊNCIAS DO ERIPI EM MUNICÍPIOS PARAIBANOS	51
O Outro lado da formação acadêmica	52
PALHASUS E O CUIDADO: PROMOVENDO A SAÚDE E DIGNIDADE HUMANA DOS IDOSOS53 REFLETINDO SOBRE A PROMOÇÃO DE EMPODERAMENTO REALIZADA ATRAVÉS DE AÇÕES DESVOLVIDAS COM MULHERES TITULARES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	54
A casa, o campo, o verde e o sol: retrATOS do ENEC 2015.....	56
Vivência em comunidade Campart 2 - Rio Tinto/Pb	57
ARTIGOS.....	59
Contribuições da Extensão Popular à Educação de Educadores no Programa de Extensão “Tecelendo” da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	59
ENTRELAÇANDO SABERES E AFETOS NO EUFROZINO.....	71
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM POESIA OCUPACIONAL: RELATOS DE UM COTIDIANO POETIZADO	78
GRUPO DE ESTUDOS PREPARATÓRIO PARA O ENEM – GEPE: REFLETINDO A FORMAÇÃO DE PROFESSORES A PARTIR DO “QUARTO DE DESPEJO”	85
O Trabalho com Idosos na Experiência de Extensão na Fundação Fé e Alegria CEDEC Boa Esperança e sua contribuição na formação profissional em Serviço Social.....	91

PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E POÉTICAS	105
CADERNO DO SABER: (RE)CONSTRUINDO A HISTÓRIA DO ASSENTAMENTO AOS OLHOS MIRINS.....	105
RESUMOS EXPANDIDOS	106
A Extensão Popular como prática transformadora da formação em saúde, onde aprendizados significativos ultrapassam a sala de aula: um relato de experiência.....	106
O compromisso do extensionista com a transformação social: a vivência com os indígenas na Paraíba.....	110
UM NOVO OLHAR PARA FORMAÇÃO A PARTIR DA EDUCAÇÃO POPULAR	114
Vivências em Educação Popular: uma reflexão sobre a importância e mudanças na minha formação universitária	118
VIVÊNCIAS TRANSFORMADORAS NO ASSENTAMENTO RURAL CAMPART II EM RIO TINTO, PARAÍBA	122
VÍDEOS.....	128
PRA QUE(M) SERVE O SEU CONHECIMENTO?	128
IMAGENS	129
ENTRELAÇANDO SABERES E AFETOS NO EUFROZINO.....	129
A casa, o campo, o verde e o sol: retrATOS do ENEC 2015.....	134
CATEGORIA 2 PESQUISAS E SISTEMATIZAÇÕES	141
RESUMOS.....	142
A CONSTRUÇÃO DE UMA HORTA COMUNITÁRIA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR: ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E PARTICIPAÇÃO POPULAR	142
A CONTRIBUIÇÃO DA EXTENSÃO POPULAR NO PROCESSO FORMATIVO DE GRADUANDOS DE SERVIÇO SOCIAL	143
A Extensão Potencializando a Saúde Mental na Atenção Básica: Visão dos Extensionistas	144
A INFLUÊNCIA DE SER PALHAÇO CUIDADOR NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE FISIOTERAPIA.....	145
A relação da Universidade e Movimentos Sociais a partir da Extensão Popular.....	146
Catando letras e contando histórias	147
CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO DE DIÁLOGO: PARTICIPAÇÃO SOCIAL E EMANCIPAÇÃO, INSPIRADOS NA EDUCAÇÃO POPULAR	148
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SUA IMPORTÂNCIA NO PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM	150
CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS PARA A PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO POPULAR NO MUNICÍPIO DE CUITÉ-PB.....	151
Curso Básico em Língua Inglesa para a Formação de Empreendedores.....	152

Dialogando sobre o cuidar através da Educação Popular em Saúde com Agentes Comunitários de Saúde em Recife-PE	154
Economia Solidária e Agricultura Familiar: uma experiência do coletivo de mulheres do território do Potengi no Rio Grande do Norte	155
EDUCAÇÃO POPULAR E A PROMOÇÃO DA INTEGRALIDADE DO CUIDADO NO TRATAMENTO DA HIPERTENSÃO E DA DIABETES: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA DE JOÃO PESSOA/PB.....	156
EDUCAÇÃO POPULAR E A PROMOÇÃO DA SAÚDE NO CONTEXTO DA PUERICULTURA: UMA EXPERIÊNCIA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE EM JOÃO PESSOA-PB	157
EDUCAÇÃO POPULAR E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA EXPERIÊNCIA NO ASSENTAMENTO BAIXÃO NA BAHIA	159
EDUCAÇÃO POPULAR E O CUIDADO EM ENFERMAGEM NA COMUNIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	160
FORMAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA COM CRIANÇAS EM FELIPE CAMARÃO.....	161
GRUPO DE IDOSOS: EXTENSÃO POPULAR EM UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA	162
INFLUÊNCIA DA EXTENSÃO POPULAR NA FORMAÇÃO DO FISIOTERAPEUTA DA ATENÇÃO BÁSICA	163
Periferia dos Sonhos: construindo diálogos dentre e fora da Universidade.....	165
PRÁTICAS INTEGRAIS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E NUTRIÇÃO NA ATENÇÃO BÁSICA (PINAB): UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO POPULAR	166
Projeto de extensão ECOS DA ÁFRICA NO CEARÁ: Capoeira na comunidade (Redenção, Antônio Diogo e Guaiúba): Experiências multiculturais na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Redenção-CE (2014 e 2015).....	167
PROMOÇÃO DA SAÚDE NO GRUPO DE TERAPIA COMUNITÁRIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA DE JOÃO PESSOA/PB	168
VISITA DOMICILIAR: RESSIGNIFICANDO A FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA ATRAVÉS DO DIÁLOGO, PROMOÇÃO DA SAÚDE E VALORIZAÇÃO DO OUTRO	169
RESUMO EXPANDIDO.....	171
ESTÁGIO NACIONAL DE EXTENSÃO EM COMUNIDADES REALIZADO NO QUILOMBO DO GURUGI, CONDE-PB	171
ARTIGOS.....	175
O OLHAR DA EDUCAÇÃO POPULAR NAS VIVÊNCIAS DO ERIPI EM MUNICÍPIOS PARAIBANOS	175
PSICOMOTRICIDADE COMO FERRAMENTA PARA O APRENDIZADO NO COTIDIANO DOS ESCOLARES: UMA EXPERIÊNCIA DO PROJETO FISIOTERAPIA NA COMUNIDADE	186
EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA EM ANTONIO GRAMSCI - ENSAIO DE CONTEXTUALIZAÇÃO SOB O PRISMA DA FILOSOFIA DA PRÁXIS.....	193
Contribuição da Educação Popular para o Serviço Social na contemporaneidade	204

CINECLUBE: EXTENSÃO, ALIMENTAÇÃO E EMANCIPAÇÃO EM UMA ÚNICA PROJEÇÃO..	215
CIRCUITO INTERCULTURAL DE VIVÊNCIAS EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: A(S) DIVERSIDADE(S) NOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO CONTÍNUA	223
CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM PARA CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE NA CIDADE DE SANTOS	233
ENSAIO SOBRE LITERATURA, ESPAÇO E TEMPO A PARTIR DE JAMES JOYCE, THOMAS MANN E MARCEL PROUST	243
POBREZA, EDUCAÇÃO E CONHECIMENTO NO CONTEXTO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL	252
REPASTO LITERÁRIO A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO VIA PARA PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL	260
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO PRISIONAL: UMA PROPOSTA EDUCATIVA DIALÓGICA	268
Desafios e aprendizados no processo de construção da agroecologia no Acampamento Zé Maria do Tomé / Chapada do Apodi	281
SAÚDE COM OS IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS: Caminhos traçados com base na Extensão Popular.....	296
EDUCAÇÃO POPULAR: EM FAVOR DE QUEM? DE QUÊ? PARA QUÊ? PARA QUEM?	313
OLHARES SOBRE A EXTENSÃO POPULAR EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS DOS ESTUDANTES SANTOMENSES NA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB): Proposta de desenvolvimento e implementação.....	326
PARA GOSTAR DE LER, É PRECISO APRENDER: relato da experiência de leitura e com a leitura	341
Inclusão digital para a ação social - Movimento em Rede	353
Educação em saúde a partir da prática do Agente Comunitário de Saúde: algumas reflexões.....	376
CIRCUITO INTERCULTURAL E VIVÊNCIAS EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (CIVEJA): EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA POPULAR EM MOVIMENTO NA UNILAB	386
CATEGORIA 3 LINGUAGENS ARTÍSTICAS E POÉTICAS	396
VÍDEOS.....	397
A extensão popular e arte no fazer em (na) Saúde: o Sarau da Rua Balsa das 10	397
A arte do cuidado no ambiente hospitalar	397
ILHAS DE CONHECIMENTOS COMPARTILHANDO PRÁTICAS E SABERES EM 2015 EM VIVÊNCIAS ACADÊMICO COMUNITÁRIAS DE EDUCAÇÃO POPULAR	398
LouCURE-se: a sua loucura parece um pouco com a minha!	399
Nutrição e Música no PET: uma mistura que a extensão sabe fazer	399
O PAPEL DA EXTENSÃO NA INCLUSÃO SOCIAL E EMPODERAMENTO DE MULHERES TITULARES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE CUITÉ.....	400

Projeto de extensão voltado para contribuição de mudanças sociais promovendo visita do grupo “ Vida Nova ” ao campus da UFCG em Cuité –PB	401
PROMOÇÃO DA SAÚDE E ARTE: A PEÇA “ATÉ QUANDO?” NA MOBILIZAÇÃO SOCIAL PELA GARANTIA DO DIREITO À SAÚDE.	401
Núcleo PENSO: As diversas formas de fazer nutrição	402
A Colcha de Retalhos: Vivências da Liga de Educação em Saúde	403
POESIAS	405
SOLIDEZ	405
O Movimento Popular de Saúde da Paraíba	406
Cordel: O Agente Comunitário de Saúde	408
IMAGENS	419
EXTENSÃO EM PARIPIRANGA, BAHIA, MOSTRADA PELAS LENTES FOTOGRÁFICAS	419
Trilhando caminhos pela estrada de terra: construindo saberes e (re)significações assentadas.....	423
CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS PARA A PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO POPULAR NO MUNICÍPIO DE CUITÉ-PB.....	430

APRESENTAÇÃO

O PROGRAMA VEPOP-SUS

Pedro José Santos Carneiro Cruz, Emmanuel Fernandes Falcão, Eymard Mourão Vasconcelos, Islany Costa Alencar, Luciana Maria Pereira de Sousa, Bruno Oliveira de Botelho, Darlle Soares Sarmento, Ernande Valentin do Prado, Luana Jesus de Almeida Costa

Desde 2014, vem sendo coordenado, no âmbito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o projeto para retomada nacional do Programa “VEPOP-SUS: Vivências de Extensão em Educação Popular e Saúde no SUS” do Ministério da Saúde, no contexto da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no SUS (PNEPS-SUS), com apoio financeiro do Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde, por meio do Departamento de Gestão da Educação na Saúde (DGES) da Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (SGTES) e com apoio técnico da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP).

O VEPOP-SUS visa fortalecer experiências de Extensão na linha da Educação Popular em Saúde, de maneira integrada com os espaços do Sistema Único de Saúde (SUS) e comprometida com a formação de trabalhadores para atuação com postura ético-política humanística, interdisciplinar e participativa. Em sua frente nacional, vem atuando a partir de uma equipe operacional na UFPB, com ações de articulação e integração entre as diversas iniciativas e experiências de Extensão Popular e Saúde no país, o que se dá através de eventos, oficinas, encontros, além de difusão de informações e compartilhamento de publicações e materiais didáticos no campo da Educação Popular e do SUS.

O VEPOP-SUS foi criado em 2005, como estratégia de valorização das vivências em comunidades e práticas populares, por meio da Educação Popular, na formação estudantil em saúde. Em 2007, foi desativado, sendo rearticulado apenas em 2012 graças à iniciativa do Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária (PIAC/PRAC/UFPB) e da Articulação Nacional de Extensão

Popular (ANEPOP), com apoio do Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde (CNEPS/MS).

Por meio desse Projeto, vem sendo promovida a etapa inicial da retomada do VEPOP-SUS, no contexto da PNEPS-SUS, por meio de uma comissão executiva formada por pesquisadores e coordenada por professores da UFPB, sendo acompanhada por membros do CNEPS e da ANEPOP. Para operacionalização do Projeto, foram elencadas algumas iniciativas importantes para uma etapa inicial de sua reativação, visando sua colocação como estratégia permanente no âmbito da PNEPS-SUS no eixo de formação.

Suas frentes de ação são: 1. Mapeamento de experiências de Extensão em Educação Popular em Saúde no SUS em todas as regiões do país; 2. Impressão e distribuição em todo o país de publicações de Extensão em Educação Popular e Saúde, inclusive um Caderno de Extensão Popular em Saúde; 3. Difusão de ideias, diálogos e experiências sobre Extensão Popular no SUS através da Comunicação, Informação e Mídias Digitais no sítio eletrônico; 4. Apoio à mobilização e formação de sujeitos da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP) e demais coletivos nacionais de educação popular e saúde que valorizem a extensão; 5. Apoio à promoção de encontros e eventos na área de formação e extensão em saúde com ênfase na Educação Popular; 6. Retomada da realização semestral do Estágio Nacional de Vivências de Extensão Popular em Comunidades – ENEC, visando a sensibilização e mobilização de novos sujeitos para o movimento da Extensão Popular no país.

São objetivos do VEPOP-SUS:

- Apoiar o desenvolvimento de projetos de extensão universitária orientados pela educação popular em saúde no âmbito da UFPB;
- Acompanhar e apoiar pedagogicamente diferentes iniciativas de extensão popular em saúde em nível nacional;

- Promover ações de formação acerca da Educação Popular em Saúde, abordada tanto do ponto de vista teórico, como metodológico, cultural e organizativo-político;
- Evidenciar conhecimentos para a reflexão crítica acerca das ações e práticas de Extensão em Educação Popular e Saúde promovida nos serviços públicos de saúde, comunidades e nos movimentos populares;
- Mapear as experiências, metodologias e práticas de Extensão em Educação Popular e Saúde, na perspectiva da produção do conhecimento e do aprimoramento da comunicação entre os atores das diversas práticas e ações deste campo;
- Sistematizar experiências para apoiar a mobilização e formação na Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP) e demais coletivos de Educação Popular e Saúde;
- Apoiar a promoção de encontros e eventos científicos na área de formação e extensão com ênfase na Educação Popular em Saúde;
- Incentivar e aprimorar o registro, a pesquisa e a sistematização de experiências exitosas em extensão popular e saúde nas diferentes iniciativas em nível nacional.

Assim, neste projeto inicial, o VEPOP-SUS visa apoiar atividades de comunicação, articulação, estudo e reflexão que fortaleçam a ampliação das experiências de Extensão Popular, qualificando as diversas iniciativas de extensão universitária orientadas pela Educação Popular integradas ao SUS e aos movimentos sociais em todo o Brasil.

Nesse contexto, o VEPOP-SUS, por meio do Convênio 383/2013 UFPB/MS/FNS, vem logrando êxito, em nossa avaliação, no sentido de colocar novamente uma linha de ação nacional para a Extensão Popular na cena acadêmica, social e política da formação em saúde no Brasil, corroborando para fortalecer experiências, práticas, movimentos e reflexões no campo da Extensão Popular, traduzida como trabalho social agregados de uma

perspectiva emancipatória para as ações de Extensão em Educação Popular em Saúde.

A Extensão Popular traz um sentido singular para a formação em saúde, na medida em que, por meio de vivências em comunidades populares, movimentos e espaços do SUS, cria condições concretas para a reflexão estudantil acerca dos desafios do mundo popular, bem como sobre os modos de sentir, pensar e agir das classes populares, o que reforça a potencialidade de seu compromisso e de sua atitude popular, necessárias a uma atuação profissional em cujas abordagens se verifique tanto o respeito aos saberes e às práticas populares como, centralmente, uma intencionalidade política emancipatória, articulada a uma concepção ampliada de saúde, enxergando-a junto a seus determinantes sociais .

Apesar do fato dessa primeira etapa do VEPOP-SUS, no contexto da PNEP-SUS, não ter contemplado o financiamento direto de experiências em Extensão Popular, acreditamos ter constituído uma importante instância para o desenvolvimento fecundo do programa como estratégia da PNEP-SUS nos próximos anos: a configuração e consolidação de uma equipe executiva que trabalhou se estabelecendo, cada vez mais, como uma instancia executiva e articuladora de ações de apoio à Extensão Popular no SUS em todo o país.

Como demonstram os resultados expressos nesse relatório parcial, tal equipe logrou êxito em criar espaços, em dinamizar a publicação de obras, em estabelecer canais de comunicação, em oportunizar trocas de informações e em incentivar as sistematizações (escritas ou audiovisuais) em extensão popular. Evidentemente, sendo ancorado na UFPB, este convênio oportunizou também o apoio a muitas das experiências já existentes na Paraíba.

Conheça a equipe coordenadora do VEPOP-SUS na UFPB:

Coordenador:

Pedro José Santos Carneiro Cruz (Professor da UFPB, Membro do CNEPS)

Colegiado Coordenador:

Emmanuel Fernandes Falcão (ENEC/PIAC/PRAC/UFPB)

Eymard Mourão Vasconcelos (Professor da UFPB, Coordenador da REDEPOP)

Luciana Maria Pereira de Sousa (Professora da UFCG e Coordenação Nacional da ANEPOP)

Comitê Executivo de Pesquisadores:

Adriana Maria Macêdo de Almeida Tófoli

Bruno Oliveira de Botelho

Darlle Soares Sarmiento

Ernande Valentin do Prado

Islany Costa Alencar

Luana Jesus de Almeida Costa

Conheça a equipe coordenadora do VEPOP-SUS no Ministério da Saúde:

Alexandre Medeiros Figueiredo – Diretor da DGES/SGTES-MS

Josefa Oliveira de Jesus – Técnica da DGES/SGTES-MS

Kátia Maria Barreto Souto - Diretora do Departamento de Apoio à Gestão Participativa – DAGEP/SGEP-MS

Osvaldo Peralta Bonetti – Coordenador da Coordenação de Apoio à
Gestão Participativa e ao Controle Social, DAGEP/SGEP-MS

Rafael Gonçalves e Santana – Técnico da Coordenação de Apoio à
Gestão Participativa e ao Controle Social, DAGEP/SGEP-MS

A ARTICULAÇÃO NACIONAL DE EXTENSÃO POPULAR – ANEPOP

Pedro José Santos Carneiro Cruz

Diversas experiências de extensão universitária pelo país têm desenvolvido sentidos que se contrapõem ao modelo hegemônico, apontando caminhos para uma relação transformadora entre estudantes e professores, estimulando o envolvimento e comprometimento social nas ações de pesquisa e ensino, fomentando a quebra de paradigmas tradicionais que envernizam a Universidade, fazendo dela um espaço que incentive, fortaleça e desenvolva a criatividade e a altivez dos grupos populares, respeitando suas demandas e se mobilizando a partir delas.

Esse desenvolvimento de experiências democráticas de extensão levou não apenas a formação de atores capazes de questionar o sistema no qual se sustenta a Universidade e o caráter com qual se investe na extensão, mas possibilitou o crescimento de um movimento nacional que insiste num caráter popular de extensão, que democratize sua organização nacional e construa mudanças concretas na Universidade. Este movimento tomou corpo em dezembro de 2005 através da **Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP)**.

Em 2005 se consolidou essa Articulação de Extensão com caráter nacional, a ANEPOP, que vem procurando criar canais de troca de experiência e reflexões entre os atores envolvidos nestas. Como base para sua sustentação e construção, seus atores vêm procurando valorizar a construção coletiva do movimento e os encontros presenciais, viabilizados e socializados

através de uma Rede Virtual de comunicações, a *extensaopopular*¹, atualmente com cerca de 600 associados, e também via página² e grupo³ no Facebook.

Trata-se de um movimento instituinte de novas formas de integração entre a vida universitária e os movimentos sociais, pautado pelo diálogo entre as esferas que pensam e refletem a extensão numa ótica progressista. Está sustentado também na insatisfação com a forma como o Congresso Brasileiro de Extensão (CBEU) e as demais instâncias de debate vêm sendo organizadas, assim como diante da desvalorização da participação de estudantes, professores, profissionais e movimentos sociais na construção das políticas de extensão. Seus articuladores percebem que é preciso criar uma nova forma de organizar nacionalmente a extensão, contemplando a participação não só de Pró-Reitores, mas de estudantes, professores, profissionais e movimentos sociais/organizações comunitárias.

A Articulação dá forma e consolidação a um movimento novo de pessoas da universidade brasileira, que procura trazer para a construção das políticas de extensão (o lugar chamado “macro”) princípios e elementos que tem constituído o cotidiano das práticas de extensão popular (ou o “micro”).

A Articulação apresenta um referencial diferente e novo de extensão. Propõe não apenas repensar o modelo de extensão predominante e a democratização da organização dos projetos de extensão, mas pede que se reflita sobre o papel da Universidade nesta sociedade, diante da exclusão, dos mais urgentes problemas sociais e da exploração do ser-humano. Nesse sentido, exige que a academia problematize o jeito como conduz a formação do profissional, a produção do conhecimento e a relação com a sociedade.

Ao analisar a ANEPOP, em seus encontros, atividades e pelas falas das pessoas que a constroem, percebemos que o movimento nacional de

¹ Para entrar na Rede, acesse: extensaopopular-subscribe@yahoogrupos.com.br.

² Acesse em: <https://www.facebook.com/Articulacaonacionaldeextensaopopular/>

³ Conheça em <https://www.facebook.com/groups/422128567834135/>

extensão universitária apresenta com uma clareza seu projeto e suas estratégias.

Seu projeto se configura numa Universidade efetivamente popular, que dialogue firmemente com a sociedade, fortalecendo as iniciativas das organizações sociais e populares, fomentando, através de ações educativas, culturais e tecnológicas, a emancipação cidadã, em todos os níveis. Preocupando-se com o fim da exclusão, de qualquer tipo, e abrindo-se para a mudança que esse processo exige, permitindo-se mudar em suas ações de ensino, pesquisa e extensão. Formando não apenas profissionais com capacidade técnica de qualidade, mas seres-humanos que descubram o seu papel na sociedade e que sejam trabalhadores a lidar com outros seres-humanos, no enfrentamento dos problemas provindos da vida.

Mesmo após dez anos de sua formação, continuamos sentindo que a ANEPOP revelou o quanto não basta termos um trabalho de base forte nas diversas instituições do Brasil: **é preciso que pessoas envolvidas nessa iniciativas se disponham a trabalhar em movimentos, intervenções políticas e ações estruturais no contexto nacional da universidade brasileira.**

O histórico da ANEPOP demonstra o quanto é fundamental ter um grupo que tome a frente da organização da Articulação, preocupando-se com as estratégias de diálogo e interação política do movimento, permitindo que as pessoas que constroem a riqueza dos trabalhos de base possam ter acesso a estes debates e fortalecer o tensionamento institucional de re-orientação da universidade brasileira, por meio da extensão. É fundamental ter uma coordenação que pense na animação do movimento, na comunicação das pessoas, na visibilidade das práticas, na difusão do conhecimento e na socialização dos avanços e resultados. Em 2015, em meio à 4ª Mostra Nacional de Experiências e Reflexões em Extensão Popular, na Paraíba, será um novo momento para renovar uma coordenação nacional, de modo que essa caminhada siga seu percurso de modo solidário, participativo e ativo-propositivo.

Certamente, há várias e diferentes maneiras de se organizar nacionalmente a ANEPOP. Nesses dez anos, com tempo, diálogo e paciência, foi-se definindo um jeito de organizar a Articulação. Um jeito que passa pela compressão de que essa rede deve ser tocada essencialmente por pessoas. Por articuladores e articuladoras políticos. Muito do sucesso da Articulação não veio diretamente de práticas específicas de extensão popular. Mas de pessoas, vindas destas práticas, dispostas a Articular. Pessoas que não apenas compartilharam da discussão ou de ideais, mas que se comprometeram em fazer algo; se dispuseram a construir e dar conta de uma agenda política e pedagógica, composta por ações e intervenções capazes de fortalecer um movimento nacional.

A Articulação não é só feita, mas é sustentada pelas pessoas. E que todos nós, pessoas da rede e aquelas que ainda virão a entrar no movimento, tem o direito de participar. De trabalhar, de se envolver. Extensionista popular algum é obrigado a participar da Articulação nesse papel. Mas pôde-se perceber que para as coisas acontecerem é preciso a dedicação de tempo e trabalho para essa causa. Não apenas anunciar nossa indignação e voltar-se novamente para as práticas locais, mas se preocupar com uma Articulação e com um trabalho nacional. Pensar uma agenda política pra isso.

Que 2015 marque a primeira de muitas décadas de luta para essa Articulação. Que jamais percamos a utopia emancipatória e amorosa. Que jamais nos esqueçamos da potência criativa, criadora e mobilizadora de uma construção fundamentalmente **compartilhada**. De uma ação que seja solidária e afeita à tolerância e à diversidade. Que convivamos com os diferentes caminhos, jeitos e formas de pensar, fazer e abordar a Extensão. Que aprendamos com o outro e com a outra. Que nos provoquemos sempre a ir além de nossas práticas e experiências locais. Que sejamos resistentes e perseverantes na construção de um agir nacional que anuncie, publicize e socialize a força transformadora de uma extensão em cujo processo de construção está o diálogo de saberes da vida – sejam populares, sejam científicos – na mobilização de muritões cotidianos pela emancipação social, humana e política.

O GRUPO DE PESQUISA EM EXTENSÃO POPULAR – EXTELAR

Pedro José Santos Carneiro Cruz, José Francisco de Melo Neto

O Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR)⁴ é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba e cadastrado no CNPq. Criado em janeiro de 1999, nasceu da confluência de vários aspectos teóricos e práticos presentes nos trabalhos de extensão, voltados aos setores populares da sociedade, desenvolvidos pela Universidade Federal da Paraíba e outras entidades no Estado. É decorrente de um movimento de idéias e experiências, permeado de questões geradas nesses trabalhos e que nos cobram seu aprofundamento. Através da aglutinação de pessoas que vivenciam essas questões e que expressam seu ‘espanto’ diante das mesmas, esse grupo de pesquisa vem sendo útil na busca de seus desvelamentos.

Este grupo visa:

- O estímulo ao desenvolvimento de projetos que fomentem a interação entre iniciativas de extensão popular;
- A análise crítica de experiências e formulações teóricas no campo da extensão, possibilitando a interdisciplinaridade e o enriquecimento da formação acadêmica dos participantes do grupo;
- A produção teórico-acadêmica voltada à extensão popular resultantes de pesquisas e estudos desenvolvidos pelo grupo;
- A perspectiva de que o produto da realização de projetos de extensão é fundamento ontológico do ensino e da pesquisa na universidade;
- A discussão e o fomento da extensão na UFPB, no sentido de seu inter-relacionamento com o ensino e a pesquisa;

⁴ Conheça nosso sítio eletrônico em: www.prac.ufpb.br/copac/extelar

- A manutenção do debate sobre o papel social da universidade;
- O incentivo à autonomia de projetos voltados à ações educativas promotoras da cidadania crítica e ativa.

Neste grupo, a pesquisa é compreendida como a investigação a respeito daquilo que está se apresentando de forma interrogativa, convidando qualquer um para desenvolver a reflexão crítica sobre a questão surgente. É um trabalho do pensamento e, necessariamente, da linguagem, no sentido de descortinar aquilo que estava encoberto. É, ainda, uma visão de totalidade dessas realidades enquanto que se encaminha para sínteses. Estas, contudo, continuam abertas a novas interrogações, na perspectiva de mudanças, desenvolvendo um sistemático enfrentamento à barbarização social e política de um povo.

Com estas compreensões, definimos os nossos temas de pesquisa e de ensino que são realizados no interior do grupo, podendo destacar:

Na Pesquisa:

- Fundamentos da extensão universitária e extensão popular;
- Relações em extensão e sociedade;
- Práticas educativas (educação popular) em empreendimentos da economia solidária;
- Metodologias participativas;
- Avaliação qualitativa das atividades em extensão universitária e extensão popular.

No Ensino/Estudo:

- Cursos à comunidade nos campos da educação e economia solidária;
- Cursos na Pós-Graduação com ênfase nas disciplinas tópicas no campo dos fundamentos e dos movimentos sociais populares;
- Estudos teóricos internos ao grupo (metodologias de pesquisa, extensão, extensão popular, educação popular, teoria do conhecimento e economia solidária);

- Categorias teórico-políticas norteadoras das atividades do grupo: categorias da dialética, trabalho, hegemonia, identidade e resistência;

- Estudos da Dialética e da Hermenêutica.

Na extensão popular:

- Inserção dos membros do grupo em projeto de extensão popular ou em algum movimento social popular;

- Encontro anual de Pesquisa em Extensão, promovido juntamente com o Centro de Educação, Prac/UFPB e Programa de Pós-Graduação em Educação.

Como produções acadêmicas, este grupo trabalha com:

- Dissertações e teses voltadas às temáticas do Grupo;

- Sistematização de práticas dos membros do Grupo de Pesquisa;

- Apresentações com textos produzidos para apresentações no Projeto Cesta de Idéias;

- Textos gerados para apresentações nos Encontros, Seminários, Congressos de Extensão, no país, e nos encontros anuais de Pesquisa em Extensão Popular;

- Livros individuais ou coletâneas com os produtos das pesquisas do Grupo.

O EXTELAR vem organizando encontros regionais e nacionais com professores, estudantes, profissionais e gestores da área de educação, imersos em prática de extensão. Foram 2 Seminários Nordestinos de Pesquisa em Extensão Popular e 2 Seminários Nacionais, os SENAPOP's. São promovidos pelo EXTELAR em parceria com a Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP).

O SENAPOP tem por objetivo promover, em dimensão nacional, o debate de metodologias de pesquisa qualitativa, enfatizando a pesquisa-ação, em projetos de extensão popular. Também pretende:

- Ampliar a discussão que vem sendo realizada no Nordeste, agora, para todo o País;
- Promover encontro científico entre pesquisadores, estudantes, gestores e profissionais envolvidos em estudos e práticas de extensão popular;
- Manter o debate sobre a metodologia da pesquisa-ação;
- Oportunizar um espaço de compartilhamento de saberes e sistematização teórico-metodológica de conhecimentos, experiências, saberes e práticas advindas dos movimentos sociais e populares, especialmente aqueles que estão inseridos em práticas de extensão.

Após a promoção de dois seminários regionais (2006, 2007) e dois nacionais (2009, 2013) em torno de várias temáticas: Pesquisa Qualitativa – Pesquisa.Ação, os que constituem o Grupo de Pesquisa em Extensão Popular, alunos e professores da pós-graduação em educação, compreendem que é necessário fortalecer tal discussão em nível do País. Sobretudo, considerando que o debate na teoria do conhecimento é dos mais vastos, havendo com tantas possibilidades para a sua produção.

Na nossa compreensão, há um reforço do ponto de vista acadêmico quanto à realização de práticas em extensão universitária, junto à comunidades, à medida que esse debate contribui à qualificação também dessas práticas universitárias. No seio dessas práticas, tem-se construído novas e importantes tecnologias sociais, além de propiciar reflexões teóricas ao próprio modelo universitário. Nessa direção é que professores e alunos envolvidos nessas práticas vêm não apenas desenvolvendo ações, mas produzindo conhecimentos e revelando importantes contribuições para a relação educativa da Universidade com a sociedade.

O que se vê, hoje, é que essas iniciativas de extensão, orientadas pela educação popular, têm crescido quantitativa e qualitativamente, em especial nas universidades públicas, onde vários projetos viabilizam uma relação efetivamente transformadora entre grupos populares e setores acadêmicos. Com isso, se transpõe a extensão tradicional, direcionando-se as ações também para os campos do ensino e da pesquisa, extrapolando a

indissociabilidade rumo ao exercício ético da função social da Universidade. Assim, se vivencia uma Universidade empenhada em dedicar a produção de seu conhecimento a resolução dos mais emergentes problemas sentidos pela população.

Isto posto, entende-se que se faz necessário ampliar o envolvimento de pesquisadores e estudantes que atuam nesse campo, afim de promoverem e questionarem novas metodologias e formas de atuação, capazes de aprimorar inclusive a sua produção acadêmica nesse campo, contribuindo para o avanço qualitativo dessas práticas acadêmicas.

É nesse sentido que o EXTELAR participa e apoia a promoção dessa 4ª Mostra Nacional de Experiências e Reflexões em Extensão Popular. Ao mesmo tempo, já anuncia e convida a todas e todos para a participação no 3º Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular, o 3º SENAPOPOP, a ser promovido no segundo semestre de 2016, na UFPB, em João Pessoa-PB.

Em nossa visão, o SENAPOPOP contribui na reunião e diálogos de pesquisadores e filósofos animados com o debate teórico e metodológico em Extensão Popular e em perspectivas de Pesquisa nessa direção. Assim, os que fazem o EXTELAR, o Grupo de Pesquisa em Extensão Popular, entendem ser necessária a contínua retomada do mesmo em torno das metodologias qualitativas de pesquisa, em especial a Pesquisa-Ação, agora, em nível nacional. Portanto, a reflexão sobre a Pesquisa-Ação é algo no interior da disciplina da pesquisa qualitativa mas, também, exige, diferentemente de outras formulações epistemológicas, a necessária prática de suas técnicas e a submissão das mesmas ao crivo e ao rigor das exigências acadêmicas e, além do mais, o necessário debate sobre o papel social do conhecimento, da pesquisa qualitativa e da Pesquisa-Ação.

EXTENSÃO POPULAR: FUNDAMENTOS E PERSPECTIVAS

Pedro José Santos Carneiro Cruz

A universidade é permeada, nos dias de hoje, por modelos educacionais autoritários, perpassados por crescentes ameaças liberais, pela ênfase na formação para a atuação no mercado capitalista, bem como pela tendência sistemática de uma formação universitária voltada para a lapidação de profissionais com perfil individualista, pois descompromissado e não solidário para com as opressões, desumanizações, dores e situações de exclusão social com as quais ainda convive a maioria das pessoas em todo o mundo.

Nesse cenário, diferentes iniciativas e movimentos vêm revelando uma consistente resistência ao modelo hegemônico. Dentre elas, a Extensão Popular se destaca por desvelar, em seu processo de construção, uma integração profunda entre ensino, pesquisa, extensão e movimento social, configurando uma série de práticas que não se aquietam em somente *fazer*, pois – fundamentalmente – constituem-se como experiências onde há questionamento, indagação, registro, memória, sistematização, diálogo de saberes da vida – seja populares, sejam científico. Há, portanto, a **pesquisa** como construção de conhecimentos: a experiência refletida. Tal reflexão gera conteúdos, temáticas, aprendizagens, constatações. Há, aí, portanto, o ensino. Finalmente, todo o esse processo é entrelaçado não apenas por uma prática que pesquisa, uma pesquisa que pratica ou uma prática que ensin. É, essencialmente, pautado por uma visão de mundo, a qual expressa uma cristalina intencionalidade política, a partir da qual nem a Extensão Popular, nem seus sujeitos construtores, irão se conformar com as injustiças desumanizantes da realidade social. Há, ainda, dessa maneira, uma dimensão da Extensão Popular como movimento social, eminentemente compromissado

com o horizonte de uma sociedade justa, democrática, culturalmente diversa, solidária e amorosa, numa ação promotora da alteridade e da emancipação.

No campo acadêmico, o desenvolvimento de experiências, projetos e programas de Extensão Universitária orientados pela Educação Popular, a EXTENSÃO POPULAR, vem cultivando, nas várias áreas do conhecimento e inserção social, uma perspectiva diferente e inovadora de interação Universidade/Sociedade. A Extensão Popular dá sentido e direcionamento a uma cultura universitária onde os esforços empreendidos por comunitários, estudantes, técnicos e professores concretizam-se em metodologias capazes de promover o apoio acadêmico aos esforços das classes populares na luta cotidiana pela conquista plena da cidadania, na realização de seus direitos.

Seja na área da educação, da cultura, da saúde, dos direitos humanos ou da tecnologia, a Extensão Popular conforma ações com base em aspectos teóricos, filosóficos e metodológicos direcionados ao enfrentamento da exclusão social, visando a transformação das condições sociais e econômicas que incomodam e oprimem os setores mais desfavorecidos de nossa população.

No seio destes empreendimentos, é cotidianamente alimentado um acervo cultural vivo, vibrante e ativo, expressado por conhecimentos, tecnologias, práticas e saberes úteis à construção de possibilidades de ação social participativa no âmbito acadêmico.

Assim, com base nas experiências de Extensão Popular, tem sido possível re-significar as perspectivas da Extensão Universitária. A atividade de extensão é orientada pelo diálogo entre comunidade e universidade, na compartilhamento de conhecimentos buscadores da transformação social, cristalizada em utopias como direitos iguais para todos, emancipação humana, social e material.

A Extensão Popular perfaz um campo teórico-prático, como uma teoria do trabalho social universitário, uma proposta alçada numa epistemologia da extensão universitária, possuidora de princípios éticos, teóricos e metodológicos. Todavia, mesmo consistindo numa metodologia de inserção universitária na realidade concreta das classes populares, a vivência em comunidades se mantém aberta e se desenvolve de acordo com a diversidade

social, cultural e criativa dos contextos onde é realizada. Por isso mesmo, não existe “receita de bolo” para a extensão popular. Quando nos referirmos à extensão popular, não estaremos falando de algo único e homogêneo, mas da expressão de uma diversidade de possibilidades pedagógicas, educativas e culturais de se vivenciar a extensão, balizados (agora sim) por pressupostos e intencionalidades comuns.

Princípios e aspectos conceituais

Para Melo Neto (2004, p.62), a Extensão é um trabalho social e útil, com a intencionalidade de articular o ensino e a pesquisa para a atuação frente aos desafios e contradições da realidade social. Para este autor, “o produto deste trabalho passe a pertencer tanto às equipes dos projetos de extensão, na universidade, quanto a própria comunidade ou aos grupos comunitários, para aplicação na organização de seus movimentos”.

Nessa direção, **podemos compreender a Extensão Popular como um trabalho social útil, desenvolvido por meio de um agir crítico pautado por um processo de construção participativa e compartilhada, com a intencionalidade de articular tanto o ensino como a pesquisa na mobilização de experiências, estudos e reflexões em contextos de adversidade, para a superação de problemas sociais, de maneira compromissada com a mudança e o enfrentamento à exclusão social e à desumanização.** Seu desenvolvimento pressupõe, necessariamente, um radical objetivo de transformação das condições objetivas e subjetivas de dor, opressão, incômodo, injustiça e autoritarismo, estando assim direcionada sistematicamente para a promoção da emancipação social, humana e política, de maneira integrada com o cuidado com o outro e o respeito à alteridade e à diversidade. Tem um ponto de partida fundante: a realidade social e sua concretude, inclusive as formas conforme tal realidade é sentida e vivenciada por seus sujeitos.

Essa perspectiva de Extensão implica um jeito diferente de pensar, conduzir e organizar as ações extensionistas, a partir do referencial ético,

teórico e metodológico da Educação Popular, o qual implica, para Calado (2008, p.230/231),

um processo formativo, protagonizado pela Classe Trabalhadora e seus aliados, continuamente alimentado pela utopia, em permanente construção, de uma sociedade economicamente justa, socialmente solidária, politicamente igualitária, culturalmente diversa, dentro de um processo coerentemente marcado por práticas, procedimentos, dinâmicas, posturas correspondentes a esse mesmo horizonte.

Desta forma, a Extensão Popular compreende uma série de experiências onde os saberes populares e tradicionais são valorizados e constituem a base das ações extensionistas. Para tanto, o diálogo de saberes e a análise crítica da realidade compõem pré-requisitos básicos, na construção de intervenções realizadas preponderantemente de modo coletivo e orientadas a partir dos interesses e anseios dos setores populares. Seu objetivo primordial é a mudança, por meio de ações coletivas e participativas para a transformação das condições objetivas de desconforto, dor e opressão que incomodam estes grupos e lhes alienam as possibilidades de realização de cidadania (CRUZ, 2011).

Participativa, essa extensão prima pelo diálogo entre sujeitos; está baseada nos saberes populares; orientada por anseios emancipatórios de liberdade, justiça, igualdade e felicidade. É desenvolvida com a vivência contínua dos extensionistas com a comunidade, em suas ruas, associações, casas e famílias. Realiza-se através de estratégias como rodas de conversa, ações educativas, grupos focais, visitas domiciliares, participação em reuniões, ações de mobilização, entre outras.

Nas práticas de Extensão Popular, através do diálogo com os sujeitos das comunidades e o engajamento nas suas lutas cotidianas, diversos estudantes vêm percebendo os limites e inconsistências da relação autoritária com a população, bem como os limites do próprio saber científico-acadêmico. No lidar com os problemas em suas raízes, as palavras dos livros tomam corpo, calor, cor e cheiro de gente. Ganham significado. O aprendizado e a atuação acadêmica empenham-se na promoção da vida.

Extensão Popular é também um processo educativo, orientando não por qualquer perspectiva, mas por aquelas correntes educacionais norteadas

pela categoria do popular, que se cristalizam na Educação Popular. Esse jeito de conduzir o trabalho educativo confere uma dimensão marcante para a Extensão Popular, pois interage de maneira radical sobre seus sujeitos, significando não apenas uma metodologia de trabalho social, de como conduzir, mas indo além e se concretizando num jeito de estar no mundo, de viver as relações humanas e sociais. Constitui um verdadeiro arcabouço ético-político-social (CRUZ, 2011).

Mas que jeito seria este? É o jeito da Educação Popular. Vamos retomar agora alguns aspectos fundantes desta educação.

Melo Neto (1999) nos dá algumas pistas sobre como a Educação Popular inspira e orienta as ações sociais, destacando alguns elementos importantes inerentes a esta vertente educativa e ética. Afirma que ela pressupõe: a crença no homem, nas expectativas de mudança para um sistema social mais justo, espaços abertos, compartilhados por todos, sem barreiras de classes; a dimensão da resistência e a superação da alienação das pessoas; a participação popular, a organização popular, a crença e o estímulo na construção da força do povo. É também um princípio ético organizativo e uma prática moral que promova a cidadania; processos que envolvam o entendimento e a assimilação da realidade individual e coletiva e a capacitação para a ação, através da reflexão conjunta sobre as condições de vida e as ações programadas; uma oportunidade de cada um rever-se a partir do compromisso com grupos populares. Educação popular como uma oportunidade de ultrapassar o conceito de conscientização e de valorização da cultura popular para assumir a noção de conflito, o que implica tensões permanentes, numa prática educativa radical, que se coloca em relação com outros processos sociais, de construção de uma nova cultura e de um projeto de sociedade, de formação da identidade de classe e de construção de cidadania.

Educação Popular é um sistema educativo, caracterizado por um conjunto de elementos teóricos que fundamentam ações educativas, relacionados entre si, ordenados segundo princípios e experiências (MELO NETO, 1999). É um trabalho pedagógico voltado a construção de uma sociedade cujo poder esteja sendo encaminhado para as mãos dos

responsáveis pela produção social – os trabalhadores (FLEURI, 1989). Constitui-se como o conjunto de processos educativos desenvolvidos pelas classes populares em suas lutas pela existência, pela vida em condições mais dignas. Muitas vezes, configura-se como uma estratégia de persistência destes setores, a qual vai se direcionando pela construção de hegemonia e de sua resistência à exploração e à dominação capitalista.

Portanto, quando falamos de Extensão Popular, não se defende uma concorrência desta com a Extensão em biologia, engenharia, ecologia, cultura, artes, nem em saúde. Falar de Extensão Popular é falar de um referencial diferente de extensão – identificado com a busca por um referencial humano, democrático e justo nas relações educativas, independente do espaço no qual estas se dêem. Falar de Extensão Popular é falar de reflexão crítica sobre as práticas sociais, inclusive sobre nós mesmos. Portanto, estamos nos referindo a uma crítica profunda ao modo dominante como a Extensão vem sendo realizada. E, para além da crítica, já apontamos uma possibilidade, que toma corpo noutro tipo de extensão, a Extensão Popular.

Vivenciá-la é concretizar outro tipo de inserção universitária na vida em sociedade, que caminha na construção de uma organização social mais justa, humana e democrática. Recomenda lutar pela emancipação das classes e dos grupos desfavorecidos de nossa sociedade.

Assim, inspirada na categoria teórica da Educação Popular, essa Extensão exige fé nas pessoas. Fé no seu poder de fazer e refazer. Na sua vocação de ser mais, a qual não é privilégio de alguns eleitos, mas direito de todas as pessoas. Para Freire (2005), a fé nos homens é um dado a priori do diálogo, e existe antes mesmo de que ele se instale. (FREIRE, 2005).

Mas exige também luta e conscientização política. Ainda de acordo com Freire (1984), não há humanização, assim como não há libertação, sem transformação da sociedade de classes, na qual que a humanização é inviável (FREIRE, 1984).

A Educação Popular é o instrumento desta luta. Uma pedagogia do oprimido, como fundamentou Freire: “tem de ser forjada com ele não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de

reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por uma libertação, em que esta pedagogia se fará e se refará” (FREIRE, 2005).

Desse modo, reforçamos: fazer Extensão Popular é propor a mudança da sociedade e das relações educativas nela presentes. É não apenas pensar, mas fazer diferente. E lutar contra todo tipo de verticalismo, autoritarismo, hierarquia, irracionalidade, exploração e desumanização.

O corpo teórico e metodológico da Educação Popular provê bases pedagógicas que pressupõem a formação de cidadãos com consciência crítica, ativa e reflexiva; portanto, questionadora. Gente questionadora para o desenvolvimento de uma ciência humana, social e ambientalmente edificante .

A Extensão Popular nasce a partir de movimentos contra-hegemônicos, de quem se espanta e se indigna não apenas com a imaginação da Universidade/Sociedade como seria ou como foi, mas principalmente com a constatação do que é hoje e como será seu futuro caso seus sujeitos não criem saídas para a superação de suas ideologias dominantes. Conforme destaca Vasconcelos (2008, p.11),

a extensão universitária é o espaço acadêmico mais flexível, que permite o novo e o emergente acontecerem. Permite que movimentos sociais, ainda balbuciando propostas e práticas pouco consolidadas, se organizem em pequenos projetos. É espaço de experimentação e consolidação de novas formas de atuação acadêmica.

A efetivação de ações educativas pautadas por princípios éticos definidos, com reforço ao coletivo e com preocupações voltadas às maiorias sociais, será conduzida no sentido de garantir que alternativas sejam possíveis, inibindo modelos de produção que só mantenham ou fortaleçam os mecanismos de exclusão (MELO NETO, 2006).

Alguns caminhos na formação de subjetividades inconformistas

Geralmente, observa-se que os estudantes são estimulados a participar ativamente do cotidiano das classes populares, inserindo-se em diversas frentes. Em muitas experiências, a participação estudantil se verifica primeiramente através das visitas domiciliares ou de estágios de vivência, onde

os educandos passam a conviver com a comunidade, suas realidades, contradições. Não há trabalhos pré-estabelecidos a fazer, ou normas a seguir, nem metas a cumprir. O principal objetivo é a observação curiosa, atenciosa e crítica; a postura de aprendiz, diante da diversidade de sabedorias presentes no cotidiano popular. Escutar o povo, viver sua realidade, e deixar que as ações sejam demandas deste diálogo.

A partir de então, em muitas experiências, esta vivência inicial segue com o engajamento estudantil nas ações sociais existentes nas comunidades; ou mesmo pelo estímulo a criação de ações comunitárias que incentivem a participação política e o cultivo ao espírito de cidadania no local. São grupos educativos, cooperativas, campanhas de mobilização, feiras de saúde e cidadania, programas de assistência social permanente, consultoria ou mesmo assessoria para organização popular.

Como ressalta Boaventura de Sousa Santos, segundo Oliveira (2006), re-definir as possibilidades de atuação e inserção política no mundo requer re-significar a forma como atuamos no mundo através do campo de nossa subjetividade, espelhada em como incorporamos saberes formais e cotidianos, bem como os valores e crenças com os quais entramos em contato. Para tanto, revela-se de fundamental importância considerar de forma prioritária a formação de subjetividades inconformistas que se engajem no mutirão de construção de outro mundo possível. Para Santos (1996, p.17), isto exige imaginar e delinear um projeto educativo emancipatório, cuja aprendizagem se dê com conhecimentos conflitantes com o objetivo de “produzir imagens radicais e desestabilizadoras dos conflitos sociais (...), imagens capazes de potencializar a indignação e a rebeldia. Educação, pois, para o inconformismo”.

Acreditamos que a Extensão Popular está situada – hoje – como uma das principais alternativas de formação de subjetividades inconformistas no campo acadêmico. Ora, o envolvimento de estudantes com a complexidade da dinâmica social povoada de sofrimentos, opressões e muitas possibilidades de fascinante criação coletiva, pode despertar da alienação individualista e consumista difundida pela sociedade capitalista e que marca tão fortemente a juventude, conforme assinala Vasconcelos (2006).

Como vemos, se para Santos (1996, p.18), a educação para o inconformismo tem de ser ela própria inconformista, (...) assentando igualmente em emoções, sentimentos e paixões que conferem aos conteúdos curriculares sentidos inesgotáveis, para Fleuri (2006), as experiências de Extensão Universitária em Educação Popular oportunizam mudanças muito significativas em várias dimensões, por exemplo: redescobre o significado de trabalho interdisciplinar, re-valoriza o comprometimento social e re-significa a espiritualidade. Ademais, reforça a constituição emergente de outro fazer científico. Fleuri (2006, p.233) afirma que o extensionista “descobre suas próprias ambivalências que, em interação com a complexidade do ser do outro, coloca múltiplos desafios, abre infinitas possibilidades e, sobretudo, exigem um salto de dimensão no seu modo de entender a prática científica, social e cultural”.

Para Vasconcelos (2006), a inserção dos estudantes nos projetos de extensão orientados pela Educação Popular tem gerado uma atuação eficaz, no sentido de proporcionar seu envolvimento com a totalidade dos problemas familiares e sociais que encontram. Emocionam-se com o que vêem e, mobilizados por esta emoção, desdobram-se em pesquisas, conversas e articulações para enfrentar os problemas. Isso tem sido particularmente verdadeiro para aqueles estudantes dos períodos iniciais de curso. Muitos dos que se inserem no projeto no final de seus cursos já demonstram uma aplicação mais técnica da ciência, procurando por problemas concretos para trazer soluções técnicas eficazes, podendo as possibilidades de escuta e construção compartilhada do conhecimento.

Vasconcelos (2006, p.284) afirma ser fundamental inserir precocemente o estudante “em convivência estreita com a dinâmica de vida da população, com suas lutas pela alegria e a realização plena de seus anseios profundos”. Coloca como um dos ponto-chave para essas experiências o desenrolar de um vínculo entre a população e os extensionistas envolvidos, o qual orienta todas as ações porque não prescinde do compromisso. Para o autor supracitado (2006, p.300), “essa perspectiva de trabalho pedagógico vai além da interdisciplinaridade, pois não se restringe à integração de saberes

das diferentes disciplinas científicas, na medida em que articula também os saberes e iniciativas populares presentes na comunidade”.

As ações de Extensão Popular desvelam realizações transgressoras da realidade acadêmica e social. Para Silveira (2008, p.23), ocorre “o desenvolvimento de autonomia solidária (...), (...) apropriação de tecnologias leves com criatividade, (...) valorização das subjetividades e do saber popular, aprofundamento da capacidade de escuta para uma atuação pactuada”.

Algumas considerações

Como podemos perceber a partir destas considerações tecidas, estes empreendimentos têm viabilizado uma reorientação significativa no modo como se percebe e se pratica o trabalho social em diversas áreas do saber, destacadamente: a saúde, o direito, a educação, a tecnologia e a cultura. Assim, a Extensão Popular se posiciona não apenas como um jeito diferente de formar estudantes universitários ou numa perspectiva inovadora de incluir o saber popular na construção do conhecimento, mas – a partir de sua prática, num cair/levantar cotidiano – desvela elementos pedagógicos e indica aprendizados sobre como se pode atuar e desenvolver as diversas áreas do conhecimento.

De fato, a Extensão Popular vem constituindo há muitas décadas um espaço propício para a comunicação da universidade com a realidade social, seus problemas e desafios. Neste encontro, a Extensão se conforma como um cenário profícuo para que estudantes, técnicos e professores (preocupados com as desigualdades sociais e humanas) desenvolvam ações acadêmicas direcionadas a construção e aperfeiçoamento de conhecimentos e tecnologias para a conquista de uma vida com felicidade e dignidade para todas e todos.

Diante dos conhecimentos que compartilhamos e das reflexões que tecemos ao longo das páginas anteriores, poderíamos até elaborar o seguinte pensamento.

Na Universidade, pensar e fazer Extensão Popular significa: a) fazer do Ensino um exercício de leitura crítica, ativa e reflexiva do mundo e suas contradições. Um espaço em constante formação, que forma seres-humanos e

lutadores nesta sociedade; b) fazer da Pesquisa um exercício da criatividade e curiosidade dos acadêmicos na busca por melhor compreender os fenômenos naturais e sociais, objetivando a promoção humana, a justiça e a felicidade; c) a Extensão como lugar constante de ação e reflexão do Ensino e da Pesquisa, que convide a sociedade a participar ativamente da construção do conhecimento.

A Educação Popular luta pela emancipação dos homens, a qual envolve também suas condições de moradia, saúde, sobrevivência, cultura, afetividades, paixões e sentimentos, lazer e, principalmente, sua liberdade de ser e fazer mais. Por esse caminho, apóia-se todo o desenvolvimento de tecnologias que contemplem tais objetivos e provenham um desenvolvimento social igualitário e que traga felicidade. Não para alguns, mas para todos e todas.

Referências

CALADO, A.J.F. Educação popular como processo humanizador: quais protagonistas? In: LINS, L.T.; OLIVEIRA, V.L.B.de (Org). Educação popular e movimentos sociais: aspectos multidimensionais na construção do saber. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008. p.225-242.

CRUZ, P. J. S. C. Extensão popular: a reinvenção da universidade In: Educação popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência / Eymard Mourão Vasconcelos, Pedro José Santos Carneiro Cruz, organizadores.- São Paulo: Hucitec; João Pessoa: Editora Universitária da UFPB; 2011. p.40-61.

FLEURI, R.M. Educação Popular e Universidade. Piracicaba: UNIMEP, 1989. 386 p.

_____. Formação de profissionais da saúde: reflexões a partir de vivências estudantis. In: VASCONCELOS, E.M.; FROTA, L.H.; SIMON, E.

(Org.). Perplexidade na universidade, vivências nos cursos de saúde. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006, v. 1, p. 231-264

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1984.

MELO NETO, J.F. Educação popular: uma ontologia. In: José Francisco de Melo Neto; Afonso Celso Scocuglia. (Org.). Educação Popular: outros caminhos. 2ed. João Pessoa - PB: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 1999, v. 1, p. 31-75.

_____. Extensão popular. 1ª ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2006. v.1. 97p.

OLIVEIRA, I. B. Boaventura e a Educação. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 166 p.

SANTOS, B. S. Para uma pedagogia do conflito. In: SILVA, L.H.; AZEVEDO, J.C. (org.). Novos mapas culturais novas perspectivas educacionais. Porto Alegre: Sulina, 1996, p.15-33.

SILVEIRA, J. L. G. C. (Org.) ; Costa, L. H. (Org.) Liga de Saúde Coletiva - Extensão Popular em Busca da Integralidade. 1. ed. Blumenau - SC: EDIFURB, 2008. v. 500. 128 p.

VASCONCELOS, E. M. Formar profissionais de saúde capazes de cuidar do florescer da vida. In: VASCONCELOS, E.M.; FROTA, L.H.; SIMON, E. (Org.). Perplexidade na universidade, vivências nos cursos de saúde. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006, v. 1, p. 265-308.

_____. Prefácio. In: SILVEIRA, J. L. G. C. (Org.) ; Costa, L. H. (Org.) Liga de Saúde Coletiva - Extensão Popular em Busca da Integralidade. 1. ed. Blumenau - SC: EDIFURB, 2008.

CATEGORIA 1
NARRATIVAS E RELATOS

RESUMOS

INCENTIVANDO O PROTAGONISMO E GERAÇÃO DE RENDA EM MULHERES PERTENCENTES AO UM GRUPO DE EDUCAÇÃO POPULAR POR MEIO DE CAPACITAÇÃO EM PRODUÇÃO DE DOCES PERSONALIZADOS

Jociely Alves Leite da Silva; José Tarcísio de Azevedo Sales; Natália Fernandes do Nascimento; Bruna Gisela Figueiredo de Melo; Isabela Dantas de Oliveira; Juliana Barbosa da Silva; Vanille Valério B. Pessoa Cardoso

O Programa Bolsa Família (PBF) têm obtido impactos relevantes na condição social das mulheres titulares de direito, promovendo o empoderamento e a percepção das beneficiárias sobre si próprias como cidadãs. O grupo Vida Nova, formado por 12 mulheres titulares do PBF, residentes no bairro bela vista, município de Cuité-PB, e 6 alunos do Núcleo PENSO (Núcleo de pesquisa e estudos em Nutrição e saúde coletiva), sendo 5 alunos de Nutrição e 1 de Enfermagem, encontra-se sob coordenação de uma professora de Nutrição, e já alcançou por meio do projeto mudanças importantes no posicionamento de vida das mulheres. O objetivo do grupo é promover o protagonismo das mulheres no meio em que vivem, através de ações que discutem direitos e promovem a geração de renda. O presente trabalho busca descrever a metodologia utilizada para incentivar o protagonismo das mulheres por meio de um curso de preparo de doces personalizados. Um dos encontros quinzenais do Vida Nova foi destinado a ministração de um curso de preparo de doces personalizados, planejado com um mês de antecedência e financiado por todos os integrantes do grupo. Além de agregar mais um conhecimento as mulheres o intuito principal da capacitação em doces foi o de promover a geração de renda, uma vez que os mesmos podem ser feitos por encomenda e revendidos, tendo sido ministrado por uma aluna de Nutrição, participante do Vida Nova. Como frutos dessa atividade houve perceptível despertar para habilidades antes não conhecidas, maior interação entre o grupo, e o despertar da criatividade individual, uma vez que as mulheres foram além do que tinha sido ensinado criando seus próprios formatos de doces, moldando formas de vegetais e frutas remetendo assim a alimentação saudável que é um tema comumente abordado no grupo. Segundo Moreira(2010), a participação em grupos extrafamiliares relacionados ao Bolsa Família, contribuem de forma positiva na autoestima, tomada de decisões, liberdade de escolha autoconfiança, melhoria nas condições de vida e inclusão social. A oferta do

curso despertou interesse de mais uma mulher da comunidade que passou participar do grupo permanentemente como nova integrante. Além de instigar a comunidade feminina a empreender esse tipo de extensão promove aprendizagem e direciona o olhar dos alunos participantes para as políticas públicas existentes (NATIVIDADE, 2009). Foi possível reconhecer nas mulheres os bons resultados galgados com o compartilhamento de saberes, com posturas mais cidadãs e autoras de suas próprias histórias. A prática junto à comunidade favorece o crescimento simultâneo entre os alunos e as mulheres envolvidas.

Palavras-chave: Mulheres, Programa Bolsa Família, empoderamento.

A INSERÇÃO DO PALHAÇO CUIDADOR NA ÁREA HOSPITALAR: DESAFIOS E BARREIRAS

José Erivonaldo Ferreira Paiva Júnior; Camila Beatriz da Silva Machado; Nicole Pereira de Lima Araújo, Aldenildo Araújo de Moraes Fernandes Costeira; Hedna Maiara Bernardo Pereira, Cindy Ellem do Nascimento Borges

Introdução: O palhaço cuidador é um ser que utiliza dos artifícios da arte da palhaçaria para facilitar os processos integrativos da humanização em saúde, baseando-se nos princípios do amor, cuidado, carinho, respeito e integralidade do ser humano, o que o torna um protagonista quando se refere há ampliar os laços de leveza e bem estar aos que estão passando pelo processo saúde-doença, transcendendo a visão biológica e tecnicista apenas da doença. Sabendo disso, nos surge a seguinte pergunta: Quais os desafios e barreiras que o palhaço encontra em seus cenários de prática e como ele consegue contornar esses empecilhos? **Desenvolvimento:** O que muito se observa nos serviços hospitalares é a utilização das tecnologias para assistir os usuários de saúde, porém durante suas práticas se é esquecido o cuidado humanizado que muitas vezes consegue um alívio espiritual, emotiva e pessoal atingindo a subjetividade da pessoa fragilizada. O palhaço cuidador surge como um coadjuvante na luta contra essas práticas “não humanizadas”, pois irá propiciar olhares horizontais e diálogo entre ele, profissionais e usuários. Porém, por muitas vezes nos deparamos com a não aceitação de alguns profissionais de saúde, impossibilitando o cuidado que vai além de palhaço e usuário, afinal podemos observar com nossa prática que grande parte dos trabalhadores reclama da longa e exausta rotina e o palhaço consegue deixar o ambiente hospitalar mais aconchegante, leve e feliz, mas para isso deve-se buscar a maior integração das pessoas que estão dentro do hospital. Além disso, sempre buscamos promover a reflexão crítica sobre a realidade da saúde e as

relações entre usuários e cuidadores o que nem sempre é possível e que infelizmente não conseguimos sempre; Conclusão: Sendo assim, há uma grande limitação nas práticas integrativas e o palhaço cuidador busca através dos meios artísticos e interativos de comunicação superar esses desafios e barreiras e em cada intervenção, podemos eternizar o amor em cada lágrima ou sorriso, em cada abraço recebido e dado; de um modo que, cada história de vida é única e importante para despertá-lo de uma nova visão de mundo, através da busca insaciável por aquilo que o ser humano tem de melhor para oferecer e todos nós sempre temos algo bonito.

Palavras-chave: Palhaço, Cuidado, Desafios, Humanização, Amor.

O PAPEL SOCIAL DO PALHAÇO CUIDADOR NO ÂMBITO HOSPITALAR E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE

Rafaela Correia Rodrigues Behar, Silmara Maria Alves Fernandes, Nathalia Modesto Xavier de Araújo, Jessica da Silva Ferreira, Wladimir Lenin da Nóbrega Cabral

Ao ingressar na universidade, nos deparamos com diversas oportunidades de enriquecimento acadêmico, dentre as inúmeras possibilidades ofertadas está a extensão. O contato da teoria aliada a prática proporcionada por este que é um dos três pilares da universidade (juntamente com o ensino e com a pesquisa) despertou-me interesse desde cedo, junto com a curiosidade veio a motivação para participar do projeto PalhaSUS, que tem como diferencial e agente transformador o palhaço cuidador. Este ser, normalmente observado nos circos e atividades lúdicas infantis, é facilitador, acolhedor e transformador, no projeto em comento ele desempenha um papel social que vai além do "fazer rir", uma vez que tenta compreender o ser humano em sua integralidade sem atribuir juízo de valor em relação a sua história de vida. Morgana Masetti (2003) afirma acerca da presença da figura do palhaço no âmbito hospitalar que "Sua presença possibilita a percepção dos fatos por novos parâmetros e, com isso, amplia a compreensão da realidade construída", este agente traz o indivíduo hospitalizado para o que chamamos de "aqui e agora", vivendo com intensidade o tempo presente e buscando através do dialogo trazer reflexões a cerca de sua vida fortalecendo o senso crítico. A experiência no ambiente hospitalar proporciona o contato com diversos profissionais da saúde e outras áreas, vendo de perto suas praticas profissionais. Neste contexto foi possível notar que o modo como atualmente o cuidado vem sendo trabalhado precisa de um processo de maior reflexão e que a presença do palhaço cuidador neste meio é positivamente impactante pois provoca uma quebra na maneira quase automática com a qual habitualmente se constroem as relações entre os profissionais e os pacientes contribuindo com a humanização do ambiente

hospitalar. O cuidado, conforme explica Boff (2005), entra na constituição do ser humano, de modo que sem o cuidado, deixamos de ser humanos. O cuidado somente surge quando a existência de alguém tem importância para o outro, ou seja, se colocar no lugar do outro e ver que ele é importante fortalecendo a empatia. De acordo com Newcombe (2000), empatia é a capacidade de compreender as percepções e os sentimentos dos outros. A partir da vivência no projeto em comento percebe-se como se dá a troca de experiências entre o que doa o cuidado e aquele que o recebe, refletindo a cerca de como será minha atuação profissional pós acadêmica. Entre momentos frágeis e momentos de alegria acumulamos diversos sentimentos e conhecimentos com a certeza de que isso será um diferencial na nossa vida profissional. Foi através do palhaço cuidador que tivemos a oportunidade de conhecer diversas pessoas, culturas e vimos de perto à realidade de pessoas hospitalizadas. Foi por meio deste agente, que vivenciamos e conhecemos inúmeras histórias que serão levadas para o resto da vida e vamos construindo nossa

A INTERDISCIPLINARIDADE NA ATENÇÃO identidade profissional.

Palavras-chave: Palhaço, cuidado, empatia, formação.

Referências:

NEWCOMB, N. Desenvolvimento Infantil: abordagem de Mussen, 8ª ed, Artmed, 2000

BOFF, Leonardo O cuidado essencial: princípio de um novo ethos, Revista Inclusão Social, Brasília, v. 1, n. 1, p. 28-35, out./mar., 2005

BÁSICA À SAÚDE: CONSTRUINDO SABERES NUM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Lidiane Silva Santos; Andressa Damin, Suzana Gotardo de Meira, Janete Rosane Fabro, Alexandra Bonadiman, Jackson Luís Martins Cacciamani, Amélia Dreyer Machado

Para compreendermos o espaço por onde transitamos é importante estabelecer interações, ancoradas no diálogo e no respeito às experiências vividas pelos sujeitos envolvidos nesse processo. Por isso o trabalho coletivo potencializa que todos aqueles imbricados na proposta estejam aprendendo com a experiência do “outro”. Esse “outro” quando reconhecido como parte integrante de si mesmo contribui na construção do sentimento de pertencimento, aspecto esse essencial numa proposta que se mostra coletiva e

cooperativa. Assim, o Projeto de Extensão “Atuação Interdisciplinar na Atenção Primária à Saúde”, que acontece em Realeza-PR desde 2011, em 2015 conta com a parceria das Secretarias de Saúde e Educação municipais, do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)/Química e da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR), para trazer o debate da questão agroalimentar. Objetiva promover a formação de profissionais de saúde e educação com qualificação técnica e científica superior, como também a atuação profissional calcada no espírito crítico, consciência cidadã e humanista, com desenvolvimento de um saber gerado a partir da realidade de saúde e educação da população, buscando encontrar soluções para os problemas identificados, tendo por base a integralidade da assistência; propiciar aos acadêmicos(as) a vivência do trabalho interdisciplinar na Atenção Primária à Saúde; realizar a integração entre ensino, serviço e comunidade; contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações assistidas e problematizar o impacto do sistema agroalimentar na saúde da população. Foi concebido entre todos os envolvidos com a determinação das ações, distribuição de tarefas e determinação da forma de avaliação das atividades. De abril de 2015 até o momento, ocorreram diversas ações, tais como: a inserção de uma acadêmica, na UBS; participação no HiperDia. Na campanha “Agosto Azul”, contribui-se com avaliação do estado nutricional/(AEN) e orientações aos homens participantes. No Centro Municipal de Educação Infantil/(CMEI), existente na área de abrangência da UBS, realizou-se duas AEN das crianças e duas reuniões com os pais e educadores, onde se apresentou os resultados (16,3% e 8,4% de sobrepeso), encaminhou-se para consulta nutricional e médica; atividade física semanal orientada para as crianças; conversa com a fisioterapeuta sobre desenvolvimento da criança. A convite da Igreja Adventista participamos da atividade “Um dia de Saúde”, com orientações nutricionais. Em novembro, de um debate sobre o impacto dos agrotóxicos na saúde, com 40 participantes. As 15 crianças que compareceram, participaram de atividades de Educação Alimentar e Nutricional. Com a ASSESOAR, ocorreram dois encontros: um onde se discutiu estratégias de ação frente aos resultados da primeira AEN das crianças do CMEI. No segundo debateu-se sobre os agrotóxicos e saúde. Até o momento as ações têm sido avaliadas positivamente. Reafirma-se a premissa de que é com a ação interdisciplinar, indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão e a interação dialógica que se atingiu até o momento, os objetivos propostos. Argumentamos em favor de ações como essas que integram a escola, a universidade e a comunidade, construindo assim conhecimentos e saberes diversos acerca dos problemas locais no que tange à promoção da saúde.

Palavras-chave: Diálogo, interdisciplinaridade, promoção da saúde.

INSERÇÃO DO ESTUDANTE DE ENFERMAGEM NA MILITÂNCIA EM SAÚDE ATRAVÉS DA EXTENSÃO POPULAR

Rafaela Domingos da Cunha; Israel Dias de Castro; Sarah Iris Alves da Costa; Thalita
Analyane Bezerra de Albuquerque

INTRODUÇÃO: O movimento estudantil (ME) surge como locus de disputa política diante dos projetos de universidade e sociedade no Brasil. Ao aproximar-se de outros movimentos sociais por meio de projetos de extensão popular (ExtPop), torna-se uma força organizativa e empoderadora no meio acadêmico, reduzindo-se as distâncias entre universidade e as realidades sociais. Com isso, em nossa perspectiva e experiência, é um importante espaço de formação política dos futuros profissionais da saúde. Embora, a formação em saúde persista com seus engessamentos, o qual se torna um obstáculo no processo construtivo de uma educação libertária. A ExtPop proporciona a imersão de vivência em diversos contextos que são potencializadores na emancipação dos sujeitos. Reconhecemos a ampliação de leitura crítica de mundo, de currículo, do futuro trabalho por uma Enfermagem com Prática Social. **JUSTIFICATIVA:** Refletir sobre a inserção do/da estudante de enfermagem na militância em saúde. Relato de experiência vivenciado por um coletivo de estudantes de Enfermagem da Universidade Federal da Paraíba, que participaram de projetos de ExtPop, desde 2013. **DESENVOLVIMENTO:** Acreditamos que o maior desafio da proposta da ExtPop é emancipação dos sujeitos e superação da educação bancária na academia. Nas vivências da extensão, ao desenvolver o vínculo com as diferentes realidades sociais, percebe-se o quão vertical e excludente é o currículo no qual se dá a formação do/da enfermeiro/a, não compreendendo as necessidades em saúde das populações oprimidas, escutando suas reivindicações e respeitando suas culturas. O currículo de enfermagem não dispara nem ativa a construção de profissionais dispostos/as em suas práticas a refletir e enfrentar a lógica individualista do sistema capitalista e refletir sobre seu próprio trabalho. **CONCLUSÃO:** É latente a necessidade de organização política dos/das estudantes de enfermagem, de modo que juntos/as possamos buscar mudanças que vão também para além do currículo. Que reflitam na formação em enfermagem como prática social, rompendo paradigmas da educação e saúde. Defendemos que a Executiva Nacional dos Estudantes de Enfermagem (ENEEnf) é o espaço fértil para disparar essas mudanças. Com isso, fica exposto os desafios e as lutas do ME em saúde: uma reforma curricular que paute a equidade como fator basilar em sua construção. Para assim contribuir na construção do Sistema Único de Saúde, na luta por uma saúde que é um direito de todos/as e dever do Estado.

Palavras-chave: Prática social, emancipação, movimento estudantil.

MINHA PALAVRA É UM TIRO: A INVENÇÃO DA VELHICE, UMA EXPERIÊNCIA NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO CAMPINA GRANDE-PB

Ana Raquel Martins de Holanda; Karynna Magalhães Barros da Nóbrega; Samilly Fernandes Sampaio

As velhices são incontáveis visto que cada sujeito constrói a própria velhice, assim não existe uma velhice naturalizada para a Psicanálise, não existe sintoma de velho. Esse encontro com a velhice é da ordem do um a um, ou seja, cada sujeito terá um trabalho simbólico para tentar nomear o real que é a velhice a partir de um dado acontecimento na vida. Em virtude, da necessidade de promover esse lugar simbólico em nossa cidade em Campina Grande-PB, surgiu o interesse em realizar o projeto de extensão como efeito da disciplina Genealogia e Construção da Subjetividade III: Idoso ofertada para o curso de graduação de Psicologia da Universidade Federal de Campina Grande. A metodologia adotada foi baseada na Psicanálise aplicada. Foram realizadas participações semanais de cinco discentes dos cursos de Psicologia e Medicina em rodas de conversas com os sujeitos do Centro de Convivência do Idoso, levando em consideração à escuta psicanalítica e o método da associação livre, e o manejo da transferência, a partir da demanda espontânea, por meio da oferta de um lugar de escuta aos sujeitos que frequentavam a instituição Centro Municipal de Convivência do Idoso. As rodas de conversa foram facilitadas por dois grupos de discentes participantes do projeto realizados nas quartas e nas sextas-feiras em um período de seis meses. A cada encontro, em média, foram convidados dez usuários que sentissem o desejo de participar e falar sobre sua invenção da velhice. Foi realizado um total de 34 grupos de falas. A escuta dos discursos, nos proporcionou a compreensão do Outro na subjetividade, uma vez que o sujeito velho precisa sair do lugar de objeto em que o Outro social o coloca, para continuar investindo na vida. Nosso projeto proporcionou um espaço de falas com intuito de oferecer um lugar onde eles pudessem ser sujeitos de sua própria história, sabedores de sua ciência, subvertendo o lugar de saber pronto para uso e os colocando como “os palestrantes” da vida, enquanto aqueles que têm um saber fazer sobre o sintoma e sobre o próprio mal estar, seja a morte, a solidão as perdas ou as queixas de amor.

Palavras-chave: velhice, singularidade.

O OLHAR DA EDUCAÇÃO POPULAR NAS VIVÊNCIAS DO ERIP EM MUNICÍPIOS PARAIBANOS

Luciana Moura Mendes; Arleciane Emilia de Azevêdo Borges

Visando a familiarização dos discentes de cursos da área da saúde junto à atual política pública de saúde, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) criou em 1979 o Estágio Rural Integrado (ERI), hoje conhecido por Estágio Regional Interprofissional (ERIp). É uma prática multiprofissional que proporciona aos estudantes o desenvolvimento de um espírito crítico por meio da realização das atividades conjuntas interprofissionais a fim de articular o conhecimento teórico-prático. Nessa seara, durante a graduação de Fisioterapia na UFPB tivemos a oportunidade de participar de projetos de extensão e pesquisa, monitoria. Porém, no ERIp estivemos mais próximos da comunidade e de seus saberes. Nesse estágio, desfrutamos o ensejo de desenvolver e vivenciar as atividades nos municípios de Rio Tinto e Santa Rita, Estado da Paraíba, com acadêmicos dos Cursos de Nutrição, Farmácia e Enfermagem. O desenvolvimento do estágio possibilitou a aplicação dos conhecimentos teóricos, transformando saber em prática e a vivência de novas experiências que não estão nos livros. Aguçou a capacidade de ver o paciente como um todo, enxergando partes integrantes de um sistema, e a expansão atuação para além da clínica foram os aprendizados que se destacaram dentre tantos outros. Todavia, alguns pontos podem ser melhorados nesse estágio, tais como: a descontinuidade das atividades implementadas junto às comunidades dos municípios, visto que não há garantias de que os municípios conveniados sejam contemplados em todos os rodízios por insuficiência numérica de estagiários, como também a ausência de supervisão acadêmica nos municípios, pois o professor responsável pelo estágio acompanha as atividades por meio de relatórios entregues ao final de cada rodízio. O obstáculo preponderante consistiu em um curto período para desenvolver ações com a população, já que cada rodízio permanece aproximadamente quatro semanas na cidade designada. Esse estágio transformou o nosso pensamento crítico a partir de novas descobertas, sendo relevante elencar que a população era bastante participativa nas discussões, buscando compreender os conhecimentos técnicos expostos pelos estagiários e, principalmente, compartilhando saberes populares a partir de suas vivências. Essa troca de informações permite desenvolver estratégias eficazes de acordo com as necessidades da população. A Educação Popular em saúde surge com o propósito de transformação nas práticas profissionais, na estruturação dos serviços, no diálogo com o usuário. É uma troca de conhecimentos, seja no âmbito técnico-científico ou das classes populares por meio de rodas de conversas, diálogos compartilhados. O processo de trabalho na Atenção Primária à Saúde foi bastante diversificado, tendo como abordagem educação

em saúde, acolhimento, atendimentos individuais, grupos operativos e visitas domiciliares para suprir a demanda da comunidade com uma prática integral. Possibilitou a efetivação de atividades pedagógicas direcionadas à promoção de saúde, e que colocássemos em prática as experiências adquiridas a respeito das Políticas Públicas propostas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Conclui-se que, além da assistência fornecida à vida acadêmica, o ERIp contribui ainda na formação da cidadania, fornecendo ao estagiário um suporte instrumental para intervir na comunidade, visando a melhoria da qualidade de vida da sociedade, influenciando assim sobre a realidade em que vão atuar na sua vida profissional.

Palavras-chave: Saberes populares, transformação, cidadania.

O OUTRO LADO DA FORMAÇÃO ACADÊMICA

David Sam Pessoa de Menezes; Aldenildo A. de Moraes F. Costeira

A implantação do cuidado humanizado na vida do estudante, talvez, seja um dos maiores desafios. Isso porque a didática de ensino ainda baseia-se em provas, tornando-se prioridade para grande maioria dos alunos. No entanto, existem projetos de extensão que suprem essa necessidade, um exemplo, o PalhaSUS. Podem-se destacar pelo menos dois fatores do benefício que esse projeto trouxe para minha vida: preservação do autocuidado e a confirmação de estar no curso certo. Tendo como foco a humanização, umas das filosofias do projeto é que para cuidar do outro, primeiramente é preciso se auto cuidar. Com isso são realizados encontros semanais, sendo reservado um tempo para relatos pessoais e dinâmicas, e um encontro por mês, o Encontro do Desenvolvimento do Palhaço Cuidador (EDPC), voltado para o autocuidado e desenvolvimento do palhaço cuidador. Assim é criado um vínculo forte entre os participantes do projeto, sendo considerado uma “segunda família”. Mantendo constante essa prática é possível proporcionar um cuidado humanizado também constante e de qualidade nos nossos cenários de prática, e como futuros profissionais. Além do mais, é criada uma consciência da importância desse cuidado na melhoria da qualidade dos serviços de saúde. Quanto a confirmação do meu curso, o projeto proporciona vivências em vários cenários de prática. Atualmente são atendidos cinco cenários: Hospital Universitário Lauro Wanderley (HU), Hospital Padre zé, Hospital são Vicente de Paulo, Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira e Vila Vicentina (Instituição de longa permanência para idosos). Nossa forma de levar o cuidado humanizado para esses lugares é com a figura do palhaço. Para se tornar um palhaço cuidador do PalhaSUS é preciso participar da Oficina do Riso, que tem duração de uma semana, 40 horas, intensa de aprendizagens. Ao contrário de quando entrei no

PalhaSUS, com o pensamento de que não iria me identificar com o mesmo, principalmente por usar a figura do palhaço, hoje não só me identifico como também incentivo pessoas que não participam de nenhum projeto a entrarem nele, ou em outro com o mesmo intuito, para que possam passar pela experiência incrível de ver o outro lado da formação acadêmica, com o foco não em provas, mas no cuidado humanizado. Atualmente, atuo na Vila Vicentina. Percebi que recebo mais cuidado por parte dos moradores do que levo. São imensuráveis as experiências e os saberes adquiridos nesse lugar, o que valida aquela frase: “cada velho que morre é uma biblioteca que queima” (Tierno Bokar). O vínculo criado entre nós é forte, tornando o domingo, dia da nossa atuação, esperado com ansiedade por eles e por mim. Simples coisas como um abraço, um beijo ou qualquer forma de carinho junto com o saber escutar, tem uma importância fundamental na vida dos idosos ali presentes.

Palavras-Chaves: PalhaSUS, Cuidado humanizado.

PALHASUS E O CUIDADO: PROMOVENDO A SAÚDE E DIGNIDADE HUMANA DOS IDOSOS

Kauan de Abreu Cajú; Raylan Costa da Silva; Kelly Rayane dos Santos Gomes; Tayná Thaís Cavalcante de Araújo; Aldenildo Araujo de Moraes Fernandes Costeira

O Palhasus é um projeto de extensão da Universidade Federal da Paraíba que tem como objetivo levar com o palhaço cuidador alegria e cuidado para ambientes que precisem de uma atenção maior, promovendo a inclusão social e a promoção da saúde que é determinante na prevenção de doenças. O interesse por esse estudo surgiu mediante a participação dos integrantes do grupo e a identificação com o cenário de prática na Vila Vicentina, onde é vivenciado o dia a dia dos idosos beneficiados pela instituição. Esse trabalho se faz relevante pois analisa quais os benefícios proporcionados aos idosos pelo Palhasus nas intervenções práticas. Devido à necessidade de familiarização com o tema que foi proposto a pesquisar e a conveniência por uma visão geral para analisar o problema, a pesquisa será exploratória. Para analisar o problema, valeu-se da pesquisa bibliográfica. Os palhaços cuidadores impactam significativamente na rotina da vila vicentina, promovendo o cuidado e o autocuidado, não só com os idosos, mas com os apoiadores. A simples presença do palhaço cuidador na vila aos finais de semana torna o ambiente mais atrativo, tornando assim os moradores mais dispostos, alegres e comunicativos. Durante a atuação, os palhaços fazem intervenções, podendo essas serem individuais ou em grupo, mas sempre única e diferenciada, de modo que se torna imprevisível o desenrolar da atuação, sendo assim,

necessário a sensibilidade para percepção, se a intervenção está sendo positiva ou não. Após várias experiências vivenciadas na Vila Vicentina Julia Freire, foi possível observar que, apartir do momento em que o ser humano aprende o valor que a experiência possui na vida de cada um, ele consegue criar um olhar mais perspicaz diante do cotidiano dos idosos, esse olhar perpassa barreiras físicas, cognitivas e principalmente emocionais. Faz com que cada indivíduo adquira valores e a capacidade de entender o próximo através de uma autoconsciência. Os palhaços cuidadores utilizam a arte de das tecnologias leves de cuidado e da escuta tornando-se uma ferramenta de reciprocidade, e proporciona àquele idoso um meio de exposição de sentimentos e que intrínseco, formas mais humanizadas de olhar e de entender o mundo. O cotidiano das atuações resume-se em total alegria para todos que fazem parte daquele ambiente, pois o cuidado que temos interesse em proporcionar chega repleto de muitos sorrisos largos e uma imensa vontade de acolher e ser acolhido. Usando desse meio, os laços acabam estreitando-se e é formado uma grande família naquele local.

Palavras-chave: Promoção da saúde, sensibilidade, acolhimento.

REFLETINDO SOBRE A PROMOÇÃO DE EMPODERAMENTO REALIZADA ATRAVÉS DE AÇÕES DESVOLVIDAS COM MULHERES TITULARES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

José Tarcísio de Azevedo Sales; Natália Fernandes do Nascimento²; Jociely Alves Leite da Silva²; Bruna Gisela Figueiredo de Melo²; Isabela Dantas de Oliveira²; Juliana Barbosa da Silva²; Vanille Valério B. Pessoa Cardoso³

Os primeiros programas de transferência condicionada de renda foram criados, transferindo, preferencialmente às mães, uma pequena soma de dinheiro sob a condição de cumprimento de algumas metas de saúde e educação, tais como levar os filhos ao posto de saúde e à escola (Villatoro, 2005). No Brasil, ganha destaque o Programa Bolsa Família (PBF) que unificou vários programas sociais do governo em um só. O objetivo do presente trabalho é fazer uma reflexão acerca da promoção de empoderamento de mulheres do projeto de extensão: “Práticas de Educação Alimentar e Nutricional na Promoção da Alimentação Adequada e Saudável, Grupo: Vida Nova”, no Bairro Bela Vista, Cuité. O grupo comumente chamado de “Vida Nova” existe a três anos e atualmente é formado por doze mulheres titulares do PBF que mantém vínculo com a comunidade acadêmica por intermédio de seis alunos de extensão e integrantes do Núcleo de Pesquisa e Estudo em Saúde Coletiva (Núcleo PENSO) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Para o

desenvolvimento das ações neste ano de 2015 permaneceram encontros quinzenais em um espaço social próximo a comunidade. A cada reunião foram realizadas atividades lúdicas e educativas fundamentadas nos Direitos Humanos a Alimentação Adequada (DHAA) como por exemplo rodas conversas, ciclos de debates, além da oferta de minicursos sobre empreendedorismo e capacitações. Foram feitos em conjunto com o grupo planejamentos e organização para produção e venda de produtos alimentícios. Percebeu-se que houve uma melhora nas condições de vida refletindo em relações familiares, conscientização, autonomia e autoconfiança das mulheres, estando assim o projeto de acordo com a política pública em questão, pois de acordo com Bronzo (2008), o PBF traz efeitos no reordenamento do espaço doméstico, na autoestima, no empoderamento e acesso feminino ao espaço público (como participação em conselhos comunitários e escolares), possibilitando às mulheres maior poder de barganha, maior capacidade de fazer escolhas e maior poder de decisão. A convivência e a participação nesse grupo têm contribuído para o conhecimento de seus direitos e deveres através da participação dos espaços sociais, assim como para a melhoria do bem-estar das participantes, algo que pode ser comprovado pela participação delas nos diversos espaços: reuniões, oficinas, cursos, conferências, saraus, e eventos na cidade nos quais se apresentam como empreendedoras buscando uma forma autossustentável através da venda de refeições. De acordo com Freira (2013) esta é uma forma positiva para o crescimento econômico do país. Ainda que um processo lento, pode-se dizer que o ciclo do empoderamento das mulheres beneficiárias do PBF consegue ser alcançado, porque atinge as três dimensões (individual, familiar e comunitária). A contribuição da inclusão social faz-se necessária principalmente nos programas de transferências de renda, assim o formando de grupos como esse permite ampliar a eficácia e abrangência das políticas públicas.

Palavras-chave: Mulheres, Intersetorialidade e empoderamento

REFERENCIAS:

VILLATORO, P. (2005) Programas de transferencias monetarias condicionadas: experiencias en América Latina. In: Revista de la CEPAL n. 86. Disponible no site:www.eclac.org/cgi-in/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/9/22219/P22219.xml&xsl=/revista/tpl/p9f.xsl&base=/revista/tpl/top-bottom.xslt

FREIRA, Viviam Rafaela Barbosa Pinheiro, SILVA, Simone Souza da Costa, CAVALCANTE, Lilia Iêda Chaves e PONTES, Fernando Augusto Ramos. Programa Bolsa Família como Estratégia de Combate à pobreza em Dissertações e Teses no Brasil. Estudos e Pesquisa em Psicologia, Rio de Janeiro, 2013.

BRONZO, C. Vulnerabilidade e proteção social. Reflexões a partir de experiências latinoamericanas. In: Encontro Nacional de Programas de Pós-

graduação em Administração, 2008, Rio de Janeiro/RJ: ENANPAD, 2008, CD-ROM.

A CASA, O CAMPO, O VERDE E O SOL: RETRATOS DO ENEC 2015

Ana Raquel Martins de Holanda

“Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber”, até a “sede da ignorância” para “salvar”, com este saber, os que habitam nesta. Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem (...)”
(FREIRE, 1977. p. 25)

Entendendo que existem diversos cenários onde um olhar diferenciado se faz necessário, a princípio não quis sair do meu lugar e cheguei no Estágio Nacional de Extensão em Comunidade com o intuito de conhecer diferentes possibilidades de atuação em psicologia que não estivesse, necessariamente, limitada a uma clínica estrito sensu ou a qualquer outro ambiente institucionalizado. Muros, amarras e engessamento. Fazer da universidade um banco da escola é questão de escolha... essa fala ecoa em mim, Falcão me afeta. Início em mim uma desconstrução. Esqueci o que seria a escuta clínica e fui para além da prática em psicologia. O ENEC me proporcionou o contato com o povo. Pude ver pessoas imersas em suas histórias de luta; que ajudam e orientam seus iguais; que produzem e vendem, indo a feira e vivendo dela. Um povo sábio, que transbordam conhecimentos e que, por não ser “ciência”, são esquecidos; gente que estão na luta desde sempre; o povo que precisa ser ouvido. Pude vivenciar a própria reflexão crítica sobre minha formação em psicologia. Hoje, mais do que nunca, entendo que a atuação do psicólogo não está restrita a clínica ou a um ambiente institucionalizado. É para além dos muros das cidades, o lugar do psicólogo está no campo, em feiras e praças. É construída por pessoas, e está na simplicidade do contato do dia a dia. Estive no ENEC convocada a ser sujeito de transformação social dentro e, principalmente, fora da universidade. Experimentar, vivenciar. Como estudante de psicologia pude sair do Psi e conhecer o homem em todas as suas dimensões. Ser social, econômico e político. Um homem que é subjetividade e coletividade também. CRÍTICA A [DE]FORMAÇÃO ACADÊMICA: Com base em uma educação popular, a vivência proposta no ENEC nos faz questionar a formação universitária, hoje pautada em um modelo de educação bancária que

nada sabe sobre a realidade do povo brasileiro. A proposta de imersão na comunidade sugere que revertamos a lógica que nos é imposta, fazendo haver uma mudança na atuação prática e de compreensão sobre os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Pensando nisso, a comunidade surge, então, como um espaço onde o aprendizado acontece coletivamente, sendo o próprio processo de ensino e aprendizagem pautado na troca de vivências educacionais [ou não] e culturais, e num compromisso sociopolítico de transformação social. Uma vez que o compromisso social e político implica, na prática, em extrapolar os limites e limitações da institucionalidade. Mais que fazer chegar nas comunidades o saber [e não fazer] da academia, a extensão em comunidade é sair do lugar de conforto, perceber a vida e se permitir.

Palavras-chave: Formação, transformação social, vivências, comunidades.

REFERENCIAS

FALCÃO, Emmanuel Fernandes. **Vivência em comunidades outra forma de ensino**. João Pessoa: Ed Universitária/UFBP, 2006

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão popular**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

VIVÊNCIA EM COMUNIDADE CAMPART 2 - RIO TINTO/PB

Maria da Penha Ezequiel Bezerra

RESUMO: Experiência única em minha vida até este momento. Sem imaginar o quão rico seria esse meu contato com uma família a qual não conhecia. Passei a compor temporariamente aquele núcleo familiar. Partilhar experiências, atuar de forma efetiva na vida e num projeto de vida daquelas pessoas. O mais tocante no entanto estaria por descobrir, uma história de superação intensa e vibrante. Quando conheci a história de Helder Moura, sua trajetória desde o nascimento até o presente momento. Pessoa de alma única, cheia de anseios em vencer as barreiras impostas por suas limitações físicas, causadas por problemas no parto. Sua história de amor com Maria Freitas e o projeto de ambos. Morar numa eco construção onde pudessem viver com recursos e costumes ecologicamente corretos. Participar de maneira efetiva nisso tudo me fez enxergar outras opções de vida e a encarar as adversidades

com outra visão, a de que podemos e precisamos estar sempre superando-as. Inicialmente, parece ser uma coisa simples relatar uma vivência. Porém, para quem a viveu, de forma tão intensa e objetiva é incrivelmente marcante. Foi exatamente assim que se deu essa experiência em minha vida, a partir do momento que eu me permiti adentrar num mundo alheio a minha zona de conforto, e me senti encantada com a possibilidade de descobertas e percepções as quais me foram apresentadas por uma família simples no modo de viver, porém de uma riqueza de valores indescritível. Aquela família que nos acolheu como se fizéssemos parte daquele núcleo nos dando tamanha liberdade de interação com cada um deles, isso foi o que mais marcou aquele período ao qual me dediquei. Além de tudo mais, estaria por descobrir uma grande história de superação, a qual me fez enxergar o quanto de pequenas são as dificuldades que nós vivemos em comparando-se com a trajetória de HELDER, quem seria esta pessoa, que grandes ensinamentos ele nos traria com seus relatos? Tudo isso, além conhecer a história de amor entre Helder e Maria, e ter o prazer de participar efetivamente da realização de um sonho dos dois, sonho este que foge aos padrões convencionais diga-se de passagem. Ambos sentem o desejo de casar-se e viver em uma bio construção, uma casa “redonda” como ficou conhecida popularmente naquela comunidade, uma geodésica. Onde viveriam de forma que pudessem aproveitar ao máximo de maneira sustentável o que a natureza ao entorno da casa pudesse lhes oferecer. E assim, desde o primeiro momento até a despedida daquela convivência, tudo era descoberta, nenhum dia era igual ao anterior, pela própria dinâmica dos acontecimentos, das percepções e dos aprendizados de um modo geral. O que me trouxe de positivo essa experiência? Muito, a partir de então aprendemos valorizar pequenas coisas, as quais num mundo de consumo exagerado e de um capitalismo brutal, ainda pode-se encontrar na simplicidade, paz, felicidade, êxito e o mais marcante, os valores que por muitos se perderam, sejam pelas mais variadas causas. Minha visão de mundo se modificou em muitos sentidos desde que me permiti conhecer um lado que imaginava, porém desconhecia.

Palavras-chave: Descobertas, encantamento, partilha.

ARTIGOS

CONTRIBUIÇÕES DA EXTENSÃO POPULAR À EDUCAÇÃO DE EDUCADORES NO PROGRAMA DE EXTENSÃO “TECELENDO” DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

Andreia Barbosa dos Santos, Alexsandro da Silva Marques, Elisabete Ferreira Delfino, Iria Vannuci Barbosa da Silva, Maria Passos Rosa, Ariana Rosa dos Santos Silva, Liziane de Almeida dos Santos

RESUMO: Relato da construção do Programa de extensão “Tecelendo” da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) em seu trabalho com a alfabetização de jovens e adultos. Reflexões acerca das contribuições da Extensão Popular na educação de educadores. A educação de educadores no “Tecelendo” nos coloca diante de movimentos envolvidos na ancestralidade e na sabedoria do encontro com o Outro. As referências são os estudos de Paulo Freire, Myles Horton e Enrique Dussel.

Palavras-chaves: Educação de Educadores; Alteridade; Diálogo.

O “Tecelendo” é um Programa de Extensão da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e surgiu na cidade de Amargosa no ano de 2009. Nasceu enquanto um projeto de alfabetização de adultos e assumia a tecelagem como um elemento desafiador e como um dos fios condutores do processo. O seu referencial teórico são os estudos de Paulo Freire e Myles Horton e tem como um de seus maiores princípios a premissa de que “o caminho se faz caminhando”...

Inicialmente, alguns fios foram postos como centrais para a organização da proposta: 1) o trabalho como princípio educativo e 2) a tecelagem como mediadora do processo de leitura e escrita. Além deles, também eram centrais: 3) a importância de a alfabetização não ser tratada como um fim em si mesmo e 4) a radicalidade a ser assumida pelos processos educativos.

Os conceitos de alfabetização defendidos por Paulo Freire e Myles Horton são fundamentais na proposta do “Tecelendo”. No “Tecelendo”, a alfabetização ultrapassa a visão simplista de ensinar a pessoa a organizar letras e formar palavras e frases soltas, vazias de sentido, a mera decodificação mecânica e aprisionadora.

O “Tecelendo” assumiu também o conceito de trabalho com base em uma visão marxista, “o trabalho que dignifica” o ser humano, que liberta ao invés de escravizar, que faz o sujeito criar e recriar a si e o mundo em vez de simplesmente reproduzir o mundo naturalizado pela visão hegemônica. Trabalho cuidadoso, artesanal, educativo, observador e poético.

O “Tecelendo” assume, desde sua origem, a Educação Popular como teoria da Educação. Nesse sentido, se propõe compreender a realidade em que os sujeitos estão inseridos e, dela partir, de modo a estreitar diálogos e concretizar um caminhar junto com as pessoas. O “Tecelendo” assume um currículo oculto e aberto que irá formar professores entre cores, alegrias, sorrisos, lágrimas, muito trabalho e muito amor.

Conforme a seleção nos primeiros editais⁵, a proposta inicial do “Tecelendo” sai do papel e dá-se início à história de sua realização. As dificuldades iniciais foram inúmeras. Apesar de contar com recursos, por conta da demora dos processos de compras, efetivamente o “Tecelendo” começa suas atividades com um tear e alguns poucos materiais de meus trabalhos caseiros.

As atividades inicialmente aconteceram no prédio da antiga Delegacia Municipal, doado à UFRB para a instalação do Centro de Artes de Amargosa – Diversidade, Universidade, Cultura e Ancestralidade (CAsA do DUCA). Essa estrutura exigia uma reforma complexa e, além disso, os estudantes reclamavam do espaço hostil e pouco acolhedor. Por conta disso, a

⁵ Com recurso inicial de R\$ 59.927,00, o “Tecelendo” foi alocado em um primeiro momento na antiga delegacia de Amargosa. Um prédio histórico localizado no centro da cidade e que naquele momento estava em processo de doação à Universidade para criação do Centro de Artes de Amargosa – Diversidade, Universidade, Cultura e Ancestralidade – CAsA do DUCA. Além desse espaço, foi organizada uma turma de alfabetização no período noturno na escola da comunidade rural Três Lagoas. O “Tecelendo” contou com recursos do MEC/PROEXT também nos anos de 2010, 2012 e 2013.

Universidade alugou, no mês de julho, um espaço no qual foi possível montar efetivamente uma estrutura física para as atividades.

O “Tecerendo” assume como um dos principais desafios o movimento de pensar com os sujeitos seus processos de exclusão e a partir disso construir um movimento de educação condizente com sua realidade.

Desse modo, embora houvesse essa busca de convidar os sujeitos de forma diferenciada, desde 2009, o que sempre esteve posto aos educadores ultrapassava o “formato” do convite: a natureza do convite é, de fato, a reflexão mais aprofundada a ser feita.

A educação de jovens e adultos traz em seu cerne o caráter contraditório de uma sociedade que exclui sujeitos do direito ao conhecimento da leitura e da escrita de sua língua. Exclui e justifica porque exclui. Geralmente, são explicações muito conhecidas entre nós: é porque tem família desestruturada, é porque é hiperativo, ou quem sabe tem alguma outra deficiência, ou a mãe é drogada, o pai é vagabundo... enfim, de algum modo esse sujeito é expulso da escola que deveria acolhê-lo.

Anos mais tarde, essa mesma sociedade retorna convidando as pessoas a se inserir no mundo letrado, pregando o quanto esse conhecimento é importante na vida desses mesmos que outrora foram roubados do seu direito. Esse movimento de expulsão/reintegração é feito principalmente pela escola e esconde o processo de seleção de mão de obra na sociedade. A escola separa aos poucos quem caminhará em trabalhos intelectuais e quem fará parte da grande massa de trabalhadores braçais (a divisão social do trabalho).

Essa natureza contraditória gera inúmeros sentidos e sentimentos tanto dos que convidam quanto dos que são convidados a fazer parte de um programa de alfabetização. Segundo os registros referentes ao ano de 2009, um dos primeiros desafios para o grupo foi a confirmação de que mobilizar quem “não sabe ler e escrever” exigiria grande esforço tanto no que tange à criatividade quanto ao compromisso com o Outro.

O trabalho de alfabetização no “Tecerendo” partiu da formação clássica: o convite, o interesse do sujeito, matrículas por disponibilidade de tempo e o desenvolvimento das atividades. Três turmas foram formadas. Esses grupos receberão “nomes” a partir das atividades e discussões com os grupos

específicos. Cada grupo pôde, em discussões, indicar um nome para a turma. Essa movimentação, segundo registros, fez parte das primeiras tentativas de constituir o coletivo no “Tecerendo”.

A turma que acontecia no período da manhã foi denominada **Família Feliz**. Era composta de 25 pessoas entre 20 e 70 anos. Essa turma foi inicialmente organizada por meio de parceria estabelecida com o CAPS (Centro de Atendimento Psicossocial) de Amargosa.

O segundo grupo formado aconteceu no período vespertino. Optaram pelo nome **A União Faz a Força**. Foi composto de 12 senhoras, donas de casa na faixa etária dos 30 aos 65 anos. Esse grupo apresentou um perfil diferente do primeiro. Segundo os relatórios, era marcado por um grande índice de depressão enfrentado pelas mulheres.

Esse elemento contribuirá para a proposição da oficina de Meditação em 2011, conforme apresentarei em momento oportuno. Além disso, questões de gênero foram marcantes. A grande maioria das mulheres não encontrava apoio de seus maridos para frequentar as atividades do Projeto. “O que nos marcou também foi que mesmo sem o apoio as mulheres se desafiaram e passaram a frequentar as atividades, percebendo no projeto uma possibilidade de emancipação”. (Relatório “Tecerendo”, 2009, p. 24).

O terceiro grupo do Projeto “Tecerendo” em 2009 foi o **Três Lagoas**, composto de 13 pessoas, trabalhadores rurais na faixa etária de 16 a 50 anos. Inicialmente, as atividades desse grupo aconteceram na própria comunidade rural e, segundo os registros, foram matriculadas 31 pessoas que não sabiam ler e escrever. “Algumas conheciam as letras, mas em sua maioria o grupo se encontrava no nível das garatujas.” (Relatório “Tecerendo”, 2009, p. 24). Esse grupo era profundamente marcado pela discriminação social. Eram rotulados como os baderneiros da cidade.

As atividades nos três grupos são relatadas em documentos produzidos pelos educadores e também nos relatórios do “Tecerendo”. De um modo geral, o que pudemos perceber é que em todos havia a tentativa de realizar o movimento de alfabetização e dialogar com os conflitos que emergiam no processo. Destes, alguns marcantes diziam respeito às ansiedades do educando de aprender rapidamente, o medo de não aprender, a vergonha da

exposição pelo não saber. Além disso, há registro dos conflitos dos educadores por querer ensinar rapidamente, o medo de não conseguir atingir os objetivos, o desejo de estar preparado para tal atividade etc.

Se por um lado havia a tentativa de construir o coletivo, por outro a separação em turmas apresentou também aspectos negativos, tais como a rivalidade entre os educandos e educadores dos diversos grupos, a falta de circulação de ideias e pessoas nos espaços e a diversidade de atividades. Esses elementos, dentre outros, culminarão na discussão e mudança de metodologia em 2011, que terá como alvo central o fortalecimento do coletivo e a quebra dos movimentos individualistas que as turmas estavam reforçando.

A quebra de preconceitos por meio da realização das atividades talvez seja o primeiro passo para o aprendizado da alteridade dentro do “Tecerendo”. É fundamental em um movimento de educação no qual as pessoas se aproximem e se reconheçam como humanas por mais distintas que sejam. Nos primeiros anos do “Tecerendo”, as turmas vinham carregadas de rótulos e impregnadas de uma visão de mundo preconceituosa e assistencialista por parte dos educadores. Até o presente, observamos que muitos que chegam ainda vêm com muitos preconceitos. Hoje, porém, diferente dos tempos iniciais, há um grupo, há educadores com uma longa caminhada, então as ideias preconceituosas são combatidas em todos os espaços. Dialogam no “Tecerendo”, por exemplo, pessoas de diferentes crenças religiosas: evangélicos, católicos, espíritas, candomblecistas, e ainda aqueles que nem sabem no que acreditam! Esse movimento foi construído também com a construção da metodologia do trabalho.

A turma **Família Feliz**, que trazia consigo o estigma dos “loucos”, foi fundamental para colocar em xeque os educadores que acreditavam que “iam ajudar um pouquinho”. Provaram que podiam aprender a ler, escrever e tecer com a alegria e a diversidade de seus movimentos. Não há registros no “Tecerendo” de qualquer surto ou violência que pudesse justificar a exclusão dos sujeitos daquele grupo nas atividades do projeto. Muito pelo contrário, eles foram, segundo registros, propulsores das mudanças metodológicas da alfabetização no ano de 2011.

Havia o desejo da equipe de ofertar um maior número de atividades no “Tecelendo” para que esse grupo não ficasse restrito a apenas duas manhãs por semana. Com isso, a mudança poderia contribuir na autonomia desses educandos, visto que seguiriam tecendo e escolheriam outras atividades ao longo do dia. É importante o entendimento de que, apesar de todas as contradições, qualquer transformação só acontecerá se existir o que ser transformado. Nesse sentido, concordamos Freire: “para criar alguma coisa é preciso começar a criar. Não podemos esperar para criar amanhã, temos que começar criando” (FREIRE; HORTON, 2003, p. 78).

Em relação à tecelagem, ela é vivenciada por todos para que cada um possa dizer como ela fará parte de seu trabalho enquanto educador. Um tecido feito a diversas mãos é distinto de um com apenas um tecelão. Interessante ressaltar que ao mesmo tempo em que o “Tecelendo” se constitui a várias mãos, as atividades da tecelagem também. Inicialmente contávamos apenas com um tear, um saco de retalhos de malhas, alguns poucos rolos de fios de algodão e muita burocracia a enfrentar. Hoje temos cerca de vinte cinco teares de pelo menos três tipos.

As dificuldades para a aquisição dos materiais do “Tecelendo” sempre fizeram parte do processo ficávamos presos ora a uma rede de leis de compra no setor público, ora ao não saber técnico instalado ou ao reduzido número de servidores para execução desses serviços, além ainda da boa ou má vontade de alguns poucos que dominavam os processos etc. Contudo, os relatórios das atividades indicam que apesar dessa dificuldade o trabalho seguiu.

Quando o “Tecelendo” lançou os primeiros fios em seu urdume e começou as primeiras tramas, nelas também vieram texturas que marcaram, do início aos dias atuais, a experiência do “Tecelendo”: os conflitos e o movimento de lançar o grupo em constantes provisoriedades... O ano de 2009 foi de fato o primeiro movimento. Os educadores que iniciaram o trabalho e fazem parte desta pesquisa relembram com carinho essa época.

Segundo esses educadores, havia um clima de construção e de luta. Apesar da pouca maturidade dos educadores em relação aos processos de ensino e aprendizagem, havia sinceridade, brilho nos olhos, sonhos.

Os registros do ano de 2010 estão carregados de expectativas e intensidade. Havia uma perspectiva de consolidar a estrutura física e o material de trabalho, bem como, ao mesmo tempo, qualificar a proposta pedagogicamente. Nesse sentido, o “Tecerendo” em sua proposta assumia como meta o firmar os passos em sua proposta e ao mesmo tempo construir processos inovadores a partir dos desafios de um contexto cultural marcado pelas violências do assistencialismo, do silenciamento de si e do Outro.

Olhar para a história de construção da metodologia do “Tecerendo” tanto na alfabetização quanto na educação de educadores é perceber a importância da Extensão Popular nos processos de aprendizagem da alteridade e do diálogo.

Em 2010, a caminhada para a construção de uma metodologia enfrentou novos desafios. Duas experiências consideramos relevantes para a reflexão sobre o processo de educação dos educadores no que tange ao aprendizado do diálogo e da alteridade: 1) o desafio de concretizar um processo de alfabetização em diálogo com a tecelagem; 2) o início do Grupo de Estudos Preparatório para o Enem.

A partir da inserção na comunidade Três Lagoas, o “Tecerendo” foi tensionado por membros dessa comunidade a criar um grupo de estudos para os jovens que estavam ansiosos por continuar estudando. Esse elemento é um marco na existência do “Tecerendo”. É o primeiro movimento em que a comunidade diz o que quer em relação ao “Tecerendo” (para além das solicitações de cunho assistencialista) e há um aceite do desafio, propondo inicialmente a oferta da estrutura física e uma educadora para contribuir na articulação do grupo. Não faz parte do objetivo do presente relato aprofundar nossas reflexões sobre o processo de construção do GEPE, isto o leitor encontrará em outros textos que estamos escrevendo.

O ano de 2011 foi marcado por um movimento de transformações. Esse foi o primeiro movimento de transformação do formato do trabalho na alfabetização. Se nos anos anteriores a organização das atividades acontecia em turmas fixas ao longo da semana, em 2011 as atividades passam a ser organizadas em formato de oficinas pedagógicas.

Essas oficinas poderiam ser ofertadas ao longo da semana (dois ou três dias, 6h) e nos três turnos. Além disso, poderia ser ofertada mais de uma oficina por turno, o que abria um leque de escolhas por parte das pessoas. Os temas poderiam também ser variados; a recomendação era de que dialogassem com os interesses dos sujeitos e demandas já observadas ao longo dos anos. Outra novidade diz respeito aos coordenadores desses trabalhos. Anteriormente, a figura do professor estava centrada nos discentes da Universidade, que coordenavam “suas” respectivas turmas. Na nova proposição, qualquer pessoa poderia sugerir e coordenar oficinas. Nesse movimento, o papel do “Tecerendo” era garantir que os processos de alfabetização acontecessem de modo articulado aos interesses propostos nas oficinas.

Com isso, inicialmente, segundo os registros documentais, há um movimento de garantir oficinas de leitura e escrita e tecelagem no eixo das oficinas “obrigatórias”, deixando as demais oficinas no eixo das optativas. Segundo os documentos, o objetivo imediato da mudança de formato das atividades foi atingir o público alvo de maneira mais eficaz: “A organização em forma de oficina teve como objetivo chamar a atenção de jovens, adultos e idosos a participar das atividades do projeto ‘Tecerendo’, uma vez que os tipos de oficinas oferecidas eram as mais procuradas pelas pessoas na comunidade.” Além disso, segundo os registros, outro fator fundamental na reorganização das atividades em oficinas tentava combater a “‘vergonha’ que jovens, adultos e idosos têm em voltar estudar, um dado observado nas antigas divulgações em que convidávamos a comunidade a participar do projeto ‘Tecerendo’”, *‘Um projeto de Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos’*. (Relatório “Tecerendo”, 2011, p. 6). Em relação a esse período, há também o desafio de experienciar o “novo”, o “desconhecido” a partir de proposições próprias.

Com o passar do tempo, esse formato também foi avaliado e modificado como apresentaremos adiante. Porém, ele traz contribuições significativas, pois tensiona o grupo a novos aprendizados: a superação do medo do novo; a horizontalização das relações; o diálogo entre os membros da equipe para superar as crises etc.

Nesse formato, o educador é convidado a assumir o lugar de aprendiz e o educando também é convidado a assumir o lugar de ensinante! Com isso, foram postos em cheque conceitos tradicionais da educação – e que, na prática, precisam acontecer para não nos transformar em meros retóricos.

Hoje, é nos parece lugar comum dizer o quanto os educadores e educandos aprendem juntos no processo, e que o educador tem muito a aprender com o educando. Na prática, esse é um dos aprendizados mais difíceis para um o educador, pois ele carrega impregnada em si a autoridade “do saber”. Do ponto de vista dos papéis sociais, ele é quem detém o conhecimento nessa relação. Isso é cultural, e transformar um elemento arraigado na cultura exige muitos esforços e tempos propositivos. É fundamental que haja muitas experiências de aprendizado coletivo e muitas reflexões sobre esses aprendizados para que possamos nos reconhecer aprendendo com o outro, porque enquanto educadores é preciso ficar “menos importante” do que as pessoas com quem trabalhamos. Destacará Myles Horton: “Antes dessa visão, achávamos que pelo menos éramos iguais às pessoas com quem estávamos lidando. Mas não sabíamos que tínhamos que ficar fora do ato. Nossa função era fazer com que eles atuassem. Aí reagiríamos àquela ação e usaríamos o que pudéssemos para fazer com que funcionasse. Portanto, houve uma inversão total”. (FREIRE; HORTON, 2003, p. 67).

Naquela ocasião, observamos que a mudança de formato de turmas para oficinas causou um silenciamento do grupo e um “medo” em relação a perder a turma. O formato de turmas vinha contribuindo para um revanchismo entre educadores e também fortalecendo o preconceito em relação aos estudantes usuários do CAPS. No momento de reconfiguração do trabalho, apenas uma das educadoras verbalizou seu não visualizar a proposta e sua preocupação com relação a perder sua autoridade, já que não teria mais “sua turma”.

É importante destacar que, com as oficinas, pela primeira vez as pessoas que ingressaram no “Tecerendo” como educandos efetivamente puderam ser reconhecidas no papel de educadores. Em 2011, Valdelice assume a oficina de Crochê, Lailton em conjunto com Roque e Maria a oficina

de Tecelagem I etc, e Maria dos Santos a oficina de Ervas Medicinais. Além dessas oficinas serão organizados trabalhos em torno do diálogo da Meditação, Leitura da Bíblia, Matemática do dia-a-dia etc.

Um limite dessa organização diz respeito ao aprofundamento dos estudos específicos que são necessários a esse formato. Com a organização por oficinas, os educadores precisam se debruçar em estudos específicos relacionados ao trabalho específico e nem sempre isso acontece.

O desafio de lançar olhares à procura de contribuições da Extensão Popular na educação de educadores no “Tecelendo” nos colocou diante dos limites pessoais de cada um dos envolvidos. Como falar dos processos de educação do Outro sem nos perceber também nele, com ele?

O recorte apresentado até aqui da história de realização da Extensão Popular a partir da construção metodológica do “Tecelendo” contribui para um olhar, um ver, uma possibilidade de enxergar um jeito de fazer educação, peculiar, pois que está situado em um tempo, espaço e com sujeitos únicos. O diálogo entre o conhecido e o desconhecido, a produção e a reprodução, a história, a cultura, a Ancestralidade.

Foram vários os tensionamentos presentes no dia a dia; e a necessidade de aprender a olhar para si e para o Outro e a dialogar passaram a ser prioridades. Ao longo dos anos, muitos educadores entraram e saíram das atividades no “Tecelendo”. Foram diversos os motivos. Porém, os que ficaram contribuíram na construção de um grupo com perfil marcante. Há um interesse pelos movimentos de enfretamento dos limites encontrados. Há um comprometimento com a proposta e com o Outro. Essas características são postas aos que chegam ao “Tecelendo”, independente se educador ou educando.

A Extensão Popular contribui na educação de educadores na medida em que possibilita tempos, espaços e experiências a sujeitos que se educam nas relações que estabelecem com o Outro e com o mundo. Além disso, desafia a todos ao processo de reencantamento a partir da alteridade e do diálogo para a construção de novas formas de viver, vivendo.

O movimento de concretização do “Tecelendo” mostra isso à medida que o grupo caminha ao longo do tempo – não de um tempo, mas muitos

tempos. Há o tempo da chegada, o movimento inicial das aproximações entre os sujeitos, as propostas, as comunidades... Há o tempo da busca de se reconhecer nesse tempo, no espaço, no Outro. Há ainda o tempo de caminhar, individual e coletivamente, o de propor, enfrentar os medos, cometer erros e acertos, sorrir e chorar. Há o tempo dos distanciamentos, dos estranhamentos, das dores mais doídas e também das mais regeneradoras. Há o tempo da reprodução, da criação e da transformação. Há o tempo de ser importante e o de deixar de ser importante, o tempo dos sonhos, do amor e das decepções. Há o tempo de aprender que não há nada fixo, estou sendo, vivo vivendo, aprendo fazendo, e o tempo de seguir e o de parar...

A Extensão Popular possibilita esses tempos e espaços, uma vez que, sendo uma dimensão reconhecida dentro de uma instituição que carrega em sua missão social a produção do conhecimento, reclama sua importância de existir. É por meio da Extensão Popular que o “Tecelendo” se faz presente no mundo e se mantém ao longo dos anos, de 2009 até os dias atuais. Não é a dimensão do ensino e a da pesquisa quem constrói o “Tecelendo” dentro da Universidade é a extensão universitária. E não é qualquer extensão, é a extensão universitária na perspectiva da Educação Popular, é a Extensão Popular.

E, por isso, ela contribui também com espaços, pois ela se concretiza e tensiona os sujeitos e as propostas a avançar para além dos espaços internos (o eu, a Universidade) e se relacionar com o Outro (o educando, a comunidade). A Extensão Popular efetivamente se concretiza em espaços para além dos formatos clássicos de sala de aula. Ela estará nas escolas e fora delas, nos hospitais, presídios, favelas, nas praças e cinemas, ela estará onde convidada, onde for proposta. No “Tecelendo” esses espaços também foram aos poucos se constituindo. A escola nas Três Lagoas, a CASA do DUCA, a comunidade Santa Rita, os Postos de Saúde da Família, o Bosque, as feiras de artesanato, a sede. Todos espaços de educação. Espaços em que os sujeitos estavam diante do Outro e de experiências que lhes convidavam a ser educadores comprometidos com o Outro.

Nessa perspectiva, a Extensão Popular é um movimento contra-hegemônico. Não caminha na produção em série de docentes “formados” que

depararão com uma profissão precária, com situações precárias de trabalho e que, precária e passivamente, “darão suas aulas” desconectadas da realidade. Os educadores em processo de educação por meio da Extensão Popular podem até fazer isso, mas será uma opção política assumida para sua vida, não farão isso ingenuamente. Em um processo de educação por meio da Extensão Popular, todos são tensionados e convidados a se comprometer com a vida para além do salário no final do mês, para além da compra do carro, da casa ou da roupinha da moda. Aprendem que existem pessoas em situações desumanas de existência, não porque leram no jornal, nos livros ou ouviram em uma palestra, mas porque, sim, estavam aprendendo com estes em processos de educação por meio da Extensão Popular.

ENTRELAÇANDO SABERES E AFETOS NO EUFROZINO

Célia Aparecida Araujo Lemos, Ana Raquel Martins de Holanda, Caio Cesar Winker e Silva,
Kíssila Santos de Farias, Willey Pereira dos Santos, Betânia Maria Oliveira de Amorim

RESUMO: A extensão universitária surge como um espaço de construção de novos saberes, a partir do entrelaçamento do conhecimento acadêmico com demandas e conhecimento da comunidade. Assim, com a finalidade de atender uma demanda da comunidade e ampliar o aprendizado surge o projeto de Extensão – Sexualidade, Gênero e Adolescência: promovendo discursos e (re) significações assentadas no Eufrozino que assume o compromisso político e ético com os sujeitos da ação educativa. Nas primeiras visitas ao Assentamento nos foi sugerido a ampliação da proposta inicial direcionada aos jovens do assentamento, de forma a contemplar as mulheres. A acolhida da demanda apresentada pela comunidade quanto à realização de oficinas de Corte e costura, faz reconhecer a importância de um saber popular presente na comunidade. Entre linhas e conversas, as vivências de cada mulher vão se construindo como retalhos de costura. Transpor os muros da academia, articulando teoria e prática é um dos principais desafios dos cursos de graduação, que por vezes restringem essa experiência ao momento dos estágios obrigatórios. A extensão universitária surge então como um espaço privilegiado para a construção de novos saberes, a partir do entrelaçamento do conhecimento acadêmico com demandas e conhecimento da comunidade. Compreendemos que nos é imperativo repensar diversos paradigmas e ampliar nosso olhar para que possamos redimensionar a integração entre estes pilares que constituem o eixo fundamental da Universidade brasileira. Assim, com a finalidade de atender uma demanda da comunidade e ampliar o aprendizado tem início em maio de 2015 o projeto de Extensão – Sexualidade, Gênero e Adolescência: promovendo discursos e (re) significações assentadas no Eufrozino. O projeto assume o compromisso político e ético com os sujeitos da ação educativa, o que pressupõe o respeito aos saberes populares. Nesta perspectiva, ao realizarmos as primeiras visitas ao Assentamento e apresentarmos o projeto a comunidade, por ocasião da reunião mensal da Associação Unidos no Campo, nos foi sugerido a ampliação da proposta inicial direcionada aos jovens do assentamento, de forma a contemplar as mulheres vinculadas a referida associação. Ao acolhermos a demanda apresentada pela comunidade quanto à realização de oficinas de Corte e costura, reconhecemos a importância de um saber popular presente na comunidade. Entre linhas e conversas, as vivências de cada mulher vão se construindo como retalhos de costura, formando uma colcha de cuidado e fortalecimento grupal.

Palavras-chave: Integração, assentamento, saber popular.

*Sonho que se sonha só
É só um sonho que se sonha só
Mas sonho que se sonha junto é realidade*

(Prelúdio, Raul Seixas)⁶

Primeiros passos: para começo de conversa...

Transpor os muros da academia, articulando teoria e prática é um dos principais desafios dos cursos de graduação, que por vezes restringem essa experiência ao momento dos estágios obrigatórios. A extensão universitária surge então como um espaço privilegiado para a construção de novos saberes, a partir do entrelaçamento do conhecimento acadêmico com demandas e conhecimento da comunidade. Em outras palavras, ao considerarmos que as atividades de ensino, pesquisa e extensão são complementares e interdependentes, compreendemos que nos é imperativo repensar diversos paradigmas e ampliar nosso olhar para que possamos redimensionar a integração entre estes pilares que constituem o eixo fundamental da Universidade brasileira.

Nesta perspectiva, com a finalidade de atender uma demanda da comunidade e ampliar o aprendizado tem início em maio de 2015 o projeto de Extensão – *Sexualidade, Gênero e Adolescência: promovendo discursos e (re) significações assentadas no Eufrozino*, cuja equipe é formada pela Coordenadora, Professora Doutora Betânia Maria Oliveira de Amorim e cinco alunos do curso de Psicologia. Nesta ação extensionista buscamos “contribuir para que os adolescentes venham problematizar a importância histórico-cultural da sexualidade e das relações de gênero, assim como, o papel destas relações para o desenvolvimento sócio-cultural da comunidade a que pertencem” (AMORIM, 2015). O projeto tem como público alvo o grupo de jovens – *Força jovem: unidos no campo* do Assentamento do Movimento de Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) José Antonio Eufrozino, situado no distrito de São José da Mata - Município de Campina Grande/PB. Pensado a partir dos referenciais teórico-metodológicos da Educação Popular, o projeto

⁶ Raul Seixas, **Prelúdio**. Album Gita – Philips/Universal Music, 1974.

assume o compromisso político e ético com os sujeitos da ação educativa, o que pressupõe o respeito aos saberes populares e a prática dialógica pautada nos interesses dos educandos.

Nesta perspectiva, ao realizarmos as primeiras visitas ao Assentamento e apresentarmos o projeto a comunidade, por ocasião da reunião mensal da *Associação Unidos no Campo*, nos foi sugerido a ampliação da proposta inicial direcionada aos jovens do assentamento, de forma a contemplar as mulheres vinculadas a referida associação.

Acolhida a demanda, uma primeira oficina foi realizada utilizando como estratégias metodológicas a “*tenda do conto*” e o “*planejamento participativo*”. A tenda do conto foi pensada como um momento de apresentação inicial visto que muitas delas, apesar de morar próximas umas das outras não se conheciam. E o espaço da tenda permite isso, se configurando como uma roda de contações de história onde são compartilhados diferentes formas saberes e experiências de vidas. Já o planejamento participativo é uma metodologia que parte do ideal de que o poder se encontra distribuído entre as pessoas do grupo, possibilitando a elas a construção conjunta do futuro almejado. Dessa forma, ele configura-se como um meio de consolidar a participação coletiva nas decisões, permitindo ao grupo de mulheres planejar e criar sua própria prática dentro daquele espaço que passou a ser ofertado. Deste modo, esse primeiro encontro nos possibilitou elencar algumas potencialidades do grupo, entre as quais o interesse pela aprendizagem do corte e costura.

A presente narrativa abordará dois encontros realizados com grupo, onde a partilha de saberes do Corte e costura, constrói novas relações e possibilidades para as mulheres do Assentamento. Cada encontro realizado contou em média com a presença de 12 participantes com idades variando entre 16 e 65 anos. Evidenciaremos aqui como o saber psicológico se coloca a serviço da comunidade, entremeando metodologias participativas cujo objetivo é o fortalecimento da autoestima e das relações interpessoais. E ainda, demonstrar por meio de quais metodologias promoveu-se a aproximação da temática de gênero com a atividade de corte costura.

Caminhos metodológicos

Na facilitação dos encontros adotamos metodologias do tipo participativas, pautadas na dialogicidade e horizontalidade das relações, orientadas pelos princípios da Educação Popular e Psicologia Comunitária. Criadas e recriadas a partir das singularidades do grupo, este modo de intervenção caracteriza-se pela sua abrangência, na medida em que diversos aspectos podem ser observados, a saber: a dimensão física, emocional, social, política e cultural das participantes. Dessa forma, propomos atividades de alongamento corporal, contação de histórias, resgate de identidade, partilha de eventos importantes da própria vida, e, valorização das potencialidades locais e do saber popular.

Os encontros dividiram-se em dois momentos distintos: atividades organizadas e mediadas pelos discentes de psicologia, tendo como foco o fortalecimento dos vínculos entre as mulheres; e oficina prática de Corte e costura, coordenada pelas costureiras da comunidade.

O registro das atividades em *Diários de campo*, garantiu a conservação de elementos significativos a serem refletidos coletivamente nos encontros de supervisão que foram realizados a cada semana. As supervisões tinham como base o referencial teórico da Psicologia Social Comunitária e a Educação popular.

Alinhavando os saberes

Ao acolhermos a demanda apresentada pela comunidade quanto à realização de oficinas de Corte e costura, reconhecemos a importância de um saber popular presente na comunidade. Permitir esse lugar a frente na condução das oficinas possibilitou o fortalecimento de mecanismos para a superação das limitações cotidianas, e, ainda, renunciarmos um lugar de saber ocupado tradicionalmente pela academia. A materialização da assertiva de Freire (1987) quanto à igualdade dos saberes, vivenciadas em nossas práticas, proporcionou aos sujeitos a possibilidade de se descobrirem capazes de aprender e ensinar utilizando metodologias próprias.

Como forma de ilustração para essa questão, recorremos ao episódio em que uma costureira sem habilidade de leitura e escrita, revela a estratégia de cortar em papel o molde para a peça de roupa e antes de cortá-la em tecido, utilizando as letras “F” e “T” para indicarem “Frente e Trás”. *“Não sei ler, mas tenho minha inteligência”*. Com isso a companheira exclama: *“assim eu também consigo”*. Havendo, assim, uma identificação imediata daquela que escuta e igualmente possui limitações na leitura. Tal feito coloca as demais num lugar de também explorar e [re]descobrir seus saberes, Valor e Poder Pessoal⁷.

A aproximação com temática de gênero é feita a partir da reflexão sobre a linguagem das roupas, que falam sobre nós e para nós. Contudo, mensagens estereotipadas podem ser expressas pela vestimenta. As expressões *“roupas de homem”*, *“roupa de mulher”*, *“isso é saia de piriguete”*, *“na minha época mulher não usava calça”*, são exemplos disso. A compreensão da historicidade das roupas faz-se então necessário, para que possamos compreendê-las enquanto elemento culturalmente construído. Além disso, entre agulhas e tesouras travamos diálogos sobre as relações familiares, nos quais elas são estimuladas a reconhecerem qual o lugar que ocupam no interior destas relações.

Para potencializar o conhecimento grupal e a vinculação, propomos dinâmicas semelhantes em ambos os encontros, privilegiando o resgate e partilha de suas histórias pessoais. Neste sentido, valorizamos a individualidade do sujeito e o incentivamos a olhar para o outro, ouvi-lo e nele buscar identificação. Através dessa vivência, possibilitamos o estreitamento e fortalecimento dos laços afetivos que as unem, indispensável na construção do projeto ao qual se propõem, a saber, a criação de um grupo de mães. Laços que conforme identificamos, encontram-se fragilizados, sendo um dos principais desafios a ser superado.

⁷ O valor pessoal é um sentimento-sentido de valor intrínseco que se manifesta quando a pessoa entra em contato com sua própria afetividade. (...) o poder pessoal, é um sentimento-sentido de poder intrínseco que se manifesta quando a pessoa entra em contato com sua coragem de viver, de sentir-se capaz de agir, de influir no mundo, criar seu lugar no mundo (...). (Góis, 2012 p. 113 e 114)

Góis (2012) aponta a prática do Círculo de Encontro como um processo de se fazer presente no coletivo. Segundo o autor, por estar em contato com o outro em profundidade, nele o sujeito se identifica, se solidariza, se entendem e se ajudam. É um espaço onde “os participantes lidam com as condições sociopsicológicas do grupo e a transformação delas” (GOIS, 2012, p.154). Na fala e no gesto são expressas as existências sofridas, mas também a possibilidade de superação.

Quanto a isso, reconhecemos o desejo de transformação como uma potencialidade latente do grupo, que no sonho encontra criatividade para reinventar-se e assumir a condição de sujeito. Ilustra bem essa questão a iniciativa de uma das participantes, ao propor que cada uma das mulheres produza uma almofada utilizando “seus talentos”, e assim com o dinheiro da venda das almofadas investirem em materiais para o grupo. Proposta que lança base para a autonomia, visto que, movimenta mecanismos de autossustentação e autogestão.

Freire (1987) em sua *Pedagogia do Oprimido* procede claramente uma relação entre o pronunciar da palavra verdadeira que é conscientização, e o exercício da ação concreta de transformação, pois o “intercambio solidário da palavra leva ao conhecimento crítico e à ação consciente” (GÓIS, 2012, p.73). Assim, ao proporcionar o encontro de sujeitos e ideias, novos horizontes poderão ser vislumbrados.

A experiência rica em aprendizados para nós discentes tem proporcionado também o presenciar do reconhecimento desse sujeito, fato que incide significativamente na autoestima das mulheres que integram o grupo. Mudanças sutis na postura e na aparência são percebidas, como o uso de batom por exemplo.

As oficinas de costura funcionam como espaço para si. Em meio à diversidade de atividades que compõem o cotidiano dessas mulheres trabalhadoras rurais, conforme ressaltam constantemente por meio da fala, os encontros com o grupo são os espaços do lazer e diversão: “*Aqui a gente aprende, se exercita e se diverte*”. E é neste espaço de saberes, entrelaçados a afetos, sorrisos e brincadeiras, que se entremeia a costura. Entre linhas e conversas, as vivências de cada mulher vão se construindo como retalhos de

costura, formando uma colcha de cuidado e fortalecimento grupal. E nosso movimento segue produzindo (utopias) possibilidades junto a essas mulheres que, ao som da máquina, proporcionam à vida um novo ritmo.

*Nas palavras de Cora Coralina:
a verdadeira coragem é ir atrás de seus sonhos,
mesmo quando todos dizem que é impossível.*

REFERÊNCIAS

AMORIM, B. M. O. **Sexualidade, gênero e adolescência: promovendo discursos e (re) significações assentadas no Eufrozino.** (2015). Universidade Federal de Campina Grande. Disponível em: < <http://extensao.ufcg.edu.br/editais/category/43-edital-propex-02-2015-probex-ufcg.html>>. Acesso em: 25 out. 2015.

BARBOSA, I.S.B. Planejamento Participativo como Instrumento da Psicologia Comunitária: a experiência de Beberibe-CE. In BRANDÃO, I.R. & BOMFIM, Z.A.C. (Orgs.) **Os jardins da Psicologia Comunitária.** Fortaleza: Pró-Reitoria de Extensão da UFC/ABRAPSO, 1999. p. 131-150.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Paz e terra, São Paulo: 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 17 . ed. 23. Reimp. Paz e Terra, Rio de Janeiro: 1987.

FREITAS, M. L. F. O. GADELHA, M. J. A. BARROS, J. RODRIGUES, L. **Tenda Do Conto: um espaço para a sua história nas unidades de saúde da família de Natal-RN.**

GÓIS, C. W. L. **Psicologia clínico-comunitária.** Banco do Nordeste, Fortaleza: 2012.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM POESIA OCUPACIONAL: RELATOS DE UM COTIDIANO POETIZADO

Ana Daniele Linard do Val; Dhyego de Lima Nogueira; Marília Meyer Bregalda; Erickson Franklin dos Santos Miranda; Luanna Bettina de Souza Santos; Raylan Costa da Silva; Joana Rostirolla Batista de Souza

RESUMO: O trabalho tem como intuito compartilhar algumas das experiências vividas durante os encontros poéticos promovidos pelo projeto “Extensão Universitária em Poesia Ocupacional”. As vivências permitem aos alunos e participantes aflorar a sensibilidade e ludicidade intrínsecas de cada um.

Palavras-chave: Poesia, ludicidade, diálogo.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROJETO

O projeto Extensão Universitária em Poesia Ocupacional, desenvolvido no curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba, vem promover vivências, debates e reflexões com ênfase na produção de vida e de sentido a partir da atividade humana e das tecnologias leves de cuidado. Esta iniciativa tem o objetivo valorizar a afetividade, a escuta, o acolhimento de si e do outro. A partir de experiências, relatos, leitura e produção de textos, experimentações de atividades e produções diversas (objetos, vídeos, poesia, música), os estudantes dos cursos da área da saúde da referida instituição estarão mais habilitados a se perceberem como cuidadores potenciais, de si e do outro, em um processo de construção de se tornarem profissionais capazes de atuar na produção de vida e na realização de atividades significativas e cheias de sentido junto às populações atendidas.

APRESENTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

As vivências do grupo têm se constituído de encontros semanais dos quais participam os 16 membros da equipe de execução (13 discentes e 3 docentes do curso de Terapia Ocupacional), que possibilitam inicialmente

momentos de troca e discussão das experiências individuais e coletivas dos participantes. Partindo desses diálogos, é feito o planejamento das atividades a serem realizadas e que, posteriormente, são executadas e avaliadas. Dentre essas atividades, foram criados e produzidos os chamados “varais poéticos”, modalidade de aproximação entre participantes do grupo e demais pessoas que objetivam explorar e aflorar a autoexpressão e sensibilidade sobre temas livres ou estabelecidos conjuntamente.

Neste relato, iremos trazer três experiências ocorridas nestes varais a partir de narrativas poéticas. Esta forma de relatar poderá permitir um compartilhamento mais fidedigno dos fatos vivenciados pelos participantes e expostos ao leitor. As temáticas abordadas foram realizadas entre os meses de maio e julho de 2015 no departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba. As temáticas apresentadas abordaram: a forma de expressar a poesia do cotidiano, a “loucura de cada um” e o empoderamento através da educação popular.

Os recursos utilizados nesses encontros perpassaram desde a fala livre de relatos de vida, utilização de vídeos com imagens deslocadas, encenações disparadoras que facilitavam a problematização e compreensão de um devido assunto abordado, canto livre como expressão de si, até a criação de uma representação simbólica de um varal que foi alocado nos corredores e que convidava as pessoas a “lavarem sua alma com bons sentimentos e estenderem no varal”.

1º VARAL POÉTICO: Temática: EXPRESSANDO A POESIA DO COTIDIANO.

Chamada: “Lave os seus sentimentos e venha estendê-los conosco!”. Data: maio/2015

“O fim de tarde veio de uma maneira bastante agradável. Muitas chegadas repletas de abraços, sorrisos e reencontros. Começamos a organizar a mesa com os comes e bebes enquanto o outro grupo preparava o material

para a construção do varal. Iniciamos o acolhimento fazendo um círculo, as pessoas foram se apresentando e apresentando seus poemas. Quem de nós iria imaginar o quão lindo seria? As pessoas liam seus poemas quase como uma declaração de seu íntimo. Os temas, embora diversos, se completavam entre vírgulas e pontos finais. Alguém comentou sobre as lutas diárias e sobre como a vida muitas vezes está coberta por um tecido fininho. É preciso peito para encarar essas coisas sem tecido, a linha é tênue demais. Outra voz declamou ainda sobre os amores. Os platônicos, os vividos e os magoados. Aqueles que perduram além da morte. Um outro tipo de amor foi ressaltado, aliás, vários tipos foram... o amor estudantil, aquele amor que luta por melhoria, reconhecimento e respeito. Aquele amor que carece de água para germinar. Os temas se conversaram em algum momento, seja pelos sorrisos, cabeças balançado ou ainda joelhos abraçados... o fato é que naquele momento muita magia foi produzida. Ouvi pedidos silenciosos de desculpas, ouvi declarações escancaradas de saudade, vi gritos de ajuda, vi amizades entre professores e alunos se formando. Ouvi cabeças pensantes, ouvi olhos gotejantes e corações na batucada. Os cantos...ah os cantos! O momento da música, vulgo ápice lacrimal, foi tão intenso... Só se viam olhos brilhando. Varal poético, um nome bem condizente com as almas todas que foram lavadas. A riqueza do encontro foi bem maior, não se limitou àquele espaço e nem se limitará. Não lemos poemas, nem cantamos. O que houve ali foi produção de vida, foi escuta qualificada, foi reconhecimento e acolhimento. Estávamos todos buscando e deixando algo. Ouvidos” (Daniele Linard- Bolsita do projeto).

2º VARAL POÉTICO: Temática: A LOUCURA DE CADA UM.

Chamada: “Lou(CURE)-se, a sua loucura parece um pouco com a minha!”.
Data: junho/2015

“O início sempre vem acompanhado de sorrisos, abraços desajeitados e olhares curiosos. Nossa tarde começou tímida. As pessoas foram chegando e se acomodando, receptivas e receptoras. A roda foi iniciada com as apresentações de cada um e logo em seguida a leitura do poema “Lúcida

entre as loucuras”, de Jussara Alves. Alguns alunos fizeram uma intervenção sobre o que era “ser louco” diariamente. Como estamos em processo contínuo de desconstrução e luta Antimanicomial⁸, fomos felizes em propor tal tema, visivelmente ainda bastante estigmatizado e até mesmo marginalizado por aqueles que desconhecem sua importância. O adoecimento mental, diferentemente de outra forma de acometimento, muitas vezes não recebe os cuidados devidos e passa a ser algo que vamos adiando. O fato de não poder tocar e sentir fisicamente faz com que seja algo imaginário ou menos importante. Por isso, dedicamos nossa tarde a uma única pergunta: O que é loucura? Pode ser o vento que nos toca. Não podemos vê-lo ou senti-lo, mas ele existe, é forte e movimenta as folhas ao redor. Pode ser aquele menino que rouba as moedinhas da avó, só para comprar um doce e se deliciar na “loucura” do proibido. Pode ser aquela mulher que finge a felicidade em um casamento ou o companheiro que não enxerga sua triste face. Pode ser aquele coração despedaçado pela dor da perda. Há tanto pra ser ou pra não ser, se for o caso. Nosso varal tornou-se bem mais, ninguém vai lá para simplesmente ler algo. Cada palavra declamada tem história, tem sentimento e “cabimento”. Como a história do José⁹ que falou com orgulho que seria sempre ele mesmo. Ou a história do João¹⁰, ao dizer que para ele: “a loucura era simplesmente uma ruptura com a convenção.” Ambos usuários do CAPS e poetas construídos pela vida. Suas falas ressaltavam o quanto as pessoas são mais do que o diagnóstico recebido, o quanto aquilo dizia minimamente quem elas eram ou as qualidades que possuíam. A desmistificação do rótulo foi muito presente. Encerramos nossa tarde com sorrisos, abraços tipicamente “loucos” em um mundo cheio de normas e normalidades” (Daniele Linard - Bolsita do projeto).

⁸ A realização deste “varal poético” ocorreu após a Semana da Luta Antimanicomial, realizada no dia 18 de maio, justificando o tema proposto.

⁹ Nome fictício de um dos participantes convidados do 2º varal poético, que também é poeta e usuário do Centro de Apoio Psicossocial – CAPS ad, que atende pessoas que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas.

¹⁰ Nome fictício de um dos participantes convidados do 2º varal poético, usuário do Centro de Apoio Psicossocial – CAPS ad, que atende pessoas que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas.

3º VARAL POÉTICO: Temática: EMPODERAMENTO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO POPULAR.

Chamada: “Educa-te: só assim poderá transformar!”. Data: julho/2015

“Nosso encontro teve início com um pequeno vídeo abordando a educação popular; a partir daí, o debate ganhou um leque de pontos relevantes na discussão. Primeiramente, falamos da importância de ressignificar a palavra “educação”, tirar a ideia de que ser educado é simplesmente reproduzir algum conhecimento ou seguir uma linha específica. A educação popular naquele momento estava intimamente atrelada ao empoderamento da população, ao conhecimento empírico da comunidade, aos contextos diários que nos agregam, à sabedoria popular que muitas vezes não está nos livros, está simplesmente na vida ou no chá de hortelã. A escuta foi também abordada como ferramenta chave para o aprendizado. É como: “ouvir o menino de pé no chão reclamando da falta de pão”, “ouvir Maria dizendo para vizinha o quanto se emocionou com o sermão na missa”, “ouvir a ACS¹¹ desejar bom dia”, “ouvir o professor chegando animado na aula e os alunos histéricos a bagunçar”. Ouvir... o que nos parece simples, mas, infelizmente feito sem qualidade na correria diária. Correria essa que atropela muitas histórias. Finalizamos o encontro com os sorrisos e biscoitos de nosso costume e tendo certeza que educar estar além da simples caneta com papel. Essa experiência nos fez remeter a um trecho poetizado pelo escritor Eduardo Galeano, quando diz que: “Muita gente pequena, em lugares pequenos, fazendo coisas pequenas, pode mudar o mundo” (Daniele Linard - Bolsista do projeto).

OBSTÁCULOS ENCONTRADOS E POTENCIALIDADES DESCOBERTAS

O projeto tem encontrado poucos obstáculos, visto que tem trabalhado com algo que toca em uma das necessidades cruciais dos indivíduos na vida

¹¹ ACS – Agente comunitário de saúde, profissional componente do quadro de funcionários da Estratégia Saúde da Família na Atenção Básica à Saúde.

contemporânea: a de serem verdadeiramente escutados e de poderem compartilhar o que lhes vai na alma, sem medo de que isto possa ser mal interpretado e/ou mal recebido. Desta forma, a disponibilidade de participar e a produção de vida que tem ocorrido entre varais, poesias, músicas, cantos e encontros, suplantam dificuldades como a restrição de tempo dos estudantes e professores, bastante atribulados com suas atividades acadêmicas, obstáculo importante que é superado pelo desejo de estar ali, de produzir ações e conhecimentos e de cuidar daquele encontro. Uma dificuldade que merece destaque é a ausência de recurso financeiro para a compra de materiais utilizados nos varais, como materiais plásticos e gráficos, o que é resolvido a partir do rateio das despesas entre os participantes da equipe de execução.

A descoberta de potencialidades ocorre também nesse sentido: a possibilidade de dizer sobre si cantando, declamando, contando histórias, abraçando, observando, faz com que os indivíduos participantes possam vivenciar momentos de criação e construção de novas possibilidades de ser e estar no mundo. Somente para citar um exemplo, observaram-se estudantes usualmente bastante tímidos que cantaram e que, com isso, emocionaram a todos e vivenciaram novos sentimentos de pertencimento.

ENCAMINHAMENTOS/PERSPECTIVAS DELINEADAS

O presente projeto articula-se diretamente ao ensino, visto que parte de experiências vivenciadas na formação dos estudantes da área da saúde da UFPB, a partir de um viés que necessita ser melhor explorado, no sentido de considerar outras formas de expressão e de avaliação que não somente as verbais e escritas.

Espera-se, com isto, formar um estudante que problematize, em sala de aula, os conhecimentos que lhe são apresentados. A partir disto, espera-se também que o estudante adquira um posicionamento crítico e reflexivo nas diversas atividades teórico-práticas que permeiam sua formação, conseguindo olhar para o indivíduo, coletividades e seus fazeres, a partir da complexidade de sua existência. Considera-se de extrema relevância que

essas vivências possam ser sistematizadas e publicadas, por meio de pesquisas a serem realizadas conforme sejam desenvolvidos os encontros. Serão realizados, também, levantamento de literatura referente às temáticas abordadas neste projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As intervenções realizadas puderam ser observadas como meio de estreitar as relações pessoais e sentimentais, enriquecendo o autoconhecimento e respeito pelas singularidades do outro, contribuindo para sua formação enquanto profissional do cuidado e cidadão com um olhar crítico e sensível para as atividades e ocupações humanas.

As experiências de reciprocidade vivenciadas viabilizaram um olhar mais sensibilizado das necessidades e peculiaridades intrínsecas e que por muitas vezes são ignoradas nas relações humanas. Poetizar o cotidiano, neste sentido, cria uma via de acesso ao outro e ao entendimento de como este vislumbra e vivencia o mundo em sua pluralidade.

GRUPO DE ESTUDOS PREPARATÓRIO PARA O ENEM – GEPE: REFLETINDO A FORMAÇÃO DE PROFESSORES A PARTIR DO “QUARTO DE DESPEJO”

Elisabete Ferreira Delfino; Andreia Barbosa dos Santos; Iria Vannuci Barbosa da Silva; Maria Passos Rosa; Ariana Rosa dos Santos Silva; Liziane de Almeida dos Santos

RESUMO: O presente trabalho é um relato de experiência de educadoras do Programa Tecelendo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. O Tecelendo é um programa de extensão da UFRB, localizado no Centro de Formação de Professores – CFP em Amargosa, que surge em 2009 como Projeto de Alfabetização de Jovens Adultos e Idosos, está pautado na perspectiva da Educação Popular e alicerçado no trabalho enquanto princípio educativo.

Palavras-chave: Alfabetização de jovens e adultos, educação popular, valorização dos sujeitos.

O Tecelendo ao longo de sua história vem se organizando como um espaço de formação de professores fundamentando seu trabalho no diálogo, na autonomia, no respeito, no amor, na amizade, na solidariedade, no empoderamento, na responsabilidade, na alegria, na humanidade e no cuidado. Para tanto, caminha na direção da valorização dos sujeitos através do desenvolvimento das dimensões histórica, profissional, social, econômica, familiar, espiritual, política, emocional, corporal, cultural e artística. Dessa forma, sua proposta é caminhar na direção da emancipação dos sujeitos tomando como base sua primeira condição de dignidade “o trabalho” e a partir dele agregar os demais elementos da cidadania plena: saúde, educação, segurança, lazer etc.

O presente texto tratará dos nossos aprendizados enquanto educadoras no GEPE desenvolvido no Tecelendo no ano de 2015, mais especificamente nas atividades com o Livro de Carolina Maria de Jesus “Quarto de Despejo: Diário de uma favelada” e com o filme Carandiru, proporcionando-nos um aprendizado voltado para a desconstrução da desumanização e a construção da humanidade do ser humano.

O GEPE – Grupo de Estudos Preparatório para o ENEM é um dos projetos desenvolvidos pelo Tecelendo, constituído por jovens e adultos que pretendem ingressar na universidade. Esse projeto tem como objetivos principais: formar novas lideranças na cidade de Amargosa; possibilitar a discussão acerca do ingresso de jovens e adultos de bairros periféricos e zona rural de Amargosa no mundo do trabalho e no ensino superior; trabalhar em uma perspectiva metodológica diferenciada do cursinho pré-vestibular relacionando diversas áreas do conhecimento; proporcionar o exercício da expressão verbal e escrita.

Temos como centralidade metodológica a ação-reflexão-ação, nossas ações são sempre refletidas para que possamos estar no constante movimento de qualificar nossa prática. Utilizamos dinâmicas que promovam o diálogo entre o conhecimento e o envolvimento participativo dos alunos nas discussões realizadas.

No modelo tradicional do cursinho a relação professor e aluno é muito bem definida pela posição detentor e receptor do conhecimento. No GEPE ao contrário existe a interação, a valorização dos diversos saberes e o aprendizado conjunto que são aspectos importantes das discussões acerca da metodologia de trabalho.

No momento em que iniciamos as atividades de planejamento para o ano de 2015, fomos apresentadas à escritora Carolina Maria de Jesus e seu livro “Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada”, leitura obrigatória para o semestre, tanto para as professoras e professores quanto para os estudantes do GEPE. Durante a leitura do livro de Carolina, nos deparamos com a favela enquanto “quarto de despejo” da grande cidade de São Paulo “Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres e cristais, seus tapetes de veludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo”. (p.38)

Essa fala de Carolina nos trouxe uma grande inquietação, se a favela é o “quarto de despejo” em meados dos anos 1950, como poderíamos chamar os presídios nos anos atuais? Esse questionamento nos levou a pensar no filme Carandiru como forma de trabalhar “o ser humano como objeto descartável” dentro da sociedade capitalista.

Dessa forma, o filme foi inserido no planejamento para fomentar a discussão do “quarto de despejo” x o sistema prisional brasileiro. Entre os dias 12 e 13/05 foram feitas a leitura fílmica de Carandiru e sua respectiva discussão. A partir do debate sobre o filme foram levantadas questões que norteariam o desenvolvimento dos trabalhos no GEPE durante o ano de 2015.

Algumas das falas que ficaram mais latentes foram: “Sou a favor da pena de morte”; “Não me preocupo com a morte de bandido”; “Sou a favor da Redução da Maioridade Penal”; “Os caras sofrem tanto lá dentro né? Então morrer acaba com o sofrimento! ”; “Ah eles estão lá dentro porque foi uma escolha deles!”. Nesse momento conseguimos perceber como o discurso dominante estava presente na fala dos estudantes e o quanto eles não tinham consciência disso. Segundo Paulo Freire “O grande problema está em como poderão os oprimidos, que “hospedam” o opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação”. (2005, p.34-35)

Freire continua dizendo que “na medida em que se descubram “hospedeiros” do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora. Enquanto vivam a dualidade na qual ser é parecer e parecer é parecer com opressor, é impossível fazê-lo”. Dessa forma Freire diz que “a pedagogia do oprimido é considerada um instrumento para esta descoberta crítica a dos oprimidos por si mesmo e a dos opressores pelos oprimidos, como manifestações da desumanização”. (2005, p.34-35)

Ainda de acordo com Freire, na fala dos estudantes está presente a lógica de seu pensamento condicionada a sua história de vida enquanto oprimidos. Dessa forma, procuramos desenvolver atividades nas quais eles

pudessem se colocar no lugar do outro, levando em consideração este outro como ser histórico, social e político.

Um exemplo dessas atividades foi a formação de dois grupos para a realização de um Júri Simulado sobre a Redução da Maioridade Penal, nos quais quem era contra a redução ficou no grupo a favor e quem era a favor da redução ficou no grupo contra.

Outra atividade a leitura fílmica do documentário “Sobreviventes – A história depois do Carandiru”, no qual, durante as discussões os estudantes revelaram sua surpresa com relação ao “poder fazer universidade enquanto se está preso”, com a possibilidade de “recuperação” do ex-detento e ainda a sua colaboração com a sociedade que o excluiu e a condição de abandono sofrida por ele enquanto detento e a sua nova condição de vida como ex-presidiário.

Tivemos um fato muito importante que aconteceu no período das aulas, um grupo de estudantes foi assaltado na saída do Tecelendo, o assaltante não levou nada porque queria celulares mais sofisticados e as estudantes abordadas não tinham. Mas o importante foi a forma como eles encaram esse fato, disseram “é por isso que somos contra a redução da maioridade penal!”, e começamos um processo de mobilização iniciado com a construção de vídeos contra a violência na cidade de Amargosa.

Foram desenvolvidas várias atividades ao longo desse período, porém por se tratar de um relato de experiências não haveria espaço para discorrer sobre todas elas. No entanto, o que pudemos perceber nesse processo foi uma mudança substancial na fala e no comportamento dos estudantes, por exemplo, com relação ao comportamento eles saíram do “eu não posso fazer nada!” para “e o que a gente pode fazer?”, com relação a fala saíram da indiferença para a indignação.

A caminhada não é simples e as coisas não acontecem como um passe de mágica, o movimento com os jovens é constante, sentimos a necessidade de mais tempo para nossos planejamentos, mas com o tempo que tínhamos conseguimos fazer com que eles estivessem sempre conectados. A

flexibilidade também esteve sempre presente em nossas atividades, se os estudantes tivessem um assunto importante para eles e quisessem discutir, tinham espaço para isso, remanejávamos o planejamento, mas não podíamos perder o que estava deixando-os inquietos.

Os resultados desse processo ainda são embrionários, mas destacaram indicativos de que esse movimento caminha na perspectiva da construção da humanidade do ser humano, buscando mudanças nas metodologias que possam trabalhar os conteúdos relacionando-os com a vida e contribuindo com a nossa formação enquanto professoras. Dessa forma, temos consciência que estamos todos em processo de aprendizagem e ainda temos muito o que nos aperfeiçoar.

No Programa de Extensão Tecelendo nos vemos envolvidos em um processo de formação docente de educadoras e educadores críticos e progressistas, dessa forma, estamos constantemente refletindo criticamente sobre nossa prática. Essa reflexão se dá nas dimensões coletiva e individual, pois de acordo com Freire desde o início da nossa experiência formadora, precisamos nos assumir enquanto sujeitos também da produção do saber, compreendendo de forma definitiva que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para que a sua construção ou produção aconteçam.

Nesse sentido, nós nos percebemos como educadoras, aprendendo tanto quanto os educandos e aí se encontra outra máxima de Freire “Ensinar inexistente sem aprender e vice-versa (...)”. Ao contrário daquela professora que sabe, que “possui o conhecimento” e chega em sala de aula para ensiná-lo ao aluno, nós nos formamos uns aos outros e caminhamos juntos na direção na nossa própria emancipação.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação popular na escola cidadã**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

FREIRE, Paulo e HORTON, Myles. **O caminho se faz caminhando:** conversas sobre educação e mudança social. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

_____, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 57. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

JESUS, Maria Carolina de. **Quarto de Despejo.** Diário de uma favelada. 9.ed. São Paulo: Ática, 2007.

SOUZA, João Francisco de, 1944. **E a educação popular: ¿¿O Que??** Uma pedagogia para fundamentar a educação, inclusive escolar, necessária ao povo brasileiro. Recife: Bagaço, 2007.

O TRABALHO COM IDOSOS NA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO NA FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA CEDEC BOA ESPERANÇA E SUA CONTRIBUIÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL¹²

Joanielly Kelly da Silva

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo fazer uma reflexão sobre a importância da extensão para a formação profissional em serviço social e a sua contribuição para a comunidade. O ponto de partida é a experiência da ação desenvolvida com um grupo de idosos por bolsista do PET Conexões do Saberes, Grupo Comunidade Urbana, na Fundação Fé e Alegria, no Centro Fé e Alegria localizado em Lagoa Azul, Natal/RN. O estudo tem como referência analítica os fundamentos da educação popular e do pensamento de Paulo Freire para quem a extensão precisa assumir uma perspectiva educacional, que proporcione aos participantes a liberdade para pensar e fazer suas próprias reflexões sem domesticação. A metodologia envolveu a realização de pesquisa bibliográfica e sistematização a partir de relatórios das atividades desenvolvidas com o grupo de idosos atendidos pela referida Fundação. A análise realizada revela a significativa importância que a prática extensionista possui para uma formação de excelência, não só para os alunos de serviço social mas para alunos de qualquer curso. Por outro lado para as comunidades que participam das ações, a extensão favorece uma maior presença da universidade nestes espaços e a troca de saberes e práticas. No caso do grupo de idosos com o qual as ações formativas foram desenvolvidas observa-se que estes são capazes de apreender novos conhecimentos e exercerem o seu papel de agente de mudança e de multiplicadores em sua comunidade. A disponibilidade e disposição do grupo foram importantes para que a prática extensionista realizada conseguisse potencializar nos sujeitos envolvidos a criticidade e o protagonismo.

Palavras-chave: Idosos, formação crítica, vulnerabilidade social.

Introdução

A extensão constitui uma das finalidades da universidade; dentro do

¹² Este relato de experiência foi sistematizado por Joanielly Kelly da Silva Graduanda em serviço social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN bolsista do grupo PET- Conexões de saberes Comunidades Urbanas, sob a tutoria da Prof. Dra. Iris Maria de Oliveira- UFRN

tripé ensino, pesquisa e extensão. Mas essa experiência não é vivida por todos os alunos, o que representa um saldo negativo não só para o aprendizado profissional desses alunos, mas também para a sociedade já que essa situação incide sobre o nível de qualidade dos profissionais que estarão no mercado de trabalho para a prestação dos seus serviços técnicos.

A importância da extensão na construção do conhecimento na academia, pode não ser entendida de modo correto por grande parte do seu público alvo e até mesmo por um número significativo dos discentes que realizam atividades de extensão, pois esse termo, “extensão”, apresenta uma polissemia. Por exemplo, pode significar; transmissão de algo; entrega de algo; tamanho de algum espaço, tamanho de parte do corpo humano; prolongamento de alguma situação ou de um sentimento. Para o campo acadêmico a extensão é compreendida como o ato do aluno de estender à comunidade, do território em que vive, os conhecimentos adquiridos durante o seu curso, e para aqueles que cursam uma universidade pública é tão obrigatória quanto é importante pois quem arca com os custos da educação pública é o conjunto sociedade civil, sobretudo a classe trabalhadora (FREIRE, 1983).

Entretanto, seu significado não deve ser compreendido na forma restrita de imposição do conhecimento aos que são participantes das ações de extensão, utilizando-se da persuasão como instrumento para a aceitação dos saberes ditos “corretos”, os científicos, negando assim o potencial de transformação da realidade que os sujeitos possuem. A extensão deve desenvolver uma perspectiva educacional que proporcionam aos participantes liberdade para pensar e fazer suas próprias reflexões sem promover domesticação. Realizar uma “extensão educadora” no sentido de que, os que estão conduzindo a ação não exerçam um papel de detentor de todo o conhecimento, mas que façam das suas intervenções espaços de troca de saberes onde o extensionista também aprende. É através da extensão que busca desenvolver um processo de educação que será possível desvelar algumas das aparências do real, através de atividades que estimulem a participação e o diálogo possibilitando o alcance de uma visão de totalidade (FREIRE, 1983).

A extensão realizada em uma perspectiva educativa é um desafio para todo extensionista, pois ele deve adquirir a capacidade de realizar constantemente uma autoavaliação, durante o desenvolvimento do seu projeto de intervenção na comunidade, para não cometer o erro de fazer imposição do seu conhecimento acadêmico. Esse trabalho adquiri uma especificidade ainda maior quando o público alvo é o da terceira idade. É sobre essa experiência de trabalho com esse público que este relato se propõe a discutir.

O texto está organizado da seguinte forma, sobre a extensão na academia e sua parceria com as ONG's, fará um breve comentário acerca da extensão, abordado na portaria do programa de educação tutorial (PET), e no plano de desenvolvimento da institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), abordando também a importância das organizações não governamentais (ONG's), enquanto um espaço para ações de extensão em comunidades populares. O texto traz ainda um pouco do contexto histórico, que tem demandado a expansão das ONG's no Brasil. E apresenta a experiência de extensão que o grupo interdisciplinar PET Conexões do Saberes/ Comunidades Urbanas realiza no bairro Lagoa Azul, Zona norte de Natal/RN. O item seguinte trata do trabalho extensionista do PET conexões do Saberes/ comunidades urbanas na Fundação Fé e Alegria do Bairro Lagoa Azul. Faz uma caracterização Fundação Fé e Alegria, parceira do grupo PET já citado em ações de intervenção, abordando como surgiu e qual os serviços prestados a comunidade, tomando como foco de análise o centro de desenvolvimento comunitário (CEDEC) Boa Esperança, como são denominados as sedes da Fundação Fé e Alegria. Para tanto utiliza dados da pesquisa *“Pobreza, desigualdade social e violação de direitos de crianças, adolescentes e jovens nos bairros Lagoa Azul e Felipe Camarão em Natal RN.”* Para apresentar o bairro de Lagoa de Azul, local em que está situada, além de tratar da ação realizada com o grupo de idosos.

Em seguida o texto aborda acerca da perspectiva do trabalho de extensão com idosos na linha de educação popular, faz uma breve análise dos idosos em Natal, buscando dados da pesquisa citada anteriormente, no anuário Natal dentre outras fontes, complementando com o relato pessoal de

bolsista do grupo PET, citado anteriormente, sobre a sua experiência na realização de atividades de extensão com o grupo de idosos da Fundação Fé e Alegria abordando as particularidades existentes nesse trabalho; e por último as considerações finais, fazendo uma reflexão sobre a importância da realização da extensão para a formação profissional, especialmente para a graduação de serviço social.

A pareceria com as ONG's: Caminho para potencializar a extensão universitária

As ONG's fazem parte da realidade brasileira desde o período colonial, e sua efervescência está diretamente associada ao processo de mudanças políticas e da relação do Estado com sociedade civil, pelo qual passou o Brasil no início da década de 1990. Durante os anos de 1980 a forte atuação que os movimentos sociais desempenhavam, começou a passar por um processo de enfraquecimento, sendo vários os motivos que contribuíram para esse fato; como as alterações que ocorreram nesse período em relação a gestão, avaliação e implementação das políticas públicas, o desgaste das práticas participativas na vida social; o surgimento das organizações sindicais assim como de entidades que tinham a função de englobar movimentos sociais, especialmente os que buscavam o direito a moradia; mas o que fundamentou os motivos que estão relacionados ao processo de despolitização pelo qual passou a sociedade civil brasileira nesse momento, foi a expansão das ONG's, que praticamente substituiu a função dos movimentos sociais (GOHN, 2003). Articuladores e organizadores que lutavam por seus interesses políticos por meio dos movimentos sociais, passaram a agir através de dinâmicas institucionais das ONG's preparando pautas para encontros, seminários e também engajando-se em assuntos eleitorais. O eixo de negociação com Estado havia mudado, antes ele era um inimigo que passou a ser um aliado necessário das ONG's para realização de funções que cabiam as políticas públicas. Durante os anos 1990 as ações pontuais das poucas organizações não governamentais que já existiam no país, intitucionalizam-se, e juntam-se a várias outras que surgiram

nesse período, passando a direcionar as suas ações para viabilizar o maior financiamento possível do fundo público para realização do trabalho de atribuição das políticas sociais (GOHN, 2003).

Durante a última década do séc. XX e no transcorrer do séc. XXI observamos que continua no Brasil o crescimento das instituições não governamentais, devido a intensificação da retração do Estado na área social sob orientação da política neoliberal, chegando então, em várias comunidades dos Estados brasileiros atendendo demandas das mais variadas ordens, suprimindo a carência de assistência para as necessidades que as famílias dessas comunidades apresentam. Diante disso as ONG's quando parceiras das universidades podem ser um espaço importante para a realização de atividades como a extensão universitária, exemplo disso são as ações trabalhadas por alunos petianos da UFRN em Natal/RN.

O ingresso em uma instituição de ensino superior pode significar um distanciamento, e até mesmo um estranhamento, desses ingressantes, com a realidade das comunidades populares, implicando em uma polarização entre conhecimento acadêmico e senso comum. As atividades de extensão têm integrado planos de desenvolvimento de instituições de ensino superior, mantendo uma articulação com os processos de ensino e pesquisa, objetivando uma maior circulação de informação e experiências que ultrapassem os limites físicos das universidades, objetivando oferecer uma formação profissional crítica e o compromisso social dos seus alunos; Objetivos e princípios esses, presentes no plano de desenvolvimento de institucional 2010/2019 da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

O programa de educação tutorial (PET), não somente na UFRN mas também em outras universidades federais, tem representado um espaço considerável para a produção, reprodução e desenvolvimento do conhecimento acadêmico. Em consonância com o plano de desenvolvimento da universidade e com a sua normatização, fundamenta-se no tripé ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2010). Faz parte dos deveres do aluno bolsista durante a sua permanência no grupo a participação em atividades que

compreendem tal tripé com o intuito de formar profissionais em perspectiva ampla, com espírito crítico, e de cidadania (BRASIL, 2010).

Diante da importância e contribuição da extensão, a qual oferece ao aluno, a articulação entre teoria e prática, houve a necessidade de buscar espaços para a inserção dos alunos do PET em extensão. Nesse contexto surgem parcerias que trazem resultados positivos para os que executam a ação como também para o público atendido, como é o caso das ONG's. O grupo PET Conexões do Saberes/ comunidades urbanas da UFRN desde 2011 vem desenvolvendo pesquisas em parceria com a Fundação Fé e Alegria nos bairros onde está localizada. A partir disso passou a realizar projetos de extensão desenvolvidos com alunos "petianos". As ações ocorrem duas vezes por semana, nos dois CEDEC's da Fundação, situados em Natal/RN nos bairros de Felipe Camarão e Lagoa azul; Bairros compostos por uma população que sofre fortes privações em relação a garantia dos seus direitos sociais. Este grupo PET é interdisciplinar, no entanto, as ações de extensão aqui apresentadas são conduzidas atualmente por alunas bolsistas do curso de serviço social, dividindo-se entre os dois CEDEC's, e visam a realização de formações políticas com os jovens, crianças, mulheres e idosos que são usuários dos serviços oferecidos pela Fundação Fé e Alegria. Os temas discutidos seguem a matriz de temas elaboradas pela instituição ou podem ser pensados pelos próprios extensionistas de acordo com o seus grupos de trabalho.

A extensão do PET conexões do Saberes/ Grupo Comunidades Urbanas na Fundação Fé e Alegria do Bairro Lagoa Azul

O Bairro de Lagoa Azul, localizado na zona norte de Natal/RN, tem um ritmo de crescimento populacional acelerado. Dados de últimos estudos realizados pela Secretária Municipal de Planejamento de Natal (SEMPLA) em 2003, demonstrou que os índices de qualidade de vida (IQV), levando em consideração dimensões de renda, educação, e meio ambiente, mostrou que o Bairro tem um índice de IQV de 0,4, ocupando assim a posição de 27 num ranking composto por 36 bairros, oscilando sempre entre as baixas e médias

posições, chegando a alcançar o nível mais baixo de 0,1 ficando na 29 posição. O índice de IQV especificamente para as categorias educação, obteve 0,57, e para o meio ambiente obteve um IQV de 0,52, números que comprovam que a zona norte da capital potiguar é uma das regiões que apresenta os piores índices de qualidade de vida (OLIVEIRA, 2014).

Informações da mesma pesquisa realizada pela SEMPLA, nos mostram como é extremamente deficitário o acesso à educação, das mais de 18.000 crianças e adolescentes, a rede de ensino pública no Bairro. Apresenta, pois cobertura insuficientes para o atendimento de toda a demanda, além de possuir uma avaliação negativa em relação a sua qualidade, ficando com o índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) na média ou inferior a do município que está em torno de 3,3 pontos. Na avaliação do uso dos serviços de infraestrutura do município, apenas 20% das residências do bairro são atendidas pela rede de esgotos, a outra parte utiliza-se de fossas sépticas, valas e vias públicas para descartar o esgoto; toda essa realidade, a qual nos mostra o estudo, sobre o sucateamento do direito a educação e da falta de um mínimo de conforto para viver dignamente configura um grande absurdo, ainda mas sendo esta uma das regiões mais populosa de Natal. Para se ter uma ideia no ano 2000 Lagoa Azul tinha 50.413 habitantes e em 2008 atingiu 61.747 habitantes, sendo então considerado o segundo Bairro mais populoso de Natal, perdendo apenas para Nossa Senhora da Apresentação. Diante dos fatos podemos entender que Lagoa Azul é uma comunidade em que seus moradores enfrentam grandes dificuldades, para desenvolver projetos que estão sempre no horizonte de realização de cada sujeito, devido a realidade de baixa da renda, precário acesso à educação, e aos serviços de infraestrutura da cidade (OLIVEIRA, 2014).

Como abordado anteriormente, a Fundação Fé e Alegria desenvolve suas ações em dois pontos distintos de Natal; os Bairros de Felipe Camarão e de Lagoa Azul. No Rio Grande do Norte a Fundação existe desde 1995 e trabalha com a perspectiva da educação não formal, promoção da evolução não só da leitura, em si, mas do hábito de ler através da biblioteca comunitária, com o objetivo de superar as condições de vulnerabilidade social

(FÉ E ALEGRIA, 2015). A Fundação Fé e Alegria é uma organização não governamental, sem fins lucrativos ou econômicos que oferece a comunidade, moradora da localidade onde possui sede, ações beneficentes de caráter, educativo, cultural e de promoção social.

Fundada por iniciativa da ordem religiosa da companhia de Jesus, possui atuação diversos Estados da federação. O seu centro de atividades situado em Lagoa Azul, possui uma organização eficaz, ótimos recursos físicos e humanos de diferentes áreas profissionais, desde os responsáveis pela higiene, limpeza do espaço físico, alimentação dos usuários e funcionários da ONG, até os que compõe a equipe diretiva e a equipe de referência os quais fazem parte a assistente social, a bibliotecária, a pedagoga, o coordenador e os articuladores. Os articuladores são pessoas que dividem as suas funções com relação as questões culturais, representação da instituição e organização de atividades para os círculos de formação política.

Os grupos atendidos pela instituição, são divididos em mulheres, idosos, crianças e adolescentes, que participam de diversas atividades pensadas de acordo com as características de cada grupo e também com a realidade em que vive essas pessoas. Por exemplo, segundo relato da assistente social do CEDEC Boa Esperança, atividades como formação política não interessa as mulheres já que as suas prioridades imediatas resumem-se em inserir-se em uma atividade econômica lucrativa. O que orienta as atividades da instituição para os usuários é o sistema de círculos, que dividem-se em 4 tipos: círculo pedagógico; círculo de cultura, esporte e lazer; círculo de formação política e o círculo de economia de educação ambiental e economia solidária. Há um planejamento contínuo sobre as atividades que serão realizadas nas oficinas, nas rodas de conversa entre outras atividades.

A partir dos resultados das dinâmicas realizadas nos ciclos e das demandas que se apresentam, em um trabalho em conjunto com a equipe do CEDEC de Felipe Camarão, é elaborado um plano de ação em cada início de ano, com princípios norteados pelo sistema de ciclos, tendo como objetivo principal fortalecer a convivência familiar e comunitária de crianças e

adolescentes do bairro de Lagoa Azul.

A Fundação Fé e Alegria no auxílio a sua prestação de serviços, possui vínculos com universidades particulares e pública, sendo a parceria com a universidade federal (UFRN) muito mais enriquecedora para os dois lados, segundo opinião da assistente social do CEDEC Boa Esperança, já que são os únicos a propor uma ação de extensão junto as atividades desenvolvidas na ONG. A instituição é financiada pela ANEAS (Associação Nobrêga de Educação e Assistência Social). A capacidade de atendimento é de 260 pessoas, número que infelizmente não é suficiente para atender a todas as solicitações de matrícula.

Entre as ações de extensão realizadas por bolsistas do PET Conexões de Saberes/ Grupo Comunidades Urbanas no CEDEC Boa Esperança no bairro de Lagoa Azul, está a experiência com um grupo de idosos. Desde outubro de 2014 esse grupo recebe o acompanhamento de uma bolsista do referido grupo PET vinculada ao curso de serviço social, atuando durante as formações políticas, abrindo-se assim, um espaço riquíssimo de potencialização do aprendizado e troca de conhecimento entre todos os envolvidos nesta atividade.

A perspectiva do trabalho de extensão com idosos na linha de educação popular

Em relação ao município de Natal a pirâmide etária indica que a população entre 60 e 64 anos correspondem a pouco mais de 4%, sem levar em consideração os idosos que estão acima dessa faixa etária, o que indica que Natal é uma cidade que conta com um número expressivo de idosos compondo a sua população (NATAL, 2013). Apesar de ser um segmento da sociedade que dispõe de uma política própria que normatiza a garantia de seus direitos, é um grupo que sofre com as violações de direitos, e o trabalho junto a idosos, torna-se então, tão necessário como as demandas dos jovens e adolescentes, e mais ainda para contribuir para a quebra do paradigma de que os idosos não aceitam novos conhecimentos e de que não podem ser, então, multiplicadores.

Para as atividades de extensão que fazem parte da ação desenvolvida pelo PET Conexões com o grupo de idosos da instituição, ou em qualquer outro espaço que seja possível o trabalho com esse grupo social, é necessário que as pessoas envolvidas na ação e principalmente o extensionista leve em consideração alguns aspectos; a) não esquecer de qual é a perspectiva de extensão adequada para uma intervenção na comunidade que não produza uma “domestificação” para quem participa das ações, mas que possibilite o desenvolvimento de uma visão crítica em relação aos acontecimentos e as relações estabelecidas em seu cotidiano, potencializando a capacidade de realização de mudanças dos sujeitos na vida em sociedade; b) a necessidade de reconhecer todo o potencial que a educação não formal representa para o aprendizado e para o processo de transformação social, pois ela caracteriza um outro caminho para realização da educação, além da educação do tipo formal, que segue em direção dos interesses populares, entrando em consonância com os objetivos da extensão que busca proporcionar independência de pensamento, a educação popular não pode desconsiderar as contradições que são inerentes em nossa sociedade e o potencial de transformação que elas abrigam (CENDALES, 2006) ; c) ter sempre a preocupação com o modo de abordagem que será realizada já que o público alvo tem especificidades próprias que requer de quem conduz as atividades considerar os limites físicos, e as barreiras que os valores morais internalizados durante o decorrer da vida representam para execução das dinâmicas em grupo e de como irá conduzir assuntos considerados polêmicos.

Esses três aspectos norteiam a ação realizada pela bolsista do PET Conexões durante as formações políticas e as demais atividades, desenvolvidas semanalmente, com o grupo do CEDEC Boa Esperança contando com o apoio e as orientações da assistente social. A extensão com os idosos vem ocorrendo da seguinte maneira: O projeto buscou desenvolver ações de suporte ao círculo de educação ambiental e economia solidária da fundação, tendo em vista que um dos objetivos, além de realizar formações políticas foi de retomar a ideia de construção de uma horta para os usuários, já que as atividades relativas a esse círculo não estavam mais sendo

oferecidas a comunidade por falta de oficinairos. Assim, até o presente na fundação, a extensão da referida bolsista realizou-se através de dois eixos, organização com o grupo de idosos e com profissional técnico em agroecologia para o andamento das atividades da horta e a realização de formações políticas com temas ligados a realização dessa atividade.

Cada formação realizada teve um objetivo e um conteúdo diferentes, por exemplo; proporcionar ao grupo uma discussão sobre os diferentes tipos de hortas, tais como, as hortas verticais e horizontais, foi apresentado também uma breve definição de horta, utilização de vídeo sobre hortas na cidade, em que o grupo pôde conhecer as novas ideias de aproveitamento de espaços, utilização de instrumentos caseiros e de simples acesso, para a montagem de cultivos de hortaliças no espaço urbano, abrindo oportunidade de discussão sobre o vídeo. Também houve a discussão de a humanidade tem cuidado do meio ambiente utilizando o recurso audiovisual da apresentação do vídeo “Rio+ 20 desafios da sustentabilidade”. A partir do que foi visto e ouvido abriu-se o espaço para conversa sobre o que mais chamou a atenção do grupo e comentários sobre a atual situação de degradação e poluição ambiental. Após estes momentos de debate, cada participante produziu um desenho sobre o que foi trabalhado com eles, seguido de uma socialização dos resultados; para seguinte pergunta: como a sociedade tem se organizado a respeito da questão ambiental? Por meio de uma roda de conversa e com o subsídio de informações buscadas no site da prefeitura do município do Natal sobre o código de meio ambiente da cidade e reportagem da imprensa local sobre a poluição dos rios da cidade. Finalizando com a colagem no quadro de cartões coloridos com compromissos que possibilitam a mudança da relação das pessoas com o cuidado do meio ambiente. Todos os temas e materiais a serem trabalhados foram planejados antecipadamente e foram sistematizados em um plano de trabalho.

Esses exemplos permitem uma ideia de como ocorre a dinâmica de cada formação política. No entanto o diferencial dessas formações é o preparo e o cuidado necessário com o planejamento de cada formação, pois além de ser atrativa, dinâmica e afastar-se de um modelo de palestra, deve também não exigir muito do esforço físico dos participantes, a Interatividade deve

ocorrer preferencialmente por meio de apresentações orais, atividades que incentivem a produção de desenhos ou cartazes, ou seja, permitindo que o grupo fique sentado e confortável, o que caracteriza um desafio constante, para fazer de cada encontro um momento satisfatório de discussão e aprendizado mútuo, sem esquecer o objetivo da educação popular:

Potencializar as capacidades materiais, institucionais, organizativas e culturais das pessoas e dos grupos com os quais o trabalho é realizado. Assim, proporciona novas formas de relação, espaços nos quais seja possível vivenciar a participação, a democracia, a solidariedade; questiona estilos de exercer a autoridade e a liderança social contrários aos valores anteriores e, ainda, apoia a construção e o fortalecimento de experiências e iniciativas voltadas para a reivindicação das demandas sociais, culturais e econômicas, bem como a participação na tomada de decisões (CENDALES, p. 14-15, 2006).

Considerações finais

A experiência da extensão durante a formação profissional é uma dimensão de grande importância para o aprendizado profissional, tanto quanto a obrigatoriedade da participação nas aulas dos componentes curriculares do curso. Prova disso é o reconhecimento de sua contribuição para vida acadêmica pelo plano institucional da UFRN e pelo programa de educação tutorial (PET). Porém ambos, precisam ampliar esse reconhecimento para além da sistematização formal e criar mais possibilidades para que uma quantidade maior de universitários possam participar de atividades ligadas à extensão, mas nenhum um esforço nesse sentido terá valor se os extensionistas em sua atuação na comunidade fizerem do seu trabalho uma simples extensão, no sentido de estender o seu conhecimento, sem potencializar a sua ação para uma intervenção que instigue a criticidade e o protagonismo dos sujeitos.

Nesse sentido a reflexão sobre a ação do PET Conexões do Saberes/ Grupo Comunidades Urbanas com o grupo de idosos constitui uma experiência a partir da qual podemos avaliar a importância de um trabalho na

perspectiva da extensão educadora e da educação popular.

Esta proporciona uma grande contribuição para a vida de cada um que se fez presente as ações de extensão, sendo um opinião manifestada pelos próprios participantes ao serem perguntados sobre o assunto.

Durante as formações políticas entraram em contato com dados e informações que desconheciam e que foi importante para que refletissem melhor sobre temas em que demonstraram ter “opinião fechada” e esse espaço representou a chance de repensá-las. Além da percepção que o trabalho com idosos, apesar de apresentar suas especificidades em relação a sua execução, é tão válido como o desenvolvido com crianças e adolescentes, pois mesmo estando na terceira idade são capazes de aprender novas interpretações e fatos da realidade e exercerem o seu papel de agente de mudança e multiplicadores em sua comunidade.

No que se refere a contribuição da extensão para formação profissional de serviço social, o ganho para o/a aluno em processo de formação é enorme. Serviço Social não pode ser compreendido apenas na sala de aula. A atuação desse profissional tem como objeto de atuação as relações sociais, leitura da realidade, resposta as mais diversas demandas que são expressão de uma sociedade extremamente injusta e opressora, expressões da “questão social”; esse objeto de atuação com o qual lida o assistente social em seu cotidiano de trabalho, precisa de uma intervenção qualificada que somente esse profissional pode oferecer. Entrar em contato com esse fazer profissional antes do estágio, paralelo aos estudos das disciplinas obrigatórias para a formação, faz toda a diferença para compreensão da profissão do assistente social em formação.

Diante dessa discussão é possível afirmar que experiências de extensão são essenciais para uma formação de excelência não só para os alunos de serviço social, mas para outros graduandos de curso, e mais ainda para a comunidade, por permitir que a universidade chegue até eles por meio de programas como o PET ou outros programas e projetos que também cultivem a prática da extensão, compondo um fator preponderante na contribuição da construção de uma nova sociabilidade.

Referências

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de oliveira. Rio de Janeiro, paz e terra, 13ª ed, 1983.

GONH, Maria da Glória Marcondes. **Os sem terra, ONG's e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização.** São paulo: 3ed. Cortez, 2003.

BRASIL, Ministério da educação. **Portaria Nº 976, de 27 de julho de 2010.** Regulementa o programa de educação tutorial (PET). 2010.

NATAL (Rio Grande do Norte). Secretária municipal de meio ambiental e urbanismo. **Anuário Natal 2013.** Natal, RN, Semurb: 2013.

CENDALES, Lola; MARIÑO, Germán. **Educação não formal e educação popular: para uma pedagogia do diálogo cultural.** São paulo: edições Loyola, 2006.

OLIVEIRA, Iris Maria de. Et al.(orgs). **Relatório da pesquisa: Pobreza, desigualdade social e violação de direitos de crianças, adolescentes e jovens nos bairros Lagoa Azul e Felipe Camarão em Natal RN.** 2014.

Fé e Alegria. **Regionais: Rio Grande do Norte.** Disponível em : <[http://www.fealegria.org.br/sys/conteudo/visualiza_lo15.php?pag=;feabra;paginas;visualiza_lo15 &cod=9208&secao=512](http://www.fealegria.org.br/sys/conteudo/visualiza_lo15.php?pag=;feabra;paginas;visualiza_lo15&cod=9208&secao=512)> acesso em: 10/08/2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** Rio de Janeiro, 2010.

PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E POÉTICAS

CADERNO DO SABER: (RE)CONSTRUINDO A HISTÓRIA DO ASSENTAMENTO AOS OLHOS MIRINS

Conceição Cristina Pereira dos Santos; Emmanuel Barbosa da Silva; Gehise Cristina
Rodrigues da Silva; Maria das Vitórias Gomes da Silva

RESUMO: O presente trabalho consistiu de um caderno, intitulado “(Re)construindo a História do Assentamento aos Olhos Mirins” é fruto de atividades pedagógicas (rodas de conversas) e oficinas) com crianças do pré escolar e da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª anos da Escola Francisca Simões localizada no Assentamento Retiro no município de Cuité. Com estas atividades, além de permitir diálogo entre assessoria técnica social e ambiental com a Escola, mediou o auto conhecimento das crianças com o seu lugar. Garantir processos de ensino e aprendizagem a partir da realidade do semiárido, como estratégia pedagógica, é o principal elemento da educação contextualizada, fundamentada nos princípios da educação do campo. Esta educação têm sua relevância no aspecto sócio transformador que permite aos sujeitos a intervenção na realidade a qual estão inseridos.

PALAVRAS-CHAVE: Diálogo, educação contextualizada, transformação da realidade.

RESUMOS EXPANDIDOS

A EXTENSÃO POPULAR COMO PRÁTICA TRANSFORMADORA DA FORMAÇÃO EM SAÚDE, ONDE APRENDIZADOS SIGNIFICATIVOS ULTRAPASSAM A SALA DE AULA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ana Paula Maia Espíndola Rodrigues; Pedro José Santos Carneiro Cruz

RESUMO: Nesse trabalho, apresentaremos alguns aprendizados significativos no campo da Extensão Popular, a partir de um relato de experiência construído em primeira pessoa, e protagonizado pela autora principal, sob orientação do co-autor. Pensando sobre a minha trajetória dentro da Universidade, percebo que, muito antes de escolher em quê iria me formar, já sabia que queria fazer algo diferente. Enxergava que a realidade do mundo não me agradava e que parte da responsabilidade era minha. Para conseguir mudar o mundo, precisava primeiro mudar a mim. No entanto, a inércia me fez encalhar nas minhas próprias inquietações e no meu desejo de mudança. Quando ingressei na universidade para cursar Nutrição, conheci, através de uma professora do Departamento de Nutrição, a proposta do Programa “Práticas Integrals de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica”, o PINAB, no qual a autora principal atua desde 2012, e a partir do qual escreve esse relato.

Palavras-chave: Extensão Popular, Vivência em Comunidades, Formação em Saúde.

As ações de Extensão Universitária orientadas pela Educação Popular têm agregado potentes sentidos como práticas transformadoras da formação em saúde de diversos estudantes em todo o país. Nesse trabalho, apresentaremos alguns aprendizados significativos nesse campo a partir de um relato de experiência construído em primeira pessoa, e protagonizado pela autora principal, sob orientação do co-autor.

Pensando sobre a minha trajetória dentro da Universidade, percebo que, muito antes de escolher em quê iria me formar, já sabia que queria fazer algo diferente. Enxergava que a realidade do mundo não me agradava e que parte da responsabilidade era minha. Para conseguir mudar o mundo, precisava primeiro mudar a mim. No entanto, a inércia me fez encalhar nas minhas próprias inquietações e no meu desejo de mudança.

Quando ingressei na universidade para cursar Nutrição, conheci, através de uma professora do Departamento de Nutrição, a proposta do Programa “Práticas Integrals de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica”, o PINAB. Vi então a oportunidade que esperava há tempos. Percebi que me inserir em uma comunidade era a oportunidade de conhecer pessoas que vivem em circunstâncias diferentes da minha, ultrapassar os muros que me cercavam e compreender a vida para além da minha realidade social particular. Foi através da experiência que venho adquirindo a partir de minha vivência na Extensão, facilitada pelo PINAB, que muitas coisas mudaram em mim, inclusive minha forma de pensar e ver o mundo. Mudei, também, a minha forma de me relacionar com as pessoas, me despendo de alguns preconceitos e compreendendo o sentido de princípios como a amorosidade.

O meu primeiro ano no Programa não foi nada fácil, ao longo do trabalho que desenvolvia junto ao grupo operativo que atuava em uma Escola Municipal, abordando o tema da participação popular com crianças. Utilizávamos dinâmicas, esquetes, cordel e gincana, contribuindo na discussão sobre as responsabilidades que possuem frente a seus direitos e deveres. No entanto, nossa pouca experiência e dificuldade em trabalhar tais temas com crianças, assim como os constantes problemas de horários na escola que impediam nossas atividades, foram nos desmotivando. Além disso, após algumas reflexões, pude perceber que o que fazíamos era preponderantemente transmissão de conhecimento de forma lúdica e não um processo pedagógico com abordagens facilitadoras da visão crítica, do protagonismo dos sujeitos e da transformação social. Com isso, era recorrente a vontade de desistir e jogar tudo para cima. Parecia não haver amor ou sentido no que eu fazia; até que, no ultimo dia de atividade do ano, em uma gincana sobre o tema, algumas crianças me surpreenderam e me fizeram ficar apaixonada por aqueles rostinhos sorridentes e espertos que lembravam tudo o que a gente tinha conversado o ano inteiro. A cada prova realizada, os estudantes da Escola se sentiam importantes e motivados. Durante todo aquele ano, não entendi bem porque eu continuei no Programa, mas depois de ver aqueles sorrisos, soube que minha vontade era não largar mais aquela comunidade.

Após dois anos de vivências, em 2014, pude participar da proposta de construção da Horta Comunitária na Boa Esperança (comunidade de atuação do PINAB). Foi nesse espaço que o processo dialógico e o compartilhar de saberes se tornou mais evidente para mim. Aprendemos juntos (estudantes e professores universitários, moradores da comunidade, trabalhadores de saúde locais) todo o processo prático de construção da horta, conhecendo as diferentes formas de se utilizar cada erva e planta medicinal, buscando também proteger e preservar a nascente do Rio às margens do qual a Horta foi construída, compreendendo também o porquê da quantidade de lixo próximo àquele espaço. Percebemos que, mais do que uma simples placa de “Não jogue lixo aqui”, era necessário buscar de forma coletiva meios para que a

coleta fosse apropriada, e que melhor do que “fazermos o certo” era “fazermos juntos”.

Um dos momentos ímpares vivenciados na Horta Popular Boa Esperança (assim nomeada por todos) foi uma oficina de produção de “lambedor”, um medicamento popular e fitoterápico, em que uma moradora da comunidade ensinou a adultos, crianças, extensionistas, médico, agentes comunitários de saúde e residentes da Unidade de Saúde da Família (USF) que abrange o território, como fabricar um xarope caseiro com as plantas medicinais cultivadas no próprio espaço da Horta. O diálogo entre o médico e a moradora da comunidade sobre os benefícios das plantas medicinais consistiu na concretização do compartilhamento de saberes e experiências, onde o científico e o popular se encontraram e percebem que são distintos na linguagem, mas têm ambos o mesmo potencial e importância na construção de processos de melhoria da vida das pessoas.

No decorrer de todas as nossas idas e vindas, das dificuldades e desafios que encontramos ao longo do processo de trabalho de sensibilização e mobilização da população na construção da Horta, uma questão que sempre provocou nossa reflexão foi o fato da inconstante participação popular em algumas das frentes de ação que buscamos impulsionar junto a comunidade. Dentro do que conseguimos constatar, percebemos que muitas questões são mais problemáticas globais que especificamente locais. Algumas delas relativas ao tímido sentimento de pertencimento ao território em que se vive. Para muitos comunitários, é ainda tímido o sentimento de que se pode fazer mais e de que se pode modificar a realidade ao nosso redor.

É notável, quanto a isso, que nas comunidades em que atuamos junto ao Programa, os reflexos dos muitos anos de promessas não cumpridas por alguns mandatários públicos e políticos forjaram corações calejados e endurecidos pelas mentiras e trapaças eleitoreiras, dificultando o trabalho de sensibilização e estímulo a organização e mobilização que tentamos executar. É comum escutar de algumas pessoas do território perguntas como: “O que vocês estão ganhando com isso?”. Ao parar para refletir sobre tal questionamento, penso que a questão deveria ser “o que nos motiva a fazer isto?”. E se me pergunto isso, sem dúvidas posso responder utilizando uma fala de São Paulo, em sua Carta aos Romanos: “Não vos conformeis com este mundo, mas transformai-vos”. Da mesma forma, reitera Paulo Freire que nós, seres humanos, não estamos no mundo para a ele nos adaptar, mas para transformá-lo. Para tanto, é preciso “fugir” da nossa zona de conforto e buscar meios de modificar o que nos incomoda, o que acreditamos não estar coerente do ponto de vista humanístico.

Portanto, em minha visão, não é preciso ganhar nada em troca para isso, apenas o sentimento de contribuir para a construção de um mundo melhor. Isso não se faz apenas sentado em uma cadeira, dentro de casa ou em uma sala de aula – embora seja importante também –, mas se faz,

necessariamente, com uma inserção radical no mundo. Por um mergulho crítico, pró-ativo e participativo na realidade social, compreendendo as relações ali construídas e buscando estratégias para a problematização e a sua transformação.

A Extensão Popular me proporcionou também enxergar a Nutrição para além de seus aspectos clínicos, técnicos e dietéticos; para além dos nutrientes minuciosamente calculados e adequados. Pude perceber que, ainda hoje, muitas pessoas não possuem o mais básico para viver, como alimento de qualidade e em quantidade suficiente. Talvez, a questão alimentar nem seja o problema mais preocupante daquelas famílias e que, além do direito à alimentação adequada e saudável, é necessário que outros direitos essenciais sejam garantidos para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional.

Foi devido ao sentimento de que podemos fazer mais que me inscrevi no PINAB, logo nas primeiras semanas de meu ingresso na Universidade. Continuo ainda hoje na Extensão Popular, estando ainda mais presente e ativa nesse espaço do que propriamente no curso de Nutrição, em seus espaços tradicionais. Hoje tenho a plena certeza de que os melhores e maiores aprendizados adquiridos não foram dentro da sala de aula, mas principalmente se deram fora dela. Percebi que nossa formação não começa quando entramos na Academia e não se encerra quando saímos. Muito pelo contrário, nossa formação começa quando ultrapassamos os muros que nos prendem e, assim, nos deparamos com a realidade, e nessa nos inserimos de maneira compromissada, permanente, regular e crítica, onde não apenas podemos observar e ver processos e pessoas, mas conhecer, interagir e protagonizar, em conjunto, uma construção compartilhada de saberes, lutas e trabalhos sociais.

O COMPROMISSO DO EXTENSIONISTA COM A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: A VIVÊNCIA COM OS INDÍGENAS NA PARAÍBA

Sheyla Virgínia Lins Rocha; Alice Ribeiro Viana de Carvalho; Willian Fernandes Luna; Mirella Tarragô Melibeú; Aline Barreto de Almeida

RESUMO: A partir das atividades do Projeto de Extensão “landé Guatá” na comunidade indígena, as lideranças locais solicitaram atuação em uma aldeia em território não demarcado, com dificuldades de infra-estrutura, sendo área de conflito pela posse de terra. Iniciamos com um diagnóstico sócio-sanitário levantando informações sobre as condições individuais e coletivas, definindo prioridades que foram abordadas em um segundo momento, numa ação de saúde com profissionais da SESAI em três frentes: saúde bucal; qualidade da água e destino do lixo; e assistência à saúde das famílias. A aproximação entre academia e comunidade possibilitou que atores responsáveis e/ou envolvidos no cuidado daquela aldeia se mobilizassem para identificar problemas e executassem ações iniciais.

PALAVRAS-CHAVE: Mobilização, compromisso, transformação social.

Contextualização

O Projeto de Extensão “landé Guatá”, do tupi Nossa Caminhada, composto por docentes e discentes de medicina de uma faculdade privada da Paraíba, buscou estabelecer um diálogo intercultural compreendendo a extensão universitária como via de mão dupla (MELO NETO, 2001). Os extensionistas realizam visitas mensais à comunidade Potiguara do estado da Paraíba, quando realizaram visitas domiciliares, reuniões de comunidade, conversas com as lideranças, além de reuniões teórico-reflexivas semanais na faculdade, quando são realizados aprofundamentos, avaliações e planejamentos. Comunidade e academia constroem juntos uma nova realidade, a partir da imersão gradual dos estudantes na comunidade Potiguara do estado da Paraíba. Durante atividades desenvolvidas na Aldeia São Francisco, foco do acompanhamento das famílias do Projeto, o cacique solicitou o desenvolvimento de atividades em uma comunidade com grandes dificuldades de infra-estrutura, chamada Itaepe. A Aldeia Itaepe fica localizada fora da área demarcada de terras indígenas Potiguara, mas dentro do território reivindicado, entre a Terra Indígena Potiguara e o Rio Camaratuba. Apesar de haver divergência entre a nomeação da comunidade como aldeia, por não estar em área demarcada, optamos em utilizar a denominação de aldeia, conforme tem

sido utilizado pelas lideranças locais. A aldeia fica cercada de latifúndios de cana-de-açúcar, sendo área de conflito pela posse da terra. Neste texto, temos o objetivo de refletir sobre os desafios e potencialidades da extensão universitária na experiência vivenciada em uma aldeia indígena em território não demarcado.

Apresentação da experiência

Partindo da demanda trazida pelas lideranças, o grupo planejou realizar um diagnóstico sócio sanitário visando a reunir informações para planejamento de ações (MONKEN, 2005) que pudessem instrumentalizar e colaborar para a melhoria das condições de saúde na Aldeia Itaepe. Nesse momento, equipes de extensionistas ficaram responsáveis por coletar dados da “ficha A” da Estratégia Saúde da Família, dialogar com lideranças locais e a população, mapear a área, fazer registro fotográfico e conhecer as necessidades de saúde locais. O Projeto buscou realizar parceria com a equipe da SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena), que é responsável pela atenção à saúde em todo o Território Indígena Potiguara, que se prontificou a participar da ação de forma integrada. A atividade aconteceu durante todo um sábado, quando se constatou alto índice de cáries e problemas gengivais nas diversas faixas etárias, necessidade de atenção integrada voltada à promoção de saúde e atendimento individual referente aos programas da atenção básica, ausência de tratamento adequado de lixo e água, além de destino de fezes e urina a céu aberto. Além de instrumentalizar o grupo para a realização de um novo momento na Aldeia, as informações obtidas foram utilizadas pelas lideranças locais para discutir questões da comunidade com o Ministério Público e solicitar melhorias para aquela população (IANDÉ GUATÁ, 2015).

Assim, em maio de 2015, foi realizada uma Ação em Saúde objetivando trabalhar com as prioridades elencadas, tendo como focos orientar a comunidade a respeito da prevenção de doenças e promoção da saúde e estimular indivíduos a serem atuantes nesse processo. A parceria com a SESAI foi importante, com participação de uma equipe de saúde composta por nutricionista, enfermeira, psicóloga e odontólogas. Também houve participação de membros do Grupo de Trabalho sobre Questões Indígenas da Universidade Federal da Paraíba (GTI), composto por estudantes universitários potiguaras, o que potencializou as ações e favoreceu o envolvimento e autonomia dos responsáveis locais. Foram selecionadas três prioridades a partir dos problemas apresentados na primeira atividade em Itaepe, sendo planejadas três frentes: saúde bucal; qualidade da água e destino do lixo; assistência à saúde das famílias. Na saúde bucal conversamos com as crianças sobre a importância de uma dentição hígida, alimentação saudável, traumatismo dentário e higiene bucal; realizamos escovações supervisionadas e aplicações tópicas de flúor, após evidenciação do biofilme dentário.

Com os adultos foi discutida a importância do autocuidado, o autoexame de boca e fatores de risco e prevenção do câncer, além de distribuição de folders e kits de higiene. O grupo de qualidade da água e destino do lixo levou imagens para as crianças colorirem enquanto conversavam sobre os cuidados com esses. Para os adultos, os integrantes do GTI entregaram cartilhas construídas com indígenas, abordando os principais pontos para eles e associando ao conhecimento popular, sobre os cuidados com a água. A frente de assistência à saúde realizou visitas domiciliares em todas as residências com a preocupação de identificar problemas prioritários, realizar promoção e prevenção à saúde e exame clínico quando necessário, além de complementar dados coletados no primeiro momento com vistas a construir um prontuário de família. O grupo levou consigo uma pequena quantidade de medicamentos, disponibilizados pela SESAI, que puderam ser dispensados logo depois dos atendimentos.

A aproximação entre academia e comunidade possibilitou que atores responsáveis e/ou envolvidos no cuidado daquela comunidade se mobilizassem para identificar problemas, prioridades, bem como executassem ações iniciais. Foi possível realizar atividades educativas e preventivas a partir da troca de saberes e estímulo a hábitos saudáveis, principalmente junto aos problemas identificados; dialogar com os moradores e lideranças sobre as formas de enfrentamento à temática do lixo, de forma que a população conscientize-se acerca dos problemas do acúmulo de resíduos na comunidade. No entanto, sabemos que essas atividades foram pontuais, ressaltando-se a importância da continuidade dessas ações de promoção à saúde buscando sempre a autonomia dos sujeitos e a valorização das práticas de autocuidado.

Das ações planejadas inicialmente, algumas não aconteceram devido a dificuldades: o tempo chuvoso impediu a realização da atividade educativa com adultos sobre o lixo; o hipoclorito de sódio para distribuição estava vencido, tornando responsabilidade da SESAI a distribuição em um novo momento; não foi coletada a amostra de água para análise por indisponibilidade do agente de saneamento; houve resistência para realização da escovação supervisionada e aplicações tópicas de flúor pelos adultos; unidade móvel da saúde bucal estava indisponível o que impossibilitou o atendimento clínico. Apesar das ações terem sido bem sucedidas de modo geral, os problemas identificados no processo do diagnóstico sócio-sanitário continuam existindo, pois a aldeia segue sem água tratada ou poço, sem coleta regular de lixo e sem equipe de saúde responsável pela vigilância e atenção à saúde da população de forma continuada, já que a SESAI garante equipes apenas nas aldeias em terras demarcadas.

A partir desta vivência, podemos considerar que as ações em saúde podem ser realizadas de forma pontual, mas devem ousar continuidade e autonomia do sujeito como ator de sua própria história. As mudanças propostas não podem ser elaboradas apenas pela academia, mas devem ser resultado do diálogo com a comunidade, para que sejam possíveis e exequíveis, para que

não se trate apenas de melhorar os problemas momentaneamente, mas sim de fortalecer o indivíduo como um todo e incentivá-los a definir suas prioridades e suas necessidades de melhoria. No caso dos indígenas, isso é potencializado, pois sua união e respeito mútuo os fortificam de forma individual e coletiva. No desenvolvimento de ações como estas, os alunos extensionistas tiveram a oportunidade de aprender a importância do trabalho em grupo, do planejamento, da comunicação e empatia: é preciso compreender o outro para poder pensar junto soluções.

Ao se deparar com dificuldades na execução de atividades planejadas, o grupo necessitou superar limites impostos por adversidades e ter capacidade de adequação e improvisação quando necessário. Focar a ação na capacidade de cada indivíduo da aldeia qualifica a educação médica e evidenciou, junto com a parceria de outros atores, o caráter transformador social da extensão universitária, pois deste encontro saem diferentes os extensionistas, os indígenas e profissionais que atuam com esta comunidade.

Referências

CAMPOS, Francisco Carlos Cardoso de; FARIA, Horácio Pereira de; SANTOS, Max André dos. Planejamento e avaliação das ações em saúde. 2 ed. Belo Horizonte: Nescon/UFGM, Coopmed, 2010. p. 33-79.

FREIRE, Paulo. O Compromisso do Profissional com a Sociedade. In: Educação e Mudança, Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Terra, 1981. IANDÉ GUATÁ, Projeto de Extensão. Relatório de ações na Aldeia Itaepe. Relatório Técnico. Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba, 2015. 22p.

MONKEN, Maurício; BARCELLOS, Christovam. Vigilância em saúde e território utilizado: possibilidades teóricas e metodológicas. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 898-906, Junho 2005.

MELO NETO, José Francisco de. Extensão Universitária – uma análise crítica. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2001. 240 p

MOREIRA, Bianca de Figueiredo; PEDROSA, Fellipe Lopes; ROCHA, Sheyla Virginia Lins; ALMEIDA, Aline; LUNA, Willian Fernandes. Construindo o diagnóstico sócio sanitário da aldeia Itaepe: experiência do projeto de extensão IandéGuatá. In: Congresso Paraibano dos Estudantes de Medicina, 7., 2014, João Pessoa.

UM NOVO OLHAR PARA FORMAÇÃO A PARTIR DA EDUCAÇÃO POPULAR

Danyelle Nóbrega de Farias

RESUMO: A Educação Popular em Saúde (EPS) encontrou-me no 4º período do curso de Fisioterapia, o Projeto estimulou a vencer medos e encarar o mundo profissional. A academia nos transmite pouca confiança para abordar o outro, fazer algum tipo de ação, ser criativa e construir algo fora da sala de aula, a EPS nos permite autoconfiança e autonomia por fazê-lo. A experiência amplia a concepção de saúde, forma profissionais mais humanizados, reflexivos e socialmente comprometidos.

Palavras-chave: Autonomia, humanização, desafios, educação popular.

A Educação Popular em saúde encontrou-me no 4º período do curso de Fisioterapia diante de uma formação voltada ao modelo curativista, reabilitador e tradicional dos cursos da saúde. Ao ser selecionada para o Projeto de Extensão Popular Fisioterapia na Comunidade, tive acesso a uma realidade antes desconhecida. O projeto atuava nas comunidades Grotão e Maria de Nazaré, bairros marcados por eventos incompatíveis entre si: de um lado as ruas tranquilas, com tráfego e barulho reduzidos, mistura de povo, raça e cor, do outro a feira, assim como a Unidade de Saúde da Família, repletas de gente, com muito barulho, crianças chorando, gestantes passando, idosos quase se desequilibrando - muitos usando bengalas, e por aí vai. O som era alto! Recordo-me da melodia...

Fomos ao território, aquele que aprendemos ainda crianças nas aulas de geografia, com suas demarcações, particularidades de solo, relevo e vegetação. As ruas em que passamos não eram calçadas, sem saneamento básico, o terreno era íngreme, as casas construídas sem seguir um devido padrão. O território mostrou-se como revelador das dimensões política, cultural, econômica, histórica e religiosa, tendo assim conexão direta ou indiretamente com o eixo saúde.

Desta forma, inicialmente a sensação com o trânsito um tanto desorganizado, muitas casas de reciclagem, crianças, animais, senhoras e o tráfico, todos na mesma calçada, foi de sofrimento. De um lado a Unidade de Saúde da Família, do outro a escola, atrás uma igreja, e ao lado gente... Gente descalça em esgoto, gente alimentando seus filhos e seus bichos com a mesma mão, uma gente que eu desconhecia e até aquele momento me assombrava, porque eu acreditava na cultura televisiva da miséria e do caos, mas a sensação era de que a vida na comunidade pulsava diferente; então após o desejo de desistir do projeto, veio a decisão de continuar, de descobrir a afetividade que os então ditos apaixonados sentiam.

E foi no meio dessa gente que eu aprendi a lidar com tantas outras cores, sons, formas e jeitos. O que foi medo passou a ser dedicação e rotina, acordar e ir ao Grotão era uma sensação de desafio e gratidão por passar a me enxergar no social, como parte daquela realidade e de agente transformadora por meio da problematização, da construção de vínculos, das reflexões, e da autonomia que a Educação Popular me fornecia.

Além da metodologia do projeto, éramos um grupo, estudantes de todas as áreas dentro de uma comunidade, vivendo e refletindo suas práticas. De início fomos grupo, logo nos tornamos uma equipe pela partilha dos saberes, das vivências, dos objetivos, das decisões, pela escuta, pelo planejamento em conjunto, pelo crescimento, e pelas vezes em que muitas das vezes ficamos de “mãos atadas” e no coletivo refletimos sobre soluções. A experiência teve sucesso no que tange o trabalho interdisciplinar, facilitando o olhar para a prática que logo eu teria que ter no meu exercício de ser fisioterapeuta.

O Projeto estimulou a vencer medos e encarar o mundo profissional. Desenvolver um trabalho pautado nos princípios da educação popular é sempre um desafio rodeado de expectativas, alegrias e, por vezes, decepções por não se conseguir alcançar os objetivos da forma planejada. A academia nos transmite pouca confiança para abordar o outro, fazer algum tipo de ação, ser criativa e construir algo fora da sala de aula. Entretanto, com a autonomia que nos foi dada pelo “Fisioterapia na Comunidade”, faz surgir um sentimento de capacidade e de que “eu posso”. Percebeu-se no dia-a-dia a credibilidade oferecida a nós estudantes ao acreditar na capacidade e na potencialidade de

cada pessoa, posso dizer que a extensão popular nos faz enxergar como pessoa (analisando nossos limites e potencialidades).

Com o tempo, todos os participantes do projeto tornam-se sujeitos, cada um do seu jeito, porém todos em crescimento com o “fazer aprendendo” e “aprender fazendo”.

O projeto abrangia visitas domiciliares, grupos, lutas sociais, o acompanhamento da equipe, a convivência entre os acadêmicos e com outros protagonistas das camadas mais populares, assim sendo, nos fez amadurecer, aprender que as desigualdades sociais são brutais e estão em nosso cotidiano; mas as ações de enfrentamento das políticas públicas para estes problemas são tímidas e pouco os escutam, e nós, enquanto sociedades e sujeitos, somos responsáveis também por esta luta de classes e por mudanças.

Certamente, a descoberta das potencialidades, da força do trabalho coletivo e da importância de escutar o outro foi o aprendizado mais significativo que pude acumular durante os anos como extensionista popular, especialmente porque isto gera a necessidade de articular metodologias e arranjar novas maneiras de realizar esta escuta, e proceder com a abordagem do cuidado fisioterapêutico a partir desse referencial. Foram três anos de “formação paralela”, com complementaridade da formação pessoal e acadêmica, à medida em que este me propiciou experiências diferenciadas com visões inovadoras primordialmente nas áreas de saúde e educação.

Para além dos resultados vivenciais, o projeto Fisioterapia na Comunidade apresentou resultados no tocante às atividades desenvolvidas, dentre outros, a prevenção e promoção à saúde da população, a consolidação da autonomia em nível individual e coletivo, o fortalecimento das lutas populacionais, a otimização das conquistas sociais, a maior integração com as Unidades de Saúde da Família e o desenvolvimento de ações em conjunto com a comunidade. O apoio e a participação junto às organizações comunitárias determinaram conquistas importantes, explicitadas na ampliação do número de indivíduos engajados, no surgimento de formas de reivindicação melhor referendadas e no fortalecimento das já existentes.

Portanto, a Educação Popular por meio do projeto de extensão Fisioterapia na Comunidade foi um espaço relevante para minha formação acadêmica, possibilitou uma vivência diferenciada em serviços da Atenção Básica, me aproximou da realidade social dos sujeitos das classes populares e fez com que pudesse enxergar os saberes populares, dessa maneira, ressignificando o conhecimento no processo de complementaridade entre o saber técnico e o saber popular que, à medida em que se fazem juntos, se estabelecem vínculos, emancipam-se sujeitos e formam-se atores sociais mais autônomos.

Ademais, por meio desta atuação compartilhada, pude compreender a importância do trabalho interdisciplinar na determinação da promoção, prevenção e manutenção da saúde, bem como a enxergar a complexidade dos aspectos relacionados ao estado de saúde do indivíduo.

O conhecimento e convívio com estudantes das demais áreas da saúde introduzem no acadêmico o respeito aos diversos campos da ciência, identificando os limites de cada saber e as infinitas possibilidades de integração entre eles, levando a uma reflexão de um modelo de saúde mais integral, a fim de atender às reais demandas da população.

A experiência amplia a concepção de saúde, forma profissionais mais humanizados e socialmente comprometidos, ou seja, promove a visão diferenciada do ser profissional em saúde, alargando sua compreensão acerca do processo de adoecimento humano, das formas de intervenção profissional e do papel desses perante a saúde das coletividades.

Finalizo dizendo que as mudanças na área da saúde, na formação, e em qualquer contexto social só ocorrerão se estas representarem o movimento contínuo de atores que ensinam, aprendem, refletem, agem e refazem suas práticas.

VIVÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR: UMA REFLEXÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA E MUDANÇAS NA MINHA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA

Larissa Mendonça dos Anjos, Hudson Silva de Oliveira, Gildeci Alves de Lira

RESUMO: A educação popular é um campo teórico-prático que visa à coletividade como ferramenta, no seguinte relato procuro demonstrar a importância dessa realidade na minha formação universitária, estando presente no Projeto de Extensão “Educação Popular e a Atenção à Saúde da Família” (PEPASF) e em outros espaços, como as Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde (VERSUS), bagagem que potencializam minha força pautada na justiça social e minha evolução e mudanças em espaços distantes da estrutura física da academia.

PALAVRAS-CHAVE: Formação universitária, justiça social, participação popular.

A Educação Popular difere de treinamento ou da simples transmissão de informações. Significa a criação de um senso crítico que leve as pessoas a entender, comprometer-se, elaborar propostas, cobrar e transformar-se (FREIRE, 2000; 2001; ANDREOLA, 1984). Nesse campo teórico-prático dinâmico e dialético, vale salientar também, encantador, que me encontro envolvida, o Projeto de Extensão “Educação Popular e a Atenção à Saúde da Família” (PEPASF), esta inserido e firme dentro dos princípios que pregam a coletividade, e é esse o projeto que faço parte e o qual se iniciou minhas experiências universitárias em Educação Popular. O PEPASF atua na comunidade Santa Barbara em João Pessoa-PB, a atividade principal do projeto são as visitas domiciliares. É priorizada a interdisciplinaridade nessas visitas, permitindo assim que saberes sejam trocados, promovendo um aprendizado mútuo e conquistamos desde então o olhar integral à saúde. Para além, ocorre o funcionamento de grupos operativos que são criados de acordo com a necessidade sentida pela comunidade e pelos extensionistas. Está em

funcionamento o grupo Pequena Semente, que é um grupo de idosos; o grupo Criação, que é um grupo de crianças; o grupo de Enfermagem na Comunidade e o grupo da Escuta Psicológica.

O Pepasf sempre enfatiza a importância da força social da participação popular. É um direito conquistado e deve fomentar a elaboração de políticas para a promoção de saúde como um direito e de forma democrática e participativa. O projeto me recebeu de braços abertos, me dando um norteamento, direção e embasamento para uma luta que está só começando, a comunidade Santa Barbara me recebeu como uma família, sorrisos, abraços e carinhos são os registros e laços que guardo na alma. Nas primeiras reuniões que ouvi a professora coordenadora do projeto PEPASF, falar a seguinte frase, “vamos trabalhar com eles e não para eles”, de fato, não entendia como eu ia conseguir tornar real a Educação Popular como ferramenta na minha vida, pois sempre fui muito impaciente, resolutiva e prática, atrelados a isso, pensava nos determinantes sociais e de saúde que encontraria pela frente, lixo nas ruas, esgoto a céu aberto, moradia precária e a dificuldade de higienização. Foram os primeiros obstáculos que achei que enfrentaria, pois quando cheguei à comunidade, fora os fatores físicos, tudo foi diferente e desconstruído.

Eu precisava dessa desconstrução para começar a edificar uma futura profissional de saúde cheia de potenciais descobertos e ainda assim terei sempre lacunas para o conhecimento popular preencher, que esta, vai além do científico. A verdade é que estamos precisando de novos “Paulos Freires” para o trabalho de base nunca se desmistificar, e que a elaboração de mudanças aconteça com a sistematização de experiências, e é isso que o PEPASF vem formando, pessoas capazes de contribuir com a mudança da realidade da outra, essa é a transformação tanto dos extensionistas como das pessoas da comunidade Santa Barbara, e vale salientar que a mudança só ocorre efetivamente partindo deles, da necessidade deles.

Para além do projeto que sou extensionista voluntária, participei do programa do Ministério da Saúde denominado Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde - VERSUS, experiência que floresceu o amor pela luta em mim, a luta por uma sociedade menos desigual que a

oportunidade seja, de fato, para todos e todas, pela saúde popular e a essencialidade da educação popular como ferramenta de transformação, momento no qual pude falar a língua do coletivo. Ouvi relatos e experiências que me emocionaram e me marcaram, fazendo-me sempre refletir sobre a importância do empoderamento popular. E é nesse contexto que a Educação Popular me deleita, a troca que existe entre os seres humanos é muito rica para edificação, tudo isso nos faz entender que para além de sermos profissionais da saúde, somos humanos com várias aflições e estamos sempre propícios a enfermidades.

Um cidadão é muito mais que uma hipertensão, diabetes ou osteoporose. Nosso dever é olhar todos de forma integral e de acordo com cada realidade. Em suma, é justamente essa oportunidade que essas vivências nos dão, de mudar o nosso olhar e abranger os horizontes com o contato com diversos saberes e culturas que estão distantes dos muros da academia. A força que me encontro faminta, toda semana é saciada com pessoas que nunca imaginei criar laços tão fortes e me ajudaram no processo de humanização e transformação. Foram essenciais para minha evolução espaços distantes da estrutura física da universidade, eles potencializaram a minha força de vontade no ato de solidariedade e justiça.

REFERÊNCIAS

- ANDREOLA, Balduino Antônio.(1984). Contribuição da pedagogia de Paulo Freire para o diálogo intercultural. Educação e Realidade, São Paulo, mai./ago.
- FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade: a sociedade brasileira em transição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa. Paz e Terra, 2001.
- VASCONCELOS, Eymard Mourão; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. **Educação Popular na Formação Universitária**. 2013. Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/educacao_popular_formacao_universitaria.pdf. Acesso em: 02/10/2015

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro et al. **Desafios para a participação popular em saúde: reflexões a partir da educação popular na construção de conselho local de saúde em comunidades de João Pessoa, PB.** *Saude soc.*[online]. 2012, vol.21, n.4, pp. 1087-1100.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Caderno de educação popular e saúde / Ministério da Saúde, Secretariade Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. - Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

VIVÊNCIAS TRANSFORMADORAS NO ASSENTAMENTO RURAL CAMPART II EM RIO TINTO, PARAÍBA

Brenda Feitosa Lopes Rodrigues; Maria Alice Vieira Pacheco; Joana Rostirolla Batista de Souza

RESUMO: Neste trabalho serão relatadas algumas das experiências vivenciadas e sentidas por duas estudantes da área de saúde no Estágio Nacional de Extensão em Comunidades (ENEC) que ocorreu no período de 01 a 16 de julho de 2015 no Assentamento Rural Campart II em Rio Tinto, Paraíba. Essas, proporcionaram uma reflexão e sistematização de sentimentos, sonhos e indignações a partir da realidade do outro. Tiveram como objetivo principal promover o conhecimento e compartilhamento da vida de um povo “desconhecido”, socialmente invisível, numa relação horizontal e não-hierárquica de construção mútua de conhecimento entre os atores desse processo.

PALAVRAS-CHAVE: Compartilhamento, conhecimento, horizontalidade, sentimentos.

APRESENTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O ENEC é baseado pelo método *Met*, de Moci Falcão & Andrade (2002), que ultrapassa o modelo extremamente teórico da academia e adota como referencial a *Teoria da Complexidade* de Edgar Morin, acreditando em uma forma de ensino baseada na ação e reflexão diante do contexto comunitário. Nesse, os estudantes saem dos espaços protegidos da universidade para vivenciar e experimentar uma nova realidade.

Esse relato traz parte das expectativas e anseios sentidos ao viver no meio rural, próximo à pessoas por vezes esquecidas e invisíveis, mas que tem um grande potencial crítico e muitos ensinamentos de vida. A vivência teve início com um encontro na UFPB e fomos para a Unidade Escola do AGEMTE (Assessoria de Grupo Especializada Multidisciplinar em Tecnologia e

Extensão), que constrói uma educação unida aos saberes populares, e consequentemente, junto a movimentos sociais, baseado nos princípios da educação popular. Chegamos com a “bagagem vazia” e ao mesmo tempo cheias de sonhos, almejando autoconhecimento e desenvolvimento pessoal e profissional, através da metodologia ainda desconhecida e contra hegemônica ao modelo atual de ensino, que nos proporcionou sentir e olhar o outro de tal maneira que sua vida reflita para a nossa formação cidadã.

As discussões tiveram início na Unidade Escola, sendo dois dias de ‘pré-vivência’, nos quais nos foi apresentado um novo método de ensino e aprendizagem e, também, discutido a respeito das relações humanas, de poder, os aspectos da comunidade e da sociedade, e sobre a diferença entre extensão e extensão popular. Ao longo dos dias, nossas discussões foram enriquecidas pela presença de ‘ex-viventes’ que contaram um pouco das experiências e como o ENEC foi elemento disparador para a formação e atuação profissional diferenciadas. Além deles, também contamos com a presença de educadores populares com os quais refletimos sobre a educação no Brasil, as relações e desigualdades sociais e qual seria o nosso papel diante disso.

Após a ‘pré-vivência’, deu-se início ao estágio no Assentamento Rural de Campart II em Rio Tinto, Paraíba, onde passamos 11 dias. Ao chegar no local, fomos recebidos pelos moradores da comunidade e surpreendidas ao conhecer um jovem de 28 anos com Paralisia Cerebral que se casaria em Setembro e, então, residiria naquela comunidade. Apesar dos estigmas e preconceitos presentes na sociedade diante das pessoas com deficiência, dando-lhes rótulos e atribuindo-lhes incapacidades, vimos que, apesar de estar “preso naquele corpo”, ele possuía potencialidades para conquistar os seus sonhos, estando noivo de uma jovem moradora da comunidade e participando ativamente no processo de elaboração e construção de sua casa.

A casa Geodésica com estrutura curva possui tecnologias sustentáveis como a fossa bioséptica, o sistema de bioágua, a cisterna, a compostagem e a plantação - para o sustento da própria casa. A proposta da mesma em estrutura curva e todo o seu planejamento energético busca uma interação do

homem com a natureza de forma harmônica e sustentável. Durante o decorrer da vivência foi possível participar ativamente da construção da casa, além dos cuidados domésticos e com o jardim, tarefas que cotidianamente não fazíamos. Assim, construímos novas habilidades através do contato com o novo, que perpassou desde a construção civil até o trabalho rural. As maiores dificuldades foram o esforço físico pelo trabalho braçal, a adequação ao local onde se dormia, as condições de higiene pessoal diferentes do nosso costume e o acompanhamento da rotina dos trabalhadores.

Os assentados vivem na comunidade desde 1985, sendo um ambiente plano, com monocultura de eucalipto e cana-de-açúcar e solo arenoso devido a escassez de água que há na região - o fornecimento da mesma para as casas não acontece diariamente e é oferecido por meio de um poço. Foi observado que, mesmo com a dificuldade do armazenamento de água, não existia nenhum sistema de captação.

Na família, predomina o matriarcado, que exerce poder sobre as decisões da casa e sobre as finanças. O catolicismo predomina como religião da família, que é homogênea por viverem próximos uns aos outros, mais heterogênea em relação ao estilo de vida de forma sustentável. A fonte de renda da comunidade é baseada na agricultura familiar (vendendo o excedente), na construção civil, no bolsa família, na aposentadoria e nos serviços públicos. A merenda escolar é baseada na agricultura da região. Em relação à cultura, a comunidade fica próxima a uma reserva indígena, com grande quantidade de terra improdutiva, sendo preservada pouco da sua origem, mas que pode ser observada pelos traços faciais das pessoas. A língua Tupi não é mais falada, nem sequer pelos mais antigos, tendo necessidade um professor com formação para ensinar as crianças.

Foi possível conhecer melhor a comunidade e os seus dispositivos sociais, tais como, a Estratégia de Saúde da Família de Campart II, que é formada por médico, enfermeiro, técnico de enfermagem e agentes de saúde, a igreja católica, a associação dos moradores; e a escola, que possui até o 5º ano do ensino fundamental.

CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS

Na comunidade existe uma carência em relação ao acesso e atenção em saúde devido a distância (muitas pessoas necessitam ir a pé aos serviços de saúde) e também uma carência de um olhar mais diferenciado para o tratamento e prevenção no âmbito da saúde mental, que muitas vezes é desconhecida e negligenciada. Sentimos a necessidade de práticas voltadas para o atendimento e, sobretudo para vencer o estigma da doença em busca de uma melhor qualidade de vida, assim como um cuidado diante da naturalização da violência sexual naquele local.

Em relação à educação, há um confronto existencial com o serviço que é deficiente e pouco inclusivo refletindo profundamente em problemas sociais como a marginalização, a exclusão social, as condições de trabalho e a opressão. Pensar em educação no Brasil hoje é falar de muitas dificuldades, e isso se agrava ainda mais com a população rural que por vezes é invisível, foi percebido e segundo relatos dos moradores, há um grande déficit de aprendizagem dos alunos daquela região.

APRENDIZAGENS ACUMULADAS

Além do já mencionado até aqui, conhecemos os trabalhadores e voluntários que estavam construindo a geodésica, os quais são estudantes do SERTA (Serviço de Tecnologia Alternativa). Foi possível dialogar e refletir sobre a agroecologia, o modelo explorador brasileiro da agroindústria, o uso abusivo do agrotóxico, a exploração direta ou indireta da vida humana em nome do capital, a inversão de valores presente na sociedade e os preconceitos em torno das pessoas que vivem no campo e que tem seus saberes desrespeitados/desvalorizados. Também observamos a busca incessante de transformação daquela realidade onde vivem, além da dedicação de nos ensinar sobre o trabalho na comunidade. Percebemos um olhar crítico e criador na fala daqueles homens, que buscam uma melhor qualidade de vida para si e para o outro, sem agredir a natureza.

Ao longo dos dias, criamos um vínculo com a família. Conversamos sobre a subjetividade e a incompletude humana, o sentimento de amor e dor do outro e, quando menos esperávamos, estávamos falando de humanidade, simplicidade e amorosidade.

Foi possível sair do físico para o extra físico e compreender a beleza que se esconde em cada palavra dita. Saímos da comunidade no dia 14 de julho e fomos para Mamanguape, Paraíba, presenciar uma sessão de Reiki, que faz parte de um curso de terapias holísticas que acontece em um dos hospitais da cidade. Neste, busca-se a integralidade do ser e uma perspectiva de atenção que vai além da dualidade saúde doença.

A extensão popular baseada na educação popular acredita no conhecimento a partir da realidade do outro, nela fomos movidas pelo sentimento de desprendimento em todo o estágio.

Sobre o sentir e a indignação: sentir o outro, a essência da sua realidade, os seus saberes, a beleza de ser e pertencer; se indignar diante dos determinantes sociais que aparecem de forma tão clara, gerando inicialmente o choque com a nossa realidade e nos movendo para fora da nossa zona de conforto. Tudo isso nos permitiu unir o ensino e a pesquisa através da extensão nos dando um motivo ou um porquê para a nossa formação acadêmica e de vida, missão difícil em tempos de status acadêmicos e detentores de saberes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência no ENEC foi, para nós, uma ressignificação de vida e de como se fazer conhecimento e extensão. Foi um contato fortíssimo com ideias que nos fizeram ainda mais fortes e em constante construção, desconstrução e reconstrução. Voltamos com a bagagem cheia de sonhos e esperanças de que ainda há tempo e pessoas que lutam contra as desigualdades sociais e que, através da educação popular, do respeito, da compreensão e da organização, somos instrumentos de transformação social em qualquer espaço e a qualquer momento.

Além de voltar indignada por sentir como vive o outro e a invisibilidade em que muitas vezes o mesmo se encontra, voltamos esperançosas e fortalecidas, pois dentro de nós ficou um ‘pedacinho’ de cada vivente que conhecemos, cada idealizador, cada sonhador, cada morador e cada trabalhador.

Percebemos que é necessário que as pessoas saiam do comodismo do seu dia a dia e percebam que no invisível existe mais do que imaginamos. Por fim, seguimos juntas por esse caminho e acreditando na utopia de um mundo melhor. Gratidão nos define.

VÍDEOS

PRA QUE(M) SERVE O SEU CONHECIMENTO?

Valéria Aparecida de Oliveira Silva; Fabrício Gobetti Leonardi; Aline Lucia de Rocco Gomes; Bianca Oliveira de Melo; Bruna Carvalho Freire; Brenda Barbosa; Diego Ribeirinho; Edson Rocha ; Gabriela Prado; Hellen Neves; Juliana Pícolo; Levy França ; Maria Helena Carvalho; Mariana Fornos; Núbia C. Silva; Tainá Gatti; Tatiane Berude.

RESUMO: O documentário tem como objetivo a sistematização das ações materializadas pelo grupo Pet Educação Popular que busca a partir da pergunta Pra que(m) serve o seu conhecimento? suscitar reflexões e questionamentos acerca do nosso papel como educadores e qual a função da Universidade enquanto produtora de conhecimento. Este é um tema de pesquisa do grupo e tem sido trabalhado tanto no ambiente acadêmico, quanto nos espaços de atuação dos educadores.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento, educadores, educação popular.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=fMXpUi20xEU>

IMAGENS

ENTRELAÇANDO SABERES E AFETOS NO EUFROZINO

Célia Aparecida Araujo Lemos, Ana Raquel Martins de Holanda, Caio Cesar Winker e Silva,
Kíssila Santos de Farias, Willey Pereira dos Santos, Betânia Maria Oliveira de Amorim

RESUMO: A extensão universitária surge como um espaço de construção de novos saberes, a partir do entrelaçamento do conhecimento acadêmico com demandas e conhecimento da comunidade. Assim, com a finalidade de atender uma demanda da comunidade e ampliar o aprendizado surge o projeto de Extensão – Sexualidade, Gênero e Adolescência: promovendo discursos e (re) significações assentadas no Eufrozino que assume o compromisso político e ético com os sujeitos da ação educativa. Nas primeiras visitas ao Assentamento nos foi sugerido a ampliação da proposta inicial direcionada aos jovens do assentamento, de forma a contemplar as mulheres. A acolhida da demanda apresentada pela comunidade quanto à realização de oficinas de Corte e costura, faz reconhecer a importância de um saber popular presente na comunidade. Entre linhas e conversas, as vivências de cada mulher vão se construindo como retalhos de costura. Transpor os muros da academia, articulando teoria e prática é um dos principais desafios dos cursos de graduação, que por vezes restringem essa experiência ao momento dos estágios obrigatórios. A extensão universitária surge então como um espaço privilegiado para a construção de novos saberes, a partir do entrelaçamento do conhecimento acadêmico com demandas e conhecimento da comunidade. Compreendemos que nos é imperativo repensar diversos paradigmas e ampliar nosso olhar para que possamos redimensionar a integração entre estes pilares que constituem o eixo fundamental da Universidade brasileira. Assim, com a finalidade de atender uma demanda da comunidade e ampliar o aprendizado tem início em maio de 2015 o projeto de Extensão – Sexualidade, Gênero e Adolescência: promovendo discursos e (re) significações assentadas no Eufrozino. O projeto assume o compromisso político e ético com os sujeitos da ação educativa, o que pressupõe o respeito aos saberes populares. Nesta perspectiva, ao realizarmos as primeiras visitas ao Assentamento e apresentarmos o projeto a comunidade, por ocasião da reunião mensal da Associação Unidos no Campo, nos foi sugerido a ampliação da proposta inicial direcionada aos jovens do assentamento, de forma a contemplar as mulheres vinculadas a referida associação. Ao acolhermos a demanda apresentada pela comunidade quanto à realização de oficinas de Corte e costura, reconhecemos a importância de um saber popular presente na comunidade. Entre linhas e

conversas, as vivências de cada mulher vão se construindo como retalhos de costura, formando uma colcha de cuidado e fortalecimento grupal.

PALAVRAS-CHAVE: Integração, assentamento, saber popular.



Imagem 1: Entrelaçando saberes e afetos no Eufrozino.



Imagem 2: Entrelaçando saberes e afetos no Eufrozino.



Imagem 3: Entrelaçando saberes e afetos no Eufrozino.



Imagem 4: Entrelaçando saberes e afetos no Eufrozino.

A CASA, O CAMPO, O VERDE E O SOL: RETRATOS DO ENEC 2015

Ana Raquel Martins de Holanda; Karynna Magalhães Barros da Nóbrega; Samilly Fernandes Sampaio

RESUMO: Com base em uma educação popular, a vivência proposta no ENEC nos faz questionar a formação universitária, hoje pautada em um modelo de educação bancária que nada sabe sobre a realidade do povo brasileiro. A proposta de imersão na comunidade sugere que revertamos a lógica que nos é imposta, fazendo haver uma mudança na atuação prática e de compreensão sobre os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Pensando nisso, a comunidade surge, então, como um espaço onde o aprendizado acontece coletivamente, sendo o próprio processo de ensino e aprendizagem pautado na troca de vivências educacionais [ou não] e culturais, e num compromisso sociopolítico de transformação social. Uma vez que o compromisso social e político implica, na prática, em extrapolar os limites e limitações da institucionalidade. Mais que fazer chegar nas comunidades o saber [e não fazer] da academia, a extensão em comunidade é sair do lugar de conforto, perceber a vida e se permitir.

Palavras-chave: Coletivo, vivências, compromisso social.



Imagem 5: A Casa, o campo, o verde e o sol: Retratos do ENEC 2015.



Imagem 6: A Casa, o campo, o verde e o sol: Retratos do ENEC 2015.



Imagem 7: A Casa, o campo, o verde e o sol: Retratos do ENEC 2015.



Imagem 8: A Casa, o campo, o verde e o sol: Retratos do ENEC 2015.



Imagem 9: A Casa, o campo, o verde e o sol: Retratos do ENEC 2015.



Imagem 10: A Casa, o campo, o verde e o sol: Retratos do ENEC 2015.

CATEGORIA 2
PESQUISAS E
SISTEMATIZAÇÕES

RESUMOS

A CONSTRUÇÃO DE UMA HORTA COMUNITÁRIA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR: ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reginaldo Ferreira de Lima Junior; Ana Paula Maia Espíndola Rodrigues; Maria José Pereira Tavares

O Programa de Extensão Universitária “Práticas Integrals da Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica – PINAB”, vinculado aos Departamentos de Nutrição e de Promoção da Saúde/UFPB, atua desde 2007 em comunidades no bairro do Cristo Redentor em João Pessoa – PB, desenvolvendo ações orientadas pela metodologia da Educação Popular com foco na Promoção da Saúde e da Segurança Alimentar e Nutricional em comunidades. As ações são promovidas de maneira compartilhada com educadores populares locais e moradores da comunidade, trabalhadores e residentes da Unidade de Saúde da Família (USF) Vila Saúde. O Programa está configurado em frentes de atuação que buscam desenvolver iniciativas de Educação Popular no cuidado em saúde, na participação social e na organização de grupos operativos, por meio da problematização da realidade local, visando a promoção da autonomia dos sujeitos e a construção de processos emancipatórios. Dentre os diversos grupos, a Horta Popular Boa Esperança (nome escolhido pela própria comunidade) se destaca por criar espaços de atividades educativas de forma semanal como: cuidado com a terra, sementeação, formação de canteiros, colheita e limpeza do terreno como forma de propiciar a inclusão de indivíduos em assuntos comunitários, estimulando o trabalho coletivo, a mobilização social e a busca por melhorias no ambiente em que vivem. São realizadas, também, oficinas de chá e de lambedor, em que extensionistas e comunitários trocam saberes sobre os benefícios das diversas plantas medicinais cultivadas no espaço; oficina de sabão ecológico, em que são problematizadas questões ambientais na busca por estratégias para o cuidado do meio ambiente; assim como dinâmicas de integração e rodas de conversa, incentivando a valorização do saber anterior dos sujeitos e a criação de vínculo. Dentre os resultados das ações, percebe-se a importância da promoção de um espaço coletivo, por vezes ainda tímido e inconstante, porém de aprendizado e de integração comunidade-serviço-universidade, em que todos os atores possuem voz e podem contribuir, opinar e construir em conjunto um ambiente participativo e dialógico na busca por qualidade de vida, além de ser um espaço estratégico de promoção da saúde que viabiliza a transformação de área degradável, como uma postura

sustentável de cuidado com o meio ambiente; o reconhecimento da comunidade sobre a importância de produzir alimentos saudáveis e o incentivo à utilização de ervas medicinais como fitoterápicos.

Palavras-chave: Participação popular, promoção da saúde, mobilização.

A CONTRIBUIÇÃO DA EXTENSÃO POPULAR NO PROCESSO FORMATIVO DE GRADUANDOS DE SERVIÇO SOCIAL

Kelly Bezerra de Oliveira; Quênia da Silva Gomes

O presente trabalho é resultado de reflexões e sistematizações da prática enquanto extensionistas do Programa de Educação Tutorial-PET Conexões de Saberes, Grupo Comunidades Urbanas, da UFRN. As atividades de extensão são realizadas a partir da parceria com a ONG Fundação Fé e Alegria do Brasil, no CEDEC Fé e Alegria Esperança, localizado no bairro de Lagoa Azul, Zona Norte de Natal. Neste espaço estudantes de Serviço Social, sob orientação da tutora do PET e de assistentes sociais da equipe da referida ONG atuam na formação política dos Jovens. A proposta objetiva discutir a importância pedagógica da extensão no processo de formação profissional em Serviço Social, destacando a experiência vivenciada pelos discentes no planejamento e desenvolvimento de suas atividades. Como também apreender a contribuição da prática extensionista no aprimoramento dos estudos e conteúdos das disciplinas e da formação profissional como um todo. Para tanto, foi utilizada como metodologia a sistematização de experiência a partir da produção de relatórios por atividade e o estudo de fontes bibliográficas relativas a extensão universitária, educação popular, pobreza e políticas públicas. Os resultados revelam a significativa importância de projetos que articulem pesquisa, ensino e extensão para a qualificação do processo formativo dos discentes de serviço Social. Ao planejar e desenvolver processos educativos que tem como base a educação popular, o discente impulsiona uma ação reflexiva crítica de sua atuação, aproximando-se da prática profissional reconhecendo fatos e situações presentes na realidade. Um movimento com uma via de mão dupla, que também revelar-se no aprendizado dos sujeitos envolvidos, a medida que desenvolvem a capacidade de elaborar suas próprias análises. Enquanto graduandos consideramos que, a prática realizada contribui para aprofundar conhecimentos e estimular o compromisso social. Concluímos, portanto que nesse contexto o Programa de Educação Tutorial-PET é protagonista em oportunizar ao seu grupo a experiência participativa nesta tríade como também a extensão se constitui como um espaço apropriado para o aluno estabelecer aproximações com a realidade social.

Palavras-chave: Extensão. Formação Profissional. Serviço Social.

A EXTENSÃO POTENCIALIZANDO A SAÚDE MENTAL NA ATENÇÃO BÁSICA: VISÃO DOS EXTENSIONISTAS

Bruno Lienio da Silva Longo; Natália Luiza Matos de Sousa; Letícia Torres Amarante; Daniela Gomes de Brito Carneiro; Ana Claudia Cavalcanti Peixoto de Vasconcelos

O Grupo Operativo de Saúde Mental é uma das frentes de atuação do Programa de Extensão “Práticas Integrals da Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica em Saúde (PINAB)” vinculado aos Departamentos de Nutrição e de Promoção da Saúde, que atua desde 2007 na USF Vila Saúde no bairro do Cristo Redentor-JP/PB, orientado pelo referencial teórico-metodológico da Educação Popular. Este grupo é composto por dois estudantes de Terapia Ocupacional, uma estudante de fisioterapia e apoiado por uma nutricionista egressa do programa. Desenvolve um trabalho de colaboração junto à Equipe de Saúde da Família (ESF) com a qual o PINAB no planejamento das atividades de um grupo de saúde mental realizado no território descrito da referida ESF. O grupo tem como objetivos acolher os usuários, promover saúde, contribuir na melhoria da qualidade de vida e garantir a inclusão e participação social, construindo e fortalecendo o trabalho em equipe. A atuação dos estudantes nesse cenário recebe um reforço positivo na sua formação, pois passam a construir e desenvolver atividades dentro do senso de coletividade, autonomia, amorosidade e diálogo, dando suporte a equipe multidisciplinar com a qual trabalha. O grupo operativo, junto à coordenação do Programa, se reúne para realizar momentos de formação teórica onde são debatidos artigos e textos produzidos na área de atuação com a finalidade de auxiliar os estudantes na atuação com a comunidade, constituindo-se esse momento como o espaço onde todos têm direito de expor suas opiniões, de tirar dúvidas sobre a Saúde Mental, e trocar experiências. Partindo desta reflexão, a prática do grupo é elaborada em reuniões com a equipe multiprofissional e conta com a participação de residentes multiprofissionais de saúde ligados à Universidade Federal da Paraíba e a Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba. Dessa forma, os diversos atores atuam de forma interdisciplinar utilizando estratégias que culminem para o bem-estar e na promoção da saúde dos sujeitos em questão refletindo sobre o processo saúde-doença e observando as dificuldades que se encontram na construção do cuidado em saúde mental. Por fim, essa estratégia que a extensão popular proporciona aos graduandos, instiga o compromisso destes enquanto indivíduos e futuros profissionais, além de oportunizar experiências e aproximação com a comunidade através da horizontalização das relações, possibilitando-nos desenvolver autonomias éticas comprometidas nos problemas sociais e da promoção da saúde, baseado na amorosidade, emancipação e empoderamento.

Palavras-chave: Acolhimento, promoção de saúde, saúde mental, saúde da família.

A INFLUÊNCIA DE SER PALHAÇO CUIDADOR NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE FISIOTERAPIA

José Erivonaldo Ferreira Paiva Júnior; Larissa Isabelle Soares de Souza; Larissa Leitão Coutinho César; Amanda Lúcia Lima dos Santos.

Introdução: O Palhaço Cuidador é um ser que utiliza os artifícios da palhaçaria como facilitador dos processos integrativos de humanização da saúde, baseado nos princípios do cuidado, amor, respeito, carinho e atenção, que são protagonistas nas ações do cuidado humano. Sabendo da importância do olhar horizontal sobre as pessoas, em especial os usuários de saúde, o Palhaço Cuidador desenvolve maiores percepções do meio em que eles estão inseridos, sendo capaz de proporcionar momentos de alívio e bem-estar, contatos de afeto e leveza aos ambientes nos quais estão submetidos auxiliando no enfrentamento do processo saúde-doença; e para alcançar esses objetivos o palhaço usa como apoio os meios interativos de comunicação, expressão corporal e improviso; deste modo, o profissional de fisioterapia deve estar armado de todos estes artifícios para oferecer um melhor tratamento biopsicossocial aos pacientes. **Objetivos:** Observar a influência da arte da palhaçaria no processo de formação fisioterapêutica, de integração interpessoal entre a prática e os usuários de saúde e também no procedimento do cuidado humano. **Metodologia:** Estudo observacional do tipo quantitativo e qualitativo, onde foi aplicado um questionário produzido pelos autores do artigo com questões abertas e fechadas a treze acadêmicos de fisioterapia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), campus I, na cidade de João Pessoa, que já foram ou são palhaços cuidadores, com oito questões abordando a importância de ser palhaço cuidador no cotidiano universitário e no seu processo formativo, os dados foram analisados por estatística descritiva e pelo programa excel. **Resultados e discussão:** Após ser aplicado o questionário foi observado: 100% dos entrevistados sentem influência positiva do palhaço cuidador no processo de formação em fisioterapia; 100% das pessoas falaram que o olhar clínico do terapeuta é modificado e na maioria, com justificativa de humanização deste olhar; 92,3% dos acadêmicos relataram melhora na relação terapeuta-paciente; 100% dos entrevistados comentaram que o palhaço melhora a qualidade do terapeuta e da terapia, com a maioria alegando que há uma grande transformação na maneira de observar e cuidar do usuário; 100% dos estudantes citaram que sentem melhora na sua qualidade de vida após se tornarem palhaços cuidadores; 100% da amostra afirmam que o palhaço cuidador é capaz de melhorar os processos integrativos de saúde. Ficou claro que a maioria dos universitários entrevistados demonstrou uma aceitação máxima do palhaço cuidador no seu cotidiano, pois é relatado o quanto este ser consegue modificar ambientes, olhares, sentimentos e pensamentos, proporcionando uma terapêutica mais leve e

humanizada. Além disso, vale considerar que também foi exposta a importância do palhaço para a saúde dos acadêmicos, tendo em vista que este serve como um meio de suavizar os estresses que a rotina acadêmica causa. Conclusão: O palhaço cuidador representa um forte aliado no processo de atenção e cuidado aos pacientes, sendo um modificador de pensamentos e facilitador dos processos de integração de saúde. Fica nítida a aceitação do palhaço no meio fisioterapêutico, tendo em vista o número cada vez maior de pessoas que se interessam por essa arte.

Palavras-chave: Influência, palhaço cuidador, acadêmico de fisioterapia.

A RELAÇÃO DA UNIVERSIDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS A PARTIR DA EXTENSÃO POPULAR

Janaína Gomes Lisboa; Andréia Camargo Vargas de Lima; Renan Soares de Araújo; Adriana Maria Macêdo de Almeida; Pedro José Santos Carneiro Cruz.

O presente resumo tem o objetivo de relatar as experiências que vem sendo construídas no Movimento Popular de Saúde da Paraíba (MOPS-PB) e na Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde da Paraíba (ANEPS-PB), a partir do apoio do Programa Práticas Integradas de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica em Saúde (PINAB), e a partir do exposto, fazer uma breve reflexão sobre as possibilidades e contribuições desta relação referente ao compromisso social da Universidade. O MOPS-PB e a ANEPS-PB são coletivos organizados de livre iniciativa da sociedade civil, que tem o objetivo de lutar por um Sistema Único de Saúde (SUS) público e de qualidade, reconhecendo a saúde de maneira ampliada, considerando o estado físico, emocional, psíquico, social, espiritual, com o olhar holístico a partir do cuidado com o outro, reconhecendo, dessa maneira, as práticas populares e integrativas de saúde. O PINAB é um Programa de Extensão Popular, vinculado ao Departamento de Promoção da Saúde (DPS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que atua desde 2007 em comunidades periféricas da grande João Pessoa, e realiza, dentre uma de suas ações, o apoio a movimentos sociais e coletivos populares. Nesse sentido, é desenvolvido enquanto atividade de Extensão Popular, através do vínculo entre o PINAB e o MOPS e ANEPS da Paraíba, o acompanhamento integral a estes coletivos de Educação Popular em Saúde, no sentido estrutural e de logística, através do apoio de materiais, transportes, produções áudio-visuais, construções e socializações de atividades, estagiários, articulações com outros movimentos e coletivos, estando ativamente nas lutas e mobilizações dos mesmos. Enquanto metodologia o MOPS-PB e ANEPS-PB realizam visitas e vivências em comunidades, no sentido de reconhecer e reafirmar as práticas de cuidado em saúde e de defesa do SUS que são realizadas por grupos ou atores sociais que agem individualmente, e através

disso, acontece à parceria e construção coletiva com outros movimentos sociais do estado. É também realizado por estes coletivos, cursos de formação em terapias populares de saúde, que acontece através da parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de João Pessoa (SMS-JP), que carrega o objetivo de expandir e valorizar as práticas integrativas no cuidado em saúde, bem como a realização da Conferência Popular de Saúde, na qual saíram propostas relevantes e algumas aprovadas na etapa Municipal de Saúde de João Pessoa, a inserção no Comitê Estadual de Educação Popular em Saúde da Paraíba, entre outras atividades.

É, portanto, realizado pelo Programa de Extensão Popular, PINAB, através do apoio ao MOPS e a ANEPS da Paraíba, a construção de uma agenda em parceria com movimentos e coletivos populares do estado, e dessa maneira, fortalecendo as lutas de grupos e atores que agem individualmente, na perspectiva do cuidado através do uso de práticas populares de saúde e na luta pelo SUS, contribuindo também para legitimar o papel social que a Extensão deve conter, indo além dos muros da Universidade, estando em diálogo com diversos grupos sociais, e construindo junto deles.

Palavras-chave: Compromisso social, articulação, luta.

CATANDO LETRAS E CONTANDO HISTÓRIAS

Rita Vieira Garcia; Claudia Bocchese de Lima; Elaine Brito dos Santos; Rozane Vieira Garcia;
Damiana Martins dos Santos

O projeto “Chocolate do Vale Jiquiriçá - pedacinho de sabor da mata”, apoiado pelo CNPq Chamada N°11/2014, tem por objetivo dialogar com mulheres negras da Associação de Mulheres de Duas Barras do Fojo (ASMDBF) visando à troca de saberes e qualificação tecnológica em manejo dos quintais, fabricação de produtos do cacau e chocolate, e gestão de empreendimentos solidários. A dinâmica das ações se dar por meio de metodologia participativa, que envolve reuniões, oficinas, intercâmbios, participação em feiras alternativas, treinamentos, entre outros. A proposta de uma capacitação em informática surgiu como uma demanda das mulheres para facilitar o desempenho de atividades da associação como digitar um documento (ata, recibo), fazer uma planilha de controle, elaborar um banner ou rótulo e acessar a internet. Para a realização do curso foi necessário uma mobilização da comunidade no sentido de tornar viável o funcionamento do Infocentro, existente desde 2009, porém sem utilização por falta de monitores para capacitação, acesso ao servidor, instalação do sistema nas máquinas e da antena para acesso a internet. O curso de informática aconteceu no Infocentro da comunidade Riachão do Vinhático, zona rural do município Mutuípe- Bahia, teve carga horária de 40 horas e foi ministrado por estudantes do Curso

Técnico em Informática do IF Baiano campus Santa Inês como atividade parcial do estágio curricular. O público foi formado por 20 mulheres, semianalfabetas e sem letramento em informática. Como tarefa final do curso foi solicitado das mulheres a produção de um texto com relatos sobre suas vidas. O encerramento do curso aconteceu com a leitura das histórias e constitui-se em momento de emoção para todos participantes. Como resultado do curso de informática percebeu-se, nos depoimentos, o despertar pelo o interesse das mulheres em aprender mais sobre informática pois já iniciaram uma articulação para viabilizar um curso mais avançado e para manter um monitor constante, e consequente melhor desempenho das atividades da Associação. Além desta motivação a realização do curso foi considerado como uma reinauguração do Infocentro visto que desde 2009 nunca foi utilizado. Nos textos produzidos pelas mulheres aparecem informações com relação a família, ao trabalho, a luta diária, ao ser mulher, ao preconceito racial e a importância do curso. Para os docentes e estudantes que participaram da equipe a vivência com as mulheres foi proveitosa haja vista o significado do trabalho realizado bem como o conhecimento da realidade das comunidades do seu território. O curso representou uma pequena parcela de um projeto maior, mas oportunizou um rico cenário para experimentar a extensão no sentido de promover a reflexão das ações, fortalecer os laços solidários e sobretudo estimular as pessoas a atuarem como ser político.

Palavras-chave: Diálogo, mobilização, autonomia, informática.

CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO DE DIÁLOGO: PARTICIPAÇÃO SOCIAL E EMANCIPAÇÃO, INSPIRADOS NA EDUCAÇÃO POPULAR

Natália Luiza Matos de Sousa, Iris de Souza Abílio, Bruno Oliveira de Botelho, Islany Costa Alencar, Pedro José Santos Carneiro Cruz

O Programa de Extensão Universitária “Práticas Integrais de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica (PINAB)”, vinculado aos Departamentos de Nutrição e de Promoção da Saúde da Universidade Federal da Paraíba, atua desde 2007 com as comunidades Jardim Itabaiana, Pedra Branca e Boa Esperança no bairro do Cristo Redentor em João Pessoa-PB, inspirado nos princípios teóricos e metodológicos da Educação Popular. O Programa é composto por graduandos de diversos cursos e dispõe diferentes frentes de ação em práticas sociais e de educação em saúde, além de visitas domiciliares e reuniões organizativas. Dentre suas frentes, encontra-se o apoio ao Espaço de Diálogo (ED), o qual configura uma experiência de participação da comunidade

na gestão da Unidade de Saúde da Família (USF), através de grupo oriundo da iniciativa comunitária e de trabalhadores das USF. Corresponde a um espaço informal de controle social no qual se dá o encontro mensal entre trabalhadores e gestores das equipes de saúde com pessoas da comunidade, com intuito de debater reivindicações e demandas, discutir processos de trabalho e de mobilização social na perspectiva da qualificação das ações de saúde no território e de estratégias compartilhadas para a conquista da qualidade de vida e cidadania. O grupo de maneira descentralizada em duas comunidades (Jardim Itabaiana e Boa Esperança), de maneira simultânea, nas primeiras terças-feiras de cada mês. Além desse encontro, ocorrem reuniões mensais da comissão organizadora, com o intuito de planejar e organizar os encontros de maneira participativa e coletiva. Criado em 2009, o ED é promovido a partir da disposição de parte dos trabalhadores da USF em incorporar essa experiência como atividade privilegiada em sua agenda e processos cotidianos, além da necessidade expressa por parte da comunidade no sentido de ter, em seu território, um espaço onde o trabalhador do SUS pudesse escutar suas demandas e leva-las em consideração no seu processo de trabalho. As pautas trabalhadas neste ano de 2015 foram: problemática quanto à coleta de lixo em determinados locais; atualização do cadastro postal pelos correios; melhorias no atendimento, materiais e estrutura da USF; estratégias de mobilização no enfrentamento à violência. Esta última culminou em uma mobilização dos moradores do Cristo Redentor e Rangel, envolvendo profissionais, representantes de igreja e movimentos sociais do território, em uma Caminhada pela Paz, buscando sensibilizar as autoridades, e trazer visibilidade para a questão da segurança pública dos bairros. Essa experiência possibilitou compreender as dificuldades e potencialidades em torno da formação de um Conselho Local de Saúde na construção de um espaço de participação popular, contribuindo com a emancipação na comunidade. É ainda necessária uma permanente mobilização, para que os comunitários possam aproximar e se empoderar dessa ferramenta. O PINAB atua nesse espaço como incentivador, auxiliando desde o momento de mobilização até a construção de estratégias junto com o coletivo, o que repercute de forma positiva na construção de vínculo com os comunitários, imersão na realidade da comunidade e engajamento nas lutas sociais do território.

Palavras Chave: Participação popular, Controle social, Educação Popular em Saúde, Empoderamento, Conselhos

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SUA IMPORTÂNCIA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Lucas Emannuel de Melo Santos Daltro, Auristela Felix de Oliveira Teodoro

O presente resumo trata do processo de ensino-aprendizagem de forma dialogada e colaborativa que acontece na extensão universitária. Segundo Bruffee (1993, p.1999 apud TORRES, ALCÂNTARA, ILARA, 2004, p. 7), “entende-se por aprendizagem colaborativa o processo de reaculturação que ajuda os estudantes a se tornarem membros de comunidades de conhecimento cuja propriedade comum é diferente daquelas comunidades que já pertencem [...] portanto, que o conhecimento é socialmente construído e que a aprendizagem é um processo sociolinguístico”. O objetivo é discorrer sobre esta temática levando-se em conta as atividades que são realizadas na Faculdade de Ciências Contábeis/Universidade Federal da Bahia (FCC/UFBA) desde 2011. A princípio a extensão universitária na FCC foi inicializada com a instituição de duas disciplinas com este foco. Tais componentes curriculares são denominados Atividade Curricular em Comunidade e em Sociedade e são: Ação pedagógica contábil-financeira: tecnologia social para geração de renda e preservação ambiental e Extensão universitária ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação: registro de patentes de invenção. Após isto, foram aprovados Programas de Extensão Universitária pelo Edital Proext-MEC, sendo o mais recente o Programa de Inclusão Produtiva através do lixo. Também, se mostra relevante o Programa Vizinhanças que tem como finalidade primordial contribuir na diminuição da violência social, e é aplicado em comunidades vizinhas da UFBA. O programa se denomina, Empreendedorismo às vizinhanças da UFBA como inclusão social e tem sua atuação desde 2013. Verifica-se, portanto, um leque de oportunidades de aprendizado na FCC pela extensão universitária. Mas, se sabe que o processo de ensino-aprendizagem é complexo e exige dos atores envolvidos esforço, atenção e comprometimento. Contudo, ainda se observa que a extensão universitária, no ambiente acadêmico é visualizada por alguns, como atividade menos importante, sobretudo quando comparada a pesquisa. A extensão universitária é evidenciada pela liberdade de aprender em ambiente fora da Universidade, e que desta forma se configura no aprendizado prático e próximo da realidade vivenciada. Talvez, nesse ínterim, que a extensão universitária se faça cada vez mais importante, pela diminuição e/ou eliminação do hiato entre a academia e o mercado de trabalho, comunidades e as problemáticas sociais. É, ainda, um desafio a ser enfrentado por todos (as) que se enveredam pela extensão universitária: Assegurar a continuidade da extensão como forte espaço de interlocução, aprendizados e acessibilidade à educação superior. Evidencia-se pela responsabilidade social direta da Universidade pública e gratuita com a sociedade. Apresenta, portanto, formas amplas, diversas, plurais e diretas de atuação política pautadas na construção da formação da cidadania. Assim, conjuntamente a união indissolúvel do ensino e pesquisa com a

extensão, se faz mais fortemente a aprendizagem dialógica e colaborativa pela troca de saberes e fazeres, mensurada na qualidade e proximidade que o processo de ensino-aprendizagem é e está pela sociedade.

PALAVRAS-CHAVE:

REFERÊNCIAS

BECK, Franciele; RAUSCH, Rita Buzzi. Fatores Que Influenciam O Processo Ensino-aprendizagem Na Percepção de Discentes do Curso de Ciências Contábeis. **12º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. São Paulo/SP 26 e 27 julho de 2012.

CÁRDIAS, Sibele Macagnan. **O Diálogo Como Elemento Mediador de Práticas Educativas Reflexivas**. Disponível em:< <http://www.ufsm.br/gpforma/2senafe/pdf/022e4.pdf>>. acesso em 1 junho 2015.

TEIXEIRA, Ana Cristina Campos Prado et al. Estratégias de utilização de “atividades complementares” nos cursos de ciências contábeis. **12º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. São Paulo/SP, 26 e 27 julho de 2012.

TORRES, Patrícia Lupion; ALCÂNTARA, Paulo R.; IRALA, Esrom Adriano Freitas. Grupos de Consenso: Uma proposta de aprendizagem colaborativa para o processo de ensino- aprendizagem. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 4, n.13, p.129-145, set./dez. 2004.

CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS PARA A PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO POPULAR NO MUNICÍPIO DE CUITÉ-PB

Airdys Thárisa de Souza Viana

A promoção da saúde através do incentivo e desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis decorre de um processo contínuo e gradual através de estratégias fundamentadas no âmbito da Educação Alimentar e Nutricional. A contação de histórias para escolares do ensino fundamental é uma ferramenta que através da oralidade pode enfatizar determinado tema, buscando dessa forma o envolvimento e despertando a curiosidade e a interação dos mesmos de maneira reflexiva. A Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Eudécia Alves dos Santos, localizada na cidade de Cuité - PB, compreende aproximadamente duzentos escolares, entre turmas que vão do pré-escolar ao quinto ano. O projeto visa promover a saúde e desenvolvimento dos escolares através da realização de atividades educativas baseadas nas necessidades

visualizadas, firmando como coadjuvantes deste processo todo o corpo escolar e os pais. Uma das instâncias visualizadas foi a de incentivar o consumo da alimentação escolar e desestimular o consumo de alimentos industrializados, comumente vistos durante o intervalo, entre aulas, sendo consumidos pelos escolares. A ação foi realizada nas dez turmas: duas de pré-escolar, duas de primeiro ano, duas de segundo ano, duas de terceiro ano, uma de quarto ano e uma de quinto ano. Antes de iniciar a contação, foi realizada com as crianças uma dinâmica com gestos e bater de palmas com intuito de motivar o silêncio e a atenção. Sentados em círculo no chão, a contação foi desenvolvida a partir de uma estória adaptada da história de João e Maria e proferiu-se através da oralidade em todas as turmas. Nas turmas de pré-escolares houve o uso de fantoches como instrumento lúdico que incentiva a imaginação. Após a contação, eram refletidas, por meio da conversa em roda, as situações e questões propostas pela estória, relacionando-as com as vivências dos escolares, sendo colocado em pauta suas opiniões e críticas. O momento foi finalizado com uma canção popular. Posterior à atividade educativa, houve a avaliação do entendimento e percepção dos escolares sobre o tema abordado. Nas turmas de primeiro, segundo e terceiro ano a avaliação se deu através do preenchimento de um labirinto impresso, onde o caminho da alimentação saudável, oferecida pela escola, culminava em um ponto de chegada, enquanto o caminho da alimentação industrializada era sem saída, e das turmas de quarto e quinto ano de uma produção textual tendo como temática o ponto de vista dos escolares sobre a alimentação escolar. A duração máxima foi de quarenta minutos e as professoras observaram e avaliaram a atividade por meio de documento emitido pela faculdade, bem como os escolares por meio de escala hedônica. A participação dos escolares fluiu de maneira espontânea, interativa e afetuosa. Manifestaram estimo, pretensão e disposição à aquisição de hábitos saudáveis e adequados, em detrimento do consumo de industrializados. A ação repercutiu para o grupo novos questionamentos, diagnósticos e concepção de ações futuras.

Palavras-chave: Educação Alimentar e Nutricional, contação de histórias, hábitos saudáveis.

CURSO BÁSICO EM LÍNGUA INGLESA PARA A FORMAÇÃO DE EMPREENDEDORES

Gracielle Oliveira Tavares; Auristela Felix de Oliveira Teodoro

INTRODUÇÃO: A oferta do Curso Básico em Língua Inglesa para a Formação de Empreendedores à sociedade integra o Programa Vizinhanças aprovado

pelo Edital PROEXT/Programa Vizinhanças 2014-2015 e terá prosseguimento pelo Edital PROEXT MEC 2016. Uma iniciativa de retorno educacional realizada com a monitoria de uma estudante do Programa de Graduação Sanduíche Ciência sem Fronteiras em sua atuação como docente.

DESENVOLVIMENTO: O curso contempla uma grande parcela da população que não tem acesso ou condições financeiras para buscar essa capacitação em uma segunda língua em instituições particulares. Atende, portanto, ao cumprimento da função social da Universidade em ofertar as comunidades populares em situação de vulnerabilidade socioeconômica educação profissional, técnica e tecnológica gratuita e de qualidade. São objetivos do curso: oferecer aos estudantes oportunidades para construção de competências profissionais, na perspectiva do mundo da produção e do trabalho, bem como do sistema educativo; proporcionar a habilitação profissional em curto prazo, observando-se as exigências e expectativas da comunidade e enfatizar, paralelamente à formação profissional específica, o desenvolvimento de uma segunda língua para aplicação no mercado de trabalho. O concluinte assume um perfil onde ele saberá interagir e aprimorar continuamente seus aprendizados a partir do conhecimento sobre novas culturas, modos de ser e pontos de vista divergentes e serão instruídos para serem cidadãos críticos, propositivos e dinâmicos na busca de novos conhecimentos como o despertar pelo interesse em uma segunda língua e uma nova cultura. O curso é ofertado na comunidade do Binóculo, localizado no Bairro da Federação em Salvador – BA (atende as comunidades do Binóculo, Garcia, Alto da Bola, Alto do Gantois, Alto das Pombas, Comunidade Souza Uzel, Federação e adjacências) todas as terças e quintas com a carga horária de 2 horas ao dia.

CONCLUSÃO: O curso tem como matriz curricular a divisão em quatro disciplinas que são conhecidas como: Listening and Speaking, Reading and Writing, Grammar e Integrate Skills. Cada disciplina citada acima possui carga horária igual a 30 horas totalizando 120 horas/aulas de curso. Os requerimentos necessários para o curso são: Estar empenhado em aprender uma segunda língua é muito importante, o curso exige 80% de presença para que o estudante possa ter a certificação e participar ativamente em discussões e atividades realizadas em classe, assim como, participar de trabalhos realizados em grupo. O método de avaliação adotado é um Portfólio construído pelos próprios estudantes no qual serão incluídas as atividades realizadas no decorrer do curso e uma avaliação envolvendo todos os conteúdos que foram apresentados.

Palavras-chave: Língua inglesa, formação profissional, curso comunitário.

DIALOGANDO SOBRE O CUIDAR ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE COM AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE EM RECIFE-PE

Amanda Araújo das Mercês¹, Adriana Maria Cirilo², Aline da Silva Alves³, Amanda Thaís Lima de Queiroz⁴, Marcela Santos Silva⁵, Millena Fontes⁶, Tânia Siqueira⁷

A Educação Popular em Saúde (EPS) vem buscando cada vez mais romper com formatos verticais e hierarquizados de organização e de cuidado, seja nos espaços físicos de produção de saúde como também nas relações interpessoais. Com o intuito de comemorar o dia do Agente Comunitário de Saúde (ACS) da Unidade de Saúde da Família (USF) Caranguejo, em Recife-PE, e reafirmar a importância desses profissionais na Atenção Primária à Saúde (APS), foi proporcionado um dia de cuidado, pela equipe de residentes do Programa Multiprofissional em Saúde da Família do Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (IMIP). O dia foi iniciado com a decoração da sala dos ACS e continuado com atividades que ocorreram de acordo com as seguintes etapas: 1) Acolhida e Dinâmica de apresentação; 2) Cinesioterapia laboral; 3) Cenopoesia; 4) Vídeo Ubuntu; 5) Corredor do cuidado. Através das atividades realizadas foi possível proporcionar um momento não só de relaxamento, mas também de reflexão, introspecção, empatia e cuidado com o outro, e principalmente suscitar a importância do trabalho em equipe. Inicialmente, cada ACS foi recebida com um abraço caloroso, seguido de uma breve apresentação pessoal focando nas qualidades que cada uma via em si. Palavras como alegre, guerreira, amiga, entre outras, exemplifica algumas das qualidades citadas. Em seguida, foi realizada uma atividade física com música para exercitar o corpo. Posteriormente, foi realizado um ato de cenopoesia abordando a importância do ato de acolher, sentir-se acolhido e saber estar aberto a ouvir uns aos outros, percebendo suas angústias e necessidades. Após, foi exibido um vídeo intitulado Ubuntu, que fala da importância das relações interpessoais e do crescimento pessoal através do trabalho em equipe, seguido de uma discussão sobre o papel das ACS's e como as mesmas se viam nele. Para finalizar, no intuito de colocar em prática o cuidado de forma mais profunda e singular foi realizado o Corredor do Cuidado. A sensibilidade do cuidar do outro e a entrega de cada ACS nas atividades realizadas, mostraram níveis diferentes de envolvimento, principalmente, no corredor do cuidado, no qual, algumas ACS's se emocionaram e outras mostraram-se bastante reflexivas, se sentindo cuidadas. Ao fim das atividades percebeu-se, pela fala de todas, a satisfação em se permitirem cuidar e serem cuidadas, sendo assim uma experiência única, marcante, realizada com muito respeito, amorosidade, alegria e partilha, que posteriormente refletiu no entrosamento maior entre as ACS's e os residentes, e resultou numa renovação de forças para execução do trabalho dos ACS's. Diante do exposto, fica clara a importância da escuta dos anseios, sentimentos e expectativas dos

sujeitos envolvidos nesse processo, estreitando laços através da construção de uma teia de cuidado, tecida cotidianamente através das trocas de experiências, sendo essenciais em um espaço de construção e reconstrução de práticas. Dessa forma, a EPS colabora não só com a quebra de relações hierarquizadas, mas também com o fortalecimento do trabalho em equipe e com o significado e a importância de cada sujeito.

Palavras-chave: Horizontalidade, cuidado, trocas de experiências, trabalho em equipe.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR: UMA EXPERIÊNCIA DO COLETIVO DE MULHERES DO TERRITÓRIO DO POTENGI NO RIO GRANDE DO NORTE

Giselly Nadine Benevides de Oliveira; Joana Maressa Paiva Felipa; Valtécio Moreira da Silva;

A INICIES (Incubadora de Iniciativas e Empreendimentos Econômicos Solidários), com base na metodologia da educação popular enquanto forma de aproximação entre universidade e sociedade, participa do processo organizativo das agricultoras familiares do Território do Potengi-RN. As ações desenvolvidas visam promover a igualdade de gênero, a qualificação e formalização da organização produtiva da mulher rural e sua contribuição ao desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar. O presente trabalho tem por objetivo contribuir com o debate sobre economia solidária como outra forma de organização do trabalho, a partir de uma perspectiva contrária à ideologia capitalista. A Incubadora de Iniciativas e Empreendimentos Econômicos Solidários – INICIES, visa estabelecer uma ponte entre a universidade e as comunidades, num processo de troca de saberes com base na metodologia de Educação Popular e freiriana. A INICIES/UFRN dentre suas ações, destaca o processo de organização das agricultoras familiares do Território do Potengi/RN. Esse processo é organizado pela Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte – FETRAF/RN, uma organização política que acompanha o coletivo de agricultoras familiares, composto por trinta e três representantes dos municípios que compreende tal Território. Este processo organizativo vivencia os princípios da economia solidária, pautados na autogestão, cooperação, solidariedade e viabilidade econômica. As atividades desenvolvidas junto ao coletivo de mulheres visam promover a igualdade de gênero, a qualificação e formalização da organização produtiva da mulher rural e sua contribuição ao desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar. Entre os resultados alcançados destacamos o enfrentamento da dependência das mulheres nas relações de gênero; a inserção e fortalecimento na participação dos mais

variados espaços públicos, tais como: conferências, sindicatos e movimentos sociais; o acesso à renda e, conseqüentemente, contribuição na renda familiar; e a promoção de espaços de sociabilidade entre as mulheres, através das reuniões, momentos de formação e lazer. A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todas as pessoas. As mulheres perceberam na economia solidária uma oportunidade de crescimento, de reconhecimento do seu trabalho, de liberdade de expressão, e de mais espaços de participação. Isso contribui significativamente para a melhoria da qualidade de vida dessas mulheres e para a conquista de direitos no estado do Rio Grande do Norte. A experiência nos revela a importância dos estudantes nas atividades de extensão pela aproximação da universidade com a comunidade, contribuindo para a formação integral dos discentes e docentes. A experiência, por meio desse processo de organização coletiva, fortalece alternativas ao modelo econômico vigente.

Palavras-chave: Agricultura familiar, economia solidária, mulheres.

EDUCAÇÃO POPULAR E A PROMOÇÃO DA INTEGRALIDADE DO CUIDADO NO TRATAMENTO DA HIPERTENSÃO E DA DIABETES: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA DE JOÃO PESSOA/PB

Karoline Linhares Mota Rodrigues; Gabriella Santos Dantas Campello; Caroline Sousa Cabral;
Pedro José Santos Carneiro Cruz

Hipertensão e Diabetes constituem-se importantes agravos epidemiológicos, cuja prevalência tem se elevado em todo o mundo nos últimos anos. Para o enfrentamento dessas doenças, fazem-se necessárias ações que possam agir nos seus diversos determinantes. No contexto da Promoção da Saúde, há necessidade de se investir em práticas sociais de cunho pedagógico, buscando o autocuidado e a autonomia dos sujeitos que convivem com essas doenças. Esse trabalho busca sistematizar ações realizadas no âmbito do grupo operativo HiperDia da equipe Jardim Itabaiana I da Unidade de Saúde da Família Vila Saúde (localizada no bairro do Cristo Redentor, em João Pessoa-PB), em parceria com o Programa de Extensão PINAB (Práticas Integradas de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica), vinculado aos departamentos de Nutrição e de Promoção da Saúde da Universidade Federal da Paraíba. O PINAB atua com as comunidades abrangidas pela Vila Saúde e está configurado em diversas frentes de atuação, pautadas na pedagogia da Educação Popular, buscando fortalecer o cuidado em saúde, a participação social e facilitação de grupos operativos, visando a construção de processos

emancipatórios. As ações do grupo HiperDia são realizadas quinzenalmente, coordenadas por profissionais de saúde, residentes médicos e multiprofissionais em Saúde da Família, bem como estudantes do PINAB. O grupo decorre com ações educativas de Promoção da Saúde das pessoas de maneira integral, por meio do diálogo sobre saberes, sabedorias e experiências dos moradores acerca dos aprendizados e desafios de sua convivência com Hipertensão e Diabetes, bem como da socialização e problematização de conhecimentos técnicos e científicos significativos para a qualidade de vida. As ações são realizadas por meio de rodas de conversa e de dinâmicas de trabalho em grupo, utilizando-se metodologias lúdicas, criativas, ativas e problematizadoras, para facilitar a construção compartilhada do conhecimento. No grupo são discutidos temas como os cuidados com a alimentação, prática de atividade física, fortalecimento do autocuidado, saúde do homem e da mulher, dentre outros. A cada reunião, os usuários são provocados a sugerir assuntos de importância para sua saúde, os quais são tratados no encontro seguinte. Deste modo, busca-se inseri-los no contexto do planejamento de estratégias de prevenção e tratamento dessas doenças, fortalecendo a importância da reflexão acerca da pró-atividade no processo de cuidado. Além disso, os sujeitos são provocados a trabalhar e explorar seus anseios e inquietudes. Propõe-se uma reflexão acerca dos diversos aspectos subjetivos que permeiam a vida das pessoas com hipertensão e com diabetes. Possibilita-se, portanto, extrapolar a perspectiva puramente biomédica, característica do tradicional modelo de atenção à saúde, proporcionando uma vivência pautada na integralidade desses atores. Neste sentido, o grupo HiperDia constitui-se como um espaço de construção de conhecimento, por meio do compartilhar de saberes e aprendizados essencialmente presentes nos fundamentos da Educação Popular, ressignificando a prática de cuidado em saúde.

Palavras-chave: Educação em saúde, extensão popular, promoção da saúde.

EDUCAÇÃO POPULAR E A PROMOÇÃO DA SAÚDE NO CONTEXTO DA PUERICULTURA: UMA EXPERIÊNCIA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE EM JOÃO PESSOA-PB

Adalia Lacerda Nitão Sobrinha; Alida Leite da Silva; Reginaldo Ferreira de Lima Júnior;
Orientador: Pedro José Cruz Santos Carneiro Cruz

O presente trabalho configura um relato de experiência do grupo Puericultura, promovido pela equipe de saúde da família Jardim Itabaiana II, com o apoio do Programa de Extensão “PINAB Práticas Integradas de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica”, vinculado aos departamentos de Nutrição e de

Promoção à Saúde da Universidade Federal da Paraíba. O PINAB orienta suas iniciativas nos pressupostos da Educação Popular, com ênfase na Segurança Alimentar e Promoção da Saúde. Suas ações são desenvolvidas com as comunidades Jardim Itabaiana, Pedra Branca e Boa Esperança, sediadas no bairro do Cristo Redentor. Atuando em diversos grupos, o Programa se pauta por abordagens que viabilizem a autonomia dos moradores e a problematização do ambiente social, favorecendo os processos emancipatórios. Dentre diferentes práticas empreendidas em diálogo com a equipe e a comunidade, no contexto do PINAB, o grupo Puericultura possui como objetivo o estabelecimento de diálogos entre as experiências de vida das participantes e dos profissionais envolvidos, por meio do compartilhar de saberes das puérperas acerca dos desafios e das necessidades de saúde para sua qualidade de vida e o cuidado integral para o bem-estar do recém-nascido. Ele é realizado mensalmente no salão da comunidade São Francisco, com a coordenação de membros da equipe, residentes médicos e multiprofissionais, além de estudantes e docentes do PINAB. Nos encontros são realizadas a pesagem e medição da altura das crianças, para verificar se estão crescendo conforme o esperado para sua idade. Também há rodas de conversas sobre o cuidado médico, higiênico, nutricional, fisioterapêutico e psicológico das crianças, desde a gestação até cinco anos de idade, e são executadas dinâmicas para propiciar um clima agradável para todos. O benefício individual que diz respeito a nossa participação a qual concerne ao aprimoramento profissional dos estudantes, pois através do contato com a comunidade está sendo possível colocar em prática os conhecimentos teóricos, favorecendo assim a ampliação da compreensão acerca do conceito de saúde, suas determinações sociais e dinâmica comunitária, particularmente em contextos de pobreza. O compartilhamento da sabedoria popular, em diálogo com os aportes científicos, é influenciador da criação de novas práticas de cuidado em saúde pelas participantes. Várias dúvidas das participantes foram esclarecidas pela equipe, bem como houve a percepção de que os cuidados para com os seus filhos foram aprimorados. As atividades têm repercutido no estabelecimento de um espaço de cuidado integral à saúde das puérperas e do recém-nascido, cujo protagonismo é das participantes, e não da equipe ou da universidade. Um espaço onde o saber científico é valorizado, mas não de maneira exclusiva, pois a centralidade da ação está na construção compartilhada de conhecimento, por meio dos aprendizados e desafios da busca pela vida com qualidade.

Palavras-chave: Cuidado integral, puérperas, crianças.

EDUCAÇÃO POPULAR E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA EXPERIÊNCIA NO ASSENTAMENTO BAIXÃO NA BAHIA

Daniel Andrade Barreto de Sousa; David Ramos da Silva Rios; Maria Constantina Caputo

A necessidade de aproximar as universidades e as comunidades está cada vez mais evidente quando se pretende desenvolver conhecimento socialmente referenciado. No contexto do direito à saúde, a extensão universitária tem assumido protagonismo no planejamento de ações para melhoria das condições de vida das comunidades, na promoção da saúde e na problematização da importância de mobilização para superar as iniquidades sociais. Os projetos extensionistas que se baseiam na educação popular favorecem uma análise global de inúmeras situações e realidades, estimulando o diálogo entre os saberes popular e científico. Esse trabalho objetiva apresentar e analisar o relato de experiência de um programa de extensão universitária desenvolvida pela Universidade Federal da Bahia através da Atividade Curricular em Comunidade e Sociedade (ACCS) “Promoção da Saúde e Qualidade de Vida”, no Assentamento de Baixão, na Bahia, no ano de 2015. As ações foram realizadas por uma equipe interdisciplinar com 30 estudantes de diferentes cursos dentre eles Medicina, Psicologia, Nutrição, Odontologia, Medicina Veterinária, Bacharelado Interdisciplinar em Saúde, Filosofia e Farmácia, e basearam-se na metodologia da pesquisa-ação, organizada em diferentes etapas: a identificação das questões sociais e das condições de vida da comunidade; a elaboração interdisciplinar de ações de intervenção; o desenvolvimento das ações na comunidade; a avaliação dos impactos gerados. É importante destacar que todas as etapas contaram com a colaboração e o apoio dos assentados. Ao todo foram desenvolvidas 20 oficinas com diferentes temáticas: mobilização da juventude, empoderamento das mulheres, plantas medicinais, gênero e sexualidade, assistência em saúde bucal, hipertensão e diabetes, saúde do homem, dentre outras. Por meio do presente projeto foi possível se perceber que a extensão popular pode ser um importante instrumento de transformação social e cidadã. A possibilidade de se construir espaços nos quais os futuros profissionais interagem de forma dialógica com uma comunidade e com os mais distintos campos disciplinares, mostra-se como um potencial caminho para o desenvolvimento de sujeitos comprometidos com a melhoria das suas condições de vida, engajados na garantia dos direitos de todos e que valorizem a participação social e a mobilização no enfrentamento das necessidades de saúde.

Palavras-chave: Promoção da saúde, transformação social, direito à saúde.

EDUCAÇÃO POPULAR E O CUIDADO EM ENFERMAGEM NA COMUNIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Danielle Brito de Andrade¹, Fernanda Alves Pereira², Andrielly Mendes Paulo da Silva³,
Sabrina Leite de Lima⁴, Maria Francilene Leite Colesante⁵, Patrícia Serpa de Souza Batista⁶

Introdução: A extensão popular em saúde tem contribuído para formação de profissionais diferenciados no que tange a humanização do cuidado, o diálogo de saberes, a superação do biologicismo e a aproximação com espaços de luta comunitária. O Projeto Educação Popular e o Cuidado em Enfermagem na Comunidade busca, ao atrelar a técnica específica da profissão ao contexto social no qual vive grande parte da população - marginalizado e excludente -, formar enfermeiros com um olhar mais ampliado sobre a saúde. Para tanto, os extensionistas acompanham semanalmente famílias que necessitam de cuidados específicos em uma comunidade de João Pessoa-PB. Esse estudo tem como objetivo relatar a experiência de estudantes de Enfermagem no acompanhamento semanal a uma idosa acamada. **Método:** trata-se da sistematização, entendida como a interpretação crítica de experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido. **Resultados e Discussão:** O acompanhamento as famílias da comunidade iniciou-se com o conhecimento do território e a articulação com a Estratégia de Saúde da Família (ESF) local. Finalizadas essas etapas, os estudantes são divididos em duplas e passam a acompanhar uma família semanalmente através de visitas domiciliares. Estas possibilitam a construção de vínculos por meio de relações horizontais, do diálogo e troca de saberes, além da elaboração de diagnósticos de enfermagem e intervenções que também incentivem a autonomia e a consciência crítica dos sujeitos. Nesse contexto, acompanhamos uma família constituída de dois membros: a mãe, MR, 66 anos, acamada, hipertensa, lazer prejudicado, com sequelas de AVE e fratura de fêmur; o filho, JR, com 43 anos é seu único cuidador, aposentado, hipertenso, com miopia severa e glaucoma. A dinâmica financeira é deficiente, a casa é de alvenaria, com pouca iluminação e em péssimas condições de higiene. Nossa primeira intervenção junto a família foi a higienização pessoal de MR, do ambiente e o diálogo com o filho sobre alguns cuidados à mãe - higiene, alimentação e lazer. Ao longo de nossas visitas, outras ações foram desenvolvidas de maneira dialógica, incentivando o empoderamento dos sujeitos, estimulando a reflexão sobre a sua situação de saúde, fomentando sua autonomia e cidadania. Atualmente, Dona MR demonstra alegria em nos receber e as conversas apresentam conteúdos mais pessoais de sua vida devido a confiança estabelecida. Cantamos juntas em todas as visitas e percebemos que a musicalidade aproxima e a deixa mais feliz. JR mudou alguns hábitos e a casa está mais limpa. As transformações também aconteceram na vida dos estudantes, na análise de mundo e do cuidado em saúde. **Conclusão:** pela extensão, estudantes de enfermagem têm a

oportunidade de vivenciar e compreender os determinantes sociais, ampliando o olhar acerca do processo saúde-doença; aprendem a trabalhar dialogicamente, desenvolvendo o protagonismo estudantil, o empoderamento individual e da coletividade; exercitam a técnica específica da enfermagem sem distanciar-se dos problemas sociais e buscando sempre a humanização do cuidado em saúde.

Palavras-chave: Visita domiciliar, empoderamento, protagonismo, cuidado em saúde.

FORMAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA COM CRIANÇAS EM FELIPE CAMARÃO

Beatriz Suellen Pereira da Silva; Luana Brenda da Silva Nogueira.

O presente trabalho apresenta alguns resultados das atividades de extensão desenvolvidas no Centro da Fundação Fé e Alegria localizado em Felipe Camarão, zona oeste de Natal, por alunas de Serviço Social, integrantes do grupo PET (Programa de Educação Tutorial) Conexões de Saberes – Comunidades Urbanas por um período aproximado de um ano. O projeto em andamento objetiva desenvolver atividades formativas em Educação Ambiental, Economia Solidária e Formação sócio-política com o grupo de crianças assistidas pela instituição. A fundamentação metodológica das ações desenvolvidas é a Educação Popular, a partir da qual se busca efetivar uma prática educativa pautada nas experiências concretas dos usuários e em princípios que despertem criticidade nos sujeitos e permitam que eles mesmo tenham “a capacidade de elaborar seus próprios conhecimentos” (JARA, 1986, p.8) para a transformação da realidade na qual estão inseridos, reiterando o protagonismo educativo aos educandos durante todas as ações. As ações fundamentam-se em princípios que tem como horizonte a construção de uma nova sociedade e uma prática transformadora. Partindo da realidade concreta dos sujeitos, abordando temáticas úteis que despertem o interesse das partes envolvidas, possibilitando que estas desenvolvam criticidade e a partir disso surjam novos conhecimentos, levando em consideração a relevância da sabedoria popular e ao mesmo tempo o seu caráter de senso comum. A prática da extensão Universitária consiste em uma articulação entre ensino e pesquisa de maneira indissociável com o intuito de estabelecer uma parceria entre a sociedade externa e a universidade, possibilitando uma formação profissional cidadã e a materialização dos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos. Conforme reitera o Plano Nacional de Extensão Universitária (2001), onde caracteriza a prática extensionista como “um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via

de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico.” (p.5). Como resultado pode-se perceber que a prática extensionista é fundamental para efetivação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) permitindo a realização da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a articulação e troca de conhecimentos entre os diferentes saberes: científico e popular; a promoção de uma formação profissional crítica associada à realidade social e seus diversos aspectos e a aproximação do debate referente à economia solidária, a efetivação da filosofia do programa, além de proporcionar aos usuários da ONG um maior diálogo com o meio acadêmico. Pode-se concluir, portanto que é de grande importância a existência de espaços como o da Fundação para a realização de ações de extensão universitária que viabilizam a ampliação dos conhecimentos acadêmicos, além de despertar nos sujeitos maior criticidade, como também possibilitar que estes indivíduos observem a relevância dos seus conhecimentos populares e que estes quando somados ao conhecimento de caráter científico, resultam em uma troca dialética entre saberes, objetivando o surgimento de novos conhecimentos.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Economia Solidária, Formação sócio-política.

GRUPO DE IDOSOS: EXTENSÃO POPULAR EM UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA

Déborah Gomes Pequeno; Darliane Teodosio Guedes; Normanda de Almeida Cavalcante Leal;
Vanille Valério B. Pessoa Cardoso

O envelhecimento populacional, devido à globalização, está tendo um forte crescimento nos últimos anos, devido às altas taxas de natalidade e redução da mortalidade em idades avançadas, obtendo como consequência, um aumento no número de idosos que passam a frequentar as Instituições de Longa Permanência para Idosos. As ILPI são instituições coletivas que contam com profissionais que tenham o reconhecimento dos limites e peculiaridades dos idosos, e também as modificações físicas, emocionais e sociais desta fase. Diante disso, este relato tem por objetivo descrever a experiência de um grupo de estudantes de nutrição, em uma ILPI, no município de Cuité-PB participantes de um projeto de extensão com foco na educação popular na perspectiva do cuidar. Semanalmente o grupo, que faz parte do projeto de extensão “Educação Alimentar e Nutricional e Apoio Multidisciplinar à Instituição de Longa Permanência Vó Filomena, Cuité-PB”, realizam visitas ao lar, e a partir destas, evidenciou-se a necessidade de realizar atividades estratégicas em todos os âmbitos da instituição, quer seja com idosos, ou com as cozinheiras. Diante disso, realizou-se, periodicamente, a avaliação nutricional dos idosos (antropometria e semiologia) para acompanhar o estado

nutricional, e, além disso, foram analisadas as fichas de medicamentos de cada idoso, a fim de avaliar possíveis interações entre os fármacos e a dieta ofertada. Desta forma, foi possível fazer um levantamento de todos os medicamentos administrados aos idosos na instituição, e posteriormente, um breve estudo sobre as interações fármaco-nutriente. Em outro âmbito, foram desenvolvidas atividades educativas com temáticas voltadas para questões de higiene, dietoterápicas, de encorajamento e de valorização para as cozinheiras do “Vó Filomena”. As atividades educativas contribuíram de forma que, as cozinheiras compreenderam a importância dos temas propostos, e puderam levar isso para o cotidiano da instituição. Um importante tema foi o encorajamento e valorização desse profissional, estimulando o pensamento sobre a importância da comida para os idosos, sobre a função dos alimentos diante um processo de doença e entender que são pessoas fundamentais para a saúde do idoso. Além do processo biológico e comestível, é importante pensar que a alimentação acarreta lembranças, sabores e sensações. Assim, houve o estímulo para pensar que cozinhar é algo dinâmico, que transforma, não apenas as refeições, mas a maneira de relacionar-se com outras pessoas. As visitas semanais também proporcionaram a criação de um vínculo aluno-idoso-cozinheira. Os alunos mantinham um momento dedicado aos idosos, seja para conversar, ou estimular a utilização, por eles, da praça existente no local. Nesse contexto de cuidado, a educação popular em saúde, que baseou nossa experiência, vem construindo um jeito diferente de conduzir o trabalho em saúde, onde se privilegia o vínculo, o olhar crítico e a valorização das pessoas, bem como seus saberes ao longo da vida e sua subjetividade. Assim, nota-se que a universidade tem um papel de grande importância na saúde pública, pois através de suas práticas de extensão podem se tornar promotoras da saúde em vários espaços de atuação, tendo potencial de influenciar positivamente a vida e a saúde dos membros de sua comunidade ou grupo.

Palavras-chave: Instituição de longa permanência, idosos, valorização do outro.

INFLUÊNCIA DA EXTENSÃO POPULAR NA FORMAÇÃO DO FISIOTERAPEUTA DA ATENÇÃO BÁSICA

Letícia Torres Amarante (apresentadora); Jordânia Abreu Lima de Melo; Larissa Danielly Araújo Martins; Tirza Stanley Moreira Dias; Renata Newman Leite Cardoso dos Santos

RESUMO: Observando a atuação da fisioterapia na atenção básica em diferentes cenários, este trabalho objetiva relatar a experiência de um fisioterapeuta residente, que durante sua graduação participou de dois Projetos de Extensão orientados pelos princípios da Educação Popular e afirmou que ambos apresentaram uma influência significativa em sua formação, pois o

transformou num profissional com capacidade crítica e reflexiva, influenciando-o na escolha de atuar na Atenção Básica.

A extensão popular em saúde proporciona aos estudantes de graduação em fisioterapia a aproximação com a realidade social da população, como também, busca concretizar os princípios da universalidade, equidade e integralidade da atenção à saúde. O fisioterapeuta atua no contexto da atenção básica por meio dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), caracterizado por uma equipe multidisciplinar de apoio aos profissionais das Equipes Saúde da Família, como também, na modalidade de residências profissionais. Observando a atuação da fisioterapia na atenção básica em diferentes cenários, este trabalho objetiva relatar a experiência de um fisioterapeuta que atua como residente em uma USF do município de João Pessoa –PB. O fisioterapeuta exerce atividades que são, na maioria, atividades coletivas de promoção à saúde e prevenção de doenças. Estas atividades se baseiam no diálogo com os usuários, priorizando o conhecimento popular e a troca de saberes, considerando-os como indivíduos transformadores e sujeitos da ação. Este tipo de profissional mostra-se contra hegemônico ao modelo biomédico-assistencialista, que ainda perdura na graduação em fisioterapia, voltada excessivamente a formação para o tratamento de sequelas dos agravos à saúde, de caráter individual. Em contrapartida, o contato com as atividades de Saúde Coletiva, durante a graduação, são vistas apenas no final do curso, em disciplinas isoladas. Alguns estudantes no início do curso buscam inserir-se em Projetos de Extensão Popular que propiciem o contato com a atenção básica à saúde e a realidade das comunidades. Com isso, eles desconstruem a visão assistencialista do papel do fisioterapeuta. O residente profissional relatou que durante sua graduação participou de dois Projetos de Extensão orientados pelos princípios da Educação Popular e afirmou que ambos apresentaram uma influência significativa em sua formação, pois o transformou num profissional com capacidade crítica e reflexiva, influenciando-o na escolha de atuar na Atenção Básica. Desta forma, pode-se inferir que a Extensão Popular em Saúde é de extrema importância, para a formação do fisioterapeuta, visto que ela proporciona aos estudantes, a inserção nos espaços da atenção básica em saúde de forma mais precoce, durante a formação. Portanto, acredita-se que a formação do acadêmico de fisioterapia poderia ser beneficiada com a inclusão das disciplinas que contemplam o contato com a atenção básica ao decorrer de toda graduação e não apenas em sua fase final, visando o despertar para a compreensão da realidade social vivenciada na comunidade, desconstruindo o conceito pré formado de que a fisioterapia é voltada apenas para a reabilitação.

Palavras-chave: Fisioterapia, Saúde coletiva, formação, realidade social.

PERIFERIA DOS SONHOS: CONSTRUINDO DIÁLOGOS DENTRE E FORA DA UNIVERSIDADE.

Natalia Tenore Rocha; Anna Carolina Martins Silva; Gabriela de Paulo Catalano; Jéssica Maira Sarilho da Silva; Bruna Regina de Queiroz; Agnes Araújo Sardinha Pinto; Adriana Gleice de Assis Santos; Lucas Riguete; Daniela Kleinert; Shyrlaine Honda; Letícia Bezerra Faria; Anderson da Silva Rosa; Thatiane Dal Picolo Cadurin;

O Projeto de Extensão Periferia dos Sonhos integra graduand@s, pós-graduand@s, docentes da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e profissionais das áreas da saúde e assistência social que atuam com a população em situação de rua no Centro de Acolhida Portal do Futuro, na cidade de São Paulo. O seu eixo estruturante é a cogestão entre @s extensionistas implicando no contínuo exercício do diálogo. O projeto foi criado em 2009 a partir de demandas estudantis e, em 2012 passou a integrar o Programa de Extensão COM-UNIDADE que conta com outros três projetos voltados para a interface das áreas da Educação, Saúde e Direitos Humanos. A extensão proporciona aos estudantes vivências práticas do que se aprende na universidade, encontrando extra muros condições de conviver com realidades diferentes das que são exploradas intra muros. Através disso, refletimos sobre o nosso papel diante da iniquidade social. @s extensionistas quebram paradigmas já impostos pela estrutura social em que são inseridos ao decorrer da vida, o que permite a compreensão da importância dos seus atos e escolhas e de perceber-se como atriz/ator do seu processo de formação. A inquietação do grupo provém da reflexão do histórico de injustiças econômicas, sociais e políticas a qual tod@s estamos sujeit@s, mas, que afeta de forma mais agressiva a população de rua, já que tem constantemente seus direitos violados. Partimos da convivência e reflexão com essas pessoas para sonhar possibilidades melhores de vida. O Periferia dos Sonhos procura ter reuniões dinâmicas, sempre que possível junto com @s conviventes e trabalhador@s do albergue. Há reuniões de estudo quinzenais no campus da Unifesp, nas quais discutimos temas como: Rua, Direitos humanos, Saúde e Educação. Nas outras semanas do mês há encontros no equipamento social com o desejo de colocar em prática a educação popular buscando “fazer junto” com quem está em situação de rua uma conversa sobre assuntos escolhidos previamente. Os temas são sugeridos pel@s conviventes e, em roda de conversa busca-se debater o assunto e criar um produto final, geralmente artístico, que traz recordações, símbolos e imagens da conversa que foi construída durante a noite. Com as relações sociais que se iniciam a partir das rodas de conversa, os olhares e (pré)conceitos que muitas vezes temos são transformados e se evidencia o quanto que a posse de chave de casa pode significar a permanência/passagem em locais marginalizados da sociedade. O encontro com pessoas que naquele momento ocupam lugares e papéis diferentes dos nossos permite a reflexão sobre o papel de si e d@ outr@ no mundo, quando “el@s” e “nós” nos enxergamos. O Periferia muda a visão apática que o

estudante tem do mundo, faz com que ele saia de sua zona de conforto, quebre os muros que o cercam dentro da universidade, e insere excluídos da sociedade ao seu círculo social. Desenvolvendo um cidadão mais aberto ao diálogo com pessoas diferentes, quebrando o preconceito que antes existia, matando o velho mito do “homem do saco”. Impregnados de sentido temos na extensão o respiro do pragmatismo.

Palavras-chave: População em situação de rua, direitos humanos, saúde, educação.

PRÁTICAS INTEGRAIS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E NUTRIÇÃO NA ATENÇÃO BÁSICA (PINAB): UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO POPULAR

Elina Alice Alves de Lima Pereira, Kelyane da Cunha Cruz Silva, Renan Soares de Araújo, Ana Claudia C. Peixoto de Vasconcelos, Bruno Oliveira de Botelho, Daniela Gomes de Brito Carneiro, Islany Costa Alencar, Pedro José Santos Carneiro Cruz

O Programa “Práticas Integrals de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica (PINAB)” está vinculado aos Departamentos de Nutrição e de Promoção da Saúde da Universidade Federal da Paraíba, e consiste em uma iniciativa de Extensão norteada pelos princípios da Educação Popular, que atua há 8 anos com ações de Promoção da Saúde e de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no contexto da Atenção Básica nas comunidades Boa Esperança, Pedra Branca e Jardim Itabaiana, no bairro Cristo Redentor, em João Pessoa (JP). O PINAB desenvolve ações mediante grupos construídos de maneira compartilhada com a Unidade de Saúde da Família Vila Saúde, tais como: Puericultura, HiperDia, Saúde Mental, Horta Comunitária e Espaço de Diálogo. Além disso, envolve visitas domiciliares, apoio ao Movimento Popular de Saúde da Paraíba, mapeamento de Conselhos distritais de saúde de JP e de equipamentos de SAN no território; e a promoção de um curso de SAN na comunidade. A gestão compartilhada do Programa operacionaliza-se a partir das reuniões: a) de orientação dos estudantes; b) de formação, incluindo temáticas relacionadas às ações; c) de planejamento semanal com a comunidade e a equipe de saúde. Através dessas intervenções, se tem apoiado iniciativas emancipatórias com vistas ao empoderamento comunitário, objetivando aprimorar estratégias e caminhos participativos do cuidado em saúde, sobretudo no que tange à vida com qualidade e dignidade. Enfrentamos algumas limitações, tais como: a tímida participação da população nos espaços dos grupos e reuniões; dificuldades em desenvolver trabalhos junto à equipe de saúde, diante da extensa agenda destes; inflexibilidade do currículo acadêmico, que não prioriza as atividades de Extensão; além dos percalços decorrentes da violência que permeiam algumas áreas do território. Portanto, destacamos que neste processo, é fundamental envidar esforços baseados no diálogo e na construção compartilhada com trabalhadores e população, visando o reconhecimento da alteridade e dos sentidos do outro, com o

enfrentamento dos determinantes sociais em saúde. Percebe-se, assim, a contribuição para a formação de profissionais críticos e humanísticos comprometidos com questões sociais, particularmente à garantia da saúde, da alimentação como direito e do enfrentamento sistemático de situações de vulnerabilidade, com ênfase no vínculo afetivo e no estímulo à participação social por meio da problematização da realidade local. Além disso, as experiências, inquietações e reflexões vivenciadas vêm incentivando a sistematização das ações em variadas formas de produções acadêmicas. Ademais, há a preocupação da articulação com o Ensino, mediante a oferta de uma disciplina na graduação de Medicina, com o tema: "Práticas Integradas de Educação e Promoção da Saúde" e um Curso de Extensão construído a partir de reflexões e vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular, intitulado "Educação Popular na universidade". Com isso, observa-se no âmbito acadêmico o fortalecimento da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão e a valorização de uma universidade que busca a transformação social por meio de uma construção compartilhada promovida pelo encontro respeitoso entre sujeitos e saberes, especialmente aqueles das práticas populares.

Palavras-chave: Saúde da família, formação universitária, interdisciplinaridade, participação social, educação popular

**PROJETO DE EXTENSÃO ECOS DA ÁFRICA NO CEARÁ:
CAPOEIRA NA COMUNIDADE (REDENÇÃO, ANTÔNIO DIOGO E
GUAÍÚBA): EXPERIÊNCIAS MULTICULTURAIS NA
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB), REDENÇÃO-CE
(2014 E 2015)**

Denise Rocha; Edcaro Oliveira Martins

Localizada em Redenção, antiga vila de Acarape, que foi pioneira na abolição dos escravos no Brasil (1883), a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) evoca pelo próprio nome o elo afetivo, cultural, social e político estabelecido com os países africanos de língua oficial portuguesa: Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique. Em consonância com as diretrizes gerais da universidade e a sua política de extensão e relações comunitárias (julho de 2010) e com a lei nº 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica no Brasil, foi desenvolvido, nos anos 2014 e 2015, o projeto de extensão ECOS DA ÁFRICA NO CEARÁ: Capoeira na comunidade (Redenção, Antônio Diogo e Guaiúba). Houve a parceria da professora do Instituto de Humanidades e Letras da Unilab, com o

Mestre de capoeira Beija-Flor e o Contra-Mestre Edy, presidente da Fundação Axé-Dendê, de Guaiúba, que foi coautor na concepção do projeto, atuou nas aulas de capoeira e de samba de roda, bem como colocou membros de sua equipe para participação em todas as fases da efetivação do trabalho comunitário: 1- nas aulas teóricas e práticas na universidade, campus da Liberdade, e na Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Augusta Russo dos Santos, em Redenção; 2- na organização do I Encontro Internacional Multicultural de Capoeira e do I Fórum de Capoeira da Unilab; e 3- na apresentação em eventos culturais. A experiência com a comunidade interna e externa da Unilab estabeleceu um sistema de ensino/aprendizagem baseado no corpo/musicalidade, que teve como principal obstáculo a questão da disciplina no treinamento contínuo. Os aspectos mais importantes do projeto foram, de um lado, os treinos e a apresentação de rodas de capoeira e de samba de roda na Unilab e na comunidade externa. E, de outro, a inserção de mulheres nesse reduto tradicional masculino e de discentes africanos que aprenderam duas facetas da cultura de matriz africana em Redenção (Brasil) e serão multiplicadores em suas pátrias de além-mar.

Palavras-chave: História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Educação.

PROMOÇÃO DA SAÚDE NO GRUPO DE TERAPIA COMUNITÁRIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA DE JOÃO PESSOA/PB

Gabriella Santos Dantas Campello; Iris de Souza Abílio; Daniela Gomes de Brito Carneiro;
Pedro José Santos Carneiro Cruz

O Programa de Extensão Universitária “Práticas Integrais de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica (PINAB)”, vinculado aos Departamentos de Nutrição e de Promoção da Saúde da Universidade Federal da Paraíba, atua desde 2007 com as comunidades Jardim Itabaiana, Pedra Branca e Boa Esperança no bairro do Cristo Redentor em João Pessoa-PB, inspirado na Educação Popular. É composto por graduandos de diversos cursos e dispõe diferentes frentes de ação em práticas sociais e de promoção da saúde, além de visitas domiciliares e reuniões organizativas. Uma destas frentes de atuação é a Terapia Comunitária (TC), que ocorre semanalmente no espaço da Comunidade Católica São Francisco localizada na comunidade Jardim Itabaiana. O grupo é conduzido por uma Terapeuta Comunitária que é ACS do território e coordenadora comunitária do PINAB. A TC é um espaço dedicado a promoção de encontros interpessoais e intercomunitários voltados a trocas de experiências, saberes e sentimentos de forma horizontal e circular. Busca o resgate da valorização pessoal, autoconfiança e empoderamento dentro dos contextos sociais. Apesar de ser um grupo aberto, atualmente tem um perfil

predominantemente feminino. Na metodologia do grupo existem regras de conduta como escutar o outro, evita, respeitar e falar apenas de si próprio, estas pactuações contribuem para o bom funcionamento do grupo. A TC inicia com o acolhimento, para envolver os participantes com o momento. Posteriormente, realiza-se dinâmicas, alongamentos, piadas, músicas, poesias, dança, é um momento reservado para integração do grupo. Há também um momento de escuta, onde podem falar de suas dificuldades, então, a terapeuta conduz à reflexão interagindo as demais com a temática do testemunho, gerando conhecimento a partir da experiência alheia. Na TC também há espaço para práticas de cuidado com o corpo e mente, uma vez que a TC compreende que a saúde corporal é produzida na relação entre o pensar, sentir e agir: “Quando a boca cala o corpo fala, quando a boca fala o corpo sara”. São realizados momentos de relaxamentos, onde as integrantes dedicam esse tempo para prestar atenção no seu corpo, entendê-lo e cuida-lo. Ao término o grupo é convidado a expressar os sentimentos partilhados na experiência vivida. Encerra-se com confraternização, lanches, abraços e conversas descontraídas, fortalecendo os vínculos entre os integrantes. A TC é um importante espaço de promoção da saúde e melhoria de qualidade de vida, isto acontece a partir da riqueza que a troca de experiências possibilita, principalmente quando somada a uma escuta qualificada, apoio do coletivo, cuidado e vínculo, reflete diretamente na autoestima dos participantes, na força de enfrentamento da realidade, e no bem-estar tanto físico quanto psíquico. É notável a mudança das participantes do dia que chegam para os demais encontros, é como uma flor que desabrocha para colorir o jardim, é emocionante quando aquelas mulheres se empoderam e aprendem a lidar com o sofrimento. Observar a dinâmica desse grupo me fortaleceu imensamente como pessoa, mais também como futura profissional de saúde, me despertou ainda mais para a riqueza das práticas coletivas, humanização do trabalho e compromisso com o outro.

Palavras-chave: Educação Popular em Saúde, promoção da saúde e redes solidárias.

VISITA DOMICILIAR: RESSIGNIFICANDO A FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA ATRAVÉS DO DIÁLOGO, PROMOÇÃO DA SAÚDE E VALORIZAÇÃO DO OUTRO

Íris de Souza Abílio, Elina Alice Alves de Lima Pereira, Bruno Oliveira de Botelho, Ana Claudia Cavalcanti Peixoto de Vasconcelos

O Programa de Extensão Universitária “Práticas Integrais de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica (PINAB)”, vinculado aos Departamentos

de Nutrição e de Promoção da Saúde da Universidade Federal da Paraíba, atua desde 2007 orientado pelos princípios teórico-metodológicos da Educação Popular, propostos por Paulo Freire, em comunidades do bairro do Cristo Redentor, João Pessoa-PB. O PINAB congrega diversas frentes de ação voltadas à promoção da saúde e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dentre elas se encontram as Visitas Domiciliares (VD). Entendemos a VD como uma estratégia ancorada em dois eixos: a promoção da saúde, onde estabelece a criação de vínculos mediante o cuidado e a escuta, no sentido de melhorar a relação do sujeito/família com seu bem estar; e o eixo da promoção social, o qual favorece dimensões como as práticas populares, participação popular, mobilizações políticas, ressignificação cultural, alteridade e valorização do outro. Na interface entre esses dois eixos insere-se a Amorosidade como uma dimensão da intersubjetividade que permeia as relações entre os sujeitos comunitários e acadêmicos. Tais relações se caracterizam pelo protagonismo dos educandos e dos educadores, que agem mediatizados pelo meio. As VD são realizadas semanalmente, por duplas de extensionistas. Para tanto, as casas são selecionadas pelos Agentes Comunitários de Saúde, lideranças comunitárias e através da comunicação do PINAB com a comunidade. Não há um roteiro pré-fixado para orientação dos extensionistas, onde cada visita é desenvolvida a partir das demandas e singularidades das famílias, com ênfase no diálogo entre os envolvidos. A aproximação de graduandos com estes contextos locais e com distintas realidades sociais torna-se um dispositivo educativo importante, com o qual podem conhecer os determinantes de cada situação, gerando um processo de perplexidade que favorece a problematização e reflexão crítica, contribuindo para a ressignificação da formação universitária. A VD também potencializa as ações do PINAB e demais equipamentos sociais existentes no território, podendo aproximar os sujeitos de atividades promovidas tanto pelas equipes de saúde quanto pelas práticas populares. Porém também há desafios e fragilidades nessa iniciativa, tais como a descontinuidade e ruptura do processo, geradas pela rotatividade dos extensionistas devido à imposição da carga horária obrigatória da graduação; os dilemas referentes à intencionalidade da visita, onde por vezes, nos questionamos sobre: priorizar a dimensão da formação de um profissional mais humanizado ou o estímulo à participação das famílias visitadas nas frentes de ação e equipamentos sociais que favoreçam a luta em direção à transformação da realidade local, a promoção da saúde e equidade. Considerando os propósitos do PINAB, optamos por articular essas duas dimensões no âmbito das visitas. A extensão universitária tem se tornado uma valiosa estratégia de retorno à sociedade pela academia. Para cumprir este propósito, encaramos o desafio de estimular a participação efetiva da comunidade nas iniciativas da universidade, com vistas ao empoderamento dos sujeitos para a transformação da realidade e diminuição da desigualdade social.

Palavras-chave: Educação Popular, empoderamento, amorosidade, formação.

RESUMO EXPANDIDO

ESTÁGIO NACIONAL DE EXTENSÃO EM COMUNIDADES REALIZADO NO QUILOMBO DO GURUGI, CONDE-PB

Ana Maria de Araújo Loiola; Taliane Domingos de Lima; Verônica Maria Ferreira Santana

“A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo.” Freire (1996)

O ENEC é um convite a mudanças, não se sabe o que pode acontecer, mas é preciso estar disposta a enfrentar qualquer desafio proposto. A pré-vivência foi um momento ímpar de aproximação com a extensão popular e de aprofundamento na educação popular também. O encontro com viventes de diversos locais do Brasil já provocou um confronto de idéias e saberes diferentes que ora se completam, ora se contradizem, mas que compõe um debate sadio e altamente necessário no processo de aprendizagem. A descoberta do local em que seria realizada a vivência foi repleta de vários sentimentos: emoção, curiosidade, ansiedade e felicidade, nunca o medo. Esse sentimento não cabe num espaço em que a pessoa se propõe ao novo, a abertura para esse novo já exclui o medo e agrega a coragem necessária para viver a realidade que está por vir. Descobrir que iria passar 12 dias no Quilombo do Gurugi foi surpreendente e satisfatório. Era chegado o momento de reatar as raízes culturais com uma comunidade crescida na luta por pela preservação de seu povo e seus tesouros. O primeiro contato com o quilombo foi marcado pela imediata desconstrução de preconceitos relacionados à estética do local. A certeza de encontrar moradias precárias e situação de pobreza foi quebrada ao encontrar uma comunidade organizada, desenvolvida e com aspectos da modernidade. A vila intercala casas com árvores e preserva

a aparência rural ao mesmo tempo em que a presença de equipamentos sociais como padaria, lojas e bares contribuem para a urbanização do local.

O Gurugi é uma comunidade forjada por negros que ocuparam e transformaram o território no período da escravidão e também no pós. As lutas marcaram sua história e possui características de um povo que não fecha os olhos para os litígios sociais e algozes que literalmente massacraram a comunidade. São lutas pelo povo, pela terra, pelo reconhecimento do lugar enquanto território remanescente quilombola, luta pela preservação da cultura e contra qualquer forma de discriminação que fazem deste local um quilombo memorável, e conhecido na Paraíba e no cenário nacional. Ocupação de órgãos públicos, atos, manifestações, intervenções e assassinatos são palavras-chaves para um resumo da história do Gurugi, mas não é possível resumir quase 300 anos de resistência negra, é precisar adentrar o território e desvendar a paisagem o quilombo oferece.

Gurugi significa caminho das águas. O lugar faz jus ao nome que tem, uma área rural com vários rios encanta os olhos e inspira a mente de qualquer visitante. Em todos os cantos da comunidade, apesar de ser bastante povoada, é possível perceber as características rurais que ainda resistem. Nos 12 dias, as matas, vários sítios, três rios e uma infinidade de pássaros entre outros animais marcaram a exploração do território.

Ao adentrar a rotina de um quilombola capoeirista, pai, marido, filho, educador, militante e universitário pelo PRONERA, pegamos carona na sua vida agitada e cheia de compromissos. Plantio de feijão, pesca de siri no mangue, pesca de camarão, longas caminhadas em busca de água doce e potável, curso de construção de instrumentos musicais, aulas de capoeira e longas conversas compuseram esta vivência. Cada atividade realizada significava um aprendizado conjunto.

A conversa com os moradores mais antigos possibilitou perceber que o Gurugi comunga as raízes religiosas de matriz africanas e apesar de não ter templos ou terreiros na comunidade os moradores mantêm culto nestas religiões. O sagrado é demonstrado na forma como respeitam e crêem nos preceitos herdados dos antepassados. Os quilombolas têm muita propriedade em curar e cuidar uns dos outros. O cuidado é inerente ao ser humano e

característico dos moradores desta comunidade, eles cuidam com oração, rezas e plantas medicinais através das heranças africanas são fortes e dão ao quilombo originalidade na cultura.

Em diálogo com a família e a comunidade foram realizadas as seguintes ações: reunião com membros da Equipe de Saúde da Família para fortalecimento das ações de educação em saúde na comunidade; educação popular em saúde no contexto familiar sobre condições de saúde e doença do grupo; reuniões com líderes comunitários para o fortalecimento dos espaços de manifestação cultural como um ponto de confraternização e vivenciação da cultura na comunidade.

Dentre tantos aprendizados, o que marcou a vivência foi a percepção da cultura no quilombo. A capoeira está presente nesta família, nas escolas, nas casas e é praticada por crianças e adultos. Por muito tempo a capoeira foi utilizada com o objetivo da violência, no entanto os capoeirista que discordaram dessa prática se esforçaram para rompe-la e perpetuá-la como item da cultura local. O coco de roda O coco de roda também é muito presente no quilombo do Gurugi e Ipiranga e é preservado através da festa do coco eu acontece no último sábado de cada mês. Com o passar do tempo a dança foi vivenciada com menos intensidade por essa nova geração. Atualmente uma movimentação pelo resgate da cultura local contempla o Museu Quilombola e o Coco de Roda do Ipiranga que foram criados com o intuito de multiplicar a importância cultural da dança na comunidade e agregar diferentes atores sociais nas noites de diversão que a festa promove.

O espaço Mestre Bitonho é um ambiente democrático que recebe turistas e visitantes de outras localidades, o comportamento irresponsável e desrespeitoso de uso de drogas ilícitas diante das pessoas da comunidade local está distanciando a mesma da festa do coco de roda. Esta realidade põe em risco a perpetuação da cultura, visto que as crianças não ocupam este espaço. Para contribuir com a conservação do espaço Mestre Bitonho e da tradicional festa que acontece no ultimo sábado de cada mês, foi construído um documento em conjunto com o coordenador da vivência, a família que no acolheu e sob aprovação da mestra do coco. Este documento elenca normas

para as festas de coco de roda visando à harmonia do local e maior aproximação da comunidade. Ficou acordado que seria proibido:

- Consumo e comercialização de drogas ilícitas no local;
- Venda e consumo de bebidas alcoólicas a menor de 18 anos;
- Sonorização de carros;
- Porte de armas no local;
- Reprodução de imagens e som sem devida autorização. Em caso

de crianças, deve ser solicitada permissão aos pais ou responsáveis.

No texto também há as seguintes recomendações:

- Manter conduta de respeito com o ambiente, crianças, idosos e famílias;
- Zelar pelo espaço Mestre Bitonho, Museu Quilombola e imediações do local.

Este documento foi feito no intuito de divulgar nos diretórios e/ou centros acadêmicos e orientar sobre a importância que a festa tem para as duas comunidades e favorecer a construção de um espaço prazeroso de vivenciação da cultura.

A família formada por pai, mãe e filha ensinou valores e (des)construiu conceitos relacionados a cultura, educação e saúde. Descobri que para fazer educação popular é preciso alguns verbos: entrar, conhecer, trocar, sobretudo ficar, além do tempo de uma entrevista e deixar, além das marcas de um retrato. Cada palavra dita contribuiu para uma formação mútua, que como Paulo Freire cita em sua Pedagogia da Autonomia, aconteceu a troca de saberes sem sobreposição de um ao outro, mas uma completude que só possível numa relação dialética com a comunidade onde se tem a convicção de que ensinar exige todos os capítulos desta Pedagogia.

ARTIGOS

O OLHAR DA EDUCAÇÃO POPULAR NAS VIVÊNCIAS DO ERIP EM MUNICÍPIOS PARAIBANOS

Luciana Moura Mendes, Arleciane Emilia de Azevêdo Borges

RESUMO: Visando a familiarização dos discentes de cursos da área da saúde junto à atual política pública de saúde, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) criou em 1979 o Estágio Rural Integrado (ERI), hoje conhecido por Estágio Regional Interprofissional (ERIp). É uma prática multiprofissional que proporciona aos estudantes o desenvolvimento de um espírito crítico por meio da realização das atividades conjuntas interprofissionais a fim de articular o conhecimento teórico-prático. Nessa seara, durante a graduação de Fisioterapia na UFPB tivemos a oportunidade de participar de projetos de extensão e pesquisa, monitoria. Porém, no ERIp estivemos mais próximos da comunidade e de seus saberes. Nesse estágio, desfrutamos o ensejo de desenvolver e vivenciar as atividades nos municípios de Rio Tinto e Santa Rita, Estado da Paraíba, com acadêmicos dos Cursos de Nutrição, Farmácia e Enfermagem. O desenvolvimento do estágio possibilitou a aplicação dos conhecimentos teóricos, transformando saber em prática e a vivência de novas experiências que não estão nos livros. Aguçou a capacidade de ver o paciente como um todo, enxergando partes integrantes de um sistema, e a expansão atuação para além da clínica foram os aprendizados que se destacaram dentre tantos outros. Todavia, alguns pontos podem ser melhorados nesse estágio, tais como: a descontinuidade das atividades implementadas junto às comunidades dos municípios, visto que não há garantias de que os municípios conveniados sejam contemplados em todos os rodízios por insuficiência numérica de estagiários, como também a ausência de supervisão acadêmica nos municípios, pois o professor responsável pelo estágio acompanha as atividades por meio de relatórios entregues ao final de cada rodízio. O obstáculo preponderante consistiu em um curto período para desenvolver ações com a população, já que cada rodízio permanece aproximadamente quatro semanas na cidade designada. Esse estágio transformou o nosso pensamento crítico a partir de novas descobertas, sendo relevante elencar que a população era bastante participativa nas discussões, buscando compreender os conhecimentos técnicos expostos pelos estagiários e, principalmente, compartilhando saberes populares a partir de suas vivências. Essa troca de informações permite desenvolver estratégias eficazes de acordo com as necessidades da população. A Educação Popular em saúde surge com o propósito de transformação nas práticas profissionais, na estruturação dos serviços, no diálogo com o usuário. É uma troca de conhecimentos, seja no

âmbito técnico-científico ou das classes populares por meio de rodas de conversas, diálogos compartilhados. O processo de trabalho na Atenção Primária à Saúde foi bastante diversificado, tendo como abordagem educação em saúde, acolhimento, atendimentos individuais, grupos operativos e visitas domiciliares para suprir a demanda da comunidade com uma prática integral. Possibilitou a efetivação de atividades pedagógicas direcionadas à promoção de saúde, e que colocássemos em prática as experiências adquiridas a respeito das Políticas Públicas propostas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Conclui-se que, além da assistência fornecida à vida acadêmica, o ERIp contribui ainda na formação da cidadania, fornecendo ao estagiário um suporte instrumental para intervir na comunidade, visando a melhoria da qualidade de vida da sociedade, influenciando assim sobre a realidade em que vão atuar na sua vida profissional.

Palavras-chave: Saberes populares, transformação, cidadania.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Brasil desempenhou um papel pioneiro, internacionalmente, na constituição do método da Educação Popular, o que explica, em parte, a sua importância, aqui, na redefinição de práticas sociais dos mais variados campos do saber. No campo da saúde, a Educação Popular tem sido utilizada como uma estratégia de superação do grande fosso cultural existente entre os serviços de saúde e o saber dito científico, de um lado, e, de outro lado, a dinâmica de adoecimento e da cura do mundo popular. Atuando a partir de problemas de saúde específicos ou de questões ligadas ao funcionamento global dos serviços, busca entender, sistematizar e difundir a lógica, o conhecimento e os princípios que regem a subjetividade dos vários atores envolvidos, de forma a superar as incompreensões e os mal-entendidos ou tornar conscientes e explícitos os conflitos de interesse. A partir desse diálogo, soluções vão sendo delineadas (VASCONCELOS, 2011).

Educação Popular é o saber que orienta nos difíceis caminhos, cheios de armadilhas, da ação pedagógica voltada para a apuração do sentir/pensar/agir dos setores subalternos para a construção de uma sociedade fundada na solidariedade, justiça e participação de todos. Muitas iniciativas educacionais nas universidades, nos treinamentos das Secretarias de Saúde de seus profissionais e nas organizações não-governamentais vêm sendo orientadas

pela Educação Popular, descobrindo, aos poucos, os caminhos metodológicos de sua aplicação no novo contexto institucional. A educação dos trabalhadores de saúde nesta perspectiva é fundamental para a ampliação de uma gestão participativa no Sistema Único de Saúde (SUS) (VASCONCELOS, 2004).

Carlos Brandão (1982) apregoa que:

a Educação Popular é um modo de participação de agentes eruditos (professores, padres, cientistas sociais, profissionais de saúde e outros) nesse trabalho político. Ela busca trabalhar pedagogicamente o homem e os grupos envolvidos no processo de participação popular, fomentando formas coletivas de aprendizado e investigação, de modo a promover o crescimento da capacidade de análise crítica sobre a realidade e o aperfeiçoamento das estratégias de luta e enfrentamento. É uma estratégia de construção da participação popular no redirecionamento da vida social. Um elemento fundamental do seu método é o fato de tomar, como ponto de partida do processo pedagógico, o saber anterior do educando. No trabalho, na vida social e na luta pela sobrevivência e pela transformação da realidade, as pessoas vão adquirindo entendimento sobre a sua inserção na sociedade e na natureza. Esse conhecimento fragmentado e pouco elaborado é a matéria-prima da Educação Popular.

Visando a familiarização dos discentes de cursos da área da saúde junto à atual política pública de saúde, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) criou em 1979 o Estágio Rural Integrado (ERI), hoje conhecido por Estágio Regional Interprofissional (ERIp) que consiste em uma atividade curricular de caráter obrigatório dos cursos do Centro de Ciências da Saúde e que tem como objetivo principal e norteador integrar os conhecimentos adquiridos cientificamente no decorrer da graduação com a realidade social, proporcionando uma complementação da dinâmica profissional e possibilitando aos estudantes o desenvolvimento de uma visão crítica em relação à política de saúde a fim de articular o conhecimento teórico e prático.

A proposta do trabalho em equipe tem sido veiculada como estratégia para enfrentar o intenso processo de especialização na área da saúde. Esse processo tende a aprofundar verticalmente o conhecimento e a intervenção em aspectos individualizados das necessidades de saúde, sem contemplar simultaneamente a articulação das ações e dos saberes.

O ERIp é uma prática multiprofissional que proporciona aos estudantes o desenvolvimento de um espírito crítico por meio da realização das atividades

conjuntas interprofissionais a fim de articular o conhecimento teórico-prático. Assim, constitui-se em uma etapa final do processo de formação dos profissionais de saúde fundamentado pelos eixos teóricos aplicados a rotina prática nos serviços de saúde.

Assim, unificando os conhecimentos dos discentes da área da saúde com a realidade da Atenção Básica dos municípios, possibilita aos estagiários adquirirem experiências ao mesmo tempo em que contribuem para a melhoria na qualidade de vida da população.

Nessa seara, durante a graduação de Fisioterapia na UFPB tivemos a oportunidade de participar de projetos de extensão e pesquisa, monitoria. Porém, no ERIp estivemos mais próximos da comunidade e de seus saberes. Nesse estágio, desfrutamos o ensejo de desenvolver e vivenciar as atividades nos municípios de Rio Tinto e Santa Rita, Estado da Paraíba, com acadêmicos dos Cursos de Nutrição, Farmácia e Enfermagem. Assim, foi a Educação Popular que nos orientou para as atividades desenvolvidas no ERIp.

APRESENTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Primeiramente foi realizado um repasse das ações desenvolvidas pelos acadêmicos que haviam participado anteriormente do estágio nas cidades conveniadas. Em loco tínhamos reuniões semanais para planejar as possíveis atividades com a coordenadora, mas não era algo engessado.

Tivemos experiências nos municípios de Rio Tinto e Santa Rita. Iniciou-se a troca de saberes entre o saber popular e o científico.

Em Rio Tinto, conhecemos as unidades do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) que trabalham diariamente com atividades voltadas para qualificação das pessoas e ações de assistência, buscando melhores condições de vida e humanização nas comunidades. Uma das ações realizadas pelo CRAS é a distribuição de alimentos aos cadastrados, como forma de apoio às famílias assistidas, em que pudemos participar ativamente da entrega de leite realizada todas as segundas e sextas-feiras.

Dedicamos alguns dias do estágio para a realização de visitas domiciliares na área rural com a equipe. Os usuários tinham muita dificuldade em acessar os serviços de saúde, além da distância, as limitações físicas. Assim, permitindo vivenciar um pouquinho do cotidiano daquelas pessoas e nos fazendo refletir sobre a importância desse cuidado.

Participamos da confraternização do grupo de idosos. Demos início ao evento reforçando a importância da saúde envolvendo o contexto econômico, político, social e cultural, além disso, fizemos uma reflexão referente ao texto: “Idoso e Velho”. Foi um período de descontração com dinâmicas, trocas de presentes. Em um momento tão curto eles puderam transmitir todo carinho e atenção por estarmos juntos com eles.

As ações com a comunidade tiveram como objetivo trocar informações e experiências acerca de temáticas de interesse dos participantes. Consistiu em um processo de diálogo, problematização, assim refletíamos sobre a realidade.

Também realizamos uma roda de conversa na Unidade de Saúde da Família (USF) de Salema e questionando as participantes surgiram muitas dúvidas sobre mitos e verdades durante a gestação. Foi uma atividade coletiva bastante proveitosa em que não levamos respostas, mas construímos com as participantes isso. Além de nós, estagiários do ERIp, outros profissionais da unidade estavam presentes.

Rio Tinto possui uma associação comunitária beneficente dos moradores de Salema que foi fundada no dia 16 de janeiro de 1993, constituindo uma estrutura física em amplo espaço onde são realizados diversos cursos, entre eles, atividades de beleza e de *biscuit*. Durante a visita a esta Associação realizamos uma roda de conversa acerca de temas sugeridos pelas próprias mulheres ali presentes, temas estes que envolveram aspectos como: alimentação saudável, perda de peso saudavelmente, os perigos das dietas da moda, doenças causadas por excesso de peso e a importância das práticas de exercícios físicos.

Outro dispositivo era a Cozinha Comunitária Maria Aires do Carmo “Dona Niná” inaugurada em 2007, sendo um convênio do desenvolvimento social e combate à fome da Prefeitura de Rio Tinto. Estando localizada na Vila

Regina, atende uma demanda de 70 famílias correspondendo a 210 pessoas na qual oferece jantar todos os dias no horário das 16:00 h às 18:00 h. Depois de visitar tal cozinha para conhecer a forma de funcionamento, conversamos com as cozinheiras referente as boas práticas de manipulação de alimentos. Durante esta atividade abordou-se a importância de se ter uma boa higiene pessoal e do ambiente onde são preparadas as refeições, a melhor maneira de higienizar equipamentos e utensílios, a forma correta de armazenamento e descarte de lixo, as mais variadas doenças transmitidas por alimentos e seus principais sinais e sintomas e a importância de colocar em prática todo assunto discutido.

Para encerrar o nosso período no ERlp realizamos o dia “D” da Saúde com o intuito de promover hábitos de vida saudáveis. Durante o momento houve atendimentos nas áreas de Enfermagem, Fisioterapia e Nutrição, sendo priorizada a promoção e prevenção da saúde, como verificação de pressão arterial, distribuição de panfletos sobre diversos temas abordados pelo Ministério da Saúde, avaliação nutricional, orientações nutricionais, incentivo à prática de atividade física, entre outros. Tendo uma ampla procura da população e sendo um olhar não só para assistência, mas para o cuidado.

Em Santa Rita, foram desenvolvidas atividades multidisciplinares, de âmbito educacional e informativo, como também atividades específicas para cada estagiário de acordo com sua área de formação.

Na USF Farmacêutico Antônio Azevedo, foram realizadas atividades coletivas de caráter promocional e preventivo por meio de roda de conversas na sala de espera e de visitas domiciliares. Houve a iniciativa de realizar uma troca de conhecimentos com as gestantes que estavam esperando a consulta do pré-natal. Para tanto, foi conversado sobre modificações gravídicas e tipos de parto, além das vantagens do aleitamento materno.

Na USF Padre Paulo Koelen, os estagiários participaram de uma ação social organizada pela enfermeira e pelos agentes comunitários de saúde juntamente com a odontóloga e a auxiliar de consultório dentário do Núcleo de Atenção a Saúde da Família (NASF). A atividade ocorreu na Escola Municipal de Ensino Fundamental Governador Flávio Ribeiro com a disponibilidade de discussão de temas como hipertensão e diabetes, além da aferição de pressão

arterial sistêmica e da demonstração de higiene bucal mediante a distribuição do kit com escova e creme dental.

Outra estratégia utilizada para atividades interprofissionais consistiu em visitas domiciliares com estagiários de diferentes cursos (Fisioterapia, Farmácia e Enfermagem) mediante o acompanhamento de agentes comunitários de saúde da área de abrangência do domicílio e a permissão da enfermeira do posto de saúde. Isso possibilitou aos pacientes e aos cuidadores esclarecimentos de algumas patologias e orientações gerais.

Após as visitas, o repasse das observações ocorreu de maneira que os estagiários e os agentes comunitários de saúde trocaram informações com a enfermeira com o intuito de obter resolutividade para as necessidades, conforme as condições de atuação da equipe de saúde da família e do NASF. Nesse aspecto, membros da comunidade detiveram o privilégio de serem avaliados por profissionais de áreas distintas com a finalidade de complementar conhecimentos técnicos e propiciar um bem-estar holístico, levando-se em consideração os limites de competências e habilidades de cada profissão.

Diante da proposta de desenvolver ações voltadas aos idosos, os estagiários conversaram com a coordenadora local do ERIp que indicou algumas instituições para articulação e pactuação de parcerias. Então, visitou-se a ASPA - Associação Promocional do Ancião “Licota Carneiro da Cunha Maroja” que possui aproximadamente 100 idosos institucionalizados (homens e mulheres), sendo oriundos da rua ou de abandono familiar por incapacidade do cuidado. Inicialmente, os estagiários conheceram o local e os idosos, verificando-se que havia uma demanda significativa com acometimentos psíquicos, como também amputados uni ou bilateralmente.

O primeiro encontro teve uma roda de conversas com as técnicas em enfermagem para a discussão de administração e interação de medicamentos, higiene corporal, escaras de decúbito e posicionamento no leito. No segundo encontro, houve uma discussão mais abrangente com os familiares que visitavam os idosos nas sextas-feiras à tarde, segundo a demanda solicitada referente à alimentação aliada aos problemas patológicos.

Outra instituição visitada foi a Organização Não-Governamental Pro

Dia Nascer Feliz idealizada pela professora de artes cênicas e artes plásticas Luiza Flores (coordenadora pedagógica), sendo fundada há cinco anos na sua antiga residência. A instituição possui parcerias com o Instituto Alpargatas que contribui com incentivos financeiros e materiais (30 computadores) para beneficiar cerca de 500 crianças e 45 idosos.

A ONG possui 12 voluntários, que são agraciados com uma bolsa no valor de R\$ 350,00 concedida pelo Instituto Alpargatas, com a finalidade de promover inclusões social, cultural, ambiental e digital por meio de atividades de teatro, música (violões, percussões, dentre outros), dança, coral e grupo folclórico com apresentações em Santa Rita e em João Pessoa como na Estação Ciências.

Para tanto, foram criados polos organizacionais para que as crianças pudessem participar dos projetos a partir do estímulo a frequência escolar mediante articulações com as escolas públicas municipais. A ONG acompanha crianças e adultos jovens na faixa etária de 7 a 29 anos. Os idosos compõem dois grupos (Grupo Flores Belas e Grupo Belas Flores) que realizam peças teatrais e danças folclóricas, participando de apresentações comemorativas e atividades ocupacionais.

Além disso, a ONG desenvolve o Projeto Educando pelo Esporte para contribuir com uma educação pública de qualidade por meio de parcerias com o Ministério do Esporte, o Instituto Camargo Corrêa, o Instituto Alpargatas e algumas Prefeituras (Santa Rita, Alagoa Nova, Guarabira, Mogeiro, Ingá e Serra Redonda). Os parceiros envolvidos nesse propósito visam transformar a vida de crianças, adolescentes e jovens incentivando a educação.

A conversa aconteceu na Capela Sagrado Coração de Jesus para 20 idosos do Grupo da Melhor Idade Flores Belas, o qual pertence à ONG Pro Dia Nascer Feliz. Além disso, os estagiários de Farmácia e Fisioterapia levaram vídeos que pudessem juntos refletir sobre tal situação. Assim, os idosos participaram ativamente com perguntas e esclarecimentos sobre conceito, etiologia, fisiopatologia, sintomas, medidas de prevenção, interação medicamentosa e exames laboratoriais das patologias abordadas.

Sendo assim, o desenvolvimento do estágio possibilitou a aplicação dos conhecimentos teóricos, transformando saber em prática e a vivência de

novas experiências que não estão nos livros. Aguçou a capacidade de ver o paciente como um todo, enxergando partes integrantes de um sistema, e a expansão atuação para além da clínica foram os aprendizados que se destacaram dentre tantos outros.

Por meio desta oportunidade tivemos a oportunidade de conhecer melhor a realidade em que o profissional de saúde se insere e atua na Atenção Básica. Também foi possível vivenciar a atuação de forma multidisciplinar e em alguns casos interdisciplinarmente, algo que é muito difícil de obter ainda na academia, não obstante a sua importância.

A interação com a equipe multiprofissional foi de grande importância para a troca de experiências, planejamento e implementação de projetos e ações coletivas, Educação Popular e formação de tratamentos em que cada profissional ofertou a sua contribuição para melhoria do quadro de saúde do usuário. Constituiu-se também crescimento pessoal e profissional para os estagiários a vivência em unidade de Atenção Básica com limitações e dificuldades presentes no sistema público de saúde.

Como crítica ressaltamos a descontinuidade das atividades implementadas por um grupo de acadêmicos junto às comunidades dos municípios, visto que não há garantias de que os municípios conveniados sejam contemplados em todos os rodízios por insuficiência numérica de estagiários. Também pontuamos a ausência de supervisão acadêmica nos municípios, pois o professor responsável pelo estágio acompanha as atividades por meio de relatórios entregues ao final de cada rodízio.

Além disso, como obstáculos destacamos o curto período para desenvolver ações com a população, já que cada rodízio permanece aproximadamente quatro semanas na cidade designada. Assim, há um período de apresentação e adaptação com os profissionais e o serviço na primeira semana para que as atividades sejam realizadas de modo articulado com a demanda local. Após três semanas a partir daí, o estágio se finda e há uma desvinculação abrupta aliada a um sentimento de descontinuidade das ações implementadas nos diversos serviços de saúde.

No entanto, a população era bastante participativa nas discussões, buscando compreender os conhecimentos e, principalmente, compartilhando

saberes populares a partir de suas vivências. Essa troca de conhecimentos permitiu desenvolver estratégias eficazes de acordo com as necessidades da população.

A experiência que o ERlp proporciona é muito relevante para a graduação do profissional de saúde, visto que há possibilidade de maior conhecimento com a realidade da saúde pública, buscando diferentes métodos de trabalho e principalmente a vivência em conjunto com os outros profissionais, além de permitir uma maior integração entre as profissões e a troca de conhecimentos sob a perspectiva multidisciplinar.

O ERlp nos propiciou uma aproximação com a realidade do serviço público, sendo assim de grande valia, visto que aperfeiçoou a formação de futuras profissionais. Além disso, esse estágio nos permitiu vivenciar uma realidade nunca antes vislumbrada ao longo do curso, já que tivemos a oportunidade de nos inserirmos durante um mês na realidade de uma cidade de interior formando vínculos com a população. Essas experiências não poderiam ser vivenciadas em João Pessoa, onde se localiza nossa instituição de ensino. Os desafios encontrados serviram para nos tornar profissionais mais capacitados a atuar nesse tipo de serviço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ERlp correspondeu a uma experiência relevante para o aprendizado acadêmico, uma vez que possibilitou vivenciar a dinâmica da Atenção Básica dos municípios paraibanos de Rio Tinto e Santa Rita, além de possibilitar também a identificação de limitações e potencialidades dos mesmos. Permitiu, ainda, compreender a importância das relações interprofissionais de uma equipe de saúde no cuidado ao paciente, caracterizando-se em uma vivência que extrapola os muros da universidade.

O estágio foi de grande importância, propiciando-nos uma ampliação de conhecimento referente à Atenção Básica, como também nos abriu a visão sobre como atuar neste campo lançando mão de poucos recursos, instigando-nos a sermos criativos ao agir.

A Educação Popular em saúde surge com o propósito de transformação nas práticas profissionais, na estruturação dos serviços, no diálogo com o usuário. É uma troca de conhecimentos, seja no âmbito técnico-científico ou das classes populares por meio de rodas de conversas, diálogos compartilhados. Assim, a cara da saúde muda e caminha para um futuro melhor. Logo, é relevante pensar nas ações do ERIp com o olhar da Educação Popular respeitando o diálogo, a participação, a construção conjunta, sem levar nada pronto, mas para ser construído a partir do que as pessoas envolvidas colocam como importante.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R. **Lutar com a palavra**: escritos sobre o trabalho do educador. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

VASCONCELOS, E. M. Educação popular: de uma prática alternativa a uma estratégia de gestão participativa das políticas de saúde. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 67-83, 2004.

_____. Educação popular, um jeito de conduzir o processo educativo. In: **Educação popular na formação universitária**: reflexões com base em uma experiência. VASCONCELOS, E. M.; CRUZ, P. J. S. C. (Org.). São Paulo: Hucitec; João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011. 420p.

PSICOMOTRICIDADE COMO FERRAMENTA PARA O APRENDIZADO NO COTIDIANO DOS ESCOLARES: UMA EXPERIÊNCIA DO PROJETO FISIOTERAPIA NA COMUNIDADE

Danyelle Nóbrega de Farias; Kátia Suely Queiroz Silva Ribeiro; Angely Caldas Gomes

RESUMO: A Educação Popular em Saúde encontrou-me no 4º período do curso de Fisioterapia diante de uma formação voltada ao modelo curativista/tradicional dos cursos da saúde. O Projeto estimulou a vencer medos e encarar o mundo profissional. Ampliou a concepção de saúde, forma profissionais mais humanizados, reflexivos e socialmente comprometidos, alargando sua compreensão acerca do processo de adoecimento humano, das formas de intervenção profissional e do nosso papel perante a saúde das coletividades. A escola constitui a experiência central na vida de uma criança e é fundamental para o seu desenvolvimento físico, cognitivo e sócio-emocional. A educação popular em saúde na prática do contexto escolar, em consonância com a psicomotricidade, é instrumento que auxilia a promover ações preventivas e de intervenção, proporcionando resultados satisfatórios em situações de dificuldades no processo de ensino-aprendizagem e apresentando a psicomotricidade como estratégia para potencializar a formação.

Palavras-chave: Autonomia, escola, psicomotricidade, educação popular.

INTRODUÇÃO

A Atenção Básica (AB) caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrangem a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. Orienta-se pelos princípios da universalidade, da acessibilidade e da coordenação do cuidado, do vínculo e continuidade, da integralidade, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social (BRASIL, 2006).

Já a Educação Popular, é uma ação organizativa do movimento popular, representa um modo de participar e interferir nos conflitos e confrontos

da sociedade, onde educadores e educandos exercem o saber (JEZINE, 2002). A Educação Popular, permite a transformação das práticas com base na experiência pelo desenvolvimento de suas potencialidades.

Priorizar a relação educativa com a população produz uma quebra do poder centralizador do ensino e busca formas de trabalhar pedagogicamente o homem e os grupos envolvidos no processo de participação popular a partir do saber das classes. Deste modo, é possível promover o crescimento da capacidade de análise crítica sobre a realidade e o aperfeiçoamento destas estratégias de luta e enfrentamento (VASCONCELOS, 2001).

Em meio a estas experiências, o Projeto de extensão Fisioterapia na Comunidade, busca vivenciar a Fisioterapia no nível da Atenção Primária à Saúde, atuando na reabilitação, porém buscando enfatizar as ações de promoção da saúde e proteção de doenças fazendo com que os sujeitos sejam atores de suas transformações. O projeto é uma atividade de extensão do curso de Fisioterapia da Universidade Federal da Paraíba que se desenvolve desde o ano de 1993 e pauta suas ações e a intervenção social nos princípios teórico-metodológicos da Educação Popular.

Dentre as atividades do projeto destacam-se as ações desenvolvidas na escola, com a finalidade de reorientar práticas, sejam elas corporais ou cognitivas, a partir das dificuldades enfrentadas e das possibilidades percebidas no ambiente escolar. A escola é um espaço importante para o processo de socialização da criança e desempenha um papel fundamental no desenvolvimento físico e das capacidades cognitivas da criança.

O contexto escolar vai permitir à criança o contato com a diversidade, por meio de processos interativos com as outras crianças e da aprendizagem de novos conhecimentos, possibilitando a preparação para se relacionar com o mundo real. Dessa forma, tem forte influência na compreensão que as crianças têm do mundo social e suas particularidades.

A socialização é um processo importante para o desenvolvimento da criança, sendo responsável pelo conteúdo educativo global, como para o seu amadurecimento infantil. Correlacionando a aspectos de maturação, a Psicomotricidade envolve interações entre motricidade, intelecto e afeto na perspectiva de aumentar a capacidade de integração do sujeito com o mundo

interno e externo. Segundo Fonseca (2008, p. 9), a psicomotricidade pode ser definida como o campo transdisciplinar que estuda e investiga as relações e as influências recíprocas e sistêmicas entre o psiquismo e a motricidade.

A psicomotricidade, como ciência da educação, enfoca esta unidade, educando o movimento ao mesmo tempo em que põem em jogo as funções intelectuais (COSTALLAT, 1971 apud ECKERT, 1993). A experiência da psicomotricidade tem sido enfatizada em várias instituições escolares, aplicada principalmente na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, período em que as crianças estão em fase de descoberta de si mesmo e o mundo em que vivem (ROSSI, 2012).

Tem como eixo norteador o aspecto funcional segundo o qual, no cumprimento de certas diretrizes corporais orientadas, a criança adquire toda uma gama de habilidades motrizes capazes de prepará-la para as demandas da vida em atividades de envolvimento corporal (SELAU, 2010). De forma organizada busca a individualidade, linguagem e socialização, levando a criança a tomar consciência de seu corpo, da lateralidade, a situar-se no espaço, a dominar o tempo, a adquirir habilmente a coordenação de seus gestos e movimentos.

O desenvolvimento motor age sobre os objetos, com as crianças, as quais desde pequenas estruturam seu espaço, seu tempo, desenvolvem a noção de casualidade chegando a representação e, finalmente a lógica (PIAGET, 1994). Sabendo-se desta relação optou-se por um trabalho de aprendizado nas escolas em consonância com o movimento corporal e a mente, trazendo assim a Psicomotricidade para as salas de aula, com objetivo de apresentar a psicomotricidade como estratégia para potencializar a formação e estruturação do esquema corporal, proporcionar interação com o meio ambiente e auxiliar no desenvolvimento físico, mental, afetivo e funcional dos estudantes.

DESENVOLVIMENTO

Os aspectos relacionados à Psicomotricidade possibilitam o desenvolvimento mais global, além de favorecer um processo ensino-

aprendizagem que compreende a educação como algo mais amplo do que a simples transmissão de conhecimentos. É uma ferramenta importante para o desenvolvimento motor e intelectual, que de forma satisfatória traz ganhos ao desenvolvimento neuro-psicossocial e funcional da criança.

As atividades práticas do projeto foram construídas em conjunto com a escola e os estudantes. Todas as atividades do projeto têm como base os pressupostos teórico-metodológicos da Educação Popular (EP), sistematizada inicialmente por Paulo Freire. O planejamento e avaliação das ações são feitos por meio de reuniões com os estudantes e professores envolvidos na extensão, em uma construção também pautada nos pressupostos da Educação Popular.

As atividades foram desenvolvidas por extensionistas em duas escolas públicas de ensino fundamental, ambas localizadas num bairro periférico do município de João Pessoa-PB. Os encontros eram realizados semanalmente e destinados a turmas de faixa etária entre 08-11 anos. As atividades propostas foram organizadas em parceria com a professora responsável pela turma. Essa interação dos extensionistas com a equipe da escola permite a elaboração em conjunto das temáticas importantes a serem trabalhadas com as crianças. Para a realização das atividades utilizou-se da quadra de esportes, o laboratório de informática ou a própria sala de aula.

As ações em saúde desenvolvidas pelo grupo incluem práticas educativas, as quais utilizam atividades lúdicas e dinâmicas recreativas, buscando conscientizar e informar os alunos sobre temas variados como: saúde, cidadania, coletividade, consciência sobre o corpo, tempo e espaço. Buscando um aprendizado dinâmico e criativo.

Os temas trabalhados com os alunos englobaram: auto-retrato; alimentação saudável; jogo de mímicas; dinâmica de bexigas enfocando lateralidade; uso do laboratório de informática para observar percepção corporal; noções geométricas; atividades de equilíbrio como pular corda, andar em uma linha; circuitos.

As atividades desenvolvidas com os escolares nos Grupos de Crianças das escolas propiciaram tanto aos alunos quanto às extensionistas uma ampliação de seus saberes em relação a diversos assuntos que cercam a Comunidade como um todo, além de transmitir às crianças temas que muitas

vezes deixam de ser abordados no dia-a-dia escolar e contribuem para seu desenvolvimento estudantil. Essa gama de temas trabalhados com eles amplia suas perspectivas e visão dentro da sociedade e os tornam cada vez mais capazes de intervirem em seu meio.

Na formação, proporciona aos estudantes uma melhor compreensão do SUS e seus princípios através desse rico campo de práticas e saberes que é a extensão popular. Percebe-se, ainda, um melhor desenvolvimento do senso crítico, acerca do trabalho em saúde e em particular da fisioterapia nesse contexto, permitindo, dessa maneira, que percebam as condições de déficits em uma criança pela sensibilização e envolvimento nesse trabalho.

O apoio recebido pela diretoria e professoras das instituições engrandeceu e facilitou o trabalho dos membros do projeto, na medida em que a equipe de ensino proporcionou meios e estratégias para melhor atingir cada faixa etária. A presença das professoras em sala de aula fez com que o trabalho fosse facilitado, já que as mesmas, por conviverem diariamente com sua respectiva turma, conhecem as particularidades de cada uma, podendo assim auxiliar no controle comportamental das crianças.

A vivência permitiu liberdade quanto à execução, organização e realização das atividades a medida que foi planejada de forma coletiva, o que traz para o processo das atividades desenvolvidas melhor aceitação do público infantil. Estas despertaram a conscientização das crianças sobre a relação existente entre percepção corporal e qualidade de vida, potencializando a formação e estruturação do esquema corporal; promovendo o desenvolvimento das capacidades psicomotoras das crianças a partir de atividades lúdicas e recreativas, despertando a consciência da criança para interação entre o corpo e o meio ambiente, bem como auxiliaram no desenvolvimento físico, mental, afetivo e funcional.

A criação de vínculos com os estudantes favoreceu o aprendizado e a valorização dos saberes e experiências entre todos os atores. O envolvimento da escola e dos professores nos espaços é reflexo da aproximação Universidade x Comunidade, quando se foi revelado o desejo da criação, tanto por parte dos extensionistas quanto por parte da população, de um grupo para o acompanhamento das crianças desta comunidade.

CONCLUSÃO

Desenvolver um trabalho pautado nos princípios da educação popular é sempre um desafio rodeado de expectativas, alegrias e, por vezes também, decepções por não se conseguir alcançar os objetivos da forma planejada. A academia nos transmite pouca confiança para “abordar” o outro, fazer algum tipo de ação, ser criativo e construir algo fora da sala de aula. Contudo, com a autonomia nos dada pela Extensão Popular no Projeto “Fisioterapia na Comunidade”, faz surgir um sentimento de capacidade e alimenta a autonomia.

O apoio e a participação ativa da escola, junto com os integrantes do projeto, foram de fundamental importância para o desenvolvimento das atividades propostas por estes. Esse elo de interação com a escola se solidifica a cada novo encontro com as crianças.

Frente as expectativas traçadas nos objetivos deste trabalho, o trabalho da psicomotricidade auxiliou o alunado com a realização das tarefas propostas pelos professores, com uma maior participação nas aulas e desenvoltura nas atividades artísticas e culturais, aos poucos os resultados positivos foram se consolidando e apresentando-se no dia a dia das escolas, dados estes relatados pela equipe das instituições onde a ação era desenvolvida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política nacional de atenção básica. Portaria no. 648, 28 mar. 2006. Brasília, 2006.

ECKERT, H. M. Desenvolvimento motor. 3ª ed. São Paulo: Manole, 1993.

FONSECA, V.. Desenvolvimento psicomotor e aprendizagem. 1ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FURINI, A.B. (Org.); SELAU, B. (Org.). Psicomotricidade relacional e inclusão na escola. 1. ed. Lajeado: Univates, 2010. v. 500. 164 p.

JEZINE, E. M. Universidade e o saber popular. O Sonho possível. João Pessoa: Editora Universitária, 2002.

LE BOULCH, J. Educação Psicomotora: psicocinética na idade escolar. Tradutor: Jeni Wolff. 2 ed. Porto Alegre: ArtMed, 1988.

PIAGET, J.; INHELDER. A Psicologia da Criança. 13a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

ROSSI, F.S. Considerações sobre a Psicomotricidade na Educação Infantil. Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas. Nº 01 – Ano I – 05/2012. Disponível <<http://www.ufvjm.edu.br/site/revistamultidisciplinar/files/2011/09/Considerações-sobre-a-Psicomotricidade-na-Educação-Infantil.pdf>> acesso em setembro, 2015.

VASCONCELOS, E. M. Redefinindo as práticas de Saúde a partir de experiências de Educação Popular nos serviços de saúde. Interface- Comunic, Saúde, Educ. n.8, fev, 2001.

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA EM ANTONIO GRAMSCI - ENSAIO DE CONTEXTUALIZAÇÃO SOB O PRISMA DA FILOSOFIA DA PRÁXIS

Josefa Jackline Rabelo

RESUMO: Sob a motivação primeira de recuperar o caráter sempre atual e renovado de Gramsci, em seus escritos sobre educação e formação humana, resgatando também a importância central que ele dedica à escola e ao educador para a formação das novas gerações, retomamos o estudo de Gramsci, no intuito de assimilar e, conseqüentemente, socializar esse patrimônio teórico-prático, que nos encaminha, inexoravelmente, a conceber a relação entre educação e formação humana sob o prisma da filosofia da práxis. Nesse sentido, nada mais pertinente, a nosso ver, do que examinar sob o prisma do autêntico marxismo, as formulações essenciais de Gramsci no plano das relações entre educação e formação humana, nas quais, podemos devidamente cotejar a função social atribuída à educação no contexto do sistema filosófico gramsciano. Através de um esforço de apropriação teórica, tentaremos recuperar os pontos centrais das elaborações gramscianas em torno da relação entre educação e formação humana, reiterando a filiação do pensamento de Gramsci à perspectiva onto-marxista. A investigação se caracteriza como um estudo eminentemente bibliográfico, pretendendo contribuir, no plano da construção teórica, para a compreensão, à luz da ontologia marxiana, da produção filosófico-educativa de Antônio Gramsci, que se constitui, rigorosamente, uma figura emblemática do comunismo italiano, comprometido com o projeto histórico de formação de um homem novo, tomando como primado, a filosofia da práxis. Para o alcance desta tarefa, adotamos a análise qualitativa, historicamente situada, que nos permite apreender os nexos e as contradições que constituem o objeto de estudo em sua relação dialética com a totalidade social. Em Gramsci, e em todo seu legado histórico, o diálogo entre filosofia e educação torna-se fundamental para qualquer perspectiva de transformação social para além da opressão e do autoritarismo.

Palavras-chave: Educação, formação humana, práxis.

INTRODUÇÃO

Sob a motivação primeira de recuperar o caráter sempre atual e renovado de Gramsci, em seus escritos sobre educação e formação humana,

resgatando também a importância central que ele dedica à escola e ao educador para a formação das novas gerações, retomamos aqui, grosso modo, o estudo de Gramsci, no intuito de assimilar e, conseqüentemente, socializar esse patrimônio teórico-prático, que nos encaminha, inexoravelmente, a conceber a relação entre educação e formação humana sob o prisma da filosofia da práxis. Sabemos que, para tanto, é imprescindível termos uma visão contextualizada e histórica do legado gramsciano, a partir da compreensão dos conceitos e categorias por ele formuladas.

Nesse sentido, nada mais pertinente, a nosso ver, do que examinar sob o prisma do autêntico marxismo, as formulações essenciais de Gramsci no plano das relações entre educação e formação humana, nas quais, podemos devidamente cotejar a função social atribuída à educação no contexto do sistema filosófico gramsciano. Através de um esforço de apropriação teórica, tentaremos recuperar os pontos centrais das elaborações gramscianas em torno da relação entre educação e formação humana, reiterando a filiação do pensamento de Gramsci à perspectiva onto-marxista.

A investigação se caracteriza como um estudo eminentemente bibliográfico, pretendendo contribuir, no plano da construção teórica, para a compreensão, à luz da ontologia marxiana, da produção filosófico-educativa de Antônio Gramsci, que se constitui, rigorosamente, uma figura emblemática do comunismo italiano, comprometido com o projeto histórico de formação de um homem novo, tomando como primado, a filosofia da práxis.

De posse dessa compreensão, destacamos a relevância da apreensão de projeto formativo - educativo gramsciano em prol da defesa do conhecimento a serviço dos trabalhadores.

Com efeito, a formação de um homem novo que implicasse na construção de uma nova sociedade contornara a existência de Antonio Gramsci, pensador italiano que viveu de 1891 a 1937, exercendo, aguerridamente, atividades como jornalista, crítico literário e político, findando sua vida nos cárceres de Mussolini.

Gramsci desenvolveu seu pensamento, sua obra e sua militância num período de grandes transformações mundiais: ascensão dos governos totalitários, em especial o Fascismo na Itália, a I Guerra Mundial, a Revolução Russa de 1917, a crise de 1929. Filho de uma Itália recém-unificada viveu o resultado mais pungente deste processo, a questão meridional, isto é, a grande fenda econômica, social e cultural que se abria entre o Norte industrializado e o Sul predominantemente agrário e atrasado.

Nesse contexto, assiste a recusa e posterior entrada da Itália na I Guerra Mundial e todos os desdobramentos advindos deste fato. Participa do *Bienio Rosso* (1919-1920), período de efervescência da luta operária italiana. Presencia também a derrota da classe operária diante de um Partido Socialista que lhe abandona a sua própria sorte. Vê no Partido Socialista Italiano - PSI um partido dividido, mas é também na figura de um novo partido que enxerga a possibilidade de educação e elevação cultural e política das classes subalternas.

Deslocando-se da Sardenha para a mais industrializada Turim (1911), Gramsci passa a entender que a luta dos trabalhadores é mais ampla do que simplesmente enfrentar os continentais: o inimigo a ser vencido é o grande capital opressor. Assim, atravessa a experiência de militância do Partido Socialista Italiano para a de um Partido Comunista da Itália. Em Moscou (1922), o militante comunista amadurece suas posições e observa com maior clareza a questão da luta de classes, da educação e emancipação das massas.

Mas é no cárcere (1926-1937)¹³, em meio a censuras e privações de toda ordem, superando, na medida de suas condições físicas e emocionais, a sentença de Enio Marcias – “devemos impedir esse cérebro de funcionar por 20 anos” – que formula suas teses sobre diversas temáticas que se entrelaçam e se completam numa organicidade própria da dialética gramsciana

¹³ A obra gramsciana desenvolve-se em três distintas fases: Escritos Políticos (1910-1926); Cartas do Cárcere (1929-1937); e Cadernos do Cárcere (1929-1935). Esses últimos condensam os escritos de Gramsci mais difundidos e estudados e foram desenvolvidos durante seu aprisionamento pelo regime fascista.

que aponta para um único caminho: uma nova ordem, a sociabilidade comunista.

Não obstante, conforme atestam Maestri e Candreva (2007), a questão pedagógica perpassa toda a obra de Gramsci, desde o período pré-carcerário (1914-1926), na qual se destaca a educação política das massas, passando pelos Cadernos do Cárcere, em que se percebe a maturidade da reflexão do sardo até as cartas dirigidas aos familiares, nas quais se expressam a preocupação em torno da educação dos filhos e sobrinhos, intimamente imbricadas numa preocupação pedagógica com a educação da classe trabalhadora.

O projeto de educação costurado por Gramsci, seguindo as formulações de Marx e Engels acerca da crítica ao ensino burguês, é aquele ~~que possibilite o desenvolvimento~~ de todas as potencialidades do homem, que lhe permita, em comparação ao Renascimento, tornar-se um Leonardo da Vinci, um contemporâneo de seu tempo (Nosella, 1992). Nos Cadernos do Cárcere, particularmente, naquele de Número 12, expõe, com maior sistematização e detalhamento, sua proposta para uma Escola Unitária, buscando desvelar o contexto, as motivações, as bases e a função social em que se assenta sua proposição.

Na tentativa de elaboração de um plano de formação da classe trabalhadora (rural e urbana), o filósofo marxista italiano se encontra diante de vários obstáculos que o levam a inúmeros questionamentos, que vale a pena aqui recuperar: por que se dá a separação entre os camponeses do sul e os operários do norte, chegando mesmo a apresentar traços de oposição e rivalidade? Como explicar a distância dos intelectuais para com a grande massa? Por quais caminhos a Igreja exerce seu papel na manutenção da ideologia dominante, particularmente no caso do campesinato?¹⁴ O que é preciso para que as classes subalternas possam exercer a hegemonia de

¹⁴ Segundo Portelli (1984, p. 15), “o fenômeno religioso é um dos temas essenciais da reflexão gramsciana”.

classe? Que tipo de educação e de conhecimento atende aos interesses das classes subalternas?

Frente a essas indagações, Gramsci volta-se ao processo de unificação italiana em busca das raízes históricas do desenvolvimento desigual e descontínuo da sociedade italiana. Nesse retorno, o escritor dos Cadernos do Cárcere, alerta que existem inúmeras interpretações sobre o período do chamado *Risorgimento*.

Assim, no seu Caderno 19, Gramsci analisa a literatura que se produziu sobre o Ressurgimento italiano e examina o papel dos partidos de Ação e Moderado nesse processo, dando especial atenção às pessoas de Mazzini e Garibaldi – como “líderes” do Partido da Ação – e ao Conde Cavour – como intelectual do Partido dos Moderados. Completando este panorama, expõe o papel da Igreja Católica, situada entre os principais oponentes do processo de unificação.

Particularmente, no estudo do pensamento de Gramsci delineados nos Cadernos de Cárcere, segundo a análise de Oldrini (1999) e Löwy (1990), soergue-se uma teoria orgânica e dialética que apresenta como objetivo a emancipação da classe subalterna. Ora, é justamente sobre a necessidade de organização da classe trabalhadora que Gramsci, sob a ditadura do cárcere, reflete em sua obra. É a partir de um estudo sistematizado e detalhado da sociedade burguesa e do modo de produção capitalista que ele, com base no legado marxiano, contra toda a engrenagem da sociedade capitalista, que assegura a dominação intelectual sobre a classe trabalhadora, propôs a necessidade de organização da cultura por parte da classe trabalhadora e de seus intelectuais orgânicos.

Na organização dessa cultura todos os conhecimentos e habilidades produzidos pela humanidade deveriam ser universalizados, propiciando assim a formação harmoniosa do homem em todas as suas potencialidades, de forma omnilateral, permitindo a preparação da classe trabalhadora para governar a nova sociabilidade humana.

Del Roio (2006, p.323), indica que a empreitada que Gramsci tinha pela frente era de grandes proporções “O desafio cultural e educativo que ele se propunha era enorme, mas só poderia ser efetivamente resolvido quando a classe operária formasse os seus próprios intelectuais.”

Na perspectiva assumida pelo filósofo sardo, a educação, a instrução e o ensino devem estar articulados com o desenvolvimento da sociedade como um todo e não ao sujeito em particular, para fazer-se em consonância com o conjunto social que se estabelece numa relação comunitária e coletiva, pela qual os indivíduos poderão desenvolver-se livremente pela união indispensável do desenvolvimento singular e social.

Com efeito, ao debruçar-se sobre o estudo da formação dos intelectuais em contraste com a realidade da formação humana encontrada nas propostas pedagógicas modernas e dos modelos e métodos de ensino na Itália, na América e na Europa como um todo, Gramsci encontrou-se diante de uma prodigiosa tarefa: qual seja, consolidar um projeto de formação humana genuinamente comunista e, portanto, omnilateral, assentada em uma proposta de escola unitária como escola da práxis. Nesse contexto, ainda, Gramsci realça a importância da escolha e a preparação dos professores¹⁵ para as funções que ocupam, chegando a declarar: “os professores são intelectuais que preparam para a vida social e política.[...] O professor, mais do que outro trabalhador, precisa ter clareza desse fato, porque forma as novas gerações.” (Gramsci apud Schlesener, 2009, p. 98).

GRAMSCI E O MARXISMO – ELEMENTOS DE COMPREENSÃO

Pudemos entender que, ao empreender o resgate ontológico do marxismo, Lukács elucidou que é o homem como ser social, em sua complexíssima gênese e desenvolvimento, o mais autêntico objeto de

¹⁵ Em uma carta de Gramsci à sua irmã Teresina, datada de 04/05/1931, comentando a educação da sobrinha Mea: Gramsci esclarece: “É evidente que minhas observações se dirigiam não a Mea mas a quem a educa e a dirige; neste caso, mais do que nunca, penso que o educador é quem deve ser educado”.

pesquisa de Marx. Para Lukács, Marx teria, assim, estipulado, para além de qualquer improbabilidade, a essência onto-histórica do homem, fundada no trabalho, pelo qual, o homem transforma o meio natural, cria o novo e se cria como um ser radicalmente novo. Convém avançar um pouco nossas brevíssimas colocações no terreno da ontologia do ser social para lembrar que, num processo de complexificação contínua e dinâmica, o trabalho, põe incessantemente novas necessidades, para cuja resolução, surgem e se desenvolvem os diferentes complexos sociais que configuram a práxis humana.

Um pouco mais maduras no estudo de Lukács e no entendimento do marxismo, primordialmente como uma ontologia, adveio, de forma imperativa, a necessidade de situarmos as contribuições de Gramsci para o entendimento do homem na perspectiva onto- histórica.

Esta intenção não nos parece, de forma alguma, desproposita, tendo em vista as aproximações que têm sido generosamente traçadas entre esses dois pensadores e militantes do marxismo, precisamente, no que diz respeito à aversão de ambos frente às desvirtuamentos de cunho positivista inscritas na obra da Marx, no curso da história, mormente, no quadro da II e da III Internacional, tendo ambos, reconhecidamente, lutado, “contra o mecanismo herdado da II Internacional”, principalmente após a morte de Lênin, em 1924, conforme atesta Michael Löwy (1990, p. 99).

Destaca mais adiante Löwy (1990, p. 47) que, “na realidade, partidários dos dois pensadores marxistas [Lukács e Gramsci], estão de acordo na constatação da profunda afinidade de suas orientações teórica e política”¹⁶, advertindo, acertadamente, a existência, postas pelo contexto histórico vivido por cada um destes pensadores, de oposições entre os

¹⁶ Löwy reprisa uma importante passagem referente a Lukács 1971, citado por Löwy 1990), acerca dessa tentativa de superar a versão positivista do marxismo que reuniu, nos anos 30, do século XX, os esforços do próprio autor, de Antonio Gramsci e de Karl Korsch, quando o filósofo húngaro teria categoricamente declarado que Gramsci era “o melhor dentre nós.”

escritos do cárcere de Gramsci e as obras da juventude de Lukács (1922-1925).

Conforme analisa o autor, a convergência antipositivista de Gramsci e Lukács pode ser expressa, essencialmente, em três questões:

[...] compreender a historicidade do Marxismo [...] que os opõe de maneira decisiva a todas as variantes do materialismo científico-naturalista, a todas doutrinas semipositivistas da *Naturgesetzlichkeit* da vida social [...] II. A compreensão do marxismo como visão do mundo radicalmente nova e específica, que se situa do ponto do proletariado [...]. III. A revolução proletária como ponto central de toda reflexão teórica, como elemento unificador (implícito ou explícito) do conjunto das questões filosóficas, históricas, culturais e políticas abordadas (Grifos do autor, 1990, p. 105 -106).

Igualmente enfáticas são as considerações de Guido Oldrini (1999) reiterando que Lukács e Gramsci, para além das falsas polaridades entre ~~o puro e simples voluntarismo~~ e o objetivismo dogmático do stalinismo, preocuparam-se em recuperar o marxismo das distorções teórico-práticas advindas, principalmente, do marxismo evolucionista e fatalista da Segunda Internacional.

Em termos afins a Löwy, Oldrini ressalta, “a diuturna aversão de ambos ao marxismo da Segunda Internacional [...]” (1999, p. 71), reconhecendo, entretanto, “a coincidência das escolhas de campo, a afinidade das orientações e dos intentos”, o que, em si, segundo sua análise, não eliminaria, “absolutamente, as diferenças subsistentes nas suas respectivas posições” (idem). De todo modo, para o autor:

Por trás das anotações e dos apontamentos que Gramsci fez no cárcere, assim como dos ensaios que Lukács escreveu quando em Moscou, está presente uma contínua e obsessiva preocupação com a teoria, no sentido de um programa de elaboração universalista do marxismo, de sua fundação e construção como teoria filosófica unitária (OLDRINI, 1999, p. 72).

Assim como Löwy (1990), Oldrini (1999, p.78) compreende, ademais, que

[...] a originalidade das teorias de Gramsci e Lukács está em íntima relação com as suas batalhas críticas dos anos 30,

com a sua diferenciação de princípio em relação ao marxismo então dominante (aquilo que o stalinismo herdava das vulgarizações da Segunda Internacional, acrescentando-lhe depois absurdos e deformações por conta própria), e que as críticas deles ao marxismo de tradição da Segunda Internacional aponta principalmente para os limites intrínsecos aos fundamentos filosóficos da doutrina.

Em suma, de acordo, com o conjunto dessas análises, percorridas sumariamente aqui, Lukács e Gramsci desenvolveram e ampliaram o pensamento sobre o mundo contemporâneo, guardando fidelidade aos princípios fundamentais do marxismo, encontrando em Marx, a consideração pela subjetividade, contra o determinismo economicista que anula a eficácia dos demais complexos da vida social, ou seja, contra a tendência positivista de reduzir a causalidade social ao tipo de causalidade do mundo físico-químico.

Vale observar, sobremaneira, que, ainda que encontremos na obra de maturidade de Lukács, indicações importantes ao entendimento da relação entre educação e formação humana, sobre a base do trabalho como complexo fundante da sociabilidade, Gramsci se deteve com muito maior vigor e sistematicidade sobre o problema da educação e da escola, chegando, mesmo, a formular, em suas devidas minúcias, uma proposta de formação humana omnilateral, a qual articularia todas as dimensões da vida humana.

NOTAS CONCLUSIVAS

Em Gramsci, o processo de enriquecimento dos indivíduos e da própria sociedade compreende, de forma mediada, a articulação entre generidade e individualidade humana, na qual, se insere a relação entre formação humana, religiosidade e educação no sentido da multidimensionalidade do ser social.

Traçados os lineamentos gerais quanto aos fundamentos da proposta gramsciana de formação humana em sua relação de determinação recíproca e relativa com a questão educacional, é importante ressaltar, que o

pensamento de Antonio Gramsci é sempre orientado por uma prática e ideal político-revolucionário.

É oportuno reiterar que Gramsci, juntamente com Lukács, situa-se, historicamente, na trilha de recuperação do autêntico marxismo. Como igualmente mencionado acima, Gramsci dedicou-se profundamente à problemática da educação, como instrumento de formação omnilateral, tecendo, nesse escopo, a mais severa crítica à escola burguesa, interesseiramente voltada para a formação classista, unilateral¹⁷.

Em Gramsci e em todo seu legado histórico, o diálogo entre filosofia e educação torna-se fundamental para qualquer perspectiva de transformação social para além da opressão e do autoritarismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEL ROIO, M. **Gramsci e a educação do educador**. Campinas –SP: Cadernos Cedes, vol.26, n.70, p.311-328, set/dez.2006.

FIORI, Giuseppe. **A Vida de Antonio Gramsci**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Cadernos do Cárcere, v.1**: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **Cadernos do Cárcere, v.2**: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

¹⁷ Como nos relata Manacorda (1990), a dualidade da educação a qual o filósofo marxista se referia era propiciada graças ao Estado, que promovia uma educação classista, que seria privilégio de poucos, ou seja, dos filhos dos proprietários, enquanto os filhos da classe trabalhadora eram deixados de fora.

_____. **Cadernos do Cárcere, v.3:** Maquiavel. Notas sobre o estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LUKÁCS, György. **Per una Ontologia dell'Essere Sociale.** Roma: Riuniti, 1981.

MAESTRI, Mário. CANDREVA, Luigi. **Antonio Gramsci:** vida e obra de um comunista revolucionário. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MANACORDA, Mario Alighiero. **O princípio educativo em Gramsci.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

LÖWY, Michael. Marxismo e religião: ópio do povo?. In: **A teoria marxista hoje.** problemas e perspectivas. [s.l.], 2007.

_____. **A evolução política de Lukács:** 1909-1929. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Gramsci e Lukács: em direção a um marxismo antipositivista. In: LÖWY, Michael. **Romantismo e messianismo:** ensaios sobre Lukács e Walter Benjamin. São Paulo: Perspectiva, 1990.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci.** São Paulo: Cortez, 2010.

SCHLESENER, Anita Helena. **A Escola de Leonardo:** política e educação nos escritos de Gramsci. Brasília: Liber Livro, 2011.

OLDRINI, Guido. Gramsci e Lukács, adversários do marxismo da Segunda Internacional. In: **Revista Crítica Marxista**, 1999, n. 08, Xamã VM Editora e Gráfica Ltda. PORTELLI, Hugues. **Gramsci e a questão religiosa.** São Paulo: Paulinas, 1984.

CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR PARA O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

Amanda Railany Kalary Rodrigues Tinoco

RESUMO: O trabalho do assistente social não se restringe simplesmente a uma execução de técnicas e práticas direcionadas às respostas imediatas, porém é também um trabalho político-pedagógico e, também teórico, vinculado a um projeto de sociedade. O trabalho teórico e pedagógico do Serviço Social não se limita ao campo da docência, mas segue na a defesa de seu projeto ético-político profissional, refletindo em suas práticas pedagógicas, presente historicamente na profissão.

Palavras-chave: Assitência social, projeto ético-político profissional, educação popular.

Introdução

O trabalho do assistente social não se restringe simplesmente a uma execução de técnicas e práticas direcionadas às respostas imediatas, porém é também um trabalho político- pedagógico e, também teórico, vinculado a um projeto de sociedade que muito se difere daquele constituído na égide do capitalismo. O trabalho teórico e pedagógico do Serviço Social não se limita ao campo da docência, mas segue na a defesa de seu projeto ético-político profissional, refletindo em suas práticas pedagógicas, presente historicamente na profissão.

A relação e aproximação do Serviço Social com a Educação Popular não é recente, datam desde dos anos de 1970, com os movimentos em Serviço Social de reconceituação profissional, principalmente com a erosão do Serviço Social conservador e a ascensão de uma perspectiva crítica da profissão frente ao capitalismo. Neste sentido, o debate das potencialidades da Educação Popular para o exercício do Serviço Social não é atual nem findado, trata-se de uma proposta de parceria política ainda não consolidada em sua totalidade. Na identidade política marxista da profissão e no uso da dialética incorporada nas reflexões da realidade, muito enriquecida pela Educação Popular, o Serviço Social adquiriu a prática pedagógica voltada para

a organização da classe trabalhadora. Neste sentido, a Educação Popular mostra-se inteiramente aliada com sua concepção metodológica, potencializando o campo teórico e prático dos (as) profissionais na atualidade. Pontua-se ainda com a este tema estimular nas peculiaridades e limites da intervenção profissional, a prática pedagógica - o reforço a prática pedagógica da profissão - o incentivo à participação política dos usuários dos serviços assistenciais em um exercício de sensibilização para a consciência coletiva dos sujeitos, aliando a Educação Popular como estratégia metodológica, fornecendo potencialidades ao trabalho político no exercício de desmistificar as relações sociais no cotidiano, avaliando-as coletivamente numa totalidade.

Por fim, este trabalho pretende contribuir com novas formas do fazer profissional, principalmente aliadas as potencialidades da Educação Popular, esta não limitada ao senso comum de metodologias ou receitas prontas para intervenção na área popular, porém fornecendo potencialidades para um novas formas do fazer profissional.

A prática educativa e o Serviço Social

O Serviço Social se consolida nas camadas populares, historicamente, utilizando uma prática pedagógica. Esta última, diz respeito a intervenção política mediada na profissão em uma dimensão educativa, entendendo também as relações interventivas como um complexo de mobilização de processos políticos influenciados pelas relações sociais e culturais. O serviço Social sempre exerceu uma prática educativa, inicialmente partindo dos interesses no capital sobre a classe trabalhadora, na perspectiva de mistificação das relações sociais, como Abreu (2004), bem pontua:

[...] profissão de cunho educativo, inscrita, predominantemente, nos processos de organização/reorganização/afirmação da cultura dominante – subalternizante e mistificadora das relações sociais – contribuindo para o estabelecimento de mediações entre o padrão de satisfação das necessidades sociais, definido a partir dos interesses do capital, e o controle social sobre a classe trabalhadora. (ABREU, 2004. p.44a).

Porém, nas últimas décadas de intervenção no Brasil, a profissão assumiu um novo perfil político organizativo, influenciando toda sua concepção sócio-política, teórico-metodológica desempenhando uma outra perspectiva hegemônica, interventiva e ético-política:

Todavia, cabe ressaltar que, nas três últimas décadas, em contraposição a essa tendência dominante registra-se, no âmbito do amplo movimento de reconceituação do Serviço Social na sociedade brasileira, o avanço do processo de vinculação do projeto profissional que se consolida, nos anos 1980, às lutas sociais da classe trabalhadora e de outros segmentos sociais[...]. (ABREU, 2004, p. 44).

Mais especificamente partindo dos anos de 1980, a profissão muda radicalmente seu campo político e organizativo, reconceituando-se após longos tensionamentos internos e externos. O Serviço Social migra para a corrente marxista, rompendo com as perspectivas conservadoras de mistificação das relações sociais adotando a concepção da dialética em suas apreensões.

A reflexão crítica da profissão, exercida mais diretamente após a reconceituação, levará a uma validação teórica do Serviço Social, em uma perspectiva investigativa, questiona a legitimação da prática profissional. O campo profissional transfigura-se da busca por consenso para se constituir um campo de polêmica e instauração do pluralismo, rompendo com a homogeneidade profissional, na busca por uma identidade política. As modificações da ordem teórico-práticas e teórico-políticas repercutem fortemente na prática educativa do Assistente social, pois o público atendido passam de objetos para sujeitos.

Desse modo, as décadas de 1980 e 1990 contaram com novo perfil político-interventivo do Serviço Social, com novas perspectivas que não mais fundamentavam-se na perpetuação da sociedade tradicional na qual nasceu a profissão. Com a aproximação dos movimentos sociais e apropriação do senso crítico, se constituiu a possibilidade de uma verdadeira identidade política e ideológica profissional.

A profissão ganha dimensões maiores, mesmo com os desafios postos pelo neoliberalismo, se conquista o novo Código de Ética da profissão, e a

constituição do Projeto Ético-Político, que implicaram na afirmação política e ideológica do Serviço Social no cotidiano de sua prática, com o rompimento com o conservadorismo; incorporando, deste modo, uma nova identidade profissional sob a luz de um novo projeto ético político pautado na leitura crítica das relações sociais. A mudança do perfil profissional também se reflete na prática educativa, produzindo novas relações sociais e se legitimando com caráter popular, prestando não apenas serviços burocráticos, mas intervindo como educador e organizador frente aos enfrentamentos sociais.

A Educação Popular e o Serviço Social

Na busca de sua afirmação em parceria com as bandeiras dos movimentos populares, relacionado com essa nova identidade política da profissão, está o Projeto Ético-Político, que constitui novas aspirações para o Serviço Social, incorporando novas matrizes teóricas consonante com a ruptura de uma prática conservadora, como bem pontua Netto (1999), sobre a nova dimensão teórica legitimada pela profissão, “nela se empregam abertamente vertentes críticas destacadamente as inspiradas na tradição marxista”.(Netto, 1999, p.12) ratificando o compromisso do assistente social com a classe trabalhadora e seus movimentos sociais.

A ausência do elo entre as camadas populares e seus movimentos com o setor profissional do Serviço Social fragiliza a afirmação desta nova identidade política, distorce a perspectiva de uma profissão comprometida com a realidade, transforma-se numa prática meramente burocrática e assistencialista, sem um direcionamento definido, onde o sujeito transformador volta a ser apenas um objeto político, como no passado da profissão.

No que diz respeito ao comprometimento político com a prática educativa, sempre presente no Serviço Social, trata-se de transcender o papel de mediador para o articulador, discutir o acesso políticas sociais de forma palpável interligado com a participação política. A tarefa pedagógica do Serviço Social está para além do esclarecimento de direitos e deveres, mas ligada na contribuição da consciência crítica de seus usuários, a importância da

organização frente aos desafios da sociedade capitalista.

Para contribuir com a árdua tarefa de se construir como categoria junto com os diversos segmentos que sofrem as mais diversas violações e direitos, pautamos a Educação Popular como suporte interventivo e contribuição ideológica. A Educação Popular se constitui não apenas de métodos e metodologias pautados na emancipação, porém trata-se de uma perspectiva política com a finalidade de incentivar a classe trabalhadora a protagonizar a efetivação de seus direitos.

Como observamos em seu processo histórico, a Educação Popular se consolida como vertente marxista, no entanto, diferentemente de alguns discursos intelectuais, a Educação Popular tornava o marxismo mais acessível linguisticamente, a relação direta com os movimentos de cultura concretizava a apreensão do marxismo, principalmente nas camadas mais subalternizadas que com o debate crítico acessível, deixava de ser apenas receptor de políticas para se transformar em sujeitos de mudança protagonistas nas relações sociais.

O projeto político da Educação Popular muito se aproxima com o projeto ético político do Serviço Social, ambos buscam se afirmar no seio dos movimentos sociais por meios que podem contribuir no processo de emancipação da classe trabalhadora, contribuindo na sensibilização dos sujeitos para a necessidade da luta política. Tanto a Educação Popular quanto o projeto ético político do Serviço Social, se afirmam numa perspectiva classista, tendo assim a necessidade de uma prática vinculada às lutas e interesses populares, como bem destaca Silva (2011), referente aos métodos de ação interventiva:

[...] A ação profissional dos assistentes sociais se configura como apresentando duas dimensões: prestação de serviços assistenciais e trabalho socioeducativo, não sendo este último exterior ao primeiro, mas uma de suas dimensões. Desse modo, a prestação de serviços materiais é inerente e dá sentido à direção socioeducativa, constituindo-se em mediação para a ação profissional, interferir nas relações sociais, ou seja, cumprir sua função político-ideológica, que pode ser voltada para o enquadramento disciplinador (socialização) ou para fortalecer as lutas sociais das classe populares. Neste sentido, a assistência social é trabalhada como mediação para confronto e conquistas. (p.124)

Quando não pautamos em nossa intervenção política o caráter socioeducativo desta, descredibilizamos o comprometimento profissional com as lutas sociais, não redimensionamos a assistência ao âmbito do direito e sua efetivação, nos tornamos meros técnicos institucionais, com falhas no compromisso político com os sujeitos usuários, lamentando a disposição do Estado e individualizando as problemáticas da desigualdade, negligenciando de igual modo a dimensão socioeducativa como interferente nas relações sociais, procurando saídas ou métodos mecânicos, onde se trata por exemplo, a superação pobreza e a miséria isoladamente, sem articulação com mudanças nas estruturas sociais. Refere-se deste modo a uma prática assistencialista, limitada as possibilidades mínimas no capital, sem esperança.

Apesar do contexto contraditório que encurralam muitas vezes diversos profissionais, pautamos a necessidade do compromisso ético político com a nossa identidade de classe, que exige sim uma mediação, no entanto, que esta seja pautada nos compromissos éticos profissionais, insubordinados a perspectiva funcionalista e fatalista, em contracorrente na reprodução dos interesses do capitalismo. Segundo Abreu (2010, p. 17) “uma intervenção pedagógica é determinada pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais”, deste modo, podemos enfatizar que uma intervenção pedagógica crítica, voltada para uma ação ideológica, está diretamente vinculada com a aproximação dos profissionais com os mais diversos movimentos e categorias sociais, para além do trabalho mediativo.

O trabalho do Assistente Social não se restringe simplesmente a uma execução de técnicas e práticas direcionadas às respostas imediatas, porém um trabalho político-pedagógico e, também teórico, vinculado a um projeto de sociedade que muito se difere daquele constituído na égide do capitalismo.

É importante ressaltar que o que se busca com a parceria da Educação Popular no campo interventivo e político do Serviço Social, não é suprimir categorias teóricas nem criar um padrão de exercícios metodológicos, porém consolidar uma prática pedagógica dialética, que não desqualifique a teoria marxista, nem se molde a intervenções pontuais despolitizadas. Pretende-se estimular nas particularidades dos processos educativos, o exercício reflexivo e

crítico, ao mesmo tempo em que se estimula a prática pedagógica nos profissionais, contribuindo assim, na desconstrução do papel do/a Assistente Social como simples mediador intelectual de políticas.

Reforço que em toda sua intervenção, o/a Assistente Social posiciona-se politicamente. A sua prática também reflete seu anseio pela legitimação ou construção de um projeto de sociedade. Desse modo, a Educação Popular soma-se no trabalho político junto à classe trabalhadora, exercita a dialética em um trabalho de base em contra mão à práticas despolitizadas e paternalistas.

Cabe ressaltar, no entanto, que o reconhecimento da prática pedagógica não gerará a resolução de todos os conflitos e limitações encontrados nos campos de atuação, nem gestará resultados imediatos. No entanto, o uso da concepção metodológica dialética na prática pedagógica potencializa a intervenção, auxilia na compreensão da totalidade da realidade imediata e estimula o protagonismo dos sujeitos.

Se faz necessário a articulação com diversos setores da sociedade de forma plural, sair da contemplação apenas das dissonâncias da sociedade e intervir com novos instrumentos políticos. Neste raciocínio é necessário, na abordagem com os usuários, superar práticas autoritárias, mas a valorização de uma metodologia que contribua para que estes apreendam criticamente sua realidade. Por mais relevante que seja que o profissional compreenda o movimento da sociedade, apreender a dialética diz respeito a posicionar-se criticamente, comprometer-se com um projeto político e, em sua prática, discutir as relações sociais pedagogicamente, bem como, intervir para além do atendimento da demanda imediata.

Neste sentido, a Educação Popular quando pauta a necessidade de articulação dos sujeitos, tomando como partida suas demandas, evidencia sua proximidade com os anseios organizativos da profissão. É nítida a contribuição da Educação Popular para a desmistificação das relações sociais, incentivando ao protagonismo político, exercício da compreensão da totalidade; pontos essencialmente presentes nos conflitos cotidianos do/a Assistente Social.

O incentivo à participação política e a desmistificação das relações assistenciais contribuem para a reorganização cultural dos sujeitos, colaboram com organização da participação popular e reafirmam a identidade política do

Serviço Social. Pontuo aqui que o objetivo à sensibilização crítica para os sujeitos não está relacionada ao fatalismo e um superdimensionamento da participação popular, mas um compromisso ideológico com as classes populares.

Como estratégia metodológica e aliada política, a Educação Popular fornece potencialidades ao trabalho político do Assistente Social, propondo elementos pedagógicos na apreensão da realidade, desmistificando as relações sociais no cotidiano, que sensibiliza o exercício coletivo da conscientização e a necessidade das lutas sociais.

Temos a necessidade de intervir nas relações sociais para além de respostas pontuais, o que supõe estimular a participação dos sujeitos em organismos coletivos, compreendendo, mesmo que minimamente, sua relação com a dialética. No entanto se faz necessário um trabalho, antes de tudo, popular de desmistificação, sensível as limitações e acúmulos de senso comum dos trabalhadores e demais usuários dos serviços assistenciais, uma prática pedagógica ousada em seu programa educativo e ao mesmo tempo, palpável, compreensível, objetivando a construção de um trabalho político emancipador, principalmente em comunidades populares.

No que diz respeito ao reforço ao trabalho dialético nas práticas profissionais, principalmente no incentivo e sensibilização para o protagonismo dos sujeitos, podemos apostar nas metodologias “dialógicas” da Educação Popular de aproximação com os usuários dos serviços socioassistenciais, referenciando-se na teoria social crítica e contribuindo para a afirmação do ideário de um novo projeto de sociedade.

A educação popular constitui um paradigma educativo [...] que visa contribuir com o processo de conscientização e mobilização das classes subalternas, a partir e uma teoria referenciada da realidade, na valorização dos saberes populares e de uma base ética e política e voltada para a transformação social. (MACHADO, 2012, p. 152)

Diferentemente da prática pedagógica desenvolvida no início da profissão, na atualidade, se faz necessário uma intervenção crítica pedagógica que auxilie no processo de conscientização e mobilização, que valorize o saber popular sem um posicionamento verticalizado, que partilhe a perspectiva de

que, na efetivação dos direitos é necessário que os sujeitos compreendam seu papel político. Neste processo de sensibilização política, é relevante também a valorização dos sujeitos, de sua história, de sua cultura. Pontua que o diálogo e a compreensão da classe trabalhadora sobre a sociedade em que vivem é primordial para se construir um instrumento de emancipação política e na perspectiva de emancipação humana.

A função pedagógica do Assistente Social diz respeito também a sua capacidade de apreender a totalidade e desmistificá-las junto com os sujeitos políticos individuais e coletivos, numa perspectiva real de totalidade, dispondo de um trabalho interdisciplinar e Inter profissional em um processo contínuo de troca de saberes. O fortalecimento ético-político da profissão está intensamente ligado a sua leitura crítica da realidade e seu direcionamento político junto com as classes populares. O fazer profissional é vinculado não apenas nas mediações e estratégias de efetivação dos direitos sociais, mas também ao compromisso com a transformação da realidade influências ideopolíticas e culturais.

Conclusão

O projeto político da Educação Popular muito se assemelha com do Serviço Social, ambos pautados na organização da classe trabalhadora sob seus direitos. Após a concepção da nova identidade política aliada com as bandeiras das camadas populares, O Serviço Social afirma sua identidade marxista, ligada a construção de uma nova ordem societária e, na compreensão da teoria marxista, é evidente a relevância a prática educativa, transcendendo o papel de mediador para articulador; para além de esclarecer o acesso à políticas sociais, mas contribuindo no processo de sensibilização da consciência crítica dos sujeitos, a importância da organização coletiva frente ao capitalismo.

Compreender que os/as usuários/as dos serviços assistenciais são mais que receptores de políticas sociais, porém protagonistas de transformações é essencial na intervenção do/a Assistente Social, para validar

as formulações do Projeto ético-político e afirmar seu compromisso com uma identidade crítica dialética, livre de opressões. O posicionamento em favor das classes populares e a aproximação da profissão com as bandeiras de luta dos movimentos sociais é intensamente relevante para afirmar a o nível político que caminha o Serviço Social, firme em sua identidade de classe, construindo diálogos em favor de um novo projeto de sociedade.

Referências:

ABREU, Marina Marciel. **A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico- conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira.** Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n.79, set. 2004

_____. **Serviço Social e Organização da cultura: Perfis Pedagógicos da prática Profissional** / Marina Marciel de Abreu. – 3º Ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Cultura Rebelde: Escritos sobre educação popular ontem e agora** / Carlos Rodrigues Brandão e Raiane Assumpção. – São Paulo: Editora e livraria instituto Paulo Freire, 2009 – (Educação popular)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17ª. Ed, Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1987.

_____. **Ação Cultural para a liberdade.** / Paulo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** SP. Paz e Terra. 2011.

MACHADO, Aline Maria Batista. **Serviço Social e Educação Popular: Diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica.** / Aline Maria Batista Machado. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, nº 109. P. 151 a 178. Janeiro/Março, 2012.

NETTO, José Paulo. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social** / José Paulo Netto. 1999. Capacitação em Serviço Social e Política Social (Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999).

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o popular: Resgate histórico- metodológico do projeto profissional de ruptura** / Maria Ozanira da Silva e Silva, coordenadora. – 7. Ed. – São Paulo : Cortez, 2011.

CINECLUBE: EXTENSÃO, ALIMENTAÇÃO E EMANCIPAÇÃO EM UMA ÚNICA PROJEÇÃO.

Jackson Silva Lima, Aldeir Sabino dos Santos, Aline de Oliveira Souza, Daysio Sidney Alves Martins, Manoel Delmiro Ferreira Neto, Sávio Marcelino Gomes, Thaysa Rayane Lucas de Paiva, Vanille Valério B. Pessoa Cardoso

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência obtida através de exposições de filmes e sua relação com a criação de laços de convivência entre a população nativa da cidade e os estudantes que se fazem moradores temporários, bem como também da discussão de temas sociais importantes, sendo estes relacionados ou não com a alimentação, assim também como o uso da dinâmica de exposições e debates, características do cinelubismo, para construção compartilhada de conhecimentos e emancipação de comunidades, e por fim, sobre a valorização de pontos culturais da cidade, utilizados como local em que ocorrem as exposições.

PALAVRAS-CHAVE: Laços de convivência, sociedade, construção compartilhada, cultura.

INTRODUÇÃO

A universidade no Brasil é vista como um espaço de ensino, tendo a transmissão do conhecimento como sua principal prática (SEVERINO, 2002). No entanto, a academia tem como desafio formar profissionais com perfil adequado às necessidades sociais, sendo questionada quanto a sua capacidade do ensino de aprender a aprender, de trabalhar em equipe, de comunicar-se, de ter agilidade frente às situações e de ter capacidade propositiva, que não conversa muito com a formação tradicional ou com a metodologia de transmissão, ainda presentes no meio acadêmico (MORAES; LOPES, 2009).

Assim, a vivência extensionista tem papel fundamental na formação acadêmica, uma vez que propicia experiências que vão além das obtidas nos moldes tradicionais e bancários de formação (BISCARDE; SANTOS; SILVA, 2014). Segundo Gurgel (1986), a extensão universitária caminha em direção a uma sociedade mais justa e igualitária, tendo a função de promover a comunicação entre a universidade e seu meio.

Diversas estratégias são empregadas em projetos de extensão, dentre elas o uso do cinema, através da criação de clubes, sendo tidos ao longo da história como práticas de reflexão, discussão e criação de sentidos modificadores da realidade e do papel de cada um frente a ela (FERNANDES; DALETHESE, 2015), como exemplifica a citação de Matela (2008) sobre o papel dos cineclubes em épocas como a da ditadura, onde estes tiveram papéis expressivos no exercício de cidadania em momentos de debate, pesquisa e troca de opiniões, valorizando a pluralidade de olhares e compartilhamento de saberes, mesmo em meio à opressão vivida no contexto histórico.

A partir disso, verificou-se a potencialidade de se trabalhar os mais diversos temas através do cinema no município de Cuité-PB, por meio do projeto de extensão CineCidadania, desenvolvido por alunos do curso de Nutrição da UFCG que integram o Núcleo de Pesquisa e Estudos em Nutrição e Saúde Coletiva (Núcleo PENSO). Esse mesmo projeto é parte do Programa de Extensão Penso: cidadania, alimentação e ação em um município de pequeno porte do semiárido paraibano, aprovado por meio do Programa de Extensão Universitária (PROEXT) 2015. O Cinecidadania abrange duas ramificações: a exibição de filmes para entretenimento, lazer e vivências, chamado de CinePop, e a exibição para formação de ciclos de debates com discussões sobre os temas abordados nos filmes assistidos. Sendo este último intitulado como CineClube, seu objetivo, além de fomentar a discussão de temas sociais, políticos, alimentares, culturais e históricos, abrange também a valorização de espaços culturais presentes na cidade e que tem pouca visibilidade pelos habitantes e pelos estudantes universitários.

O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência obtida através de exhibições de filmes e sua relação com a criação de laços de convivência entre a população nativa da cidade e os estudantes que se fazem moradores temporários, bem como também da discussão de temas sociais importantes, sendo estes relacionados ou não com a alimentação, assim também como o uso da dinâmica de exhibições e debates, características do ciniclubismo, para construção compartilhada de conhecimentos e emancipação

de comunidades, e por fim, sobre a valorização de pontos culturais da cidade, utilizados como local em que ocorrem as exposições.

METODOLOGIA

No referente aos processos metodológicos adotou-se encontros semanais do Cineblube, no turno da noite, com duração média de duas horas, em dias fixos, definidos e acordados entre os participantes. Antes das exposições realizou-se uma divulgação prévia na cidade através de cartazes fixados em locais estratégicos, das mídias sociais e da rádio local. Os encontros do cineblube são realizados no Museu do Homem do Curimataú, no Teatro Municipal da cidade e em locais estratégicos da cidade onde são realizadas as exposições itinerantes. No ato exibiu-se filmes de curta, média e longa-metragem com o intuito de fomentar discussões entre discentes e comunidade. Após a discussão os participantes descreviam suas opiniões, avaliações e sugestões. No tangente à escolha dos filmes a serem exibidos, toda a equipe primeiro assiste e avalia as produções para depois serem exibidas para o público. Além disso, foi feita uma lista de sugestão de filmes e documentários por todos os participantes para que possa ser compartilhada para os integrantes do grupo que ainda não conhecem. Assim, estamos constantemente nos atualizando e aumentando nossa experiência e maturidade no campo do cinema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a análise dos momentos de discussões geradas após as exposições dos filmes pode-se notar que a extensão universitária é uma experiência importante e de grande relevância para os discentes, a comunidade e todos os envolvidos.

No referente aos alunos, a extensão mostra-se como uma experiência enriquecedora na formação dos discentes extensionistas, onde os mesmos têm uma aproximação prévia com a comunidade que irão trabalhar posteriormente, adquirindo assim experiências e vivências que contribuem para uma formação

mais humanizada e abrangente sob a perspectiva de estarem inseridos na comunidade, compartilhando saberes, aprimorando suas potencialidades, pondo em prática seus conhecimentos adquiridos na academia e sendo expostos a novos saberes e diferentes perspectivas e visões. Neste sentido, Biscarde, Santos e Silva (2013) afirmam que se deve possibilitar ao futuro profissional, previamente, a experiência de intervenção na realidade, contribuindo para o desenvolvimento do seu processo crítico-reflexivo, valorizando a interdisciplinaridade e os aspectos humanísticos, assim a ênfase não deve ser numa educação voltada apenas para a transmissão e replicação de conhecimentos, mas para as relações sociais, transformação de realidades, de maneira conjunta e compartilhada entre docentes, discentes, gestores, trabalhadores, profissionais e a comunidade.

A extensão é como um colírio nos olhos dos discentes, onde passam a ver a realidade por diferentes ângulos e a enxergar o outro como um ser integral, único e repleto de saberes, costumes, culturas, ideias, sonhos, percepções e necessidades. Ela é também para o aluno como uma reaprendizagem da linguagem e da fala, onde o estudante que possuem vícios da linguagem acadêmica aprendida e usada durante toda a sua formação tem que reaprender a falar com a população, aprender a “linguagem do povo” a “falar com gente”, gente essa que será seu principal público após a graduação. Para Mello et al (2009) cabendo à universidade promover modelos mais abertos, interdisciplinares e engajados de processos educativo, cultural e científico, onde não basta formar profissionais competentes e cientistas produtivos, mas é imprescindível a formação de sujeitos comprometidos com a causa pública, responsáveis pelo mundo em que vivem e que vão ajudar a construir.

Na esfera da comunidade, ela passa a ter nos discente uma parceria para construir, compartilhar e transforma dilemas individuais e coletivos, assim como observar novas problemáticas e buscar soluções conjuntas e compartilhadas para as mesmas.

Notou-se também que ao assistirem aos filmes exibidos pelo projeto à comunidade espectadora tem acesso a novos assuntos, temas, informações e conhecimentos, o que os leva a pensar e a usar seu senso crítico para

construção de suas próprias concepções sobre os assuntos exibidos. Em concordância com isso, Borges (2011) relata que o imaginário apresentado pelo cinema é recebido pelos espectadores, permitindo-os acompanhar sua mensagem na totalidade de sua dimensão, que as paisagens passam uma mensagem significativa dentro da proposta do cinema e as metáforas são utilizadas como linha interpretativa, sugerindo novas percepções ao imaginário, provocando o pensamento do espectador.

Neste sentido, o cineclube torna-se uma opção para se trabalhar a produção de pensamento crítico, o que se apresenta como uma forma para o exercício da prática democrática (ALVES, 2010). Para Limeira (2015) a instauração de espaços de debate articula a resistência de maneira a buscar o compromisso com um ideal democrático então, o cineclube mostra-se, através da intervenção cultural, uma alternativa de articulação para alcançar tal ideal.

Após a exibição de cada filme são realizadas discussões entre os espectadores participante, neste momento ocorre um choque de culturas, de pensamentos, opiniões e saberes. Acontece uma constante exposição de opinião e argumentos sobre diversos assuntos pertinentes e sob o olhar de diferentes indivíduos de realidades sociais distintas, a discussão assume assim um caráter transformador a partir da construção de novos olhares, resultante do compartilhamento de conhecimentos. Para Alves (2010), ir além do filme resulta em assumir uma visão crítica de mundo e empodera pessoas que passam a serem capazes de extrair das imagens novas significações capazes de produzir nos espectadores novas percepções e entendimentos da ordem social.

Também foi observada a aproximação da comunidade acadêmica com a comunidade local, desmistificando assim o paradigma de que a universidade é um público seletivo e separado dos demais, onde nas exposições e posteriores discussões, professores, alunos, comunidade, líderes comunitários, adolescentes, autoridades políticas podem estar juntos assistindo e discutindo temas relevantes, compartilhando e construindo saberes.

Outro ponto importante notado foi a visibilidade dada a locais públicos da cidade pouco visualizados pela população, onde a universidade na forma do Núcleo PENSO se instala, traz seus projetos para esses lugares, aproximando

assim à população de locais da sua própria cidade, locais estes com grandes potenciais de ensino, debates e encontros, incorporando assim esses espaços à cultura da cidade. Para isso, o projeto Cinecidadania travou uma parceria com o Museu do Homem do Curimataú – Cuité/PB, com a secretaria de cultura e de infraestrutura da cidade, para realização das exposições e dos encontros do CineClub no Museu do Homem do Curimataú, no Teatro Municipal, assim como exposições itinerantes pela cidade, dando visualização a tais locais e trazendo a população para os mesmos. Neste sentido, Fernandes e Dalethese (2015) afirmam que os cineclubes podem atuar como lugares que potencializar socialização dos sujeitos e que a dinâmica dos cineclubes de reunir grupos para assistir e discutir filmes é considerada uma prática educativa, pois se consolida na criação de ambientes socializadores.

Segundo Fernandes e Dalethese (2015) o momento da discussão aparece como oportunidade para expor opiniões e percepções abordadas no filme, como oportunidade de troca, escuta, confronto de ideias, ampliação do olhar e da reflexão. Os espectadores também valorizam a fala do outro, mesmo que não concordem como importante para a dinâmica dos debates, sugerindo assim uma compreensão do olhar do outro que também constitui o olhar que construímos com o filme. As experiências relatadas durante as discussões podem ser entendidas como narrativas criadas a partir das marcas provocadas pelo filme, assim no movimento de narrar e escutar os sujeitos dialogam, aprendem, refletem e compartilham com as experiências trazidas pelo filme. Neste sentido as discussões geradas após as exposições dos filmes revelam temas, opiniões, percepções e dados relevantes, cabendo-se assim suas publicações. Seguindo este raciocínio, à pesquisa participativa é uma forma válida para geração de conhecimento que constroem significados de forma colaborativa e tratam da diversidade de experiências dentro de um grupo local como uma oportunidade de enriquecimento para todas as partes envolvidas (GREENWOOD & LEVIN, 2006). Deixando assim o espaço e a legitimidade de se usar o cinema e as discussões a partir dele através do CineClub para publicação de artigos científicos, possíveis replicações do projeto em outros cenários e divulgação do mesmo.

CONCLUSÃO

O CineClub se mostrou uma importante ferramenta de extensão como veículo para que, através do cinema, temáticas alimentares e sociais sejam alcançadas e discutidas em comunidade, aproximando ainda mais os estudantes universitários da população nativa, resultando em uma construção de um saber compartilhado onde não há barreiras dividindo classes e consequentemente uma emancipação dos cidadãos, por estarem em contato com informações muitas vezes não explícitas pela mídia corriqueira. Além do que, os espaços tomados para as exposições tiveram mais visibilidade, valorizando a cultura local e o conhecimento da história da cidade, através de patrimônios como o museu e o teatro, utilizados para fomentar os debates.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, G. Tela crítica: a metodologia. Londrina, PR: Práxis; Bauru, SP: Canal 6, p.16-17, 2010.
- BISCARDE, D.G.S.; SANTOS, M.P; SILVA, L.B. Formação em saúde, extensão universitária e Sistema Único de Saúde (SUS): conexões necessárias entre conhecimento e intervenção centradas na realidade e repercussões no processo formativo. Interface (Botucatu), v. 18, n. 48, 2014.
- BORGES, S.S. Geografia e Cinema: Uma Representação Imaginária do Nordeste Brasileiro. V Encontro Sergipano de Educação Básica – ESEB. 03 a 05 de outubro de 2011.
- FERNANDES, A. H.; DALETHESE, T. R. Cineclube, narrativa e formação: reflexões sobre a experiência dos jovens universitários. Revista Teias, v. 16, n. 42, 2015.
- FERNANDES, A. H.; DALETHESE, T. R. Cineclube, narrativa e formação: reflexões sobre a experiência dos jovens universitários. Revista Teias, v. 16, n. 42, 2015.
- GREENWOOD, D. J.; LENIN, M. Reconstruindo as relações entre as universidades e a sociedade por meio da pesquisa-ação. In: DENZIN, N; LINCOLN, D (Org.) O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: Teorias e Abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- GURGEL, R.M. Extensão universitária: comunicação ou domesticação. Cortez, 1986.

LIMEIRA, M. S.. O Cineclube e a Educação Emancipatória. Revista Com Censo. 2ªEdição,Nº2, 2015.

MATELA, R.C. Cineclubismo, memória dos anos de chumbo. Editora Luminária Academia, Rio de Janeiro, 2008.

MELLO, A.F.; ALMEIDA, N.A.F.; RIBEIRO, R.J. Por uma universidade socialmente relevante. Atos Pesqui. Educ. 2009; 4(3):292-302.

MORAES, J.T.; LOPES, E. M. T. A formação de profissionais de saúde em instituições de ensino superior de Divinópolis, Minas Gerais. Trab. educ. saúde, v. 7, n. 3, p. 435-444, 2009.

SEVERINO, A.J. Educação e universidade: conhecimento e construção da cidadania. Interface Comun Saúde Educ, v. 6, n. 10, p. 117-24, 2002.

CIRCUITO INTERCULTURAL DE VIVÊNCIAS EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: A(S) DIVERSIDADE(S) NOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO CONTÍNUA

Elisângela André da Silva Costa; Jacqueline Cunha de Serra Freire; Sinara Mota Neves de Almeida; Ana Paula Sthel Caiado; Ana Cláudia Lima de Assis; Nádia Cristina Lima dos Santos Russo; Assis Anderson Ribeiro da Silva; Francisca Angerline de Lima da Silva; Cicley Dias do Sacramento; José Verissimo Nascimento Filho

RESUMO: Este trabalho relata a experiência do curso de atualização em EJA realizado no Circuito Intercultural de Vivências em EJA do Centro de Referência em Educação de Jovens e Adultos e Cooperação Sul-Sul, vinculado à UNILAB. Partiu da crítica à formação como treinamento esvaziado de crítica e defende a formação como instrumento de diálogo. O foco EJA e diversidades respondeu ao compromisso da UNILAB com a integração e a interculturalidade. **Palavras-Chave:** EJA, Formação Contínua, CIVEJA.

INTRODUÇÃO

A afirmação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) como um direito no contexto brasileiro (Constituição Federal de 1988), tem promovido diferenciadas que englobam desde a formulação diretrizes para a EJA, até sua inclusão no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (BRASIL, 2007), simbolizando um conjunto de condições necessárias ao seu fortalecimento.

Dentre tais ações, destacamos a formação contínua dos professores, como espaço de construção de conhecimentos sobre o ensinar e o aprender. Como os professores têm atuado como agentes de materialização das políticas educacionais, sendo, inclusive, responsabilizados por seu sucesso ou seu fracasso, compreendemos que mais do que uma necessidade, a formação contínua se constitui como um direito (LIMA, 2001). Todavia, não são raras as experiências que se traduzem como pacotes de formação, esvaziados de uma perspectiva crítica, que possibilite aos educadores problematizar, compreender e transformar suas práticas (IMBERNÓN, 2009).

Compreendemos a formação contínua como um espaço de reflexão e fortalecimento da profissionalidade docente (SACRISTÁN, 1995, p. 64), que conjuga elementos de natureza técnica, ética, política e estética (RIOS, 2008).

Assim, foi proposta pelo Centro de Referência em Educação de Jovens e Adultos e Cooperação Sul-Sul (ECOSS), vinculado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), a realização do Circuito Intercultural de Vivências em EJA / Curso de Atualização em Educação de Jovens e Adultos e Diversidade(s), concebido como instrumento de diálogo, de reconhecimento da EJA no Brasil, a partir dos municípios situados na Região do Maciço de Baturité – Ceará, objetivando promover ações socioculturais e educacionais com foco na EJA e diversidades, ancoradas no princípio da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão.

Desenvolvido a partir de julho de 2014, o CIVEJA contou com a participação de 250 professores e gestores, na rede pública de ensino dos municípios que constituem o Maciço de Baturité e se configuram como área prioritária de abrangência das ações da UNILAB. Metodologicamente o CIVEJA se organizou a partir do eixo articulador, intitulado “Educação de Jovens e Adultos e Diversidades”, que norteou o diálogo entre os eixos temáticos constituintes da proposta de formação, quais sejam: “Marcos Estratégicos da EJA; Educação ao longo da vida; Currículo, Cultura e Diversidades; EJA, conhecimentos e múltiplas linguagens; EJA: cidadania, saberes e práticas educativas”. O curso foi integralizado em 120 horas, mediante a participação dos professores em momentos presenciais e em atividades a distância, mediadas pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA e acompanhado por duas professoras, seis tutores e coordenação pedagógica.

Os resultados apontam para o CIVEJA como uma experiência inovadora no campo de formação que tem o potencial de construir um diálogo profícuo entre municípios, universidade e sociedade, colaborando para o fortalecimento da EJA mediante a reflexão sistemática sobre o alcance das políticas educacionais contemporâneas voltadas para esta modalidade de ensino no cotidiano da escola e no chão da sala de aula.

O presente relato objetiva evidenciar elementos relacionados à fundamentação teórica e metodológica do CIVEJA, assim como apresentar

reflexões sobre os limites e possibilidades encontrados no desenvolvimento desta experiência formativa.

A REFLEXIVIDADE E A COLABORAÇÃO COMO ELEMENTOS METODOLÓGICOS

A reflexão pode compreender ideias como movimento introspectivo a partir do qual o pensamento volta-se sobre si mesmo, possibilitando o exame das próprias ações e identificação dos princípios que as sustentam; o imergir consciente do sujeito historicamente situado no mundo da sua própria experiência, no qual se encontram os valores e os significados (GOMES, 1998). Tais compreensões apontam para um movimento que permite ao sujeito o encontro consigo mesmo e com as trajetórias de construção de suas visões de mundo, educação e profissão, trazendo para o cenário da reflexão diferentes dimensões do processo de construção identitária: histórica, social, relacional, afetiva.

Assim, a reflexão nos processos formativos permite compreender a identidade profissional docente como processo e não como um produto, como lugar de conflitos, buscas e incertezas, como movimento e, por fim como atitude de construção de maneiras de ser e estar na profissão (NÓVOA, 1992).

Relacionamos a este movimento de reflexão, o contexto das práticas, compreendidas como ações encharcadas por visões e projetos de mundo quase sempre distintas, ou mesmo antagônicos, que precisam ser percebidas de modo crítico pelos sujeitos, de modo que tenham clareza da não neutralidade de seu trabalho.

A reflexão sobre a prática, dentro da visão apresentada, pode ser considerada práxis transformadora (VAZQUEZ, 1977), associada à figura do professor como um intelectual crítico, historicamente situado, que reflete sobre sua prática e sobre as determinantes que a perpassam, visando à construção de novos modos de pensá-la e manifestá-la.

Ao pensar criticamente a prática e ler criticamente a realidade, o educador é transformado e impulsionado a agir, a transformar a realidade.

Nesse sentido, a perspectiva colaborativa vem ganhando relevância tanto dentro dos espaços de formação, quanto de trabalho do professor.

Na busca de compreensão dos fenômenos socioculturais e educacionais presentes na sociedade atual e a forma como se expressão nos contextos dos municípios do Maciço de Baturité, foram definidas como estratégias formativo-colaborativas: o levantamento hipóteses e reflexões; a proposição de leituras; a apresentação de vídeos; a realização de vivências; a socialização de experiências.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O CIVEJA é uma ação extensionista desenvolvida pela UNILAB, vinculada ao Programa ECOSS, sustentado na indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão. Se constitui como uma ação complexa que envolve diferentes dimensões:

- Dimensão da formação: contempla a realização do Curso de Atualização em Educação de Jovens e Adultos e Diversidade (s), na perspectiva do fortalecimento da Lei 10.639/2003 e discussões de gênero, diversidade etnicorracial, recorte geracional, entre outros, aliada à realização de Círculos de Cultura que se propõem a fortalecer e ampliar as discussões vivenciadas nos momentos de formação;
- Dimensão da comunicação: consiste na realização de Exposições virtual e itinerante de registros fotográficos, na produção de vídeo documentário, matérias e registros para o Portal do ECOSS, tendo como pauta comum a EJA no Maciço do Baturité e nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa;
- Dimensão da mobilização social: contempla o envolvimento da comunidade educacional e sociedade civil, com destaque à parceria com o Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Ceará.

Para melhor compreensão da forma como essas dimensões se articulam, passamos a detalhar diferentes aspectos do CIVEJA.

PLANEJAMENTO DAS AÇÕES

De acordo com o projeto que lhe deu origem, o CIVEJA se constitui numa proposta de ação de extensão universitária ancorada no tripé da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, concebido como um intercâmbio de múltiplos olhares. “A sonorização da palavra remete para nos vermos, nos olharmos. Nesse caso, são múltiplos olhares sobre as vivências em EJA no Maciço do Baturité e nos países parceiros do ECOSS” (UNILAB, 2014, p. 3).

O convite para cada professor “se ver e se olhar” dentro do processo de formação, na condição de sujeito, nos permite verificar a relação entre a perspectiva formativa proposta pelo CIVEJA e a conceituação de formação contínua apresentada por Lima (2001, p. 115) como “[...] o processo de articulação entre trabalho docente, conhecimento e desenvolvimento profissional do professor, como possibilidade de uma postura reflexiva dinamizada pela práxis”.

Assim, um dos aspectos iniciais da formulação da proposta de formação foi o diálogo estabelecido junto aos parceiros:

Tal Curso foi dialogado e concebido com os parceiros locais do ECOSS a partir de reuniões com unidades acadêmicas e de gestão da Unilab, Cátedra Unesco de Educação e Inovação para a Cooperação Solidária da Unilab, as Secretarias Municipais de Educação do Maciço do Baturité, Coordenadoria Regional de Educação do Maciço do Baturité (Crede-8) da Secretaria Estadual de Educação do Ceará (SEDUC/CE), Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Ceará (Fórum EJA/CE), aliado a parceiros nacionais e internacionais (UNILAB, 2014).

Na ocasião foram colocados em pauta elementos como: total de vagas por município; carga horária da formação; metodologia a ser utilizada; sistemática de acompanhamento; locais de realização dos encontros e compromissos de cada parceiro para o sucesso das ações do CIVEJA. As demandas da formação foram geradas a partir de diferentes olhares, traduzindo o diálogo entre elementos de natureza local e elementos situados na sociedade de maneira mais ampla.

A organização do trabalho previu a divisão dos 250 professores em dois polos: Redenção - constituído pelos municípios de Acarape, Barreira,

Ocara, Palmácia e Redenção; Baturité - composto pelos municípios de Aracoiaba, Aratuba, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu e Pacoti.

Antes do início da formação, foi realizada uma seleção pública dos tutores que colaborariam nos momentos presenciais junto aos professores formadores e se responsabilizariam pelo acompanhamento dos cursistas no desenvolvimento de atividades a distância, mediadas pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem do CIVEJA, acomodado no site oficial da UNILAB. Tal seleção foi dialogada e viabilizada em parceria com o Fórum EJA do Ceará.

O uso das novas tecnologias da informação e comunicação (NTICs), neste contexto, teve duas finalidades: a superação das barreiras geográficas que limitavam as possibilidades de encontros presenciais mais sistemáticos; e o empoderamento dos educadores através dos processos de mediação realizados no AVA, que os colocavam em permanente contato com fontes diversas de informação e com o desafio de refletir sobre a própria prática, socializando seus registros de forma escrita. Tal processo demandou tanto a construção de conhecimentos sobre as NTICs, quanto a compreensão das novas abordagens pedagógicas, como caminhos que permitissem superar o isolamento do professor no contexto da escola, colocando-o “em permanente situação de diálogo e cooperação” (KENSKI, 2013, p. 66).

A definição das temáticas do CIVEJA levou em consideração, além dos fatores pertinentes à EJA, a identidade institucional da UNILAB. Criada através da Lei 12.289/2010 esta Universidade é vocacionada para a cooperação internacional e compromissada com a interculturalidade, a cidadania e a democracia nas sociedades. Assim, o eixo articulador da formação intitulado “Educação de Jovens e Adultos e diversidade(s)” materializa o compromisso institucional de “promoção da interculturalidade; o respeito à ética e à diversidade, defesa dos direitos humanos” entre outros objetivos postos no art. 5º do estatuto da UNILAB, além colaborar com a implementação da Lei 10.639/2003 (BRASIL, 2003).

Em decorrência do eixo articulador, foram elaborados cinco eixos temáticos: 1- Marcos estratégicos da Educação de Jovens e Adultos – EJA; 2 - Educação ao longo da vida; 3 - Cultura, currículo e diversidade(s) na EJA; 4 -

EJA: conhecimentos e múltiplas linguagens; 5 - Cidadania, saberes e práticas educativas.

Com o projeto delineado, os desafios postos se relacionavam com a mobilização e com a realização dos diferentes momentos de formação, sobre os quais passamos a refletir.

A MATERIALIZAÇÃO DO CIVEJA: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO

Nos momentos presenciais de formação, o CIVEJA contou com a colaboração de professores que atuam na própria UNILAB e com profissionais de outras instituições nacionais e internacionais com experiência reconhecida nas temáticas propostas. A atuação conjunta de todos os formadores colaborou para a ampliação da visão de mundo dos educadores sobre a EJA e sobre si mesmos, na condição de professores e de sujeitos históricos que se constroem a partir das diferentes relações que estabelecem com o mundo.

A prática dos formadores fundamentou-se numa perspectiva reflexiva e não prescritiva de formação, corroborando com a ideia de que estes profissionais devem ajudar os professores a “analisar os obstáculos (individuais e coletivos) que o professorado encontra para ter acesso a um projeto formativo que os ajude a melhorar” (IMBERNÓN, 2009, p. 105).

A mediação nos processos de reflexão sobre a prática e construção de conhecimentos envolveu a interação entre os sujeitos de maneiras distintas, metodologicamente pensadas para contribuir para a construção de diferentes habilidades e atitudes (UNILAB, 2014).

São elas: Palestras mediadas por docentes-pesquisadores/as com produção e experiência na área correlata; Círculos de Diálogos Temáticos visando o aprofundamento teórico-metodológico, interações, troca de experiências entre os municípios, mediada pela temática das palestras e leituras; Cirandas da Diversidade, com vivências interculturais, lúdicas e de reflexão sobre as temáticas do CIVEJA; Momentos Lúdicos, com atividades de relaxamento, animação, etc.

A integração, o fortalecimento das identidades, a construção do conhecimento sobre a docência na EJA e seus sujeitos, viabilizados através de

diferentes momentos de problematização da prática docente, possibilitou a todos os participantes (professores cursistas, bolsistas da universidade, professores formadores e equipe coordenadora) oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. Dentre tais oportunidades se destacam aquelas pertinentes às dimensões da comunicação e da mobilização social, que geralmente não são abordadas em processos formativos.

Através da articulação dos eixos do CIVEJA ampliamos mais ainda o olhar sobre a EJA, situando-a como um direito historicamente construído a partir da participação de muitos. Nesse sentido, os professores participantes foram convidados a atuar como pesquisadores, realizando atividades exploratórias com vistas à coleta de materiais para a constituição de produtos distintos referentes à EJA no Maciço de Baturité: a exposição itinerante e virtual de registros fotográficos e vídeo documentários.

A organização dos materiais foi dividida em três eixos: História e memória da EJA nos municípios e nos CEJA; Experiências recentes e atuais de EJA nos municípios e nos CEJA e por fim Experiências de EJA em contextos interculturais e diversidade(s). Os materiais coletados pelos professores foram recolhidos pela coordenação do CIVEJA, junto com documentos de autorização e uso de sons e imagens, para serem tratados e posteriormente postados no portal ECOSS, junto a outros registros já realizados pela equipe nas missões enviadas a países africanos.

Como foi possível visualizar, o CIVEJA desde seu planejamento se constitui como uma experiência inovadora que traduz o compromisso com a EJA, mediante a formação dos professores, a socialização de informações sobre as ações voltadas a jovens e adultos pouco ou não escolarizados e a mobilização social em torno do direito a educação.

CONCLUSÕES

O ponto de partida da formulação do CIVEJA é a compreensão da EJA como um direito, conquistado a partir do esforço e mobilização de muitos. Tal direito, no entanto, precisa ser reafirmado cotidianamente sob pena de se reduzir a uma compreensão restrita de formação como instrução. Nesse

sentido, a formação de professores se constitui tanto como uma necessidade, quanto como um direito do professor, uma vez que a atuação deste profissional interfere de forma direta, embora não exclusiva, no acesso, na permanência e no sucesso dos alunos de EJA.

As ações do CIVEJA, conforme foi possível visualizar neste relato, integraram as dimensões da formação, da comunicação e da mobilização social. Apesar de apresentarem características distintas, tais dimensões representam um todo que, integrado, possibilitou aos professores participantes experiências relacionadas à concepção da educação como um ato político, compromissado com o desenvolvimento e com a emancipação humanas.

Que experiências desta natureza possam aproximar cada vez mais a universidade das escolas e dos movimentos sociais, no sentido de cumprir com o seu papel social de promover o desenvolvimento dos locais onde se estabelece, através do desenvolvimento dos indivíduos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei 12.289. Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB e dá outras providências. Brasília, 2010.

_____. Lei nº 11.494. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Brasília, 2007.

_____. Lei 10.639. Altera a Lei nº9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e base da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira” e dá outras providências. Brasília, 2003.

_____. Lei 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

_____. Constituição Federal de 1988. Brasília, 1988.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GÓMEZ, A.I. O pensamento prático do professor – A formação do professor como prático reflexivo. In: NÓVOA, A. (Org). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992, p.93 – 114.

IMBERNÓN, F. Formação permanente do professorado: novas tendências. São Paulo: Cortez, 2009.

KENSKI, V.M. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. 8.ed. São Paulo: Papirus, 2013.

LIMA, M. S. L. A formação contínua de professores nos caminhos e descaminhos do desenvolvimento profissional. São Paulo: 2001.165f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, 2001.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: A. Nóvoa (org.). Os professores e sua formação. Lisboa: Nova Enciclopédia, 1992.

RIOS, Terezinha Azeredo. Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SACRISTÁN, J. G. Consciência e acção sobre a prática como libertação profissional dos professores. In: NÓVOA, A. (org.) Profissão professor. 2 ed. Portugal: Porto Editora, 1995.

UNILAB. Projeto do Circuito Intercultural de Vivências em EJA. Redenção: UNILAB, 2014.

VAZQUEZ, Adolfo Sánchez. Filosofia da Práxis. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO- APRENDIZAGEM PARA CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE NA CIDADE DE SANTOS

Bettina Correa da Silva Vostoupal, Nadja Shinyashiki Igarashi, Lúcia da Rocha Uchôa-Figueiredo

RESUMO: O Projeto articula-se com o projeto pedagógico da Universidade Federal de São Paulo (campus Baixada Santista) quando oferece aos alunos dos cursos da saúde, possibilidade de aprendizado compartilhado, priorizando o trabalho em equipe, visando à educação interprofissional na formação em saúde, baseada na integralidade do cuidado, consiste em oportunidade para docentes e discentes interagirem com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade na cidade de Santos. Devido às precárias condições socioeconômicas, estes têm poucas oportunidades relacionadas ao brincar e ao lazer. As atividades humanizadas contribuem com o aprendizado e são voltadas para conhecer o comportamento lúdico, os interesses, as capacidades e dificuldades destes por meio da construção e contação de histórias. Objetivos: Apresentar o projeto Baú de Histórias que tem como foco o trabalho humanizado, com ações para estimular crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Método: Atualmente o projeto trabalha em três locais, com crianças de baixo nível sócio econômico e cultural, são estes: unidade básica de Saúde do Embaré, creche “Estrela Guia” e nas alas pediátricas do SUS na Irmandade Santa Casa da Misericórdia de Santos locais em que se constata significativo número de crianças em situação de risco psicossocial com poucas oportunidades relacionadas ao brincar. As extensionistas estão no projeto uma vez por semana em dois momentos: as práticas em campo e as oficinas de confecção de histórias/supervisão, que são intercaladas. Os participantes têm contato com histórias infantis através de uma contação diferente, em que estas são apresentadas pelos extensionistas, nesses encontros as crianças podem manipular os personagens e os cenários, que são confeccionados com materiais diversos como: sucatas, materiais de baixo custo e de fácil higienização. Além disso, cuidadores, pais e professores também participam das intervenções e contribuem para o brincar. Resultados: Com este trabalho de contar e construir histórias é possível estimular a imaginação das crianças, bem como a criatividade e percepção. Isso possibilita um desenvolvimento saudável no que se refere à comunicação verbal e não verbal, ordenação lógica de ideias, habilidade de contar fatos, capacidade de abstração, consciência de si e do outro e suas atitudes. Além disso, reafirmam a importância do brincar e seus efeitos incentivando-as a serem multiplicadoras da brincadeira de contar e construir histórias, usando material de baixo custo, como sucata de todos os tipos, como garrafas pets, caixas de leite, de sapato, retalhos de tecidos, entre outros. A utilização desses materiais fazem com que

as crianças percebam que qualquer material pode virar um brinquedo. Por fim, pode-se analisar o comportamento, bem como as preferências e satisfação das crianças ao ouvirem as histórias. Além disso, as extensionistas vivenciam intensas experiências que serão levadas para a vida profissional. Conclui-se que o projeto também colabora na mudança de atitude e comportamento das crianças e familiares que tornaram mais críticos na luta por uma sociedade com menos desperdícios e comprometidos com as questões sociais. Assim o projeto consegue através do lúdico trabalhar com a educação popular, trazendo novas oportunidades e melhorado principalmente o comportamento lúdico. Palavras-chave: Contação de história, educação interprofissional, ludicidade.

INTRODUÇÃO

Em uma cidade litorânea do Estado de São Paulo existe um projeto de extensão universitária chamado "Baú de Histórias: Conhecendo o comportamento lúdico de crianças através da brincadeira de contar e construir histórias infantis" que consiste em oportunidade de ensino-aprendizagem, onde docente e discentes interagem com crianças em situação de vulnerabilidade, que têm poucas oportunidades relacionadas ao brincar, devido às precárias condições socioeconômicas, habitacionais e problemas decorrentes da carência de afeto e estímulos sociais e sensoriais, as atividades são voltadas para conhecer o comportamento lúdico, os interesses, as capacidades e dificuldades lúdicas de crianças em situação de risco psicossocial, no sentido de poder contribuir para intervenções visando a saúde da criança e o desenvolvimento infantil saudável.

A infância para Villela et. al. (2013) é uma fase de grande importância, pois é nesta etapa que ocorrem diversos processos colaboradores para o desenvolvimento infantil, tendo como destaque o brincar. Por meio deste o indivíduo conhece e aprende a utilizar o seu corpo e suas fragmentações, explora objetos, adquirindo conhecimentos relacionados a texturas e formatos, provocando o aparecimento de novas sensações, que a criança classificará como positiva ou negativa e a partir do ocorrido apresentará um repertório ainda mais amplo de experimentações.

A brincadeira de faz-de-conta, que também pode ser um indicador do desenvolvimento infantil é uma forma de representação simbólica encontrada

em crianças pré-escolares, a criação de histórias e cenas evidenciam a aquisição e expansão de diversos conhecimentos usados no cotidiano, como a capacidade de sustentar a atenção prolongada, a evolução do raciocínio lógico, a elaboração e construção de idéias e pensamentos para uma possível expressão posterior.

A aprendizagem proporcionada pela brincadeira permite a adaptação do indivíduo às novas situações e novos ambientes, podendo assim: explorar diferentes oportunidades, interagir com pessoas e objetos, expressar a criatividade, explorar limites e ampliar seu repertório de comportamento de forma prazerosa e significativa (FORTUNA, 2004). Completando Reis e Rezende (2007) colocam que a brincadeira é um aprendizado sobre o mundo, sobre os outros, sobre relacionamentos e também é uma forma de dominar a realidade humana e ter domínio da mesma por meio da experiência e do planejamento, podendo desta forma descobrir que há possibilidade ao indivíduo, exercer efeitos sobre o ambiente.

No ato de brincar o sujeito passa a desenvolver habilidade para a construção de idéias e posteriormente da fala, apresentando melhor dominância de comunicação principalmente quando o jogo é composto por pares ou grupos de pessoas, pois há a possibilidade de compartilhar significados e conceitos por meio do brincar que acaba permitindo troca de experiências. Desta forma pressupõe-se que a criança ao fazer uso da linguagem no brincar imaginativo, está desenvolvendo também fatores relacionados à cognição (ALVES; DIAS; SOBRAL, 2007).

Assim, compreendendo a extensão da tarefa a ser realizada são desenvolvidos trabalhos voltados para conhecer o comportamento lúdico, os interesses, as capacidades e dificuldades lúdicas de crianças e proporcionar oportunidade destas brincarem de contar e construir histórias, juntamente com suas mães, utilizando material de baixo custo e sucata. Desta forma, contribuir para intervenções visando à saúde da criança, o desenvolvimento infantil saudável e também proporcionar que a mãe se torne um agente multiplicador sobre a importância do brincar na vida da criança.

Segundo Reis e Rezende (2007), a brincadeira é um aprendizado sobre o mundo, sobre os outros, sobre relacionamentos além de ser uma forma

de dominar a realidade humana e ter domínio desta através da experiência e do planejamento, podendo, assim, descobrir que há possibilidade ao indivíduo, exercer efeitos sobre o ambiente. Saunders; Sayer e Goodale (1999) ressaltam o domínio como um aspecto fundamental oriundo do ato de brincar, em que o indivíduo será autor de sua própria brincadeira, conduzindo-a de maneira peculiar, a partir das próprias decisões e, segundo Walter Benjamin (1984 apud Pedroza, 2005), é um momento em que a criança cria um mundo apenas para si mesmo. O espaço do brincar para Takatori (2003) é um lugar que possibilita às crianças suportarem entrar em contato com a frustração, que, de modo mágico, desaparece.

OBJETIVO

O objetivo deste é contar sobre o trabalho realizado com crianças em diferentes contextos estimulando o desenvolvimento infantil utilizando materiais com baixo custo.

MÉTODO

O Campus Baixada Santista da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp-BS), iniciou suas atividades de ensino em 2006, com uma proposta pedagógica inovadora, rompendo com o modelo de formação tradicional, centrado nas disciplinas. Voltado a formação de um profissional da área da saúde apto para o trabalho em equipe interprofissional; a formação técnico-científica e humana de excelência em uma área específica de atuação profissional de saúde e a formação científica, entendendo a pesquisa como propulsora do ensino e da aprendizagem (UNIFESP, 2006).

Os módulos comuns organizados de modo interprofissional, com docentes de diferentes áreas profissionais e em turmas mistas permitem que os alunos aprendam sobre a sua área de formação específica e, ao mesmo tempo, conheçam a área de formação dos demais estudantes, levando-se em consideração uma ampla dimensão do ser, além dos aspectos biológicos (UNIFESP, 2006). Os alunos apresentam períodos com janelas em comum o que possibilita trabalharem juntos em projetos.

Alinhada à concepção de formação baseada nas experiências reais, Kastrup (2013, p. 151) refere-se ao conjunto de atividades desenvolvidas como um mergulho na experiência:

o mergulho na experiência é possibilitado pelos encontros com pacientes no contexto social e econômico em que vivem, com os diferentes membros de uma equipe transdisciplinar e seus olhares e saberes específicos, com os serviços de saúde em sua dinâmica cotidiana e envolve, enfim, a experiência de um encontro consigo mesmo.

As atividades propostas pelo projeto Baú de Histórias estão baseadas em um fazer que acontece na prática, no trabalho vivo em ato (MERHY, 2013); em uma aprendizagem inventiva. Ainda que todas as atividades sejam planejadas quinzenalmente com as construções das histórias, por meio de discussões e reflexões entre alunos e docentes, elas estão permeadas por situações inusitadas.

A proposta de trabalho do Baú de Histórias é estimular as crianças e os adultos que estão acompanhando no momento da intervenção, para que estes entendam a importância da brincadeira e que esta pode acontecer em qualquer lugar e com qualquer objeto, desenvolvendo dessa maneira o hábito do brincar de contar e construir histórias.

Os extensionistas fazem contato com a criança com finalidade de conhecer o comportamento lúdico desta, os seus interesses, conhecer como se comunica, do que gosta, do que não gosta, os brinquedos preferidos, os conhecidos e utilizados habitualmente, algumas características de seu brincar, seus parceiros de brincadeira, histórias infantis que conhece e sua atitude lúdica, procurando ter um conhecimento individualizado e personalizado da criança.

Em grupos ou individualmente as crianças assistem as histórias desenvolvidas pelos extensionistas, num primeiro momento elas ficam de platéia e tem contato com os personagens, num segundo momento elas interagem e muitas vezes recontam as histórias de um jeito próprio. E no terceiro momento manipulam materiais diversos juntamente com as mães ou professoras, com a finalidade de criar, construir, encenar e contar histórias, estimulando o vínculo, a valorização do momento lúdico.

Nos encontros também são observados às características da atitude lúdica das crianças (curiosidade, criatividade, iniciativa, senso de humor, prazer, gosto pelo desafio, espontaneidade, capacidade de solucionar problemas, exploração de materiais), que fazem parte do comportamento lúdico e assim permitindo verificar como o brincar destas crianças está ocorrendo.

As atividades do projeto Baú de Historias apresentam dois momentos: um é desenvolvido no campus, esse momento é refletido as intervenções que já ocorreram e programada as próximas, além de leitura e discussão de textos, apresentação de seminários e realizadas dinâmicas grupais relacionados a pratica. E a outra no campus quando as extensionistas confeccionam as historias, nesse momento são pensados em diferentes materiais em que os participantes vão explorar e ter contato. Todas as historias são criadas ou adaptadas pelos extensionistas usando materiais de baixo custo e sucata para que sejam acessíveis a população atendida.

O projeto atualmente é desenvolvido nas seguintes instituições de Santos: CAF e Creche Estrela Guia, Unidade Básica de Saúde (UBS) do Embaré e na Irmandade Santa Casa da Misericórdia de Santos.

Na Unidade Básica de Saúde as crianças que estão aguardando para passar pelo especialista em pediatria. Os corredores viram os lugares de atendimento e devido as crianças estarem enfermas, preferindo ficar com as mães, as extensionistas trocaram as histórias para criar um ambiente descontraído com fantasia e magia. Sempre levando algo que estimulem a interação mãe-criança, e que a criança possa continuar brincando, mesmo que seja chamada pelo médico.

Na Santa Casa de Santos, o início da ação com as crianças se dá por meio de contação de histórias, fábulas infantis, canções e posteriormente desenvolvem dinâmicas ligadas a temática da mesma, sempre utilizando para o trabalho materiais de baixo custo e sucata, mas que seja possível a higienização. No segundo momento da intervenção, as crianças vivenciam momentos de brincar livre, recontam a história, brincam em grupo com alguma atividade previamente programada e relatam qual aprendizado elas tiraram naquele dia com a temática da história. As atividades são realizadas

individualmente nos quartos ou em grupos nas brinquedotecas de cada ala, sendo que os acompanhantes e profissionais da instituição também são convidados para participar das dinâmicas e histórias.

Na CAF e creche Estrela Guia as crianças são separadas em pequenos grupos de acordo com a faixa etária para facilitar a intervenção. Os grupos de crianças sempre estão acompanhadas pelas professoras, que são estimuladas a participar das atividades. Que são iniciadas com a contação de história e em seguida são propostas atividades relacionadas com a história, além de momento para que as crianças recontem ou simplesmente brinquem com os personagens. Houveram diversos momentos que as crianças propuseram brincadeiras que em alguns momentos estavam relacionados com as atividades propostas, mas também brincadeiras que elas queriam ensinar para as extensionistas.

RESULTADOS

Com este trabalho de contar e construir histórias, é possível estimular a criatividade das crianças bem como a imaginação e a percepção devido à brincadeira de contar histórias realizada nas intervenções. Além disso, houve a produção de recursos para a atividade de construir e contar histórias que foram aplicados de modo a possibilitar na criança um desenvolvimento saudável no que se refere à comunicação verbal e não verbal, sequenciação, ordenação lógica de ideias, habilidade de contar fatos, capacidade de abstração, simbolização, consciência de si e do outro e suas atitudes.

De acordo com Vygotsky (1991 apud Rosa, Kravchychyn, Vieira, 2010), a brincadeira é um meio para a criança suprir algumas de suas necessidades, além de ser uma forma de aprendizado, de compreensão da realidade e de desenvolvimento da imaginação. Além disso, Conti e Sperb (2001, apud Rosa, Kravchychyn, Vieira, 2010) afirmam que a brincadeira cria a possibilidade de interações sociais e enfatizam a importância das significações que a criança dá aos aspectos da realidade utilizando a brincadeira.

O projeto também reafirma a importância do brincar e seus efeitos nas instituições parceiras, incentivando-as a serem multiplicadoras da brincadeira

de contar e construir histórias. Os profissionais passaram a enxergar o brincar como um eficiente instrumento de aprendizado.

Especialmente no contexto hospitalar, houve grande incentivo aos cuidadores das crianças a serem multiplicadores da brincadeira de contar e construir histórias, uma vez que foram conscientizados da importância do brincar e os seus efeitos positivos no desenvolvimento da criança. O projeto tem conseguido oferecer aos participantes momentos agradáveis e de descontração, favorecendo o enfrentamento dos procedimentos diários, que muitas vezes são dolorosos. As atividades também fazem com que os participantes relembrem e revivam momentos do seu cotidiano fora do contexto hospitalar.

As histórias são confeccionadas utilizando materiais de baixo custo e sucatas, ensinando tanto as extensionistas a manipular diferentes tipos de materiais e valorizando o potencial destes, quanto as crianças estas passaram a perceber objetos que muitas vezes são jogados no lixo e podem ser transformados em brinquedos de fácil acesso. Neste contexto, o projeto também colabora na mudança de atitude e comportamento das crianças e familiares que tornaram mais críticos na luta por uma sociedade mais organizada com menos desperdícios e conseqüentemente comprometidos com as questões sociais. Assim o projeto consegue através do lúdico trabalhar com a educação popular.

O uso de materiais de baixo custo e sucata, colabora para a evolução da maturidade da criança, uma vez que, segundo Rolim, Guerra e Tassigny (2008), no brincar, esta torna-se capaz de separar o pensamento de objetos e a ação passa a surgir das ideias e não das coisas. Com isso, uma garrafa pet torna-se uma baleia, uma caixa de sapato torna-se uma casa e uma luva cirúrgica torna-se um passarinho.

Com os encontros, tem sido possível conhecer o comportamento lúdico destes e seus interesses, como se comunicam, do que gostam e não gostam, seus brinquedos e jogos preferidos, os conhecidos e utilizados habitualmente, histórias infantis que conhecem e sua atitude lúdica. As extensionistas procuram ter um conhecimento individualizado de cada criança envolvida, que acarreta na criação de um vínculo com os participantes. Além disso, as

extensionistas vivenciam intensas experiências que serão levadas para a vida profissional. Além disso, há o trabalho interdisciplinar, que possibilita a melhor articulação de ideias, colaboração de diferentes áreas de estudo, permitindo que a equipe veja o paciente como um todo e de modo humanizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No projeto trabalham alunos de todos os cursos da saúde da UNIFESP/BS e de diferentes anos tornando o processo de aprendizagem desafiador, porém potente pela experiência dos alunos trabalharem de modo interdisciplinar nos diferentes cenários que o projeto está inserido.

O projeto contribui fortemente para a formação profissional, uma vez que oferece oportunidade aos alunos de vivenciarem situações cotidianas em variados contextos socioeconômico, tornando-os engajados na luta da oferta de melhores condições sociais para as crianças, possibilitando assim que elas tenham um desenvolvimento infantil mais saudável, bem como conscientizar as famílias para que sejam mais ativas e envolvidas com as crianças.

Ao trabalhar com materiais de fácil acesso, pretende-se mostrar que para a brincadeira ocorrer não é necessário brinquedo específico, mas sim com imaginação e criatividade tudo pode apresentar mais cor, movimento, mais vida.

A brincadeira tem suma importância na vida e no processo de desenvolvimento dos indivíduos, além de ser fundamental no processo de significação na formação da subjetividade. É uma das fontes de conhecimento e interação com o mundo, adquirem habilidades que ajudará a desenvolver a cognição, criatividade e a capacidade de decisão e a solução de problemas com mais facilidade.

Ao participar do projeto as crianças e os adultos que estão acompanhando tem a possibilidade de experimentar e vivenciar momentos lúdicos, de interagir uns com os outros, criar vínculo, além de desenvolver. É através dessas atividades que a criança produz realidades, vivencia, aprende a utilizar o corpo, explora objetos e ressignifica momentos de prazer e desprazer.

Assim no projeto construímos momentos lúdicos interativos, onde priorizamos a valorização do brincar, do empoderamento das crianças neste momento.

ENSAIO SOBRE LITERATURA, ESPAÇO E TEMPO A PARTIR DE JAMES JOYCE, THOMAS MANN E MARCEL PROUST

Luís Távora Furtado Ribeiro

RESUMO: Este ensaio se propõe a apresentar três clássicos da literatura ocidental e mostrar como é possível e acessível sua leitura para grupos populares e na escola. São eles: *Ulisses* do irlandês James Joyce de 1922, *A Montanha Mágica* do alemão Thomas Mann de 1924 e *Em Busca do Tempo Perdido* de Marcel Proust, francês, publicado em sete volumes entre 1913 e 1927. Considerados de leitura difícil, demonstro como são importantes para a compreensão de muito de nossa cultura visto que retratam tempos de progresso e riqueza, doença, miséria social e costumes, de guerra e paz. O artigo recebe a contribuição de autores como Bosi (1992), Cândido (1985), Schopenhauer (2015) e Schwarz (1992) e se utiliza das categorias de espaço e tempo para relacionar literatura, cultura e sociedade. Em seu *Ulisses*, James Joyce apresenta minuciosamente uma cidade, a irlandesa Dublin, com seus personagens percorrendo um dia de sua história. Em *A Montanha Mágica*, Thomas Mann retrata aspectos do cotidiano e idéias de seus personagens num espaço tempo de seis anos num hospital sanatório para tuberculosos nos Alpes suíços. Por sua vez, em seu *Em Busca do Tempo Perdido*, Marcel Proust revela um tempo de mais longa duração, aproximadamente três décadas da vida do autor e memórias de tempos que se perderam, relacionando a totalidade social à vida cotidiana. Apresentados os livros aqui brevemente, esse ensaio pretende divulgar sua leitura como importante e indispensável para diferentes grupos buscando um olhar mais cuidadoso e atento desses tempos passados e dos dias atuais.

Palavras-chave: Literatura, cultura, sociedade.

INTRODUÇÃO

Alguém poderia perguntar o que tem em comum os clássicos da literatura *Ulisses* de James Joyce, *Em Busca do Tempo perdido* de Marcel Proust e *a Montanha Mágica* de Thomas Mann? Um aspecto inicial de grande coincidência é o de que foram escritos aproximadamente entre o final da década de 1910 e o início dos anos 1920. Considerados livros fundantes da cultura ocidental tem também em comum o fato de serem tão famosos quanto pouco lidos e que quem os leu, mesmo que numa leitura parcial, se dividem

entre os que sofreram um forte impacto positivo e outros - talvez mais numerosos -, que consideram sua leitura árida, complexa, de enredos incompreensíveis ou mesmo de sentido impenetrável.

Come referencial metodológico apresento uma breve síntese dessas obras, realizando uma relação entre elas a partir de suas três narrativas em tempos de curta (Joyce), média (Mann) e longa duração (Proust), em microcosmos sociais apresentados em cada livro. Como referências teóricas recorro à crítica social e literária em autores como Bosi (2002), Cândido (1985), Schwarz (1992) e Schopenhauer (2015).

Outro aspecto que relaciona os livros entre si é a relação entre as narrativas e o período – espaço e tempo onde se desenvolvem, apresentando assim desde revelações minuciosas sobre o cotidiano de um único dia em James Joyce, passando pelo período de alguns anos de Thomas Mann, até um intervalo de tempo mais largo observando memórias desde a infância e de tempos imemoriais como em Marcel Proust. Uma possível dificuldade pode ser observada graças aos estilos complexos dos textos desenvolvidos em mais de 900 páginas, chegando a mais de 1000 páginas em algumas edições, como em James Joyce e Thomas Mann, ou mesmo nas aproximadas 3.500 laudas nas edições de bolso de Marcel Proust.

A seguir, ensaio comentários sobre essas obras em seu contexto histórico, buscando breves parâmetros de comparação com a reflexão sobre os dias em que vivemos. Não sendo crítico literário nem especialista em literatura, estabeleço com os referidos livros e seus autores uma relação de admiração sincera, busca de compreensão e interpretação, num olhar sobre o mundo em crise e transição em que foram escritas, para refletir sobre dilemas e perspectivas para os dias atuais. Nesse primeiro momento me furtarei a citações acadêmicas de analistas ou críticos literários concentrando-me apenas em minhas impressões iniciais sobre as obras e seus autores.

REFLEXÕES SOBRE ESPAÇO E TEMPO NA LITERATURA

Escrito aproximadamente entre 1914 e 1921, *Ulisses* de James Joyce (1882 – 1941) é publicado pela primeira vez em 1922. A partir do título, o livro

se vincula às origens da cultura ocidental nomeando seus principais personagens com os nomes de personagens da Odisséia de Homero em sua viagem epopeia heroica. Penélope está representada no título do capítulo final e Telêmaco, filho do casal, dá seu nome ao primeiro capítulo. Os nomes de ilhas gregas e seres mitológicos das viagens homéricas também se fazem presentes, mesmo que não haja menções mais explícitas do relato homérico no enredo do livro. Leopold Bloom é um Ulisses que realiza sua viagem de um dia pela cidade de Dublin na Irlanda, cujas ruas, praças e monumentos são descritos de maneira minuciosa, precisamente num dia especial escolhido pelo autor, o 16 de junho de 1904. Essa data se tornaria o Bloomsday, grande festa anual da cidade irlandesa, festa de encerramento da primavera e prenúncio do verão, homenagem ao livro e autor pelo povo irlandês.

Utilizando uma multiplicidade de estilos, jogando muitas vezes e de modo criativo com a ordem invertida ou variada entre sujeito – predicado – complementos, Ulisses é um desafio apaixonante para tradutores espalhados pelo mundo que encaram o projeto de decifra-lo para o público, respeitando seu estilo em diferentes idiomas nacionais. Tornou-se clássica a tradução para o português realizada no Brasil pelo filólogo e escritor Antônio Houaiss (1915 – 1997) que a ela dedicou muitos anos de sua vida. Os anos seguintes foram dedicados por Houaiss para a conclusão do conhecido dicionário da língua portuguesa que leva seu nome.

Considerado por conservadores como livro imoral e obsceno pelas descrições biológicas e narrativas apresentadas, Ulisses permaneceu longo tempo censurado e proibido de ser publicado nos Estados Unidos, também por divergências com seus editores. Após longa batalha judicial, a obra só foi publicada naquele país tardiamente no final dos anos 1920.

Um destaque especial em Ulisses é para as cerca de cinquenta páginas finais do livro escritas num fôlego só sem pontuação. Nelas se fala de temas variados até meio desconexos como os “dois chás com pão e manteiga”, que são servidos enquanto se percorrem logradouros de Dublin, ou quando se descrevem os pés do narrador que são mencionados em detalhes, além das “luvas esquecidas”, nunca recuperadas talvez por causa da ação de “alguma ladrona de mulher”. Nessa aparente mistura e confusão de assuntos e temas

aparentemente sem conexão pode estar representada a perda de sentido da vida moderna, especialmente para Joyce numa Irlanda fraturada entre conflitos religiosos e políticos coexistindo em ambiente de efervescência cultural.

Os debates sobre os sentidos e significados de *Ulisses* são intermináveis. O relato sobre personagens comuns, elevados aos valores universais como personagens mitológicos da tradição ocidental, num dia específico de uma cidade europeia, aproxima personagens e cidade aos homens comuns em sua vida cotidiana, num único dia de suas biografias, vinculando de modo inseparável tempo e espaço, um tempo de longa duração e que já se passou, em um tempo que se torna inesquecível e sem substituição nas cenas de um único dia. Escrito de forma muitas vezes hermética e para muitos, impenetrável e incompreensível, como num jogo de luzes e de sombras, o livro de James Joyce parece que se propõe revelar ao oculto, e que o subentendido ou oculto revela mais pelo que deixa transparecer.

A *Montanha Mágica* de Thomas Mann (1875 – 1955) é uma cifrada descrição da vida cotidiana situada nos Alpes suíços, onde o autor alemão descreve a vida num espaço - tempo de seis anos num sanatório para doentes tuberculosos, microcosmo da vida social e do pensamento progressista ou conservador num tempo de guerra. Publicada dois anos depois de *Ulisses*, em 1924, sendo escrito com interrupções entre 1912 e 1923. No enredo, um visitante ocasional do referido hospital, o engenheiro naval Hans Castrop, se descobre também vitimado pela tuberculose, que evoluíra de uma simples anemia, tornando-se, ele mesmo paciente interno daquele sanatório. Ambientado na cidade de Davos na Suíça nos tempos sombrios da primeira grande guerra mundial, a referida cidade ficaria conhecida, cerca de um século depois, por ser a sede anual do Fórum Econômico Mundial, denominado por seus críticos como o Fórum dos Ricos, promovido pelo Fundo Monetário Internacional, FMI, e pelo Banco Mundial, célula do pensamento econômico conservador no alvorecer do século XXI.

Naqueles tempos de vida de glamour do início dos anos 1910, conhecido como a Belle Époque, os dias rapidamente se deterioram numa guerra total sem vencedores num longo prazo. A *Montanha Mágica* vai se tornando um retrato detalhado desse tempo que se move do encanto ao

desencanto, desenhando temas múltiplos e variados a partir de uma temática de origem, a doença e a morte. Nele o personagem principal, Hans Castrop, após uma dura vitória contra a doença, vai dedicar seus áureos anos de vida à guerra como combatente e cuja morte é sutilmente anunciada no livro. Essa transição de um jovem saudável que visita os doentes no início do enredo, para o destino de um combatente alistado para a guerra, passando pela doença e internação hospitalar, revela essa espécie de decadência pessoal e histórica, espécie de evolução ao contrário, uma espécie de sequência que segue do apogeu à desesperança, interligadas por um movimento trágico de inexorável decadência.

Numa equação esse movimento poderia ser assim representado: Ascensão - Apogeu – Decadência – Desenlace. Não se pode definir com clareza quem começou primeiro, se o pessimismo do livro ou a dramaticidade da realidade. Esse tom negativo em Thomas Mann poderia aproximá-lo de Artur Schopenhauer (1778 – 1860), o filósofo do pessimismo, quando este afirmava: viver é sofrer; e numa segunda reflexão, combinada à primeira: quando não há dor, é o tédio que impregna a vida. (2015, p. 09). O que se pode afirmar é que o confronto inevitável entre a doença e a dor na experiência do sanatório com a eclosão de uma guerra mundial não podiam deixar de interferir e produzir uma espécie de visão trágica do mundo, numa vida sem perspectivas ou esperanças, tanto em nível pessoal quanto mundial. Se nos aparece algum sinal de esperança, esse parece ser a própria literatura, mesmo que em sinais de tempos incompreensíveis, num futuro que se observa do alto de uma Montanha Mágica.

Outro clássico monumental da cultura ocidental é contemporâneo dos clássicos mencionados de James Joyce e Thomas Mann. Trata-se de *Em Busca do Tempo Perdido* do francês Marcel Proust (1871 – 1922), publicado em seus sete volumes entre os anos de 1913 e 1927. A coincidência temporal com as obras de James Joyce e de Thomas Mann se apresenta ainda quando se observa os anos em que foi escrito entre 1908 e 1922. E que, ressalte-se, foi concebido, escrito e finalizado em períodos de extrema debilidade física e de saúde precária do autor. Quase totalmente recolhido para escrevê-lo, Proust

utiliza fartamente recursos à ironia, ao humor, às descrições de paisagens, lugares e personagens.

Enquanto *Ulisses* de James Joyce revela um dia na vida de seus personagens e a cidade irlandesa de Dublin e *A Montanha Mágica* de Thomas Mann relata seis anos de vida e as ideias de seus personagens num sanatório para tuberculosos na suíça Davos, a obra de Marcel Proust recupera emoções, aromas, imagens, sons e emoções de sua vida pessoal desde a infância, um período que na vida do autor pode se aproximar de pelo menos 35 anos, quando se menciona o primeiro livro.

O enredo se desenrola inicialmente na provinciana cidade francesa de Combray, sitiada em 1871 entre os exércitos francês e prussiano, na cena final da rendição francesa da guerra franco prussiana em 1871, data coincidente com o nascimento do autor. Se em James Joyce e em Thomas Mann é na guerra que os livros e as histórias terminam, aqui em Marcel Proust, é num tempo de guerra onde as lembranças começam, desenrolando-se em tempos de paz. É a guerra retornando no período de escrita final. Tudo se inicia, numa imagem que se tornou emblemática para os memorialistas quando o autor narrador do livro mergulha um pedaço de bolo em uma xícara de chá. As emoções e sensações que se seguem provocam as lembranças mais profundas. Observe-se que, para narrar esse momento crucial, o autor se utiliza de nada menos que cerca de oitenta páginas.

Dos temas tratados na obra, revela-se inovadora, dentre outras, a temática da homossexualidade tratada de forma direta por Marcel Proust especialmente em seu quarto volume, apropriadamente intitulado *Sodoma e Gomorra*, referência às cidades bíblicas corrompidas e destruídas no livro do Gênesis, apesar da pregação de Lot. (Gn 19, 1 – 29). Longe de se revelar uma anomalia ou aberração, Proust aborda o tema da homossexualidade como fenômeno complexo e de múltiplas faces a partir do aparecimento e atuação de alguns personagens, alguns deles baseados em pessoas reais contemporâneas ao autor. A homossexualidade feminina se revela em especial no livro seis, denominado *Albertina Desaparecida*, protagonizado por Albertina, uma personagem complexa apresentada como amante do narrador.

Um segundo tema subtendido é o da relação de vínculos edipianos entre mãe e filho, retratada no encantamento da criança pela mãe durante a infância do autor. Contemporâneo de Sigmund Freud (1856 – 1939) e de suas pesquisas sobre a sexualidade, especialmente em torno dos anos 1910, não consta que os autores tenham se conhecido ou lido suas obras reciprocamente.

Nessa obra monumental, o aspecto que se destaca é o da memória, suas lembranças ante os perigos do esquecimento. A isso se dedica o autor especialmente em seu livro derradeiro, o livro sétimo, apropriadamente intitulado *O Tempo Reencontrado*. Nele, fica estabelecido que viver é como lembrar, melhor reencontrar, momentos, eventos e sensações que se viveram e que estão gravadas e bem guardadas no inconsciente. Nas entrelinhas, revelam-se eloquentes as tensões entre classes sociais, a nobreza e a burguesia, que vão convivendo, convergindo e divergindo entre as relações complicadas entre novos e velhos estilos de vida e de poder.

Em Marcel Proust, revela-se uma imbricada relação, como se dá na realidade, entre a totalidade social e a particularidade da vida cotidiana, essa mesma transformando essas particularidades em novas totalidades, como no caso das biografias individuais que atravessam as lembranças do narrador. Talvez se possa afirmar que *Em Busca do Tempo Perdido* é a maior síntese sobre o tempo entre os clássicos da literatura no século XX. Mesclando filosofia e literatura, literatura e filosofia, o texto parece se aproximar, quase tocar numa completa teoria do tempo, articulando o passado que se revela invadindo o presente.

Sobre o que há de comum entre as três obras tão diferentes entre si podem-se destacar que seu prestígio no ocidente é inegável como marcos da cultura no século XX, os três livros considerados fundadores do modernismo. Outro aspecto comum é que, apesar de seu prestígio e reconhecimento, nem sempre são conhecidos e lidos pelo grande público. Isso não se deve apenas ao volume dos livros em números de páginas, obstáculo plenamente superável. O que se trata é que os textos são efetivamente complexos, as narrativas não são lineares, há variedade e multiplicidade de estilos, o vocabulário e as construções textuais são complexas e variadas.

Aspecto comum que se destaca é a tensão social permanente que se originanos próprios movimentos da história que transita da paz e do progresso, sempre ameaçados pela doença e a morte, em direção à insegurança e à guerra.

Os livros têm entre si em comum outro aspecto a ser observado. É sua relação com o tempo e o espaço e sua relação com as narrativas. James Joyce se concentra num cotidiano intenso revelando ao público uma cidade inteira no transcurso de um único dia. Ele chega a afirmar numa correspondência que se a cidade de Dublin desaparecesse, graças à cuidadosa descrição em *Ulisses*, poderia ser totalmente reconstruída. Aqui, ele parece valorizar o tempo próximo que passa célere, mas que ele preserva para que não se perca, para que personagens e lugares não desapareçam. Já Thomas Mann recupera a vida num espaço restrito, um hospital sanatório para doentes pulmonares, n'A Montanha Mágica, mas que vai se revelando microcosmo da vida social, com suas ideias, liberais ou conservadoras, em permanente tensão. Tudo se revelando num período de seis anos, cada um deles relatados num capítulo do livro. Quanto a Marcel Proust, detalhista e minucioso Em *Busca do Tempo Perdido*, ele revela um espaço tempo mais distante que por pouco não se perdeu. Da infância à idade adulta do narrador, em tempos de guerra e paz, paz e guerra, personagens, lugares e sensações são recuperados por artifícios da memória, como a experiência única de tomar uma xícara de chá, momento fundador do livro, mola propulsora das lembranças.

NOTA CONCLUSIVA: A ATUALIDADE DE JAMES JOYCE, THOMAS MANN E MARCEL PROUST

O que se pode reconhecer é que esses livros não trazem uma leitura fácil, muitas vezes considerada pouco compreensiva e atrativa, especialmente para admiradores acostumados com sequências diretas com enredos definidos em começo, meio e fim. Com pontuação e regras gramaticais bem definidas.

O que se pode afirmar é que é o tempo e o espaço que são complexos e que a eles são fiéis tanto James Joyce, como Thomas Mann, quanto Marcel Proust. E que vale a pena ler ou re-ler esses clássicos. Para ver o que revelam

e o que ocultam, para perceber o que ocultam e o que revelam. Movimento bastante apropriado em se tratando do espaço e do tempo. E que é possível e desejável sua leitura, tanto entre diversos grupos sociais quanto na escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, Alfredo, História Concisa da Literatura Brasileira, São Paulo, Cultrix, 1992.

CÂNDIDO, Antônio, Literatura e Sociedade, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1885.

JOYCE, James, Ulisses, Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2007.

LUKACS, Georg, A Teoria do Romance, São Paulo, Ed. 34, 2000.

MANN, Thomas, A Montanha Mágica, São Paulo, Nova Fronteira, 1980.

-----, Coleção Pensadores Modernos, São Paulo, Zahar, 2015.

PROUST, Marcel, Em Busca do Tempo Perdido, Rio de Janeiro, Ediouro, 2004.

-----, Obras Completas, Rio de Janeiro, Ed. Globo, 2007.

SCHOPENHAUER, Artur, Aforismos para a Sabedoria da Vida, São Paulo, Ed. Folha, 2015.

SCWARZ, Roberto, Ao Vencedor as Batatas, São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1992.

POBREZA, EDUCAÇÃO E CONHECIMENTO NO CONTEXTO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

Maria das Dores Mendes Segundo; Francisca Maurilene do Carmo; José Francisco de Melo Neto

RESUMO: Acorados na ontologia marxiana, analisamos o complexo educacional no contexto de crise estrutural do capital, situando, a tarefa atribuída à educação básica em relação à redução da pobreza junto aos países pobres, compreendendo as estratégias de intervenção do capital via documentos dos organismos internacionais, rastreando, nesta direção, as categorias: pobreza, educação e conhecimento. O estudo bibliográfico e documental integra as atividades do estágio pós-doutoral em educação, realizado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba.

Palavras-chave: Pobreza, educação, conhecimento.

INTRODUÇÃO

O capitalismo vem presenciando, nas últimas décadas, particularmente, no final de 1970, uma crise de natureza estrutural, conforme István Mészáros (2011), marcada, determinantemente, pela tendência acentuada da queda das taxas de lucros. Para este autor, a presente crise apresenta natureza totalmente diversa das crises cíclicas estudadas por Marx, inerentes à própria dinâmica do capital. Para Mészáros (2011), a crise afeta a totalidade do complexo social, dentre eles a educação. Essa ofensiva conduzida pelo capital visa adequar as diversas instâncias sociais ao movimento ora vivenciado, com o intuito de reestabelecer o seu processo de acumulação ampliada dos lucros e manter a sua viabilidade enquanto sistema metabólico.

Na sua adequação das economias dos países pobres às novas regras do capitalismo mundial em crise, agora sob a feição do liberalismo global, os organismos internacionais assumem o importante papel de promover políticas de ajustes socioeconômicos, em que a educação e 'conhecimento' se

apresentam como a política de reversão das desigualdades sociais ou redução da pobreza.

Sob a prerrogativa que vivemos na sociedade do conhecimento, destacamos o papel do Banco Mundial, como o principal representante dos organismos internacionais que passa a monitorar e determinar as políticas educacionais nos países periféricos, especificamente no Brasil, interferindo desde a concepção dos novos paradigmas à definição das políticas educacionais.

O estudo proposto pretende analisar, à luz da ontologia marxiana, os desdobramentos da crise estrutural do capital na educação, situando, nesse escopo, a tarefa atribuída à educação e conhecimento em relação ao seu potencial de redução da pobreza junto aos países da periferia do capital.

Em face desse contexto, o estudo analisa documentos representativos do Programa de Educação para Todos elaboradas a partir da Conferência de Jomtien (1990), submetendo, ao crivo da crítica marxiana, a partir dos estudos de Mészáros (2002), Tonet (1997), Maia e Jimenez (2003), Leher (1998), dentre outros autores, que nos possibilitam percorrer esse caminho investigativo.

Nesse quadro de crise estrutural atravessado pela produção destrutiva e precarização do trabalho, as políticas educacionais impostas aos países pobres vêm recebendo fortes influências no que se refere ao seu processo de organização, gestão e financiamento mediante a formação de um novo trabalhador, pautado em paradigmas de competências e eficiência.

O PAPEL DA EDUCAÇÃO E SUA FUNÇÃO NA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

Sob a égide da sociabilidade do capital, a essência da sua existência se faz pelo antagonismo entre riqueza e pobreza, visto que esse sistema se sustenta na exploração do homem pelo homem. Assim sendo, à medida que o capital se desenvolve, riqueza e pobreza crescem assustadoramente, jogando na mais absoluta miséria a classe trabalhadora.

Nesse contexto, a educação tem sido chamada, em última análise, a cumprir o papel basilar, não de construir o homem livre e pleno, mas de ajustar os indivíduos aos ditames do trabalho explorado, motor fundamental da dinâmica do capital.

O projeto educacional arquitetado pelo Banco Mundial voltado para a reprodução da ordem vem se efetivando através da negação do conhecimento que revela as determinações do real em suas múltiplas dimensões, acoplada à manipulação ideológica das consciências, com vistas à naturalização da exploração e de seus desdobramentos no plano da desumanização crescente do próprio homem.

Em períodos de crise mais aguda do sistema, segundo Mészáros (2002), os mecanismos de que a classe dominante lança mão para garantir o funcionamento do aparelho educacional em sintonia com as exigências do processo de acumulação do capital são aprofundados através de reformas voltadas para a ampliação do processo de privatização crescente da atividade social e da maior submissão do trabalho aos mecanismos de superexploração, empreendidos pelo capital diante de sua crise.

Com efeito, a Educação consolidou-se, inegavelmente, no cenário social como ferramenta por excelência de salvação dos grandes males sociais, como a fome, as doenças, o desemprego, a guerra, a corrupção, a violência e a miséria sob todas as formas, que se avolumam no cotidiano da humanidade, fruto do aprofundamento inédito da crise do próprio sistema do capital, como explica Mészáros (2002), dentre outros pensadores críticos tanto no plano internacional, como no âmbito nacional.

Não podemos deixar de levar em conta, ao mesmo tempo, que o processo de reprodução social é condicionado historicamente, assumindo formas e direcionamentos distintos, em função das necessidades geradas no contexto das relações de produção dos meios de subsistência da humanidade, que vão se estabelecendo ao longo da história. Destacando, nesta direção, o papel da educação como processo de transmissão do patrimônio histórico objetivado pelo gênero humano.

Como tem sido registrado, a Conferência Mundial de Educação Para Todos, ocorrida em Jomtien, na Tailândia, em 1990, representa um marco

estratégico da “nova” função que a educação passou a desempenhar, em âmbito mundial, na suposta sustentabilidade dos países envolvidos com a agenda neoliberal.

A respeito dessa tarefa atribuída à educação, Leher adverte que, para o Banco Mundial, os sistemas de educação e demais instituições públicas (jurídicas e financeiras) podem ajudar a estabelecer as regras e disseminar a confiança na inserção dos países pobres à nova era global, assim como “aliviar a pobreza externa, manter o capital humano e adaptá-lo às necessidades de um sistema de mercado que contribuem para o crescimento, tanto quanto para a promoção da justiça social como para a sustentabilidade política” (1998, p. 101).

Incontestavelmente, através do Projeto de Educação para Todos, o Banco Mundial assume, de forma operacional, o comando da educação mundial, que, sob sua tutela, como destaca Leher, passa a ser tratada, ao mesmo tempo, como uma estratégia política e uma variável econômica capaz de impulsionar o pretendido desenvolvimento e a redução da pobreza: de forma condizente, portanto, com as propaladas Metas do Milênio e, como não poderia deixar de ser, com as necessidades de reprodução do capital.

Nesse cenário, reverberam os pretensos conhecimentos necessários às demandas do capital, que envolve saberes imediatos, flexíveis, provisórios e pontuais, consubstanciados nos documentos que servem de sustentáculo as políticas educacionais do século XXI.

No cenário atual do capital em crise, as ideias liberais resurgem para resolutividade da acentuada queda tendencial das taxas de lucros, imprimindo profundos contingenciamentos orçamentários nas políticas sociais, cabendo aos organismos internacionais a orientação da lógica empresarial às políticas educacionais, expressas em ajustes de custos e redirecionamento de financiamento, delegando exclusivamente a educação, a tarefa de reduzir as desigualdades nos países pobres.

Nesta direção, vale aqui, ressaltar alguns conceitos de pobreza utilizados pelos organismos internacionais ou institutos de pesquisa no Brasil.

As definições de pobreza utilizadas em estudos nacionais e internacionais se baseiam na capacidade do indivíduo de adquirir produtos e

serviços e desses cálculos se deriva a linha de pobreza. Ficou popular o cálculo do Banco Mundial que estabeleceu a noção de linha de pobreza para quem ganham menos de U\$1,00/dia. No Brasil, é comum a utilização da linha da pobreza de $\frac{1}{2}$ salário mínimo por mês de renda per capita como medida de pobreza, ou, ainda, tendo como base uma cesta mínima de consumo.

Todavia, segundo SEN (1999) apud FERREIRA e CIRILO (2009), o conceito de pobreza é mais amplo não se limitando a renda, mas sim a carência de atendimento das necessidades básicas, embora, reconheça que a utilização de renda continua sendo fundamental na mensuração da pobreza, uma vez que esta leva a limitação das capacidades básicas.

O Plano de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estabelece as principais linhas de pobreza utilizadas para definição dos programas socioeconômicos. A primeira se refere às linhas de pobreza baseadas em frações do salário mínimo, e caracteriza o indivíduo pobre aquele que possui renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo. Critério muito utilizado para elegibilidade dos programas governamentais voltados para a população vulnerável. Classifica a linha de indigência como aqueles que ganham um $\frac{1}{4}$ de um salário mínimo por mês. A segunda medida são as linhas de pobreza baseadas em cestas de consumo, que tem como metodologia o consumo mínimo de calorias, subdividido em: pelo número de calorias mínimas que um indivíduo necessita para ter uma vida produtiva, algo em torno de 2000 a 2500 calorias por dia; e outra, que estima o custo para adquirir essas calorias. A terceira medida que consiste em uma cesta mínima de consumo por região e por fim a que compara o valor monetário dessa cesta de alimentos com a renda domiciliar per capita e a partir disso classifica como indigentes (ou ainda miseráveis ou extremamente pobres) aquelas pessoas cuja renda é insuficiente para comprar a quantidade estipulada de calorias aos preços vigentes.

Nesse contexto de crise do capital, em que o processo de concentração acirra as desigualdades sociais, a relação entre pobreza e riqueza se torna mais conflitantes, reeditando as políticas de alívio a pobreza.

Assim, o Banco Mundial como instituição promotora do programa da educação mundial ajusta e monitora as políticas educacionais nos países

pobres, redefinindo estas políticas, sob a feição socioeducativas, em que são reconfiguradas prioridades, conceitos e público alvo, com objetivo de atender, minimamente, as metas do Programa de Educação para Todos que tem como pano de fundo, os interesses próprios do capital em crise.

Nesta direção, fica claro que o eixo basilar da proposta educacional contida nos documentos propostos pelos organismos internacionais/Banco Mundial, está em construir uma nova sociedade, baseada no conhecimento e na tecnologia, adequada a necessidade de um novo cidadão (trabalhador assalariado consumidor) com o mínimo de qualificação para se adaptar as exigências do século XXI, priorizando a importância da educação básica neste contexto.

Das recomendações das Declarações Mundiais de Educação para Todos, vêm se centrando em três grandes metas: 1) Universalização do Ensino Básico; 2) Alívio à pobreza e combate a fome; 3) Reformas do Estado e suas instituições, com destaque para a educação básica, reeditada anualmente, em fóruns e congressos, para que os países envolvidos possam imprimir reformas educacionais. Seguindo esta via, algumas medidas vêm sendo tomadas: treinar e capacitar os docentes da educação básica; revisar os métodos pedagógicos, referendados nos novos paradigmas do ‘aprender a aprender’; estimular o ensino aligeirado ou a distância; descentralizar os sistemas, com a municipalização do ensino fundamental; centralizar, com o governo federal, os mecanismos de controle, seja de avaliação, seja por medidas como promoção automática; aumentar os recursos locais e o fortalecimento do uso eficaz e eficiente dos recursos internos e externos.

O último Relatório de Monitoramento Global da EPT de 2000 a 2015 que faz o diagnóstico dos últimos 15 anos das propagadas metas de Dakar, comprova que

apesar desses esforços, o mundo não conseguiu cumprir seu compromisso geral com a Educação para Todos. Milhões de crianças e adolescentes ainda estão fora da escola e os mais pobres e desfavorecidos são os que carregam o fardo dos fracassos na conquista das metas de EPT. (2015, p. 57).

Para a coordenadora de Educação da Unesco no Brasil, Rebeca Otero. “O Brasil avançou muito em todas as metas, no entanto, não conseguiu

alcançar em sua totalidade em algumas delas.", denuncia o alto índice do analfabetismo, que ainda atinge 8,3% da população com mais de 15 anos, segundo os últimos dados da PNAD. Acrescenta ainda que o Brasil “teve os ganhos mais substanciais entre as crianças das famílias mais pobres comparados com os de famílias menos pobres”. Considerando que como um dos fatores determinantes deste resultado a implantação dos programas de inclusão de renda como o Bolsa Família, muito elogiado pelo Banco Mundial.

Constamos, em linhas gerais, que a agenda de Educação para Todos expressa as bases para as reformas na educação, em âmbito mundial, ao elevá-la como condição necessária ao “alívio da pobreza”, na direção de ‘atenuar’ a vulnerabilidade social, em nome do chamado desenvolvimento sustentável, da paz, da governabilidade e da estabilidade econômica.

Na contramão dessas análises dominantes entendemos que a educação com seu cortejo de reformas e atrelada a isso ao paradigma do saber caminha, contraditoriamente, no sentido de negação do conhecimento e fetichização do real.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL. Priorities and Strategies for Education. Washington. D.C, 1995.

BRASIL. Relatório Unesco sobre Ciência. Brasília, 2010

_____. Mundialização e reforma na educação: o que os planejadores devem saber. Brasília: Unesco, 2002

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA A E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Segurança Alimentar 2004/2009: Rio de Janeiro, 2010

JANNUZZI, Paulo de Martino; SOUSA, Marconi Fernandes de; VAZ, Alexander Cambraia Nascimento, FONSECA, Julio Cesar Gomes e BARBOSA, Márcia Valéria Sousa Dimensionamento da extrema pobreza no Brasil: aprimoramentos metodológicos e novas estimativas. III Capítulo. Brasil Sem Miséria, Brasília: 2013.

JIMENEZ, S. V. e Maia Filho, O. A Chave do Saber: um exame crítico do novo paradigma educacional concebido pela ONU. In: Jimenez, S. V. e Rabelo, J. (Orgs). Trabalho, Educação e Luta de Classes: a pesquisa em defesa da História. (pp. 105-124). Fortaleza, Ceará: Brasil Tropical, 2004

KRUPPA, Sônia Maria Portella. O Banco Mundial e as políticas públicas de educação nos anos 90. São Paulo: ANPED, 2001.

LEHER, R.. Da Ideologia do Desenvolvimento à Ideologia da Globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para “Alívio” da Pobreza. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: FEUSP, 1998.

LOUREIRO, André Oliveira Ferreira e SULIANO, Daniel Cirilo. As principais linhas de pobreza utilizadas no Brasil (Governo do Estado do Ceará Secretaria do Planejamento E Gestão - SEPLAG - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - Ipece Nota Técnica Nº 38) - Agosto – 2009

LUKÁCS, György. Per una Ontologia dell'Essere Sociale. Roma: Riuniti, 1981.
MARX, Karl - O Capital - Crítica da Economia Política. Livro 1. Rio, Bertrand Brasil, 1996.

_____ Textos sobre educação e ensino. SP, Moraes, 1992.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MENDES SEGUNDO, M. das D. (2005). O Banco Mundial e suas Implicações na Política de Financiamento da Educação Básica do Brasil: o Fundef no centro do debate. (Tese de Doutorado). Fortaleza- Ceará: UFC. .

NAÇÕES UNIDAS. Declaração do Milênio.(2000). Cúpula do Milênio. New York, Published by United Nations Information Centre: Lisbon, 2000. Retirado em 10/05/2005 do Wide Web [www. virtual1.pucminas.br/idhs/site/MDM/Declaracao_do_Milenio_A_Res_55_2_final](http://www.virtual1.pucminas.br/idhs/site/MDM/Declaracao_do_Milenio_A_Res_55_2_final).

MORAES, Maria Célia M. de (Org.). Iluminismo às Avessas. Produção de Conhecimento e Políticas de Formação Docente. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2003.

REPASTO LITERÁRIO A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO VIA PARA PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

Keicy Priscila Maciel Vieira; Aline de Oliveira Sousa; Michelle Cristine Medeiros da Silva

RESUMO: A contação de história é um dos diversos instrumentos da Educação Alimentar e Nutricional utilizado para promoção da alimentação saudável, além de permitir trazer a literatura de forma lúdica para vida e cotidiano do público em questão. Trata-se de uma prática educativa que torna a criança mais acessível à escuta e ao desenvolvimento de linguagens oral e escrita. O objetivo desse estudo é relatar a experiência de contação de histórias vivenciadas por alunos de nutrição. Foram utilizadas histórias que falavam de alimentação para abordar esse assunto com o público. De forma geral as práticas de contação se mostraram satisfatórias, correspondendo às expectativas do que tinha sido planejado.

Palavras-chave: Contação de histórias, Educação nutricional, alimentação saudável.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, os padrões de consumo alimentar variam grandemente em diferentes partes do mundo, dependendo do grau de desenvolvimento e condições econômicas e políticas para a produção. Paralelamente, o aumento da população e o envelhecimento no mundo, aliados ao "padrão alimentar" que vem seguindo estacionário, pode significar um agravamento dos problemas nutricionais (ABREU, 2000). Uma das razões para este fenômeno reside na modificação no estilo de vida do brasileiro, que parece passar cada vez mais tempo no trabalho, deixando de lado aspectos essenciais para uma boa alimentação.

Com o ritmo cada vez mais acelerado de vida dos pais, os filhos começam a ser influenciados no sentido de adquirir hábitos alimentares que convergem com este cenário. Essas mudanças são potencializadas no momento em que a criança é introduzida em outros níveis de socialização como, por exemplo, no ingresso escolar. Nesse período as influências do meio são mais fortes, o alimento ganha outro significado, e o convívio social se faz importante no processo da alimentação. (PINTO et al., 2010)

Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é um campo de conhecimento da área de Nutrição, que visa a prática permanente e contínua e busca promover a aplicação independente e voluntária de hábitos alimentares saudáveis, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da promoção da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). (MARCO DE REFERÊNCIA DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS, 2012)

Trabalhar a educação nutricional não é tarefa fácil à medida que as escolhas alimentares são influenciadas por vários fatores como a frequência no consumo de certos alimentos, iniciado desde o primeiro ano de vida, criando a exigência do paladar. Esse gostar está associado ainda a um forte contingente de sentimentos regionalista, recordações afetivas, ação da mídia e às condições sociais de existência uma vez que a forma como a sociedade se organiza para produzir suas riquezas interfere diretamente no acesso aos alimentos, no incentivo que essa organização dá à manutenção de práticas alimentares calcadas na tradição e na promoção da saúde ou nos interesses econômicos da indústria alimentícia. (PINTO, 2005, p. 94)

Nesse contexto se fazem necessárias intervenções de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), familiares, escolares, ou dos profissionais de saúde. Buscou-se então na literatura um refúgio. A literatura, como arte e, por consequência, como expressão da cultura humana, comporta nela saberes de natureza múltipla: é transdisciplinar. E essa tarefa de reencantar o mundo hoje, portanto, passa pelo fenômeno alimentar. Acredita-se que a literatura possa fornecer uma pista nesse sentido. Roland Barthes, destaca-a como um monumento transdisciplinar, que assume muitos saberes e os faz girar em uma grande unidade cosmogônica, sem fetichizar nenhum deles (BARTHES, 2007).

A contação de história é uma das diversas formas de trazer a literatura como via de promoção da alimentação saudável para o público em geral, principalmente o infantil. É uma prática educativa que torna a criança mais acessível à escuta e ao desenvolvimento de linguagens oral e escrita. Segundo Souza e Bernardino (2011, p. 235)

As narrativas estimulam a criatividade e a imaginação, a oralidade, facilitam o aprendizado, desenvolvem as linguagens oral, escrita e visual, incentivam o prazer pela leitura, promovem o movimento global e fino, trabalham o senso crítico, as brincadeiras de faz-de-conta, valores e conceitos, colaboram na formação da personalidade da criança, propiciam o envolvimento social e afetivo e exploram a cultura e a diversidade.

Pensando nessa vasta possibilidade surge o projeto o Repasto Literário (RL), que visa realizar atividades de promoção da alimentação saudável pela via da contação de histórias. Em suas intervenções o RL tenta contar histórias que falam de alimentação, em qualquer disciplina em qualquer ano de ensino, com o desafio de não fugir do assunto que vem sendo tratado em sala de aula. O projeto está inserido no programa de extensão PROEXT/MEC/SES da UFCG-CES: Penso: Cidadania, Alimentação E Ação Em Um Município De Pequeno Porte Do Semiárido Nordeste. O objetivo deste artigo, portanto, é relatar a experiência de utilização da estratégia de contação de histórias como via para promoção da alimentação saudável em escolas da rede básica de ensino no município de Cuité/PB no âmbito do PROEXT.

2. METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho constitui-se em duas fases. A primeira foi de planejamento e reconhecimento dos lugares e espaços das intervenções e a segunda foi a fase de execução do projeto, sempre procedida das avaliação das atividades realizada junto aos alunos das escolas que participam do projeto.

Na fase de planejamento, utilizou-se como base um diagnóstico das escolas que iriam ser contempladas com o projeto, todas as escolas da rede básica de ensino no município de Cuité/PB, incluindo creches e as escolas da zona rural. Foram no total seis escolas da zona urbana e duas creches, com mais dezoito escolas da zona rural e três creches. Realizaram-se visitas a essas escolas e com a concordância e aceitação dos diretores as intervenções puderam ser marcadas. Para a execução dos planejamentos em si houve uma pactuação com os professores com a conseguinte articulação dos conteúdos

tratadas na sala de aula relacionando os temas com a alimentação, tudo com base nos parâmetros curriculares nacionais (PCNS) ou nas referências curriculares nacionais para a educação infantil (RCNEI). O planejamento foi articulado segundo a proposta de pedagogia de projetos apresentada por Pinto (2006). A autora, neste mesmo texto, lembra que as ações de educação nutricional não devem visar apenas a resolução dos problemas identificados, mas também o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos na compreensão ampliada do significado de saúde.

Um projeto permite a apropriação ou socialização do conhecimento, a continuidade do trabalho e a construção de memória, como a história do processo desencadeada num dado momento por determinado grupo. Os princípios pedagógicos que estão subjacentes aos projetos temáticos são os de que: 1) o conhecimento é uma ferramenta de compreender e de intervir na realidade; 2) a aprendizagem não se resume à memorização dos conteúdos conceituais, mas é um processo global; 3) os problemas a serem enfrentados devem determinar os conteúdos a serem trabalhados, portanto, os conteúdos devem ser tratados como meios de ampliação da formação dos sujeitos, das suas competências e não como fins em si mesmos. (PINTO, 2005, p. 99)

Pautado nesses princípios as intervenções puderam ser planejadas.

Para a execução a equipe foi capacitada por meio de um curso de contação de histórias, ministrado pela atriz e contadora de história, Ana Carolina Marinho. Na oportunidade também foi produzido um material, ou seja, algumas histórias, que poderiam servir de pontos de partida para a elaboração dos planejamentos a seguir.

As intervenções de contação de histórias são quase sempre guiadas por um narrador, que pode ser ou não personagem, e os personagens que dão cara as histórias contadas, mas também pode ser contada apenas por um narrador, nesse caso a interação com a criança se faz de suma importância, e os elementos lúdicos do contador é que irá dar personalidade a história. No primeiro momento é interessante fazer um reconhecimento de turma, uma dinâmica de quebra-gelo, onde pode ser cantada uma música, dependendo da faixa etária, fazer uma ciranda, entre outros. É a partir daí que o contador tem o primeiro contato olho no olho com o público. A chave do processo se dá na

discussão quando finalmente é feito o link do assunto que está sendo tratado pelo professor com história contada e a alimentação.

A avaliação é feita por um instrumento de pesquisa pensado para esta intervenção e ocorre ao fim de cada sessão. O instrumento elaborado para este fim utiliza a escala hedônica adaptada aos fins das atividades desenvolvidas. A escala tende a responder ao seguinte comando: mostre o rosto que mais representa o que você achou desta atividade. Os resultados estão divididos em cinco níveis: detestei, não gostei, indiferente, gostei e adorei. Os dados são documentados e analisados por frequência simples via SPSS. Ao final do projeto (dez/2016) pretende-se realizar uma avaliação com perfil qualitativo junto aos professores e escolas participantes do projeto.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. NUTRICIONISTAS E CONTADORES DE HISTÓRIAS EM FORMAÇÃO

A experiência de fazer uma intervenção dessa natureza muda um pouco a concepção da prática em Nutrição, sair do referencial teórico e contextualizar os assuntos de forma que sejam atitudinais para o público que assiste se mostrou como um grande desafio. Principalmente, quando o público em questão é o infantil. A cada escola, a cada turma, uma nova surpresa. É preciso que o planejamento seja feito de forma consistente a modo de conhecer antecipadamente os problemas que vão surgir durante a prática, segundo Pinto(2005), “(Re)pensar as próprias ações, para permanentemente (re)definir o caminho a seguir, torna-se imprescindível dentro dessa necessidade de agir”.

Constatou-se que apesar do curso de Nutrição fornecer práticas em saúde coletiva, as mesmas não são o bastante para estabelecer um vínculo entre público e profissional em formação, pois o dialogo ainda é limitado e as disciplinas não são suficientes para contribuir nessa formação. Práticas ainda são pautados em fortes referenciais biologicistas, que desconhecem a multidimensionalidade humana: sua história, sua cultura, os meios econômicos que o cercam, etc. O repertório analítico do nutricionista para lidar com tais fatores ainda é insuficiente. A prescrição ainda é um dos paradigmas fundantes

das atividades educativas: acredita-se que temos que ensinar as pessoas a comerem de determinada maneira. A postura de autoritarismo é dominante. (MEDEIROS, 2011)

Precisa-se criar no aluno uma visão mais longitudinal da Nutrição, estabelecendo uma formação mais humanizada, onde o profissional pode contar com elementos que direcionam uma estruturação mais qualitativa do curso, voltada para tornar o aluno apto, de forma que compreenda e atue diante das necessidades de saúde da população, não somente com a prática clínica, mas intervindo de forma atitudinal na vida do paciente ou do público em questão.

3.2. ATÉ ONDE CAMINHAMOS

Até o presente momento foram realizadas quatro intervenções, em duas escolas. Todas pautadas nos princípios aqui dialogados. As intervenções realizadas foram nas seguntes turmas: As duas primeiras em turmas do ensino fundamental dois, onde uma turma era do 7º ano com a disciplina de Artes, e o assunto abordado nesta foi, “A lenda da mandioca”, relacionando com o tema que estava sendo trabalhado pela professora, a Origem da música e da dança brasileira, o assunto voltou-se para a alimentação, através do sub-tema a mandioca como alimento regional da vida do brasileiro; A segunda foi na disciplina de geografia, com uma turma do 5º ano, utilizando “A lenda de Perséfone: como surgiram as estações”, fazendo um correlação com a astronomia, o tema tratado na posterior discussão foi as frutas de cada estação;

As duas subseguintes intervenções aconteceram em escolas de ensino fundamental um, onde a primeira tratava-se de uma turma do 1º ano, na qual a disciplina era ciências naturais, na oportunidade adaptou-se a história “A lenda de Perséfone” para relacionar com os meses do ano e discutiu-se as frutas de cada mês. A outra se tratava de uma turma de 2º ano, assim pode-se adaptar a história “As cocadas” correlacionando com situações problemas que envolvessem subtração e adição, pois a disciplina em questão era matemática.

3.3. O QUE PERCEBEMOS

Pode-se perceber que houve envolvimento dos alunos tanto com a história, como na discussão que se prosseguiu depois da contação. Refletindo no compartilhamento de ideias/fatos cotidianos de suas vidas, o que forneceu uma discussão rica, e um bom aproveitamento da prática, tanto para eles, como para a equipe que ministrava a intervenção, dando a possibilidade de diálogo e de uma maior e melhor aprendizagem.

Apesar dos dados ainda estarem em fase de processamento, de forma geral notou-se satisfação dos alunos. A grande maioria do resultado ficou entre goste e adorei.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que a contação de história seja um excelente método para a promoção da alimentação saudável, uma vez que se pode constatar que o mesmo é eficaz, pois permite um melhor diálogo com o público infantil, estabelecendo um vínculo íntimo com a criança, já que feita de forma lúdica, permite também uma melhor aceitação daquilo que é trabalhado.

Seguramente essas crianças com o passar de alguns diálogos sobre o assunto, irão começar a mudar os seus pontos de vista e compreenderão com maior facilidade o que realmente significa alimentação saudável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ABREU, E.S. TORRES,E.A.F.S. RESTAURANTE “POR QUILO”: VALE QUANTO PESA? UMA AVALIAÇÃO DO PADRÃO ALIMENTAR EM RESTAURANTES DE SÃO PAULO- SP. São Paulo, SP. São Paulo, 2000. [Dissertação de Mestrado - Faculdade de Saúde Pública da USP]

BARTHES, Roland. Aula. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2007.

CANESQUI, A.M.,GARCIA, R.W.D., ANTROPOLOGIA E NUTRIÇÃO: UM DIÁLOGO POSSÍVEL [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005; 306 p. Antropologia e Saúde

<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd10_01.pdf> Acessado em 07 de novembro de 2015.

MEDEIROS, Maria Angelica Tavares de. DESAFIOS DO CAMPO DA ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO NA ATENÇÃO BÁSICA. In: CERVATO-MANCUSO, A.M.; DIEZ-GARCIA, R.W (org.). Mudanças alimentares e educação nutricional. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. (Nutrição e metabolismo)

Ministério do Desenvolvimento Social. Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas. Brasília: MDS, 2012

Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília: MS, 2014

PINTO, V. L. X. ARAUJO, M. F., MEDEIROS, M., BEZERRA, I. W.L; É DE PEQUENO QUE SE APRENDE? PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NA EDUCAÇÃO INFANTIL. EDUFRN: Natal, 2010.

PINTO, V.L.X. A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO DA PEDAGOGIA DE PROJETOS EM EDUCAÇÃO NUTRICIONAL NA ATENÇÃO BÁSICA: A REFLEXIVIDADE COMO IDEIA E COMO AÇÃO.
In: GUEDES, A. E. L. (Org.). AS AÇÕES DE NUTRIÇÃO NA ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE: REFLEXÕES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS. Natal, RN: Editora da UFRN, 2006.

SOARES, N. T., AGUIAR, A.C. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA OS CURSOS DE NUTRIÇÃO: AVANÇOS, LACUNAS, AMBIGUIDADES E PERSPECTIVAS. Rev. Nutr., Campinas, v. 23, n. 5, Oct. 2010 .

SOUZA, L.O.; BERNARDINO, A.D. A CONTAÇÃO DE HISTÓRIA COMO ESTRATÉGIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL. Educere et educare, cascavel, v. 6, n. 12, jul./dez. 2011.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO PRISIONAL: UMA PROPOSTA EDUCATIVA DIALÓGICA

Jucilene Nascimento Dias¹; Maria Lígia Isídio Alves²

RESUMO: Esse artigo tem como objetivo apresentar algumas reflexões acerca das experiências metodológicas do Projeto de Extensão Universitária Educação de Jovens e Adultos no contexto prisional, trata-se de um projeto vinculado a Universidade Federal da Paraíba-UFPB que abrange cerca de oitenta educadores³ (professores e agentes penitenciários) do Estado da Paraíba que atuam com jovens e adultos no contexto prisional.
Palavras-chave: Jovens e adultos, educação, contexto prisional.

INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como objetivo apresentar algumas reflexões acerca das experiências metodológicas do Projeto de Extensão Universitária Educação de Jovens e Adultos no contexto prisional, trata-se de um projeto vinculado a Universidade Federal da Paraíba-UFPB que abrange cerca de oitenta educadores³ (professores e agentes penitenciários) do Estado da Paraíba que atuam com jovens e adultos no contexto prisional.

A base metodológica do projeto de extensão está fundamentada no processo dialógico entre ensinar e aprender, que valoriza os conhecimentos construídos ao longo das experiências dos sujeitos, que favorece a programação, redimensionamento e/ou ressignificação dos fazeres docentes, de modo que a aquisição do conhecimento contínuo extrapole os encontros de formação atingindo os espaços de atuação dos educadores.

A prática formativa articula ensino, pesquisa e extensão, a partir dos conhecimentos sobre a Educação de Jovens e Adultos-EJA em unidades prisionais. Entende a ação educativa como um processo dinâmico que se retroalimenta através da indagação, da ação problematizadora, da curiosidade epistemológica e da produção do conhecimento.

São possibilidades de trocas de saberes e principalmente de entendimento da realidade a partir da ótica do outro. Uma atividade que não se trata de uma relação de imposição, mas de abertura para entendê-lo sem, contudo, curvar-se, e sim elaborar um conhecimento de confronto (político) ou de confirmação do aprendido. É uma ação com os educandos a partir da realidade que os orientam. Nesse cenário a ação do educador não é de estender nem depositar conhecimento, mas dialogicamente aprender e ensinar junto. Não se trata de uma tarefa fácil, haja vista que envolve contradições, autocrítica e reelaboração de formas de ação consciente (educador e do educando), mas extremamente necessária.

Nosso interesse é problematizar o processo metodológico utilizado nessa atividade de extensão universitária e o processo de elaboração e (re) orientação, das práticas educativas dos cursistas e da equipe pedagógica que participaram do curso. Para tanto, ancorar-se-á nas ideias freireanas de educação como prática favorável para a emancipação, com o objetivo de analisar como se dá o processo de construção do conhecimento dos educadores/cursistas e da equipe pedagógica e os possíveis desdobramentos dos conhecimentos nos espaços de atuação dos mesmos, observadas a partir dos relatos de experiências de alguns educadores durante os módulos do curso de extensão.

Com isso, entendemos estar trazendo para o debate educacional as possibilidades de desenvolvimento de uma prática educativa com vistas à mediação de conhecimentos importantes para o desenvolvimento integral dos educandos apenados, diante dos desafios que se apresentam nos espaços de privação de liberdade, através da comunicação de saberes entre a universidade e os educadores que atuam com esses educandos.

Optou-se por problematizar a temática com autores que discutem Educação Popular (Freire 2011, 2002, 1997, 1981) Educação de Jovens e Adultos em Prisões (Ireland, 2011; Maeyer, 2011; Muñoz, 2011), Educação Emancipatória (Santos, 2007) e Extensão Universitária (Melo Neto, 2001, 2012).

O percurso metodológico baseia-se numa abordagem qualitativa, com estudo de caso de cunho exploratório. Adotou-se como procedimento

metodológico a observação e a análise documental (relatório dos encontros), e tem como sujeitos da pesquisa, professores e agentes penitenciários da Educação de Jovens e Adultos participantes do curso de aperfeiçoamento em Educação de Jovens e Adultos Privados de Liberdade, da Universidade Federal da Paraíba, bem como os professores/pesquisadores do mesmo.

O DIÁLOGO COMO MECANISMO FUNDANTE PARA O DESENVOLVIMENTO DA PRÁTICA EDUCATIVA NUMA PERSPECTIVA EMANCIPATÓRIA

A perspectiva dialógica fundamenta as atividades desenvolvidas no curso. O trabalho dos professores pesquisadores que ministram os módulos, assim como, da equipe pedagógica buscou desenvolver uma prática investigativa a partir da problematização que instigava os educadores/cursistas a pensar criticamente, de modo a colocar em pauta suas necessidades de formação, inquietações, anseios e perspectivas de aprendizagem diante do contexto de sua prática, favorecendo uma nova maneira de pensar e fazer educação que resultasse numa leitura crítica do contexto prisional.

É uma metodologia que ancora-se na investigação dos fenômenos que implicam no conhecimento das particularidades, explicitação dos fenômenos a partir da ação realizada no dia a dia das unidades prisionais. Trata-se de uma prática reflexiva pautada no diálogo, na inquietação e na pergunta com possibilidade de respostas não imediatas e emergenciais, mas um processo que exige *curiosidade epistemológica*, envolvimento sistemático fundamentado na *esperança* e na *utopia*.

Cientes da necessidade do desenvolvimento de uma prática educativa que suscitasse a troca de saberes que extrapolasse as experiências pessoais de aquisição de conhecimento, e que fizessem parte do trabalho diário do saber e fazer docente no contexto prisional, passamos a nos questionar quanto as perspectivas metodológicas necessárias que dessem conta desse fim.

Percebeu ser coerente considerar a perspectiva freireana de *descodificação*¹⁸, desta forma, os educadores/pesquisadores se atentavam em não apenas ouvir os cursistas, mas desafiá-los, problematizando, de um lado, a situação existencial codificada e, de outro, as próprias respostas que iam dando àqueles no decorrer do diálogo. Nesse sentido, os participantes ao longo dos encontros iam expondo “pela força catártica da metodologia, uma série de sentimentos, de opiniões, de si, do mundo e dos outros, que possivelmente não extrojetariam em circunstâncias diferentes” (FREIRE, 2011, p. 157).

A equipe pedagógica junto com os professores/pesquisadores decidiram adotar uma metodologia que não estivesse distante da realidade dos educadores, ou seja, didática metodológica que apresentassem para os cursistas questões básicas, fundamentais para o exercício de uma ação, que valorizassem os sujeitos, seus saberes, sua história de vida e suas perspectivas, e que esses, fossem a mola propulsora da instigação e (des)construção dos possíveis estereótipos que os mesmos possuísem a cerca da prisão, dos educandos e da educação naquele espaço.

Essa perspectiva metodológica foi cunhada por Paulo Freire e sua equipe de coordenadores, desde a década de 60 a qual era denominada como *Círculos de Cultura* que possuía como elemento fundante metodológico o diálogo, e a premissa política como princípio essencial da ação pedagógica.

Por esse caminho, iniciamos as atividades dialogando com elas/eles acerca das suas perspectivas sobre o curso, as suas necessidades pedagógicas dentro das unidades, isto é, conhecendo os sujeitos/educadores que atuam na EJA em prisões. A multiplicidade de áreas de formação é extremamente diversa e por isso rica, variava desde licenciatura em ciências biológicas à bacharelado em ciências da computação e direito. Ao mesmo tempo em que percebíamos o quanto plural são os atores que atuam nas unidades prisionais e as diversas possibilidades atreladas a esses sujeitos

¹⁸ Na perspectiva freireana a descodificação é um ato de construção do conhecimento a partir da ação-reflexão-ação, incluindo as situações já vividas. Portanto, “busca promover a percepção da percepção anterior e o conhecimento do conhecimento anterior, a descodificação desta forma, promove o surgimento de nova percepção e o desenvolvimento de novo conhecimento” (FREIRE, 2011, p. 153).

dentro das salas de aula da EJA e na unidade prisional como um todo, os desafios se tornavam maiores, haja vista que muitos não possuíam conhecimento prático validado quanto à dinâmica entre ensinar e aprender. As rodas de conversas nos revelaram que embora alguns não possuíssem experiência no âmbito da prática educacional escolarizada, por causa da sua formação acadêmica e atuação profissional, sabiam da importância da educação em prisões e do seu poder de revelar e desnudar o mundo, ao mesmo tempo, possuíam os que ainda tinham uma visão limitada acerca do papel da educação nos ambientes prisionais e da importância do seu fazer nesse espaço.

Nesse sentido, as ações dos professores/pesquisadores orientavam-se com intuito de favorecer a solidariedade educativa entre os agentes e os professores, até porque dentro das salas de aula do ambiente prisional, sem essa parceria o trabalho docente não se efetiva. Mayer (2011) advoga pela necessidade da parceria de todos os atores nas atividades realizadas no espaço prisional. Para ele, as ações desenvolvidas nesses espaços podem ser favoráveis para *trocas, aprendizagem positiva, conhecimento e reconhecimento dos outros, de implicação valorizada* (p.54).

Na perspectiva teórica de Boaventura de Sousa Santos, a solidariedade é entendida como uma dimensão ética e política que impulsiona a construção da democracia e da justiça social. Trata-se de um elemento emancipatório em busca da superação da objetificação pautado numa lógica ético-político horizontal entre sujeitos sociais favoráveis a construção social coletiva. Neste sentido, a solidariedade está relacionada à reinvenção da emancipação social e motivada pela esperança de que *um outro mundo é possível*. Para o autor, os mecanismos de opressão e de dominação são múltiplos e é necessário lutar contra todos eles de modo articulado. Nota-se que a solidariedade amplia o seu significado conceitual, assumindo características específicas de resistências e lutas frente a crise civilizatória, de opressão, negação e desvalorização do outro (SANTOS, 2007, p. 38).

A responsabilidade social de cada profissional e a necessidade de cada um assumir seus fazeres sem transferências de responsabilidades foi temática de discussão. Nesse bojo, o entendimento da prisão como uma

punição para os privados de liberdade que não se extrapola ao direito à educação, a saúde e a políticas sociais de modo em geral era a mola propulsora das atividades (IRELAND, 2011).

O fazer educativo nas prisões possui o desafio de repensar a prisão como um espaço de aprendizagem, reflexão e tomada de consciência crítica envolvendo todos os atores e profissionais inseridos neste contexto. Trata-se de um processo que provoca mudanças na prática cotidiana dos que ali vivem ou trabalham (agentes penitenciários e professores).

É relevante atentarmo-nos à complexidade do fazer educativo nas prisões, tendo em vista os limites impostos pelo contexto em si, mas isso não pode resultar na redução das práticas educativas a mera escolarização. Como qualquer processo educativo, há que se buscar entender os interesses e as necessidades de aprendizagem da população carcerária e quais os limites que a situação impõe sobre este processo (IRELAND, 2011).

O delito como parâmetro para o desenvolvimento das ações educativas foi substituído por uma educação humanística, que para Freire (1959) refere-se ao entendimento dos educandos como seres históricos capazes de ultrapassar os determinismos, ir além, de traçar um caminho, de interpretar, de analisar, de interagir com a cultura e produzir conhecimento.

Os desafios foram se apresentando ao longo do curso, e o diálogo foi especialmente importante para ultrapassá-lo, para alguns, era visto como desnecessário, ou democrático demais, não estavam acostumados a trabalhar com a auto avaliação durante as etapas. A equipe passou a apresentar para elas/eles, a importância do diálogo e o quanto enriquecedor e democrático ficam as experiências, ao tempo que favoreceria a formação de sujeitos autônomos e atuantes diante das suas realidades, trata-se de uma ação pedagógica comprometida pelo desenvolvimento de “Uma Educação Popular que promova o desenvolvimento de aprendizagens para a compreensão da realidade complexa em que se vive, [...] é uma pedagogia do público, da decisão, da construção de um sentido do comum [...]”(CASTILHO, OSÓRIO 1997, p. 93).

O desenvolvimento de competências que visem à participação social e cidadã dos educandos é uma dimensão de conhecimento importante para o

jovem e o adulto, favorece a oportunidade de fortalecer e experienciar o trabalho coletivo e a cooperação com intuito de conhecer a realidade e intervir diante dos problemas. Para Pontual (2006), a participação cidadã é uma competência, é um motor para a democracia e para as conquistas.

Os educadores eram desafiados cotidianamente a promover uma prática educativa democrática que valoriza procedimentos e embasam suas ações dentro das prisões numa perspectiva crítica e fundamentada no direito dos educandos em conhecer o que ainda não *conhece, conhecer melhor o que já conhecem, e produzir seu próprio conhecimento* (FREIRE, 2011).

Essas perspectivas coaduna com as perspectivas de Mayer (2011), o autor ao refletir acerca do papel da educação nos âmbitos prisionais, salienta que essa “[...] deve ajudar o detento a formular sua demanda de educação e a satisfazê-la mesmo que todos não percebam de imediato as potencialidades do método educativo [...]” (MAEYER, 2011, p.48).

Reconhecer esses direitos dentro das salas de aula das unidades prisionais tratase de almejar novos rumos da EJA em particular e da educação como um todo, é repensar as práticas educativas a partir dos interesses, da cultura, do conhecimento dos sujeitos, e reconhecer que a centralidade da prática educativa deve ser o educando e sua história.

Para Boaventura, trata-se de um *projeto educativo emancipador que nega a educação como regulação*, uma pedagogia que se dá no processo dialético da práxis humana, *ação-reflexão-ação*, permitindo aos sujeitos a consciência de si e da real situação que se experimenta, buscando rememorar suas *marcas*. Para Eggert (2013), é “estar atento para si mesma/o e as coisas que intervêm sua vida” (EGGERT, 2013, p.147).

Tais fundamentos contribuem para a tomada de consciência e o entendimento do lugar que ocupa no mundo, possibilidade de reescrita da sua história e emancipação. Os sujeitos em situação de cárcere possui uma restrição à liberdade, o que suscita o afastamento da sociedade, privando-o de relações com o mundo externo. A prisão é um espaço criado exclusivamente para distanciar, punir, apresentando-se como um ambiente conflitoso e complexo, mas, além disso, é um espaço de ressocialização, de reflexão, de perspectivas de mudanças, que visam o ressignificar o passado em direção a

um projeto de vida futura, uma vida diferente a ser tomada quando recuperada a liberdade (IRELAND, 2011).

Muñoz (2011), elenca uma série de obstáculos que compromete a educação nos estabelecimentos penais de maneira em geral, dentre esses entraves, cita os institucionais e situacionais, que refere-se a jogos de poder, precariedade do espaço físico, insalubridade, escassez de recursos pedagógico, falta de formação específica, indisposição dos educandos, justificada pela trajetória educacional de fracasso escolar, entre outros. Percebe-se a complexidade educacional que os educadores das unidades prisionais estão sujeitos, fator fundante para a desesperança e baixa autoestima do profissional.

A desesperança é fruto de um processo histórico de impossibilidades, discursos fatalistas e deterministas, não diferente e talvez um pouco mais aguçado, os educadores das unidades prisionais que fazem parte do curso de extensão apresentavam por vezes esses sentimentos, por já estarem de certa maneira impregnado pela dinâmica conflituosa do dia a dia.

Ao longo dos encontros a complexidade do trabalho nas prisões era retratada pelos educadores, realidades adversas e por muitas vezes desumana. Contudo, junto a isso, ouvíamos relatos esperançosos, de persistência e desejo de uma formação específica que contribuísse no entendimento daquele contexto. Diante disto, nos perguntávamos de que forma poderíamos contribuir na construção de caminhos favoráveis a efetivação de uma ação educativa significativa tanto para os apenados, quanto para os educadores?

A persistência, a participação assídua, relatos e inquietações frente ao contexto de sua prática pronunciadas por alguns educadores ao longo dos encontros foram elementos indispensáveis para a efetivação da ação formativa. Através dos relatos, os professores/pesquisadores iam entendendo a realidade prática e (re) orientando a dinâmica nos encontros. Uma lógica de construção coletiva, que juntos iam compreendendo e buscando alternativas para desenvolver ações coerentes com as necessidades do contexto em voga, ou seja, a partir do desenrolar do projeto de extensão novos conhecimentos se desdobravam e retroalimentava o projeto.

Acreditar em novas possibilidades dentro de um contexto complexo, seria um mecanismo de superação dos *determinismos*, uma alternativa que vai além das tensões e conflitos educacionais, para Freire (2011), o *sonho* é uma possibilidade, nesse sentido, *não há mudança sem sonho, como não há sonho sem esperança* (p.126).

Faz-se importante reconhecer as limitações, o conflito e a complexidade presente na prisão, assim como em outros espaços educativos, mas o fazer do educador numa perspectiva diferenciada mostra-se uma alternativa eficaz quando pautado numa *pedagogia da esperança* que não enxerga a realidade como estática, mas dinâmica que se movimenta o tempo todo, uma lógica de rebeldia que ultrapassa o dito, vai além, busca um fazer diferente que suscitem ações diferentes daqueles que participam do processo.

Para Freire (1997), a decisão política, enquanto motor da atividade do mediador/educador, será o divisor entre uma prática educativa com vistas a emancipação e uma prática educativa fatalista, determinista. A ação ética-política no ato de educar é alvo de análise de Freire, durante suas escritas e reflexões, o autor trabalha essa questão sinalizando que quando o educador assume a dimensão política nas suas ações, está fazendo uma decisão ética de respeito aos educandos. Esse posicionamento ético, ultrapassa as questões epistemológica que referem-se apenas aos compromissos com a qualidade dos conhecimentos sistematizados, competências e habilidades a serem favorecidas, para além disso, diz respeito a consideração humana dos educandos.

Nesta simbiose, o desafio do curso de aperfeiçoamento é educar na perspectiva da ação ética-política de forma que sejam considerados a realidade situacional dos educadores, assim como dos jovens e adultos em situação de privação de liberdade. A ideia não é pensar uma pedagogia conteudista, mas uma pedagogia onde as condições humanas e sociais sejam substanciais e ponto de partida para o desenvolvimento da prática extensionista. Haja vista que a extensão é comunicação entre saberes com vistas a cidadania, tomada de consciência e entendimento da realidade daqueles que participam, e isso se faz por meio do conhecimento compartilhado entre aqueles que fazem parte desse processo.

Essa perspectiva dialoga intimamente com a expectativa da extensão universitária alicerçadas filosoficamente e metodologicamente pela educação popular, a qual preza pela condução da conquista da cidadania, conscientização e atuação transformadora daqueles que participam.

Esse tipo de ação realizada a partir da perspectiva popular pela universidade fora intitulada por Melo Neto (2012) como *Extensão Popular*, para o teórico, trata-se de uma atividade dialógica entre a universidade e a comunidade, a partir da realidade objetiva vivenciada. Uma realização compartilhada que entende que todos os sujeitos envolvidos têm muito a contribuir, um trabalho orientado pela educação necessariamente problematizadora, *um trabalho social útil*. “É um trabalho social, por não ser exercidos como uma tarefa individual; é útil, levando em conta que esse trabalho pretende expressar algum interesse e atender a determinadas necessidades humanas” (MELO NETO, 2012 p.58).

Nesse sentido, a ação extensionista deste curso considera os interesses, as necessidades educacionais e humanas dos atores que fazem o cotidiano na prisão. Através do diálogo busca oferecer subsídios favoráveis a prática educativa que considera o outro, e, além disso, instiga a reflexão de sua condição histórica e social, assim como, a capacidade e possibilidade de ir além, de superar e desnudar novos horizontes. Faz-se desafiante, mas é através desta mediação que a consciência dos sujeitos atinge seu nível de criticidade, é a partir do desenvolvimento de propostas humanísticas de educação que preza pela emancipação dos sujeitos, como meio de transformação de sua realidade histórica e social que o caminho se constrói.

Essa experiência de *extensão popular* é um indício de que a tendência freireana de combate à alienação é possível, quando a partir das atividades extensionistas realizadas pela universidade, trataria da indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa e ao mesmo tempo, desenvolveria ações com vistas à mediação da construção da *consciência de si*. Uma atividade que produz conhecimento e consciência com vistas a transformação.

Por essa ótica os projetos de extensão universitária ultrapassariam as atividades intituladas por Freire como sendo uma *invasão cultural* que submete e domestica. Ao contrário, através das trocas de saberes essas possibilitariam

aos cognoscentes perceberse como cidadãos capazes de interagir no seu meio, bem como entender os enredamentos estruturais desse, para então construir alternativas que lhe proporcione uma melhor qualidade de atuação (MELO NETO, 2001).

A ideia da interação comunicativa como possibilidade de conhecimento, foi apreendido por Freire, através das suas andanças por diversos lugares do mundo e em contato com diversos sujeitos de diversas classes sociais, sobretudo com os trabalhadores. A relação com o outro e o diálogo estabelecido com os mesmos, eram possibilidades de trocas de saberes e principalmente de entendimento da realidade a partir da ótica do outro. Uma atividade que não se trata de uma relação de imposição, mas de abertura para entendê-lo sem, contudo, curvar-se, e sim elaborar um conhecimento de confronto (político) ou de confirmação do aprendido.

CONCLUSÃO

Um dos objetivos do projeto de extensão foi criar possibilidades educativas por meio da horizontalidade das decisões e do diálogo, com intuito de favorecer condições para que o fazer educativo no contexto prisional acontecesse a partir da cooperação entre agentes penitenciários e professores, haja vista a complexidade e importância da educação nesse *lócus*.

Neste sentido, a comunicação e o diálogo configuraram-se em artifícios indispensáveis ao desenvolvimento das atividades no contexto de privação de liberdade. A partir desse entendimento a equipe pedagógica do projeto de extensão, foi retroalimentando as práticas de acordo com as demandas e as necessidades dos educadores.

Essas experiências nos fez compreender que é possível desenvolver ações formativas através da extensão universitária, partindo do pressuposto de que os sujeitos que fazem parte do processo são agentes construtores de conhecimentos e nesse processo de construção, o educador é o intermediário que deve potencializar condições para que estes saiam da sua condição inicial de aprendizagem e caminhe em direção ao novo conhecimento, de modo a

(re)orientar sua concepção de mundo, agindo nesse como protagonista da mudança social.

Segundo Freire (1981), a ação do mediador deve ser a de comunicar-se com o outro. No âmbito das atividades de extensão, ela deve se dar da mesma maneira. A ação de comunicar parte da compreensão de que, faz-se necessário o outro para que a comunicação de fato aconteça, ora, não comunico-me sozinha. Essa perspectiva freireana frente à *extensão*, tenciona e problematiza as atividades realizadas pela universidade, através da extensão universitária. De certo, problematiza e nos faz refletir a cerca da sua função, utilidade e bases ideológicas que alicerçam essas atividades.

A proposta de uma interação dialógica e participativa constituem princípios significativos para a formação de sujeitos conscientes. Representa o compromisso e o respeito ao ser humano numa perspectiva ética e humanística. Trata-se da construção do conhecimento numa perspectiva de possibilidades emancipatórias, que se constituem diante das tensões, contradições, relações de poder e do fazer educativo no contexto prisional como um indício de novas possibilidades e do reconhecimento da capacidade dos sujeitos em projetar um futuro de conhecimento e *consciência de si* numa perspectiva libertadora.

Considerando a função educativa do projeto de extensão, esse dentro das possibilidades e limites para a sua realização, programaram ações com intuito de viabilizar a educação dos educadores e a qualificação continuada dos mesmos, ao tempo que construía novos saberes e refundamentava concepções, uma simbiose interativa de saberes, que sem dúvida conduzirá mudanças dentro da sala de aula dos presídios, na dinâmica das unidades penitenciárias, na maneira de conceber os sujeitos apenados e forma de orientar suas ações educativas dentro e fora da prisão de ambos os envolvidos nesta ação.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CASTILLO, A.; OSORIO, J. **Construcción de ciudadanías en América Latina: hacia una agenda de la educación ciudadana**, 1997.

EGGERT, Edla. As muitas margens da Educação Popular. In: STRECK, Danilo e STEBAN Maria Teresa (Org.). **Educação Popular: lugar de construção social coletiva**. Petrópolis, Vozes, 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira**. Recife. Universidade do Recife, 1959. Mimeo.

_____. **Extensão ou Comunicação?** Tradução Rosisca Darcy de Oliveira. 8ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **Educação e Política**. 3ª Edição. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. São Paulo/Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 50 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. **Ação Cultural para a liberdade e outros escritos**. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

IRELAND, Timothy D. **Educação em prisões no Brasil: direito, contradições e desafios**. In: Em aberto/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília, v.24, n, 86, p. 19-39, nov. 2011.
MAEYER, Marc de. **Ter tempo não basta para que alguém se decida a aprender**. In: Em aberto/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília, v.24, n, 86, p. 43-55, nov. 2011.

MUNÕZ, Vernor. **O direito à educação das pessoas privadas de liberdade**. In: Em aberto/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília, v.24, n, 86, p. 57-74, nov. 2011.

MELO NETO, José Francisco de. **Universidade Popular**. João Pessoa-PB: Editora Universitária da UFPB, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

DESAFIOS E APRENDIZADOS NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA NO ACAMPAMENTO ZÉ MARIA DO TOMÉ / CHAPADA DO APODI

Sandra Maria Gadelha de Carvalho, Karla Vanessa Alves Maia, Joyce Mara Silva de Oliveira,
Tânia Maria Lima, Aline de Sousa Maia, Maria Sílvia Helena Maia, Maria da Conceição Silva
Rodrigues

RESUMO: Este trabalho retrata o percurso de desafios e aprendizados no processo de construção da agroecologia, enfocando questões e atividades e tem como objetivo refletir sobre a forma de inserção na produção agrícola, os novos desafios postos, voltando-se para os aprendizados constituídos pelos camponeses, residentes no Acampamento Zé Maria do Tomé, em diálogo com a proposta pedagógica da educação do campo.

PALAVRAS-CHAVE: Agroecologia, saberes popular, educação do campo.

INTRODUÇÃO

A Chapada do Apodi, situada no limite entre os Estados do Rio Grande do Norte e Ceará, abrange neste último, parte dos municípios de Quixeré e Limoeiro do Norte, nos quais vem sofrendo transformações sócio-espaciais, pela implantação das agroindústrias produtoras de fruticultura para exportação. A nova reconfiguração do trabalho e da terra, ocasionada pelo avanço do capital no campo, tem gerado conflitos, com os produtores familiares e camponeses que redundaram no assassinato do ativista José Maria Filho, morador da comunidade do Tomé, mais conhecido como José Maria do Tomé, em 21 de abril de 2010.

Tal ato de violência perpetrado representou uma ameaça, que no primeiro momento abateu as comunidades em suas lutas por terra, trabalho digno, moradia e saúde. Todavia, uma conjunção de associações, movimentos camponeses, sindicatos de trabalhadores, grupos acadêmicos, setores da Igreja Católica identificados com a Teologia da Libertação e rede de advogados populares, se rearticularam formando o Movimento 21(M21), assim denominado em referência a memória do assassinato de José Maria do Tomé.

O M21 tem como objetivos demandar que os assassinos e mandantes sejam identificados e punidos, bem como fortalecer as lutas dos camponeses e camponesas na Chapada, por terra e políticas agrícolas numa perspectiva agroecológica, ou seja, uma produção sem agrotóxicos, preservando os preceitos da justiça ambiental.

Nesta direção, em 05 de maio de 2014, os movimentos camponeses e moradores e moradoras da Chapada, ocuparam parte do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, constituindo o Acampamento José Maria do Tomé. Desde as primeiras horas, alunos e alunas, alguns professores e professoras da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos-FAFIDAM, *campus* da Universidade Estadual do Ceará-UECE, em Limoeiro do Norte, apoiaram cerca de 1070 famílias acampadas.

Alguns docentes da FAFIDAM, já realizavam investigações sobre a realidade que vinha se instaurando neste território e suas consequências desde a década de 1990¹⁹. As idas e vindas ao acampamento reforçaram esta inter-relação originando mais estudos e atividades de apoio. Entre elas a constituição do Programa de Extensão “Educação do Campo, escola e organização da cultura: vivências e conhecimentos para a emancipação humana”, inserido no Laboratório de Estudos da Educação do Campo-LECAMPO, ligado ao Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia Dom

¹⁹Segundo compilado por Mendes e Carvalho (2014), podemos destacar as seguintes: “Educação do Campo: uma análise do PRONERA/UECE e o desenvolvimento socioeconômico do Vale do Jaguaribe”, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Sandra M. Gadelha de Carvalho e pelo Prof. Dr. José Ernandi Mendes, foi contemplado em edital nº 03/2006, Infraestrutura de Laboratórios, da Fundação Cearense de Apoio a Pesquisa (FUNCAP), permitindo a instalação do LECAMPO no qual o aprofundamento das dinâmicas socioeconômicas recentes do Vale e suas repercussões para a educação, tem propiciado um trabalho interdisciplinar, envolvendo até o momento, os cursos de Pedagogia, Geografia e História. As dissertações de Mestrado de vários docentes: Mendes Segundo, M. das Dores (1998): Qualidade de vida e perspectivas dos irrigantes do Projeto Jaguaribe-Apodi; Soares, Hidelbrando dos Santos (1999): Agricultura e (re)organização do espaço: a rizicultura irrigada em Limoeiro do Norte - Ceará; Chaves, M. Lucenir Jerônimo (2004): Urbanização e modernização da agricultura em Limoeiro do Norte: impactos socioespaciais; Freitas, Bernadete Maria Coêlho (2010): Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará. Também envolveram alunos da graduação, mais recentemente (2012-2013), os estudos de pós- doutorado do Prof.Dr. Mendes, J. Ernandi – Educação e sujeitos sociais: Denúncias e anúncios no contexto do agronegócio(CAPES) e da Prof.^a Dr^a. Carvalho, Sandra M. Gadelha de - Movimento 21: Aprendizados em novas formas de resistência social à lógica do mercado (CNPq).

Aureliano Matos - FAFIDAM, campus da Universidade Estadual no Município de Limoeiro do Norte. Composto por professoras e alunas dos cursos Pedagogia, Geografia e História, este Programa se compõem de cinco projetos voltados a um trabalho de formação tanto das famílias acampadas, quanto das bolsistas e professoras envolvidas²⁰.

Desde sua instituição em abril de 2014 (Resolução Nº 3690/2014 - CEPE, de 10 de julho de 2014), inicialmente com a denominação: Educação do campo, escola, meio ambiente e vida: reconstruindo saberes e caminhos, muitas foram as atividades desenvolvidas. No primeiro momento, nos apresentamos a coordenação do acampamento como o grupo e apresentamos os objetivos do Programa. Iniciamos f uma pesquisa diagnóstica com dados pessoais e relativos aos projetos de extensão, a fim de se conhecer o perfil sócio-econômico e aspirações das famílias acampadas, ao tempo em que fazíamos muitas conversas informais, visitas, acompanhávamos as dificuldades e organização da comunidade.

Com a renovação para o ano de 2015, reformulamos o título para agregar novas temáticas, voltamos para organizar a apresentação das respostas obtidas e planejarmos as atividades educativas que poderíamos realizar. Neste momento, algumas questões emergiram fortemente, apresentadas pelos coordenadores dos núcleos de base: formação em agroecologia, discussão de gênero, temas de interesse da juventude como educação sexual, alfabetização de jovens e adultos.

Este trabalho retrata este percurso, enfocando parte destas questões e atividades e tem como objetivo refletir sobre a forma de inserção na produção

²⁰ São eles do Curso de Pedagogia: Currículo e Diversidade: formação da juventude frente à unilateralidade midiática, sob a coordenação da Profª. Ms. Jamira Lopes de Amorim; A destrutividade do capital no Vale do Jaguaribe nas dimensões econômica, social e educacional, sob a coordenação da Profª. Ms. Emanuela Rútila Monteiro Chaves; e, Escola, meio ambiente e vida: reconstruindo saberes e caminhos, sob a coordenação da Profª Drª Sandra Maria Gadelha de Carvalho ; do Curso de Geografia : A luta pela terra e pelo território no contexto de reprodução e resistência da Agricultura Familiar Camponesa/Agroecológica na Chapada do Apodi como instrumentos para a emancipação humana, coordenado pela Profa. Ms. Bernadete Maria Coêlho Freitas e do Curso de História: A formação política e educação de gênero enquanto agentes da libertação, coordenado pela Prof. Ms. Maria da Conceição da Silva Rodrigues. Os projetos reúnem seis alunas dos mesmos cursos, sendo quatro bolsistas e duas voluntárias.

agrícola, os novos desafios postos, voltando-se para os aprendizados constituídos pelos camponeses, residentes no Acampamento Zé Maria do Tomé, em diálogo com a proposta pedagógica da educação do campo.

O CENÁRIO DE NOSSA ATUAÇÃO: configuração dos conflitos na Chapada do Apodi

A Chapada do Apodi, no Estado do Ceará, tem se configurado como um território em disputa desde o fim da década de 80, com a implantação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi. Este perímetro é fruto da “expansão da modernização da agricultura no Ceará, que tem início com a implantação da política nacional de irrigação na década de 1970, tomando nova feição e funcionalidade nos anos de 1990” (FREITAS, 2010, p.16), passando a ser vista como uma política de caráter neodesenvolvimentista. De acordo com Carvalho e Mendes (2010, p.49):

Estas políticas têm priorizado o esquema de grupos industriais e grandes empresas envolvidas no setor primário, em detrimento de medidas de maior apoio à produção familiar, como a reforma agrária, créditos agrícolas significativos, assistência técnica contínua, garantia do preço mínimo e comercialização entre outros.

Para implantar esse cenário de mudanças processou-se historicamente, e vem se processando, uma completa reestruturação sócio-espacial, que busca fomentar as bases e os espaços apropriados a tais fins. Sobre esse cenário de reestruturação Lima et al (2011, p.108) enfatiza que:

A atual reestruturação socioespacial do Ceará, intensificada nas últimas décadas do século XX pela denominada Era Jereissati, refere-se a novos parâmetros criados para conduzir a gestão do território, como acompanhamento a um conjunto de mudanças políticas, econômicas e sociais ocorrentes em todo o mundo. Uma das principais características é o incentivo, pelo Estado, as atividades em modernização, a exemplo do turismo, indústria, serviços e agricultura.

A construção do açude Castanhão iniciado em 1995, e mais recentemente em 2002, a implantação da Barragem do Figueiredo demonstram

a ascendência do Estado, sobretudo na elaboração de políticas públicas que corroboram para a dominação desses espaços, construindo a base de apoio e sustentação ao agrohidronegócio.²¹.

Tem-se assim, o apoio e a opção do Estado pelo Agronegócio, modelo pautado na monocultura que visa a “[...] produção de commodities (mercadorias) para o mercado mundial” (OLIVEIRA, 2007, p. 147) ao mesmo tempo em que “[...] expropria e/ou subordina a agricultura familiar camponesa, redefinindo novas relações sociais e de produção”. (LIMA et al, 2011, p. 64).

Pode-se observar com isso, que a agricultura vem há certo tempo sendo ajustada por esse processo de modernização, que inserido dentro da perspectiva da globalização, sobretudo já em meados da década de 90, vem a responder em sua maioria por grande parte das alterações nos espaços/territórios, bem como nas relações sociais, ocorrendo dessa forma a emergência/implantação de novos “objetos” geográficos, ou seja, a criação de uma moderna e complexa rede de novos instrumentos capazes de propiciar a acumulação de riquezas/capitais, inserindo definitivamente o Estado Cearense dentro dessa ótica global.

Sob esta ótica, vê-se que a fim de tal interesse, o agronegócio tem gerado consequências desastrosas para o campo e seus sujeitos. Seja na “[...] extinção de espécies vegetais e animais, e também na extinção de comunidades, modos de viver, culturas, saberes, cosmovisões.” (RIGOTTO, 2011, p. 124). Assim como também tem despertado o surgimento de diversos conflitos e movimentos agrários, ambientais e sociais. Essa é a realidade dos municípios de Quixeré e Limoeiro do Norte, municípios na Chapada do Apodi e lócus do perímetro em questão.

Este território, que outrora era ocupado em sua maioria por camponeses, teve com a instalação do Perímetro, a expulsão do homem do campo, modificando as relações de produção, afinal a terra que antes era de trabalho, servindo apenas como meio de subsistência, tornou-se então terra de negócio, assim denominada por Martins (1980). Para o referido autor (Op. cit),

²¹Termo que se refere à especulação da terra, em que a mesma para ser produtiva necessita de água com o objetivo de “[...] produção de commodities agrícolas e minerais [...]”. (THOMAZ JÚNIOR apud FERNANDES, 2013, p. 30).

este processo de transformação de terra de trabalho em terra de negócio ocorre da seguinte forma:

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra do trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito de lucro [...] ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não tem. (MARTINS, 1908, p.60)

Este é o cenário da Chapada do Apodi. Transformada em terra de negócio na dinâmica do avanço do Capital no campo, com o apoio do Estado através de políticas públicas as quais mais instituem um processo perverso de expropriação²² do homem do campo, fomentando a instalação de empresas Multinacionais e Nacionais do ramo da fruticultura irrigada. Com estas empresas vieram os problemas com o uso intenso de agrotóxicos, a invasão das terras e a questão da precarização do trabalho (FREITAS, 2010).

Neste contexto, os conflitos e embates resultantes da resistência dos movimentos sociais do campo aos interesses dessa política neodesenvolvimentista culminaram no assassinato do líder comunitário José Maria Filho, mais conhecido como Zé Maria do Tomé, no dia 21 de abril de 2010. Ele era um “[...] lutador pela saúde das pessoas e das águas [...]” (RIGOTTO, 2011, p.124), denunciando sempre a invasão das terras da chapada pelas empresas do agronegócio, bem como a contaminação do meio ambiente pelo uso intensivo dos agrotóxicos. No quadro da problemática dos agrotóxicos denunciada por ele, destaca-se a pulverização aérea, responsável pela contaminação da água e das comunidades próximas ao perímetro irrigado.

²²Conforme Martins (*apud* Cosme, 2011, p. 22) a expropriação seria “a instauração do divórcio entre o trabalhador e as coisas de que necessita para trabalhar – a terra, as ferramentas, as máquinas, as matérias – primas – é a primeira condição e o primeiro passo para que instaure, por sua vez, o reino do capital e expansão do capitalismo. Essa separação, esse divórcio, é o que tecnicamente se chama de expropriação – o trabalhador perde o que lhe é próprio, perde a propriedade dos seus instrumentos de trabalho. Para trabalhar, terá que vender a sua força de trabalho ao capitalista, que é quem tem agora esses instrumentos”.

Neste sentido Mesmo com a morte do companheiro de luta Zé Maria, os participantes de movimentos da região não se desmotivaram com a causa de luta, e conjugaram forças para gerar na cidade de Limoeiro do Norte-Ceará, a articulação política e social- Movimento 21 (M21), cujos fins estão em fazer justiça e cobrar do Estado medidas de solução para o caso supracitado. A denominação (M21) deve-se a prestar uma homenagem à memória do ambientalista anteriormente citado.

O M21 é uma articulação política formada por: Cáritas Diocesana da Igreja Católica, em Limoeiro do Norte (frente à defesa da teologia da libertação); organizações de esquerda - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Representantes do Movimento dos atingidos por Barragens (MAB) e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Associação dos Moradores do Tomé - comunidade do município de Limoeiro do Norte, localizada na Chapada do Apodi; Sindicato dos Funcionários Públicos de Limoeiro do Norte; Rede Nacional de Advogadas Populares (RENAP); Ambientalistas e pesquisadores da região; Grupos acadêmicos, envolvendo professores e alunos da Universidade Federal do Ceará (UFC), através do Grupo Trabalho: Meio Ambiente e Saúde para a Sustentabilidade (TRAMAS) e da Universidade Estadual do Ceará- UECE, pela participação da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM), através do Laboratório de Estudos da Educação do Campo (LECAMPO), situado neste campus da UECE em Limoeiro do Norte-CE.

De acordo com Lima (2015), a articulação política e social M21, em sua práxis vem construindo aprendizados significativos, tanto para alimentar e fortalecer a consciência crítica de seus integrantes quanto no que diz respeito a realizar um trabalho de conscientização com os sujeitos sociais situados no campo, que em muitos casos aprova e vive sujeita ao agronegócio, devido à desinformação quanto a seus malefícios. Assim, é possível perceber que sua prática apresenta princípios teóricos, políticos e educacionais da educação do campo.

Com base em estudos anteriores realizados por professores e bolsistas do Laboratório de Estudos do Campo - LECAMPO, verifica-se que esse movimento tem contribuído fortemente tanto para a formação mais consciente

dos sujeitos da região em relação à ação desumanizada da política do agronegócio neste espaço, como também tem influenciado na construção do projeto da educação do campo. Em se tratando de uma proposta educativa que se articula com os movimentos camponeses, a educação do campo defende o fortalecimento da Reforma Agrária, e de um projeto de produção agrícola que permita e contribua com uma via digna, bem como a preservação do meio ambiente.

Com a indefinição do Estado no que tange a invasão²³ (referente a apropriação ilegal de terras pelas agroindústrias) das terras pelas empresas, aliada aos problemas da seca na região, bem como, outros motivos aqui elencados, motivaram a ocupação da área destinada a Segunda etapa deste perímetro. A ocupação se deu no dia 05 de maio de 2014, quatro anos após o assassinato do Zé Maria do Tomé. Inicialmente a ocupação contava com mais de 500 famílias, além do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) e outras instituições que apoiaram a luta dos agricultores: “[...] Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, MST, Conlutas, FAFIDAM/UECE, UFC/TRAMAS, CPT Ceará, STTR do Apodi, além das paróquias da diocese e estudantes” (PAULINO, 2010).

Em maio deste ano o Acampamento Zé Maria do Tomé completou um ano. Um ano marcado por luta e resistência. A luta rendeu frutos, e o Estado às famílias acampadas já conquistaram o georeferenciamento de 1300, dos 1700 hectares que serão desapropriados de terra. Como toda negociação com o Estado, e essa não seria diferente, os processos burocráticos ainda estão em curso. Contudo, vale ressaltar que atualmente encontram-se nele 262 famílias. Algumas já fixaram moradia. Outras participam das atividades e organização do mesmo e retornam para suas comunidades. Durante esse período a

²³De acordo com Freitas (2010, p.110), “Em virtude da intensa invasão, os agricultores expropriados denunciaram o problema à Justiça, que embargou o processo licitatório da segunda etapa do Perímetro Jaguaribe-Apodi e exigiu do DNOCS, por meio de liminar [...], o levantamento fundiário do projeto”. Após o estudo fundiário, a invasão foi constatada pelo próprio Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), reconhecendo a empresa multinacional Del Monte Fresh Produce como maior invasora das terras do perímetro. Após a confirmação da invasão das terras, a justiça deu um prazo de 3 meses para que o DNOCS regularizasse a situação dos agricultores expropriados. Até o dia da ocupação esse problema ainda não havia sido solucionado. (FREITAS, 2010).

paisagem do acampamento foi sofrendo transformações com a construção das casas, das hortas, e mais recentemente com a construção de uma mandala²⁴.

Mediante o exposto, o presente trabalho objetivou refletir sobre a forma de inserção na produção agrícola e os aprendizados dos camponeses residentes no Acampamento Zé Maria do Tomé, na Chapada do Apodi, Ceará, Região Nordeste do Brasil.

A aproximação com as famílias acampadas se deu por meio do Programa de extensão intitulado: **“Educação do campo, escola e organização da cultura: vivências e conhecimentos para a emancipação humana”**. Este programa reúne cinco projetos voltados para intervenções no âmbito da educação do campo, gênero, cultura e juventude, luta pela terra, território e produção e crise do capital. Dele participam alunas e docentes dos Cursos de Pedagogia, História e Geografia da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM), campus da Universidade Estadual do Ceará (UECE) em Limoeiro do Norte.

METODOLOGIA: os caminhos de nosso diálogo investigativo

O presente trabalho fundamenta-se na análise de cinco questões abordadas no questionário aplicado, o mesmo constitui-se como uma das atividades realizadas ao longo do programa de extensão já citado, atividade que proporcionou uma compreensão inicial do conjunto de contradições e possibilidades de trabalho com as famílias acampadas.

Dentre as atividades realizadas pelo Programa de Extensão, destaca-se a aplicação de questionários às famílias do Acampamento Zé Maria do Tomé. Dentre as concepções exploradas no levantamento, destacamos cinco questões relacionadas às ações agrícolas, como: Já usou agrotóxico em atividade agrícola? Tem interesse em produzir sem agrotóxico? Se considera

²⁴“A palavra mandala tem a sua origem no sânscrito, significando “círculo”. O formato redondo é encontrado na natureza e desperta uma ideia de infinito, de prolongamento” (MARCOS, 2007, p.196). Essa mandala, conforme os acampados, veio para o acampamento por meio de um projeto do Governo Federal e encontra-se em fase de construção, a mesma está sofrendo desgastes pelo sol e pelo solo como rachaduras, mas com previsão de conserto para os próximos dias.

agricultor familiar camponês? Como avalia a implantação dos Perímetros? Esses levantamentos, colhidos a partir dos dados analisados impulsionaram o estudo deste artigo.

Inicialmente houve a aplicação dos questionários, contato esse que proporcionou partilhar diferentes experiências de vida entre nós integrantes do programa de extensão e os acampados. O questionário era composto por questões relativas ao perfil sócio econômico das famílias e de uma sequência de 35 perguntas inerentes ao programa citado bem como à perspectiva do acesso à terra, dos impactos do agronegócio para a região, questões de gênero, cultura e educação camponesa.

Para a aplicação dos questionários foram feitos também mutirões com os alunos dos cursos de História, Geografia e Pedagogia da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos. Esta atividade apresentou como necessária a partir de nossas experiências com a comunidade durante o Programa de Extensão, ao longo do ano de 2014. Posterior à aplicação desses questionários, iniciamos o processo de tabulação desses dados em consonância a atualizá-los a partir do primeiro esboço levantado. As tabulações nos revelaram informações riquíssimas, acerca dos sujeitos os quais estávamos conhecendo e principalmente nos revelando uma visão de conjunto. Paralelamente realizamos conversas informais, observações com anotações em nossos cadernos de campo. À medida que fomos retornando para o Acampamento, fomos instigadas a realização de uma formação que respondesse aos anseios apresentados, assim também organizamos encontros e oficinas nos reportando aqui mais especificamente a relativa a produção agroecológica. Sendo elas responsáveis por nortear essa produção e outrora já foram mencionados como sendo de grande relevância para a compreensão do processo social em que estão inseridos os acampados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: visões sobre o presente e sobre o futuro.

Em relação as duas primeiras perguntas que tratam do uso de agrotóxicos na atividade agrícola, 41% dos acampados afirmaram que já os utilizaram, em contrapartida, 59% disseram que ainda não fizeram uso.

Sobre o interesse de não utilizar agrotóxicos, o resultado foi bastante positivo, evidenciando que 91% dos entrevistados tem interesse de produzir sem o uso de agroquímicos.

No que diz respeito à terceira questão, 71% dos acampados foram enfáticos em se reconhecerem como da agricultura familiar, contudo, 29%, um número bastante expressivo, não se reconhece dessa forma.

Por fim, quanto à percepção dos acampados sobre o Perímetro irrigado, relatando se trouxe consequências mais positivas ou negativas para as suas vidas, 71% relataram serem negativas, destacando como problemas, o trabalho escravo, o uso excessivo de agrotóxicos, a invasão de terras pelas empresas, dentre outras questões; em aspectos positivos, foram elencados por 29%, como ponto crucial a geração de empregos na região onde o perímetro foi instalado pelo Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS).

As respostas aos questionários carecem, entretanto, de problematizações mais profundas, posto que o trabalho metodológico com questionários, não dão conta da realidade em sua complexidade. Por exemplo, dizer que mais de noventa por cento dos agricultores preferem uma produção sem agrotóxico, pode envolver muito mais um campo de expectativas que um dado da realidade, posto que a lógica da produção com os chamados “defensivos”, é vendido como mais eficaz.

Por tanto, o trabalho com depoimentos orais, escritos ou através de questionários, não está completo sem o complemento de outras formas de compreensão das experiências no cotidiano dos sujeitos das pesquisas. Nessa perspectiva que continuamos acompanhando o grupo e buscando novos olhares que possibilitem reflexões mais concretas.

CONCLUSÕES: sonhos de futuro construídos no presente.

É importante salientar que durante o trabalho verificou-se um grande entusiasmo e perspectiva por parte dos sujeitos ali acampados, idealizando projetos de dias melhores. Melhoraria essa que segundo eles se concretizaria se houvesse uma maior agilidade e flexibilidade na distribuição das terras pelo governo e um menor apoio à promoção do agronegócio.

Com os conhecimentos gerados a partir da compilação dos antigos cadastros e os realizados pelo programa de extensão, realizamos o processo das análises. Dessas análises foram extraídas questões pertinentes ao novo cenário de decadência da agricultura familiar camponesa em detrimento ao superfaturamento do agronegócio e sua expansão no Vale Jaguaribe, vista como fonte de elevação da economia. Em consonância a negação dos direitos básicos dos cidadãos ao acesso à água e moradia (terra) e a desvalorização da agricultura familiar, visto que esta não impulsiona de forma eficaz as tendências mercadológicas da sociedade capitalista.

Enfim com base nos relatos obtidos durante a atividade verificou-se que os acampados são bastante conhecedores e conscientes de seu papel para a construção de um sistema de modo de produção mais justo e igualitário para todos.

As aplicações dos questionários foram de suma importância para conhecermos o perfil dos acampados. A partir da análise destes, retornamos ao acampamento no momento de uma reunião com a coordenação e fizemos uma breve apresentação dos dados obtidos. Nesse diálogo, foi apontado pelos acampados-entre outras demandas- a necessidade de formações sobre outra lógica de produção, que respeite a vida e o ambiente, como por exemplo, a agroecologia.

Diante dessa demanda²⁵o Programa de Extensão articulou e promoveu uma oficina para os acampados nos dias 10 e 11 de outubro de 2015. A oficina intitulada de: *“A caminho da agroecologia: produção de alimentos saudáveis”* aconteceu no Sítio da Biodiversidade em Mulungu, no Maciço de Baturité, Ceará. Na ocasião os acampados conheceram a experiência de uma Agrofloresta, e por diversas vezes mostraram entusiasmos com essa outra

²⁵ Outra demanda dos acampados seria a conquista de espaços para divulgação e comercialização dos produtos colhidos nas hortas do acampamento. Diante disso, o Programa de Extensão fará o seu I Encontro de Extensão da FAFIDAM/UECE, inserindo como parte da programação do evento a “feira agroecológica” do acampamento. A feira ocorrerá no dia 29 de out., e terá a presença do Grupo Som e Terra (grupo musical composto pelos próprios acampados) para animar o momento.

forma de produzir, até então desconhecida por eles. No momento avaliativo, um dos acampados destacou:

Eu, achei muito bom, muito gratificante (+) vejo que a humanidade num tá toda perdida (+) tem gente tentando né fazer diferente (+) Vi o sítio do Vagner aqui, muito bom, produzindo muita coisa e preservando o meio ambiente né? Que nem eu vi também um sítio muito pequeno em Apodi, uma primeira viagem que eu fui lá no seu João de Deus, nada de agrotóxicos, nada de químico (+) quer dizer, eu só tenho a agradecer por essa oportunidade e vê se boto na cabeça do pessoal da Chapada, que é muito difícil, porque lá(+) que nem já disse, o agronegócio lá é forte demais, e muitos que tão junto com nós nasceram eu no agronegócio. Inté você botar na cabeça dele que dá certo, que eu também no início achava que num dava certo porque também fui criado no agronegócio. Hoje eu já penso diferente, vejo que dá certo (+) é só querer, agora, é uma conscientização que num é do dia pra noite, é um longo prazo [...]²⁶

Nesse sentido, verifica-se que, boa parte dos moradores da região que refletem de forma consciente e crítica sobre a ação maléfica devastadora do agronegócio, modificaram suas concepções acerca da problemática causadas por este modelo de produção agrícola em virtude dos momentos de formação e aprendizado oportunizados pelo Movimento 21 (M21) ao longo de suas práxis e atividades cotidianas na Chapada do Apodi, o qual se pode considerar que atua com aspectos de uma educação não-formal. A esse respeito, Gohn (1995) nos diz que:

A educação não-formal designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc. (GOHN Apud ALMEIDA, 2013, p.06).

²⁶ Acampado da chapada do Apodí-CE.

Desta forma, são muitos os aprendizados que vão se construindo na organização, convivência coletiva e atividades de formação humana, tal qual a oficina supra citada. Quando estas atividades apontam para uma leitura crítica do mundo e para uma ação de transformação, ou seja, consciência crítica mais ação, temos o que Paulo Freire (1987) apontava como um processo de conscientização e libertação. Dando-se no sentido da emancipação humana, aponta para a Pedagogia do Oprimido, a qual é uma referência para a educação do campo. Pois esta defende uma pedagogia crítica, em diálogo com os movimentos sociais e que respeite os modos de vida, tempos, trabalho e luta dos camponeses e camponesas. Tanto no que concerne a educação escolar, como para além dos muros da escola.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Sandra M.G. de; MENDES, José E. Práxis educativa do Movimento 21 na resistência ao agronegócio. **Interface: a journal for and about social movements** Artigo. Volume 6 (1): 45 - 73 (Maio 2014)
- COSME, Claudemir Martins. **A Reprodução da expropriação camponesa nas áreas de reforma agrária: um estudo de caso do Assentamento Diamantina – Tabuleiro do Norte – Ceará – Brasil**. 2011. 137f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) - Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM) /Universidade Estadual do Ceará (UECE), Limoeiro do Norte, 2011.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária. In: **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. - Presidente Prudente: v.1-2: il + memorial, [s.n], p. 24-31, jun. 2013.
- FREITAS, Bernadete Maria Coelho. **Marcas da modernização da agricultura no território do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará**. 2010. 181f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.
- GHON, M. G. Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativo do terceiro setor. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- LIMA, L. C.; VASCONCELOS, T. S. L.; FEITAS, B. M. C. **Os novos espaços seletivos no campo**. Fortaleza: EdUECE, 2011.
- MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.
- MARCOS, Valéria de. **Agroecologia e campesinato: uma nova lógica para a agricultura do futuro**. Revista Agrária, São Paulo, nº 7, p. 182-210, 2007.

MENDES, José e CARVALHO, Sandra Maria Gadelha. **Utopia ecossocialista no combate ao agronegócio**. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA, 9., 2014, México. Sociedades rurais latino americanas: diversidades, contrastes e alternativas: anais. México: ALASRU, 2014.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. 1.ed. revista.-São Paulo: Boitempo, 2011.Disponível em: <<https://nupese.fe.ufg.br/up/208/o/para-alem-do-capital.pdf?1350933922>>. Acesso em: 15 out. 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

PAULINO, Eraldo. **Resistência e esperança marcam acampamento na Chapada do Apodi (Ceará)**. Cáritas Brasileira, Crateús, 09 maio 2014. Disponível em: <<http://caritas.org.br/resistencia-e-esperanca-marcam-acampamento-na-chapada-do-apodi-ceara/25756>>. Acesso em: 17 out. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

RIGOTTO, Raquel Maria. **Os conflitos entre o agronegócio e os direitos das populações: o papel do campo científico**. Revista Pegada, Fortaleza, vol. 12, n.1, p. 123- 140, jun. 2011. Disponível em:<<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/918/947>>. Acesso em: 16 out. 2015.

SAÚDE COM OS IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS: CAMINHOS TRAÇADOS COM BASE NA EXTENSÃO POPULAR

Íris de Souza Abílio; Bruno Oliveira de Botelho; Elina Alice Alves de Lima Pereira

RESUMO: O presente texto discutirá a promoção da saúde com idosos institucionalizados, a partir de caminhos traçados com base na extensão popular. Como caminho metodológico para este texto, fizemos a opção de discutir algumas dimensões que nos chamaram atenção por serem presentes no cotidiano do trabalho em Saúde com os Idosos quando orientado pela Educação Popular. Estas categorias foram divididas didaticamente em dois tópicos, são eles: Promoção da Saúde: trabalhando a Autonomia e Participação; e o Resgate da Memória e Encontro Intergeracional.
Palavras-chave: Idosos, institucionalização, promoção da saúde, memórias.

INTRODUÇÃO

Desde a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) em 1987, a Universidade Pública vem ganhando, no que se refere à aplicação do conhecimento acadêmico, um caráter um tanto quanto diferente daquele, predominantemente, elitista construído ao longo das décadas anteriores. A Extensão Universitária tem se tornado uma valiosa ferramenta para incorporar a importância de uma retribuição à sociedade civil que sustenta a academia. Isto não visa levar a universidade a substituir funções de responsabilidade do Estado, mas sim produzindo saberes, tanto científico e tecnológico, quanto artísticos e filosóficos, tornando-os acessíveis à população, contribuindo em seu processo de desenvolvimento (FORPROEX, 2007).

Contudo, se perdendo no modo de agir do novo mundo, os avanços tecnológicos e a velocidade de produção passam a exigir das universidades conhecimentos e posturas mercantilistas. Isto em todos os níveis de ação das Instituições de Ensino Superior: a Educação torna-se cada vez mais voltada à preparação do estudante ao mercado de trabalho competitivo do capital; a Pesquisa coopera cada vez mais com fundações estatais de direitos privados através dos polos tecnológicos locais; bem como a Extensão, que

passa a produzir não um retorno cultural à população, mas um tipo de serviço que visa um produto de mercado alienado.

Neste percurso, desvela-se também, como possibilidade no campo da Extensão Universitária, outra forma de se fazer a Extensão. Uma forma que se diferencia das outras por seu modo de fazer, sua fluidez em compreender a realidade e atender as necessidades, enquanto provoca uma consciência crítica pelo diálogo entre o popular e o dito erudito. A Extensão Popular, como hoje é conhecida, coloca-se conceitualmente distanciada da extensão conservadora, adotando a perspectiva da realização de um trabalho contrário ao serviço mercadológico para retorno financeiro, ou assistencialista, mas, compreendido como um trabalho socialmente útil com a intencionalidade de gerar processos de mudança na direção da justiça social (MELO NETO, 2006). Atender as necessidades dos excluídos, buscando provocar protagonismos inseridos em um contexto social, político e econômico muitas vezes vulnerável, indo em contrapartida ao modelo egemônico da sociedade.

Apesar de constituir uma ação desenvolvida há décadas, a denominação Extensão Popular somente veio a ser consolidada há poucos anos. Temos aqui expresso o Popular com origem nas postulações dos setores sociais majoritários da sociedade ou daqueles comprometidos com suas lutas, dos que vivem e viverão do trabalho, representados pelas camadas mais baixas, economicamente, da sociedade - os pobres, os trabalhadores do campo e da cidade, os explorados, os oprimidos, os excluídos (Melo Neto, 2014).

A Extensão ao se definir Popular, mesmo tendo origem em uma instituição de ensino considerada elitista e hegemônica, coloca à frente uma clareza em sua posição na sociedade, onde ser Extensão Popular é ter um papel político voltado à defesa dos interesses dessas maiorias e ser sinergista na produção de alternativas contra hegemônicas e, normalmente, criativas capazes de compor um movimento de luta por cidadania.

Sendo assim, a Educação Popular (EP) é um campo que possibilita este conflito entre saberes, e é nesta direção que ao longo dos anos vem se desenvolvendo nas universidades através das Extensões Populares. A Educação Popular, sistematizada por Paulo Freire, permite aos sujeitos se encontrarem em relações profundas mediatizadas por qualquer meio que

possam vir a se encontrar, com uma compreensão educacional promovida não necessariamente através do método Freiriano, mas a partir de seu olhar. Uma compreensão de mundo que geram processos duradouros e permanentes de construção, procurando criar condições para que os sujeitos assumam sua própria realidade, fortalecendo a construção das práticas do cuidado, da participação social, emancipação, enfrentamento, vínculo, construção do saber compartilhado, norteados com base na integralidade, horizontalidade e empoderamento (VASCONCELOS, 2011).

Como caminho metodológico para este texto, fizemos a opção de destacar para discussão algumas dimensões que nos chamaram atenção por serem sempre presentes no cotidiano do trabalho em Saúde com os Idosos quando orientado pela Educação Popular. Estas categorias foram divididas didaticamente em dois tópicos, são eles: *Promoção da Saúde: trabalhando a Autonomia e Participação*; e o *Resgate da Memória e Encontro Intergeracional*.

Através do trabalho social útil que se propõe a Extensão Popular, estudantes podem ter a oportunidade de perceber o outro lado da rua, além da universidade. Como diz o Professor Adalberto Barreto, citado por Rolando Lazarte (2010, p. 08), a extensão faz com que os estudantes procurem outras alternativas além do distanciamento universitário, da “miragem de um saber sem gente, de um conhecimento sem experiência”. Portanto, a partir de experiências vivenciadas junto à comunidade, emergiram uma série de questionamentos motivados por nossa *práxis*. Assim, através das dimensões anteriormente citadas, apontaremos várias relações das mesmas com o questionamento mais presente neste percurso: *Como a promoção da saúde e valorização do outro podem desenvolver um movimento de luta e transformação social?*

PROMOÇÃO DA SAÚDE: trabalhando a Autonomia e Participação

De acordo com a Carta de Ottawa, Promoção da Saúde é o nome dado ao processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua

qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo. A Promoção é, portanto, um exercício de Autonomia do sujeito sobre sua própria Saúde, sendo a Autonomia uma categoria amplamente trabalhada pela Educação Popular.

Nessa perspectiva de trabalho, busca-se a construção da autonomia para que os indivíduos participantes da prática educativa se percebam sujeitos capazes de, no exercício de sua palavra e de sua ação, transformar o seu entorno. “Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, na ação-reflexão” (FREIRE, 1988).

Na atuação em instituições de longa permanência de idosos, a maioria das atividades acontecem em alas com idosos em estados de grande vulnerabilidade. A escolha de trabalhar com eles surge antes mesmo da chegada à instituição quando orientados pelos preceitos da Educação Popular. Podemos Ouvir relatos de que aquele público “não é capaz” de estabelecer interação, nem de se fazer participante, sendo por estes motivos, frequentemente, negligenciados por vários grupos de trabalho.

Ao nos deparar com um espaço repleto de fragilidade, com pessoas já acometidas por patologias físicas e/ou psíquicas, acima de tudo nos deparamos com “GENTE”, e assim, se pararmos para sentir, podemos ter a certeza que é para eles que nosso trabalho precisava ser voltado.

Como bem explicita o cenopoeta e educador popular ao sentir a humanidade dos esfarrapados do mundo:

[...] bocados de molambos molhados manchando o chão.
Bocados de molambos molhados manchando o chão [...] mas o
que tinha dentro era gente ainda, era gente ainda [...] mas o
que tinha dentro era gente ainda, era gente ainda [...] (LIMA,
2009, p. 65-67).

Podemos sentir que a necessidade de interagir com idosos mais autônomos é um fator comum. Isto se dá não porque os menos autônomos são incapazes de serem participativos, mas porque eles são incapazes de serem participativos nas dinâmicas não equânimes, que são idealizadas verticalmente antes mesmo da concepção de cada individualidade. Sendo assim, onde antes

existiam molambos molhados que mancham o chão passamos a promover Gente capaz de colorir sua volta.

No ocidente, as pessoas tendem a ter dificuldades na desenvoltura de seu afeto quando estão próximas aos moribundos. Possuem dificuldades em demonstrar carinho mediante um toque de ternura ou transpor qualquer barreira que nos lembre da efemeridade humana. Assim, a separação involuntária ou não, a que os moribundos são submetidos, provoca neles a sensação de não pertença e de exclusão.

Elias (2001) nos exemplifica esta questão mostrando que este afastamento silencioso, semiconsciente ou não, dos vivos em relação aos moribundos perdura mesmo após a morte. As tarefas e objetos para os funerais são deixados a cargo de empresas especializadas, quando outrora eram atividades executadas pela própria família. Na maioria dos casos, os idosos institucionalizados se veem compelidos a construir do início suas formas de viver seu cotidiano, sem contar mais com as redes de apoio familiar. Isto, para quem vivencia o envelhecimento, pode ser um evento um tanto complexo. É neste momento que podemos analisar a Instituição de Longa Permanência de Idosos enquanto um equipamento da sociedade civil. Este tipo de Instituição no Brasil, apesar de todos os seus méritos, encontra-se como alvo frequente de abandonos familiares e completo isolamento do sujeito no exercício de sua participação social.

De acordo com o estatuto dos idosos (BRASIL, 2006), manter-se participativo é uma das formas que possibilita o envelhecimento ativo, “promovendo a participação do idoso nas atividades comunitárias, de caráter interno e externo”, e mantendo sua autonomia e independência. Consideramos então a participação como, não somente à capacidade de estar fisicamente ativo ou de fazer parte da força de trabalho, mas o desenvolvimento contínuo nas questões sociais, econômicas, culturais, espirituais e civis.

Em outras palavras, levantamos esta problemática nacional em relação às instituições de longa permanência de idosos: com os avanços do Brasil em direção a um cenário econômico liberal, as ocupações da população jovem

têm afastado cada vez mais os idosos de ocupar um lugar em meio ao povo, formando assim uma segregação dos mesmos em relação à própria sociedade. Isto faz das Instituições de longa permanência de idosos um ambiente repleto de lacunas no que diz respeito à construção de cidadania.

Goffman (1992), ao analisar estas instituições por este ângulo utiliza o termo “morte civil”. Ou seja, Despojados de seu papel social, dos direitos à cidadania pela ruptura dos laços familiares, de trabalho, amigos, cultura, privacidade e as relações com o mundo como parte dele, o idoso vive sua última etapa de vida na instituição entre o aborrecido e o melancólico.

Para promover a saúde, portanto, devemos ter sempre a preocupação em como transformar este quadro, visando não só a saúde biológica, mas um quadro social que envolve a *Autonomia* e a *Participação* do sujeito em sua própria realidade.

Este posicionamento foi inspirado pelas concepções da educação popular em reconhecer a capacidade nas pessoas, valorizando a equidade e optando por metodologias inclusivas e não exclusivas.

Nesse espaço, o principal desafio é o de encontrar metodologias que envolvam todo esse público dotado de individualidades. As limitações físicas podem nos impedir de utilizar atividades que envolvam deslocamento; a presença de deficientes visuais e auditivos pode dificultar o ato de explorar recursos em diversas linguagens; e devido aos níveis elevados de perda de cognição e memória da maioria dos presentes, as atividades de estimulação cognitiva devem ser muito bem pensadas para alcançar a todos. Mas não é a dificuldade que deve nos fazer desistir, quando nos planejamos junto a eles conseguimos encontrar possibilidades e saídas onde todos participem dentro de suas disposições e interesses.

Este tipo de iniciativa é importante para a quebra do estigma que muitas vezes paira sobre estes sujeitos. É de fundamental para mostrar a cada integrante presente o tanto de coisas boas que eles possuem para compartilhar, incentivar a participação e interação entre os mesmos, buscando o bem estar e aos poucos tentar (re)inseri-los em uma rotina, mas não a rotina

de uma instituição uma vez relatada a nós por um idoso como: dias todos iguais; a segunda é igual a terça, que é igual a quarta, que é igual ao sábado; todos os dias não acontecem nada e o tempo é meio morto. A reinserção deve ser numa rotina orgânica, com movimento, onde, se cada idoso romper com seu isolamento, teremos um encontro diário numa miríade de culturas populares.

Para tanto, devemos compreender dois conceitos que problematizam a vida destes idosos: a *vulnerabilidade biológica*, aqui descrita como doença, e a *vulnerabilidade social*.

Segundo Torralba (2009), a doença supõe uma mudança na vida da pessoa humana, uma mudança ou mutação que não se refere somente à estrutura somática do ser humano, mas também à sua integridade. No plano da corporeidade, a doença altera profundamente a percepção da própria materialidade. A expressão do rosto, o corpo pesado, a cor pálida da pele, o desabamento das extremidades, etc.

Esta mudança corpórea pode ser confundida com o próprio ambiente da instituição. Muito comumente um indivíduo que caminha até um local como este, ou até um hospital, pode conjecturar: eu não gosto desse ambiente, pois ele tem um aspecto doente. No entanto, a doença como vulnerabilidade biológica é algo exclusivo ao reino animal. Portanto, para trabalhar a promoção da saúde em uma Instituição de Longa Permanência de Idosos, podemos partir da transformação da percepção do idoso e de seus cuidados de suas próprias limitações.

Muitas destas ações podem ter este sentido, como: oficinas de pintura e exposição das artes para colorir as paredes do ambiente; oficinas de maquiagem, para transformar a expressão da enfermidade em autoestima e saúde; estimular os talentos locais, como pandeiristas, batedores de prosa e sujeitos com humor natural, para que estes possam transpor seu isolamento e compartilhar suas mais diversas habilidades à todos. Através dessas ações temos o potencial de mudar completamente o aspecto físico do ambiente,

compreendendo que o que define este aspecto são os planos da corporeidade de cada um somados ao coletivo.

Antes que as rotinas das Instituições de Longa Permanência de Idosos possam acontecer desta forma, encontramos uma série de dificuldades que podem estar representadas na adaptação ao envelhecimento. Podemos analisar as teorias intercomunicantes entre a obra antes citada do sociólogo alemão Norbert Elias (2001), *A Solidão dos Moribundos*, com a conceituação de *vulnerabilidade social* de Francesc Torralba (2009):

A sociedade é o lugar de realização da pessoa humana. Toda pessoa, precisamente por ser pessoa, constitui-se e se realiza em íntima interação com outros seres humanos e cria com eles sociedade, ou seja, *polis*, comunidade, comunhão de vida. Mas a relação interpessoal pode desenvolver-se no plano da amizade, do amor, do respeito e da contemplação, mas também cabe a possibilidade real que se desdobre no plano da violência e da instrumentalidade. Quando isso ocorre, o sujeito é entendido como cidadão ou agente social sobre vulnerabilidade social (TORRALBA, 2009).

Constantes são os relatos de abandonos familiares que podemos ouvir durante uma atuação permanente nestas instituições. O mais frequente deles pode ser: Vim até aqui para uma consulta médica e aqui estou até hoje. Alguns destes idosos passam pelo sofrimento incessante de reviver este trauma todos os dias pelo resto de sua vida. Durante algumas experiências nestes tipos de instituições, identificamos vários casos de idosos que todo fim de tarde preparam seus pertences para irem embora acreditando que a família irá busca-los, ou ainda os que quando dialogam com alguém pedem auxílio ao estranho para telefonar para seus filhos, pois o médico não veio e que este já pode vir para leva-los para casa. Para estes idosos, o dia em que foram institucionalizados foi um divisor de águas entre toda a sua história e uma nova vida que vem passando sem a construção de história alguma.

Este abandono de um indivíduo em *vulnerabilidade biológica* que se torna a causa de uma *vulnerabilidade social* é o principal motivador ao pensar nossas ações de promoção da saúde, não através da assistência técnico especialista como futuros enfermeiros, fisioterapeutas, nutricionistas,

terapeutas ocupacionais ou até mesmo juristas, mas através do estímulo da Autonomia deste sujeito institucionalizado para atuar na sua própria qualidade de vida.

Precisamos refletir e problematizar a realidade. Por mais que a vivência tenha grande valor, sem a reflexão ela se torna vaga, tudo é passível a mudanças e precisamos encarar o processo de transformação como norte em nossa prática, não devemos nos conformar e aquietar. Seguindo essas observações adentramos no conceito de práxis proposto por Paulo Freire. “A práxis, porém, é ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (FREIRE, 1988).

Um ponto importante em nosso processo de práxis é retomar um objetivo que almejamos, mas não conseguimos realizar. Nos momentos de planejamento e reflexões dentro do grupo podemos focar aquelas atividades que são frequentemente desafiadoras. A citar um exemplo, temos o encontro com os cuidadores das instituições de longa permanência de idosos. Assim como praticamente todos os profissionais do Brasil hoje, estes se encontram sobrecarregados de trabalho e metas medidas quantitativamente. Logo, este encontro serve para que possamos problematizar sua carga horária, suas atividades e além de todos esses temas importantes, incentivar as reflexões em torno da metafísica humana a partir das quais possam ser desenvolvidas práticas de cuidados, acolhimento e escuta mais qualificada. Isto visa, talvez, o maior inédito viável de nossas ações pautadas pela Educação Popular: Integrar nossa metodologia, caso seja reconhecida como uma proposta diferenciada, ao serviço e alcançar os diversos níveis da gestão institucional para que haja continuidade da iniciativa mesmo quando não estejamos presentes, para resgatar e valorizar a importância de cada idoso envolvido no processo.

RESGATE DA MEMÓRIA E O ENCONTRO INTERGERACIONAL

Na perspectiva de promoção do outro, acreditamos que todas as pessoas possuem uma história, com características, cheiros, sabores, texturas,

em alguns casos uma variedade infindável de rostos e trilha sonora. Cada qual constrói e modifica essa história partindo de experiências e vivências que somam à subjetividade. Assim, partindo das memórias, apostamos em um encontro dialógico, horizontal e intergeracional, objetivando entender de que forma através do ato de resgatar memórias e da contação dessas memórias, se pode observar um movimento de luta e transformação acerca da promoção do outro.

Contar histórias é a mais antiga das artes. Nos velhos tempos, o povo assentava ao redor do fogo para esquentar, alegrar, conversar, contar casos. Pessoas que vinham de longe de suas Pátrias contavam e repetiam histórias para guardar suas tradições e sua língua. (ABRAMOVICH, 1995, p. 17)

Durante os primeiros encontros com idosos percebe-se uma grande vontade de contar histórias de forma descompromissada, histórias essas que parecem estar trancadas dentro de si. Contá-las, assim como falar de si, provoca reflexão e inquietude, traz a percepção de protagonismos de uma vida extensa, rompendo com a certeza de que hoje são apenas coadjuvantes de um ambiente muitas vezes estéril e imutável. Por vezes, a única necessidade para mobilizar tamanho movimento é que haja um ouvido atento e disponível para partilhar daqueles momentos que só são possíveis de serem resgatados pela memória.

Quando passamos por momentos importantes em nossa vida, sentimos necessidade de contar a outras pessoas sobre o que nos aconteceu, o que pudemos ver, o que fizemos e com quem estávamos. A partir do dia a dia vivemos muitos momentos comuns e que costumamos não atribuir tanta importância. Estes, no entanto, quando acumulados ao longo dos anos, provocam a organicidade em nossa história e a fluidez de nossa identidade, para que possamos evoluir processualmente enquanto homens e mulheres.

No entanto, é importante perceber que nestas ações estão presentes outros elementos que não somente a prosa. A escuta de uma história transcende muito mais que apenas o óbvio. Para primeiro contar algo, este

alguém precisa exercer sua capacidade de *Participar* e assim alterar a dinâmica do ambiente, isto modifica sua autoanálise enquanto indivíduo isolado, vulnerável e destituído de relações que o faz humano. O exercício da escuta permeia por todo este momento, criando estímulos para que o idoso possa refletir sobre sua própria fala. Nisto, contudo, o processo lógico do diálogo, ou a mera capacidade argumentativa tem valor secundário. Sobre isso podemos afirmar que:

Os aspectos não-lógicos, que não significa irracionais, ou seja, elementos do tipo não verbal, como gesto, a postura, o olhar e outros artifícios comunicativos dos quais dispõe o sujeito humano, são transcendentais. (TORRALBA, 2009, p.147)

Percebemos que na maior parte dos momentos, a aprendizagem ocorre em um processo contínuo e mútuo, e que se nos dispomos a nos aproximar e, mais ainda, adentrar no modo que o idoso se vê e vê os acontecimentos ao seu redor, estabelecemos uma relação de confiança. Ao mergulharmos nessas memórias e emoções, nos aproximamos e estreitamos os laços. É notório ao longo do trabalho o quanto fazer algo, dito como “simples”, por vezes banalizado, como estar “com” e “para” o outro pode modificar a nossa trajetória como extensionistas, estudantes e humanos.

Ao escutarmos o idoso, sua história ou mesmo pequenos relatos, há mais do que uma curiosidade em saber o que ele tem a nos contar. Não é apenas um exercício no qual provocamos para que diga o que queremos ouvir, mas, acreditamos que a partir dessa escuta conseguimos provocar reflexões e, conseqüentemente, a reconstrução da sua própria realidade como um processo histórico. No momento em que o indivíduo resgata sua memória, ele se transforma em quem foi outrora. Através deste exercício constante, ele pode perceber o que sente em relação a isto e mudar seu presente através da própria história, como por exemplo, tomar a decisão de ser mais autônomo como antes possa ter sido.

A troca de histórias é também a troca de saberes acumulados, nos descobrir em outros indivíduos e praticar o fenômeno educativo mediatizados por tudo que se encontra ao redor.

“É através de uma história que se pode descobrir outros lugares, outros tempos, outros jeitos de agir e de ser, outras regras, outra ética, outra ótica... É ficar sabendo história, filosofia, direito, política, sociologia, antropologia, etc. Sem precisar saber o nome disso tudo e muito menos achar que tem cara de aula.” (ABRAMOVICH, 2006 p.17).

Em meio ao trabalho na saúde com os Idosos, existe uma forte relação Intergeracional que não pode ser ignorada. A percepção dos idosos e jovens sobre a sociedade frequentemente se diferem em mais de um aspecto. Para exemplificar, os idosos tendem a encarar a finitude das coisas, portanto são pragmáticos e sistemáticos em frente a uma situação limite. No entanto os mesmos tendem a ter menos fluidez para encarar a exigência do movimento acelerado das relações com o mundo. Muitos possuem dificuldades de aprendizado devido ao processo de envelhecimento, isso, acrescido à quantidade de experiência vivida, tende a resultar na resistência ao reconhecer o inacabamento de seu fenômeno educativo. Os jovens, por outro lado, reagem aos seus limites como se fossem desprovidos da finitude, são pouco sistemáticos, porém imediatistas, pois imaginam que sempre terão outras oportunidades de aprimorarem seus pequenos erros. São constantemente julgados pelos mais velhos como inexperientes perante a vida, portanto podem ser resistentes às relações educativas da mesma forma que os idosos, porém por outro ângulo.

Numa relação construída às bases dialógicas e dialéticas, podemos ambos compreender a realidade como um processo histórico em constante movimento. Sendo assim, ao conflitar estas diferentes abordagens de seus próprios limites, podem gerar saberes a construir uma perspectiva inédita.

Sendo assim, quando vislumbramos a oralidade destas histórias, estamos diante de um modo de resgatar os excluídos da história da social, diante de todo potencial existente em suas lutas diárias, problematizações e vivências facilitadoras da transformação. O ato de escutar vai além da nossa curiosidade, mas torna-se uma questão ideológica de acreditar que todos, sem

exceção, podem contribuir na construção da hominização de alguém com o simples conflito de culturas e saberes. Entretanto:

A memória humana é um instrumento maravilhoso, mas falaz. Esta é uma verdade gasta, conhecida não só pelos psicólogos, mas também por qualquer que tenha prestado atenção ao comportamento de quem o rodeia, ou o seu próprio comportamento. As recordações que jazem em nós não estão inscritas nas pedras; não só tendem a apagar-se com os anos, mas muitas vezes se modificam ou mesmo aumentam, incorporando elementos estranhos. (...) Conhecem-se alguns mecanismos que falsificam a memória em condições particulares: os traumas, não apenas os cerebrais; a interferência de outras recordações “concorrentes”; estados anormais da consciência; repressões, recalques. Todavia, mesmo em condições normais desenrola-se uma lenta degradação, um ofuscamento dos contornos, um esquecimento por assim dizer natural, a que poucas recordações resistem. É provável que aqui se possa reconhecer uma das grandes forças da natureza, aquela mesma que degrada a ordem em desordem, a juventude em velhice e apaga a vida com a morte (LEVI, 1990 p.9).

Os sujeitos em que, através do processo do envelhecimento, as memórias tornam-se confusas são sempre uma constante ao trabalhar no grupo Saúde com os Idosos. Sujeitos portadores de Alzheimer, ou qualquer processo degenerativo mais simples, costumam ser os mais ignorados perante os mais diversos grupos de trabalho presentes na instituição de longa permanência de idosos.

No entanto, um de nossos descobrimentos mais importantes na prática da prosa é que, por mais que a realidade possua uma essência resultada pelo acúmulo de percepções semelhantes, às vezes, o fenômeno individual pode tomar posse da realidade e se transformar nesta própria essência, durante as relações interpessoais.

Isto significa que ao cuidar de um indivíduo portador de Alzheimer, de quase nada vale as dimensões da *physis*, de muito pouco vale as dimensões biológicas e de importância vital será a dimensão psicossocial ou ainda metafísica. Por mais que se possa ser um materialista e um dialético, o ato concreto do cuidar será ineficaz ao desconsiderar o fenômeno pessoal.

Estes sujeitos continuam completamente dotados da capacidade de interagir com sua espiritualidade através das suas relações com o mundo e com as pessoas. No entanto, tudo isto irá ocorrer a partir de sua particularidade, levando em conta a integralidade de seu ser. Ao tentar trazê-los para o mundo dotado de senso comum valorizando somente a essência do concreto, irá ocasionar apenas em repetidas negações, correções, reprimendas e, por fim, limitações para com a vulnerabilidade de seu ser. Ao invés disso, aprendemos a embarcar em suas percepções e histórias, como o personagem Sancho Pança de seu Dom Quixote.

Esta história nos ensina que Sancho, fiel escudeiro de Quixote, era um indivíduo pobre e modesto que cavalgava em um franzino jumento ao lado de seu senhor. Quixote, por outro lado, era altivo e valente, sempre em um alazão, o Rocinante. Por vários momentos, nós leitores, dotados de nosso bom senso, percebemos que Dom Quixote é um sonhador e vive perante seu próprio fenômeno dos fatos. Quem sabe se Quixote realmente é nobre ou se não seria tão carente quanto o Pança? Quem sabe se Rocinante não é pouco maior que um burrico? Mas, ao mesmo tempo, podemos refletir sobre que tipo de história teria Dom Quixote se Sancho Pança o impedisse de sonhar? Teria nem Sancho nem Quixote vivido tais aventuras e proferido tais bravatas? Provavelmente.

A promoção da memória, no sentido de valorizar as histórias, é uma importante estratégia para o resgate da autonomia do sujeito e empoderamento, mas também confere um excelente alcance em sua espiritualidade. Ficamos apenas a imaginar o quanto estas histórias e memórias têm a nos ensinar, e o quanto podem contribuir com um importante papel social através da escuta.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O ser humano é um animal dotado de defeitos inerentes. Ele, por ser um animal político, conceituou e estruturou a sociedade de forma a adaptar a natureza através da cultura e trabalho. No entanto, ao longo de sua existência a cultura foi demasiadamente transformada em bens de produção e bens de

consumo, sendo atribuída a ela uma lógica que não mais o preparava para a adaptação à natureza em seu estado mais primitivo.

Justamente por isso, o homem, como compensação de suas carências, constrói uma natureza artificial que envolve um novo conjunto de normas. Nesta nova dinâmica, o homem tem cada vez mais dignificado a dimensão do trabalho, no entanto, o trabalho não tem dignificado ao homem. Logo, novos tipos de vulnerabilidade o atingem e se alojam através de interações sociais entre seus semelhantes, pois neste tipo de coletividade o desconhecimento do outro é um traço evidente e a desconfiança torna-se uma relação habitual.

Uma vez que o homem se desumaniza e adocece, a figura do cuidador toma uma proporção de destaque. O ser humano necessita cuidar de outro ser humano para realizar sua humanidade, para crescer no sentido ético do termo, mas, da mesma forma, necessita do cuidado de outros para alcançar sua plenitude, ou seja, para superar as barreiras e as dificuldades da realidade. Na ação de cuidar ele se humaniza e assumindo plenamente esta ação, transcende as relações de sociedade que o adocece.

Como afirma Torralba (2009), É o cuidado e não a cura o que os vulneráveis valorizam, consciente ou inconscientemente.

Entretanto, exercer a promoção da saúde não apenas levando em conta o adoecimento biológico, mas assumindo a postura de educador-educando, comprometido com o processo de libertação é um ato político de luta importante. Garantir que o sujeito seja empoderado para a tomada de decisões, rompendo seu isolamento social para multiplicar os agentes de transformação, é o que Paulo Freire define como amor nas relações educativas com o mundo.

A classe popular que passa pelo processo do envelhecimento tem sofrido as consequências de perder a capacidade produtiva perante o modelo do capital. Exilados da sociedade civil, são, processualmente, privados de participar da práxis humana e caem em profundo silêncio. Configura-se em

nossa luta o resgate dos idosos institucionalizados para a prática da alteridade. Através da experiência intergeracional, resignificar o papel social do idoso e do jovem, valorizando suas histórias e sua memórias para garantir o processo educativo durante toda a vida.

Todo tipo de conhecimento só é gerado a partir desta interação e conflito, de duas ou mais experiências diferentes. Este promove, dentre outros aspectos, o enfrentamento da realidade, que causa um misto de sentimentos. Pode ser doloroso ou gratificante, mas busca visualizar um futuro digno. Se importar com o envelhecimento perante as normas do capital, mesmo ainda não tendo chegado nosso “tempo” é desafiador, sabemos que isto numa dimensão global é utopia, no entanto percebemos o quão motivador e substancial é que todos nós possamos acreditar nas potencialidades que cada um carrega consigo em quaisquer momentos da vida.

Afinal, Uma história de vida não é feita para ser arquivada ou guardada numa gaveta como coisa, mas existe para transformar a cidade onde ela floresceu (BOSI, 2003 p. 69).

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil: gostosura e bobices**. 5.ed. São Paulo: Scipione, 2006.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto do Idoso**/ Ministério da Saúde. – 2a. ed. rev. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde; 2006.

ELIAS, Norbert. **A Solidão dos Moribundos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. FORPROEX, **Extensão Universitária: Organização e Sistematização**/ Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Belo Horizonte. Coopmed, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 18ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988. GOFFMAN E. **Manicômio, prisões, conventos**. 4ª ed. São Paulo (SP): Perspectiva; 1992. LAZARTE, R. **Terapia Comunitária: Reflexões**. João Pessoa, 2010.

LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LIMA, R. **Lâminas**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão Popular**. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2006, vol. 1 MELO NETO, José Francisco de. **Extensão popular**. 2.ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

TORRALBA ROSELLÓ, Francesc. **Antropologia do Cuidar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. VASCONCELOS, E. M. **Espiritualidade no trabalho em saúde**. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2011.

EDUCAÇÃO POPULAR: EM FAVOR DE QUEM? DE QUÊ? PARA QUÊ? PARA QUEM?

Heloísa Marinho, Rita de Cássia Cavalcante Porto

RESUMO: O presente artigo propõe uma reflexão crítica a respeito das várias concepções de Educação Popular (EP) desenvolvidas em diversos espaços sociais (escolas, associações comunitárias, ONGs, sindicatos etc). A metodologia utilizada neste estudo foi essencialmente bibliográfica a partir de textos de Paulo Freire, Alder Júlio Calado, Clodóvis Boff, Miguel Arroyo, Moacir Gadotti, Gramsci entre outros. Ao final, pôde-se concluir que a EP na concepção de Paulo Freire é a opção mais viável para a concretização de um Projeto Popular de Educação, pois é uma pedagogia libertadora capaz de formar cidadãos críticos e atuantes, através do diálogo, da alteridade, da não-discriminação, da emancipação dos sujeitos, o que proporciona a construção coletiva do processo educativo.

Palavras-chave: Educação Popular. Paulo Freire. Diálogo. Emancipação.

1. INTRODUÇÃO

A educação não se resume àquela realizada na escola propriamente dita, pois a concepção de educação é mais ampla. Há o compartilhamento e a produção de saberes, através da participação social em movimentos e em ações coletivas, em outros espaços educativos (GOHN, 2011, p. 333). No presente artigo, esse último processo educativo será denominado de Educação Popular.

Na história da América Latina, a designação Educação Popular (EP) é compreendida de diversas formas, pois existe uma teia de interesses conflitantes (de opções político-filosóficas, de classe etc.) que condicionam o olhar de quem se decide por essa ou por aquela concepção. (CALADO, 2008, p. 227) A EP pode ser definida como a educação das classes populares; o saber da comunidade – o conhecimento popular; a educação do povo feita pelo Estado através do ensino público, a fim de moralizá-lo, civilizá-lo, integrá-lo ao modelo de desenvolvimento capitalista etc. (ARROYO, 2010, p. 250)

A partir de várias experiências de EP na América Latina, Luiz Eduardo Wanderley (2010, p. 21) apresenta as três seguintes orientações básicas de

EP: (1) de integração: educação para todos, extensão da cidadania, eliminar a marginalidade social, superar o subdesenvolvimento etc (2) nacional-populista: durante os governos populistas, a EP buscava mobilizar setores das classes populares, a fim de homogeneizar os interesses divergentes para a consecução do nacional- desenvolvimentismo; (3) de libertação: A partir de um compartilhamento de saberes entre agentes e membros das classes populares, a EP busca fortalecer as potencialidades do povo, valorizar a cultura popular, a participação para realizar reformas estruturais na ordem capitalista.

No Brasil, há pouco tempo, representantes da sociedade civil, da iniciativa privada, organizações sociais e gestores públicos se uniram em prol do movimento “Todos pela Educação” para garantir Educação Básica de qualidade para todos os brasileiros até 2022. Contudo, aderir à defesa da educação não é o suficiente, é importante a formulação destes questionamentos: em favor de quem? De quê? Para quê? Para quem? (ANTUNES, 2008, p. 19) O propósito fundamental deste artigo é despertar uma reflexão no leitor a respeito de qual das opções de EP escolheria: a tendência hegemônica/ dominante ou ousar construir uma saída alternativa?

2. EDUCAÇÃO POPULAR FEITA PARA, COM OU CONTRA O POVO?

Enquanto em Marx, o momento da sociedade civil coincide com a base material (contraposta à superestrutura, local em que residem as ideologias²⁷ e as instituições), Gramsci, ao contrário, amplia a compreensão das dinâmicas superestruturais ao afirmar que o Estado engloba a sociedade política mais a sociedade civil.

Nas superestruturas da sociedade são identificados dois grandes níveis

²⁷ Segundo Gramsci, ideologia é 'uma concepção do mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individual e coletiva'. Em suma, a ideologia representa a visão de mundo, de valores, de ética, de projetos de vida individual e coletiva de cada classe social. GRAMSCI, Antonio. Concepção Dialética da História, 1989. In: NETO, Elydio dos Santos. Paulo Freire e Gramsci: Contribuições para pensar Educação, Política e Cidadania no Contexto Neoliberal. Revista: Múltiplas Leituras, v.2, n.2, p. 31, jul. /dez. 2009. Disponível em:<<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/ML/article/viewFile/1265/1280>>, acesso em: 11 de out de 2015.

– o que devemos chamar de nível da 'sociedade civil', quer dizer o conjunto dos organismos comumente chamados 'privados', como igrejas, escolas, sindicatos, associações etc. O outro é o da 'sociedade política' ou do Estado: aparelho coercitivo que assegura a conformidade das massas populares ao tipo de produção ou de economia em um momento determinado (GRAMSCI, 2001, p. 20-21).

Esses dois níveis agem de formas diferentes a fim de obter a hegemonia. A sociedade política procura alcançá-la por meio da coerção, ou seja, do poder da força; ao passo que a sociedade civil, através do consenso mediante as condições normais de subordinação ideológica das massas – cotidiano da democracia burguesa - pelos aparelhos privados da sociedade. (GRAMSCI apud NETO, 2009, p. 31)

Entende-se Educação Popular (EP) como o processo formativo relativo às camadas populares. Contudo, a EP serve aos mais diferentes protagonistas, parceiros e supostos aliados, detentores das mais variadas motivações, perspectivas, posturas ético- políticas. Durante o processo educativo, envolvem-se tanto instâncias governamentais quanto particulares (ONGs, filantrópicas, entre outras), além dos supostos aliados e dos próprios destinatários. Existem “parceiros” que não têm compromisso efetivo com os setores populares, pois se envolvem com a EP devido a algum tipo de proveito (eleitoral, isenção ou redução de impostos). (CALADO, 2008, p. 228)

Diante disso, sabe-se que há a EP feita para o Povo, com o Povo e até mesmo contra o Povo. A preposição para significa que os segmentos populares não participaram dos debates para a elaboração das políticas públicas, para a implantação dos projetos e dos programas educativos voltados para eles. As “classes menos favorecidas” ou as “camadas carentes da sociedade” recebem o pacote pronto, de forma passiva, vertical e impositiva. Isso porque o caráter da grande maioria das experiências em EP é assistencialista. (CALADO, 2008, p. 227).

De acordo com Paulo Freire (2008, p. 23), a Educação Bancária nega a dialogicidade ao enxergar o educando como mera lata vazia, conta bancária, em que se depositam trocados de conteúdos e de lições alienantes ou, até mesmo, críticos. Isso porque os conteúdos podem ser mudados, mas manter a

mesma postura, ou seja, trocam-se as mentiras da burguesia pelos saberes revolucionários. A Educação Bancária nega a condição de ser humano ao promover a verticalização do conhecimento, pois o homem perde o seu poder de criar e de transformar o mundo, não sendo o sujeito de sua ação.

Nos encontros de educadores do MST de que participo encontro frases estimulantes de Paulo Freire. Entretanto o que mais se destaca é sua figura humana ao lado de outras figuras como Florestan Fernandes, Zumbi, Che Guevara... Figuras históricas que são educativas pelo que foram como gente, por sua relação com o povo e com os movimentos de libertação. Figuras que apontam posturas educativas que nos dizem: vão ao povo como gente, sejam vocês mesmos, estejam abertos ao diálogo, aprendam com o povo (este deve ser o „método“ de construção do Projeto Popular para o Brasil). Não levem ao povo uma mensagem, sejam essa mensagem. (ARROYO, 2010, p. 253)

A preposição com compreende uma Educação Popular (EP) que respeita e interage com a realidade sócio-econômica das classes populares, com o objetivo de despertar o pensamento crítico do povo, para que seja protagonista de sua história. (CALADO, 2008, p. 227) Atualmente, na América Latina, ainda persiste uma sociedade predatória, em que

se instala uma elite que governa conforme as ordens da sociedade diretriz. Esta elite impõe-se às massas populares. Esta imposição faz com que ela esteja sobre o povo e não com o povo. As elites prescrevem as determinações às massas. Estas massas estão sob o processo histórico. Sua participação na história é indireta. Não deixam marcas como sujeitos, mas como objetos. (FREIRE, 2008, p. 34)

Paulo Freire preza por uma pedagogia não domesticadora, livre de orientações assistencialistas e atuações impositivas que invadam a consciência do outro, logo defende uma educação não-diretiva, despojada ao máximo de uma interferência exterior sobre o educando. (BEISIEGEL, 2008, p.215) A concepção de Educação Popular, com a orientação de libertação, costuma entrelaçar as noções de cultura e consciência histórica, para que os valores importados, pela colonização ou pela imposição, sejam superados (WANDERLEY, 2010, p. 29).

3. EDUCAÇÃO POPULAR NA CONCEPÇÃO DE PAULO FREIRE

A expressão mais avançada do movimento de renovação pedagógica é a Educação Popular (EP) na concepção de Paulo Freire, uma pedagogia de luta, de libertação, de transformação, que surgiu no final da década de 1950, prolongou-se pela de 1960 e se mantém nos dias atuais, sobretudo nos movimentos sociais urbanos e rurais. (ARROYO, 2010, p. 247)

No Brasil, a história da EP geralmente é contada a partir da década de 1960, quando a referência mais marcante desse movimento pedagógico-político-cultural é o projeto de Paulo Freire em Angicos, no Rio Grande do Norte, em 1963. Ademais, no início da década de 1960, podem-se citar o Movimento de Cultura Popular (MCP), criado na Prefeitura de Recife; a campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, instituída pela Prefeitura de Natal; e o Movimento de Educação de Base (MEB), criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em convênio com o governo federal. (STRECK, 2010, p. 301)

Apesar do patrocínio estatal, esses movimentos ultrapassaram o controle do Estado e se misturaram com a sociedade civil, já que há uma coincidência entre as ações transformadoras na sociedade e na EP, ambas impulsionadas pelos movimentos sociais. (PONTUAL, 2008, p. 3) Em sua origem, a Educação Popular (EP) praticamente se encontra unida com os movimentos sociais populares, pois eles são uma força instituinte nas práticas educativas ao promover estratégias de luta por melhorias concretas no bairro ou das condições de vida. (STRECK, 2010, p. 302)

Paulo Freire enumera três fatores históricos que contribuíram para o surgimento da Educação Popular (EP): (1) O populismo: a partir da crítica às manobras de políticos de grandes partidos, que utilizavam às massas conforme suas conveniências para dar verniz de participação popular aos regimes populistas da época, começam a surgir concepções orientadas de educação;

(2) A industrialização: que expulsou milhares de pessoas do campo para cidade e, com isso, proporcionou grande apelo na sociedade para

educar essas pessoas, tendo em vista o progresso econômico do país. Contudo, percebeu-se que a escola não conseguia cumprir essa tarefa e havia necessidade, então, de pensar em outros processos educativos; (3) A relação estreita, que era enfatizada na época, entre educação e transformação social para o progresso da nova sociedade industrial que surgia. (FREIRE; NOGUEIRA, 1999, p.16)

A EP na concepção de Paulo Freire é um processo formativo permanente que ocorre ao longo do (com)viver humano nos mais variados espaços sociais: tribal, familiar, lúdico, produtivo, nas relações de gênero, de etnia, de geração, nas relações com a Natureza, com o Sagrado. (CALADO, 2008, p. 229)

A EP é uma pedagogia do público, da decisão, da construção de um sentido comum. A EP é ela mesma uma educação cidadã, uma esfera pública. Ao falarmos em EP nos referimos à criação em distintos âmbitos (escolas, bairros, movimentos sociais, famílias) de esferas públicas que permitam que as pessoas se reúnam em lugares diversos para falar, intercambiar informação, escutar, fazer negociações. (CASTILLO; OSÓRIO, 1997, p. 42-43)

A EP na concepção de Paulo Freire transpõe os muros das escolas, das universidades, pois está presente em qualquer ambiente onde ocorra o fenômeno da educação. No cotidiano, as reivindicações populares também vão se constituir, na dimensão política, como processos educativos, orientados pelos princípios da autonomia e da emancipação, proporcionando a mobilização, a organização e a participação dos grupos sociais nos mecanismos de decisão.

Ademais, uma escola ou universidade, em que a educação é popular faz a leitura do mundo através do dialogicidade que é o alicerce de uma educação crítica desencadeadora de uma prática libertadora, emancipadora. (NETO, 2007, p. 437)

Os seres humanos são seres da práxis, seres que emergem do mundo, que transformam e se transformam. Esta práxis se dá pelo diálogo com o

mundo, com os seres humanos. Sem diálogo não há prática autêntica, não há prática revolucionária. [...] A dialogicidade desvela a realidade opressora e problematiza suas razões de ser, instrumentaliza para a luta por sua superação. (SCHNORR, 2010, p. 84-85)

A educação autêntica é a que se faz com o Outro mediatizada pelo mundo, e não aquela para o Outro, logo a EP na concepção de Paulo Freire é um processo educativo

diário, histórico e coletivo, capaz de promover a leitura crítica do mundo – compreensão crítica da realidade- que envolve a prática de denunciar a realidade constatada e de anunciar a sua superação, através da organização dos grupos e das classes populares para intervir na reinvenção da sociedade. (FREIRE, 2000, p. 42).

Em suma, a EP na concepção de Paulo Freire está em construção permanente, protagonizada pelos movimentos populares e seus aliados, a favor de uma sociedade economicamente justa, socialmente solidária, politicamente igualitária, culturalmente diversa, dentro de um processo coerentemente marcado por práticas, procedimentos, dinâmicas e posturas correspondentes ao mesmo horizonte (CALADO, 2008, p. 228).

4. REFLEXÃO DA PRÁXIS EDUCATIVA POPULAR DE PAULO FREIRE

A Educação Popular (EP) se processa em dois momentos: reflexão e ação. O primeiro tem um cunho essencialmente educativo, pois visa o entendimento da realidade, a conscientização. Enquanto o outro momento – a ação direta – é um ato político, pois visa a transformação da sociedade. Essa educação se desenvolve pela combinação entre ação e reflexão. A ação dialógica é ação-reflexão, ou seja, é práxis libertadora.

“A práxis de libertação implica na dialética entre: ação-teoria-ação; realidade- sujeito-realidade; opressor-oprimido; indivíduo-sociedade. A superação da dominação implica na compreensão desta dialeticidade, deste movimento permanente” (SCHNORR, 2010, p. 83).

A teoria (reflexão, estudo, análise, compreensão) e a práxis (ou prática, ação, compromisso, luta) articuladas e interligadas

entre si são dois momentos de um mesmo processo (BOFF, 1986, p. 53).

Depois de Paulo Freire ninguém mais pode ignorar que a educação é sempre um ato político. Aqueles que tentam argumentar em contrário, afirmando que o educador não pode „fazer política“, estão defendendo uma certa política, a política da despolitização. Pelo contrário, se a educação, notadamente a brasileira, sempre ignorou a política, a política nunca ignorou a educação. Não estamos politizando a educação. Ela sempre foi política. Ela sempre esteve a serviço das classes dominantes (GADOTTI, 2008, p. 14).

A EP, desde suas origens, preocupa-se com os empenhos, tanto práticos quanto teóricos, dos movimentos sociais populares, portanto é essencial o educador juntamente com seus educandos partear a criticidade da realidade, para que o processo educativo contribua com a explicação dessa e com o engajamento transformador do povo, como sujeitos de direitos, para a ação política.

Diante disso, a partir das reflexões do livro “Como Trabalhar com o Povo?” de autoria de Clodovis Boff (1986), os primeiros possíveis passos podem ser identificados a seguir:

a. Participar da caminhada: Antes de qualquer trabalho com o povo, é importante que o educador popular esteja inserido no meio do povo para participar de sua vida e luta, nem que seja apenas por contatos e visitas. E, assim, ganha a confiança do povo, adquirindo o poder de convocação e de mobilização popular.

O primeiro passo de um trabalho popular é se banhar no ambiente em que irá atuar, através de uma sondagem em torno de alguns problemas da comunidade, tais como, saúde, religião, conflitos fundiários, etc (BOFF, 1986, p. 55). É evidente que a trajetória é mais fácil quando alguém ingressa em um trabalho já iniciado por outros, pois só precisa acompanhar por um tempo os que já estão envolvidos. Contudo, todo trabalho popular implica em riscos e em desafios, pois se trata de uma das artes mais difíceis: a de lidar com gente.

b. Partir dos problemas reais: Os conflitos, as necessidades urgentes, os interesses vitais motivam a mobilização popular. Não é a partir de esquemas e propostas advindos do lado externo, que pode nascer um trabalho popular promissor, mas sim da terra da realidade, especialmente do contraditório. Em sala de aula, um educador comprometido com a mudança social deve

[...] não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os da classes populares, chegam a ela saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também, [...], discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes. Por que não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmo puramente remediados dos centros urbanos? (FREIRE, 2009, p. 30)

c. Encaixar-se o quanto possível na caminhada do povo: É importante sempre aproveitar o que já existe na comunidade e, a partir de dentro, desdobrar esse primeiro embrião. Pode ser um grupo já existente, uma associação determinada, com seus dirigentes populares próprios (BOFF, 1986, p. 56-57).

d. Convocar a comunidade: É preciso, finalmente, tomar a iniciativa e chamar o povo para um encontro. Nada dispensa o chamado à reunião. Educar não é endoutrinar, logo é fundamental evitar todo autoritarismo pedagógico, pois supõe que uma parte saiba, fale e ensine e a outra ignore, escute e aprenda.

A educação ainda permanece vertical. O professor ainda é um ser superior que ensina a ignorantes. Isto forma uma consciência bancária. O educando recebe passivamente os conhecimentos, tornando-se um depósito do educador. Educa-se para arquivar o que se deposita. Mas o curioso é que o arquivado é o próprio homem, que perde assim seu poder de criar, se faz menos homem, é uma peça. O destino do homem deve ser criar e transformar o mundo, sendo o sujeito de sua ação (FREIRE, 2008, p. 38).

Contrapõe-se a outra idéia de educação – a dialógica ou dialogal. Nessa, o educador e o povo refletem juntos, coletivamente, sobre os problemas comuns. Apesar do envolvimento de todos no processo educativo, o diálogo exige certa disciplina: a de escutar e falar (sem exageros) e a de centrar o debate em torno de um problema definido (sem fazer digressões). Nota-se a importância do papel do educador popular na condição de animador, mediador ou coordenador.

Para a maioria do povo, o aprendizado não passa pelos livros, mas pela realidade viva. A mediação não é cultural (escola, biblioteca, leituras, etc.), mas prática. Educar não é convencer. É pensar a própria práxis (BOFF, 1986, p. 61). Seja como for, uma idéia só se fixa na alma do povo quando se enraíza no chão de sua própria vida. Reunidas essas possíveis ações em torno de um problema definido, é preciso ainda ver como prosseguirá.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face do que foi exposto ao longo deste artigo, conclui-se que não existem processos educativos neutros nem mesmo na esfera da educação popular, ou seja, não há educação que ignore os dilemas históricos cruciais que a humanidade enfrenta. (GADOTTI, 2006, p. 11) Quando um suposto educador defende uma neutralidade

frente ao mundo, frente ao histórico, frente aos valores, reflete o seu compromisso consigo mesmo, com seus interesses ou com os interesses dos grupos aos quais pertencem como este não é um compromisso verdadeiro, assumem a neutralidade impossível. (FREIRE, 2008, p. 19).

A educação dialógica de Paulo Freire se opõe à concepção educacional bancária, pois apresenta cinco pressupostos que norteiam a comunicação educador-educando: amor, humildade, fé nos homens, esperança e um pensar crítico. Quem não ama não compreende o próximo, não o respeita, logo não o educa. (FREIRE, 2008, p. 29) Nada mais deseducativo do que, com palavras ou gestos, exprimir desdém, aborrecimento ou aversão a

respeito da opinião - qualquer que seja - de alguém do povo. (BOFF, 1986, p. 48-49)

A EP sob uma concepção de Paulo Freire é capaz de formar cidadãos críticos e atuantes à medida que cada educando se posiciona frente ao mundo, compreendendo a si mesmo e aos seus outros sociais, enquanto sujeitos sociais e históricos, produtores de cultura, proporcionando uma vivência efetiva de sua cidadania. A emancipação dos sujeitos proporciona a construção coletiva do processo educativo. (DIAS, 2008, p. 159) Enfim, a educação popular verdadeiramente política tem que ser antes de tudo radicalmente humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ângela. Pedagogia do oprimido: escolha, compromisso e luta. In: GADOTTI, Moacir (org.). 40 olhares sobre os 40 anos da pedagogia do oprimido. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

ARROYO, Miguel. Paulo Freire e o Projeto Popular para o Brasil. In: SOUZA, Ana Inês (Orgs.). Paulo Freire: Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BEISIEGEL, Celso de Rui. Política e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil. 4ª ed. Brasília: Líber Livro, 2008.

BOFF, Clodovis. Como Trabalhar Com o Povo: Metodologia do Trabalho Popular. Editora: Vozes, 1986. Disponível em: <<http://servicioskoinonia.org/biblioteca/pastoral/BoffClodovComoTrabalharPovo.pdf>>, acesso em: 16 out 2015.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. Educação popular como processo humanizador: quais protagonistas? . In: LINS, Lucicléia Teixeira; OLIVEIRA, Verônica de Lourdes Batista de (Orgs.). Educação popular e movimentos sociais: aspectos multidimensionais na construção do saber. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008. p. 225-242.

CASTILLO, Adolfo; OSORIO, Jorge. Construcción de ciudadanías em América Latina: hacia una agenda de la educación ciudadana. UNESCO, 1997

DIAS, Adelaide Alves. A escola como espaço de socialização da cultura em Direitos Humanos. In: ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares et al. Direitos Humanos: Capacitação de educadores. Vol. 2 – Fundamentos culturais e educacionais da Educação em Direitos Humanos. João Pessoa: Editora da UFPB, 2008. p. 155-159. Disponível em: <http://dhnet.org.br/dados/livros/edh/a_pdf/livro_dirhumanos_volume2.pdf>. Acesso em: 29 jul 2015.

FERNANDES, Valdisio. A Luta pela Hegemonia – Uma Perspectiva Negra. Salvador: Instituto Búzios, 2007. Disponível em: <http://www.institutobuzios.org.br/documentos/Valdisio%20Fernandes_A%20Luta%20pela%20Hegemonia%20Uma%20Perspectiva%20Negra.pdf>, acesso em: 04 de out de 2015.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. Que Fazer - Teoria e Prática em Educação Popular. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 40ª reimpressão. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. 8ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Disponível em: <<http://www.hlage.com.br/E-Books-Livros-PPS/Comunismo-Nazismo-Etc/Antonio%20Gramsci%20-%20Cadernos%20do%20c%C3%A1rcere%20-%20vol%20II.pdf>> , acesso em: 11 out 2015.

GRAMSCI, Antonio. Concepção Dialética da História, 1989. In: NETO, Elydio dos Santos. Paulo Freire e Gramsci: Contribuições para pensar Educação, Política e Cidadania no Contexto Neoliberal. Revista: Múltiplas Leituras, v.2, n.2, p. 31, jul. /dez. 2009. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/ML/article/viewFile/1265/1280>>, acesso em: 04 de out de 2015.

MELO NETO, José Francisco de. Educação popular em direitos humanos. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et alii. Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológico. João Pessoa: Editora da UFPB, 2007.

SCHNORR, Giselle Moura. Pedagogia do Oprimido. In: SOUZA, Ana Inês (et al.). Paulo Freire: Vida e Obra. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

STRECK, Danilo R. Entre Emancipação e Regulação: (Des)encontros entre Educação Popular e Movimentos Sociais. Revista Brasileira de Educação, v. 15, n. 44, maio/ago, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n44/v15n44a07.pdf>>, acesso em: 12 out 2015.

PONTUAL, Pedro. Presentación: movimientos sociales, tema vital para la educación popular. La Piragua. Revista Latinoamericana de Educación y Política, v.I, n. 27, p. 3-5, 2008.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Educação popular: metamorfoses e veredas. São Paulo: Cortez, 2010.

OLHARES SOBRE A EXTENSÃO POPULAR EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS DOS ESTUDANTES SANTOMENSES NA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB): PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO

Cicley Dias do Sacramento; Vinuel Semedo Vila Nova Viegas

RESUMO: O objetivo principal desse estudo é levar o conhecimento, a vivência e a experiência de estudantes santomenses da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) sobre as diversas ações de extensão universitária desenvolvidas nela, para serem desenvolvidas e implantadas nas universidades de São Tomé e Príncipe, tendo como exemplo o projeto Cultura de matriz africana: Capoeira e danças na comunidade. A pesquisa justifica-se pela necessidade de fomentar outras e dar visibilidade ao tema - desenvolvimento e aplicabilidade de projeto de extensão - em São Tomé e Príncipe e, ao mesmo tempo, construir um estudo-panorama que sirva de base para novas pesquisas sobre o assunto. O estudo foi desenvolvido com base na literatura especializada e em uma pesquisa efetuada na Unilab junto aos projetos de extensão que têm a participação de discentes santomenses.

Palavras chave: Projeto de extensão universitária brasileira; Unilab; Vivência; Implementação; São Tomé e Príncipe.

INTRODUÇÃO

Pensar a extensão universitária, segundo o modelo das Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil, em São Tomé e Príncipe, requer refletir sobre a história e o papel das universidades e do ensino superior nesse país insular, localizado no Atlântico, no qual não existe ainda a legislação e a prática de cooperação da academia com a comunidade. E, por isso, fez-se necessário um estudo e uma proposta de aplicabilidade futura que está sendo baseada a partir de uma participação direta em um projeto de extensão da Unilab: **Cultura de matriz africana: Capoeira e danças na comunidade**, que está sendo desenvolvido na Pró-Reitoria de Extensão, desde 2015.

Além desta seção, e da metodologia, o estudo tem a seguinte

estrutura: - A Extensão Universitária no Brasil e no contexto da Unilab; - O exemplo de **Cultura de matriz africana: Capoeira e danças na comunidade** e a participação dos discentes santomenses; - São Tomé e Príncipe: história, cultura e universidade; - Reflexões dos estudantes e suas vivências nas universidades santomenses e na Unilab: a importância do projeto de extensão; - Conclusão; - Referências Bibliográficas.

METODOLOGIA

A metodologia é compreendida como um conjunto de métodos e técnicas a serem utilizados na pesquisa, associados a um referencial teórico, norteador dos procedimentos investigativos, conhecimento crítico dos caminhos do processo científico, que indaga e questiona um objeto.

Destarte, como metodologia, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, identificando os pressupostos teórico-metodológicos que embasam os autores que abordam essa temática.

De acordo com Matos e Vieira:

Toda investigação científica, independentemente de sua natureza, requer uma pesquisa bibliográfica. É essencial que esta seja sempre feita, mesmo que combinada a outras escolhas. Ter conhecimento do material já produzido sobre a temática investigada evita as repetições desnecessárias e a recorrência de erros (2001, p.40).

Essa investigação forneceu subsídios para que se pudesse analisar as diferentes faces da extensão e os fundamentos ideológicos que lhe dão sustentação. De posse desses conhecimentos teóricos, nos debruçamos sobre a análise do projeto **Cultura de matriz africana: Capoeira e danças na comunidade**, buscando as intersecções entre a produção teórica e a prática.

O estudo envolveu todos os estudantes santomenses na Unilab, totalizando assim 63 entrevistados. Desses 63 entrevistados, 37 já tiveram contatos com a universidade de São Tomé e Príncipe antes da chegada a Unilab.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Extensão Universitária no Brasil e no contexto da Unilab

A extensão universitária no Brasil, considerada em conjunto e numa perspectiva cronológica, pode ser vista como tendo três grandes etapas: 1) a anterior a 1964, cuja centralidade foi dada pela campanha pela Escola Pública e pela aproximação com o movimento das Reformas de Base, a partir de obra e de prática de Paulo Freire; 2) a etapa que vai de 1964 a 1985, polarizada pela emergência e demandas dos movimentos sociais urbanos; 3) a terceira etapa corresponde ao período pós-ditadura e se caracteriza pela emergência de três grandes novos elencos de demandas: a) as decorrentes do avanço dos movimentos sociais urbanos e rurais; b) as que expressam a emergência de novos sujeitos e direitos, que ampliaram o conceito de cidadania; c) as demandas do setor produtivo nos campos da tecnologia e da prestação de serviços.

A criação do Fórum de Pró-Reitores da Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex) em 1987, foi decisivo na construção da política de extensão que vigora hoje, seja no referente à conceptualização da extensão universitária, seja na construção de instrumentos de avaliação e acompanhamento de ações de extensão, seja na efetiva institucionalização da extensão como dimensão indescartável da atuação universitária; seja como principal interlocutor na definição das políticas públicas de fomento à extensão.

Na Unilab, a extensão universitária é definida como [...] ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado, que, preferencialmente, faça parte de um núcleo de ações, podendo ser vinculado a um Programa. (Resolução nº 27/2011, 12 de Dezembro de 2011)

Ao referirmo-nos à extensão popular, segundo o modelo brasileiro, estamos falando sobre uma extensão que não significa qualquer trabalho fora da academia ou mero serviço assistencialista à população carente. Seu propósito é maior: fundir o que se aprende e produz na universidade e aplicar

no desenvolvimento de uma comunidade, de modo comprometido, respeitoso e valorativo dos saberes, histórias, lutas e interesses das classes populares.

Segundo PERREIRA (2009) existem diversos conceitos de extensão popular e uma de suas análises fala sobre duas vertentes trazidas por BEZERRA e BRANDÃO (APUD 1986), a de que o termo popular venha a ser produzida “para o povo” ou “pelo povo”.

A extensão popular busca trazer a segunda concepção, a produzida “pelo povo”, que nos leva a perceber que nesta existe a participação do povo nas construções e a valorização de seus conhecimentos.

De acordo com a Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP), a primeira tentativa de articulação de projeto de extensão, numa perspectiva que rompesse com as práticas extensionistas “tradicionais”, de forma a integrar tal prática a dinâmica social do Brasil, ocorreu em 2003, com o I Congresso Brasileiro de extensão Universitária (1º CBEU) em João Pessoa-PB, através da Ação Nacional de Extensão Aniversaria (ANEXU).

A UFPB é o marco propulsor do desenvolvimento e amadurecimento da extensão popular no Brasil. Desde de 1992, vem desenvolvendo projetos que buscam prezar pela qualidade de construção de suas ações, para fazer jus à definição de extensão popular.

A extensão universitária popular vem realçar e valorizar os saberes populares e mostrar pelos manifestos populares que o povo tem um saber propagado em suas lutas em favor da mudança sociais onde por sua vez é respaldado na própria universidade que os cita em seus aglomerados de saberes. É dentro deste contexto que se enquadra o projeto **Cultura de matriz africana: Capoeira e danças na comunidade**, que será abordado na seção seguinte.

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, fundada em 2009 e sediada no município de Redenção (Ceará), é uma IES brasileira que tem como missão institucional a formação de recursos humanos aptos para contribuir para a integração, ao nível da educação, do Brasil com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e Timor-Leste. Nesse contexto, ela fomenta o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional do Brasil com os países lusófonos e, em

particular, com o continente africano.

O objetivo da Unilab é tornar-se a principal IES no espaço da lusofonia, servindo, desta forma, de elemento agregador e integrador de toda a comunidade lusófona. Mais do que um projeto brasileiro para África e Timor-Leste, a Unilab representa um projeto lusófono com a África e Timor-Leste.

Na Unilab o incentivo ao fomento de ações de extensão universitária é grande. Há dezenas de projetos que envolvem o diálogo entre a academia e a comunidade externa. O edital mais recente do Programa de Bolsas de Extensão, Arte e Cultura (Pibeac) contemplou 49 projetos de caráter educativo, científico, tecnológico, cultural, esportivo e artístico, contribuindo para a formação cidadã e apoiando a articulação Universidade-Sociedade. A universidade dispõe ainda de uma incubadora tecnológica de economia solidária.

Atualmente a instituição conta com 86 projetos de extensão em desenvolvimento visando o desenvolvimento da comunidade local, sendo estes agrupados em diferentes categorias e voltados para áreas diversas como: educação, saúde, esporte, cultura, dança, música, etc.

Na seção a seguir trataremos do projeto **Cultura de matriz africana: Capoeira e danças na comunidade** que foi tomado como base prática para este estudo.

O exemplo do projeto Cultura de matriz africana: Capoeira e danças na comunidade e a participação de discentes santomenses

O projeto **Cultura de matriz africana: Capoeira e danças na comunidade** trata-se de uma atividade de extensão universitária, vinculada a Pró-Reitoria de Extensão da Unilab. O projeto está sendo desenvolvido desde 2015 com término em 2016. O mesmo está inserido no Programa Mais Cultura nas Universidades (MEC), no qual participaram 110 universidades federais e a Unilab foi classificada em 10º lugar no ranking nacional e em 2º lugar entre as universidades contempladas da região Nordeste, sendo a única selecionada do estado do Ceará. O objetivo do projeto é contribuir para o

desenvolvimento humano local por meio da informação cidadã -pessoal e profissional- na área de linguagens artísticas e culturais de matriz africana - capoeira e danças africanas e afro-brasileiras; qualificar recursos humanos no âmbito de gestão cultural, bem como proporcionar a circulação dos grupos em eventos regionais e em estados vizinhos, além de incentivar o fomento da pesquisa específica e divulgação e organizar a segunda edição de um evento internacional de capoeira e áreas afins na Unilab, com publicação de um livro.

Os grupos específicos são a comunidade acadêmica da Unilab - docentes, discentes e técnicos - e a comunidade externa com destaque para pessoas especiais e da Terceira Idade.

O projeto **Cultura de matriz africana: Capoeira e danças na comunidade** pretende o desenvolvimento e fortalecimento de pessoas no campo das artes e da cultura de matriz africana (capoeira e danças africanas e afro-brasileiras) com participação de cidadãos/ãos da Unilab e instituições da comunidade que detém o conhecimento na área. As capacitações ocorrem: 1- no campo pessoal, como aprendizagem da roda de capoeira (ginga, toque dos instrumentos, cantigas, mitos fundadores, etc.), e de danças africanas (Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola, Moçambique, e São Tomé e Príncipe) e afro-brasileiras (samba de roda, maculelê, etc.); 2- no aspecto da difusão artístico-cultural de grupos de capoeira e de danças africanas e afro- brasileiras com circulação na região e em eventos vizinhos; 3- o envolvimento de discentes da Unilab (Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola, Moçambique e, principalmente, São Tomé e Príncipe) com a comunidade na partilha de conhecimento artístico-cultural (intercâmbio internacional).

Outro dos objetivos do projeto é a aplicabilidade da Lei 10.639/2003, alterada pela Lei 11.645/08, as quais estabelecem as diretrizes e bases da educação nacional com inclusão no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade dos estudos sobre a temática da história e culturas Afro-Brasileiras e Indígena.

São Tomé e Príncipe: história, cultura e universidade.

O arquipélago de São Tomé e Príncipe é o menor país da CPLP e o segundo menor do continente africano. Situado na costa ocidental de África, no Golfo da Guiné, é constituído por duas ilhas principais – a ilha de S. Tomé e a ilha do Príncipe, e vários ilhéus perfazendo uma superfície total de 1001 Km². De acordo com as estimativas divulgadas pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE), em 2012, a população atual residente no país é de 187.356 habitantes.

Com um rendimento per capita de 440 USD, o arquipélago está abaixo da média dos países de desenvolvimento baixo, ocupa o 128º lugar no ranking mundial, com um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,643 (2007).

O facto de o país ter vivido grande parte da sua história como colónia de Portugal fez com que não se equacionasse a questão da educação e muito menos a criação de ensino superior, num espaço virado essencialmente para o fornecimento de mão-de-obra para as plantações de cacau e café.

Após a independência nacional, o Estado assumiu a educação e o ensino como domínios de sua competência exclusiva. Desta forma, a taxa de analfabetismo que se situava em 80%, passados dez anos já era 30%; em 1990 tinha-se aumentado significativamente a taxa líquida de escolarização no ensino primário (96,3%) e o ensino secundário conheceu um incremento de 300%.

A grande promoção do ensino secundário veio suscitar uma procura cada vez do ensino superior. Não dispondo de condições para o desenvolvimento do ensino superior no país, São Tomé e Príncipe se beneficiou e continua a se beneficiar do apoio de instituições bilaterais e multilaterais da atribuição de bolsas de estudo aos estudantes para a frequência de cursos no estrangeiro. O ensino superior formal é uma realidade bastante recente em S. Tomé e Príncipe se o compararmos com as outras paragens, no seio da CPLP, em que ele tem décadas ou conhece uma existência multissecular. Existem atualmente 3 IES no país, a saber: a Universidade de S. Tomé e Príncipe (USTP)²⁸; o Instituto Universitário de Contabilidade,

²⁸ USTP é instituída em 1996 e entra em funcionamento efetivo no ano letivo 1997-1998. Porém, é só na Lei de Bases do Sistema Educativo – Lei nº2/2003 que se vem integrar o Ensino superior universitário e politécnico na estrutura do Sistema Nacional da Educação. A

Administração e Informática (IUCAI)²⁹ e; a Universidade Lusíada de S. Tomé e Príncipe (ULSTP)³⁰.

As vantagens comparativas do desenvolvimento do ensino superior no país, desde que o mesmo seja de qualidade, são inestimáveis. Em primeiro lugar, tratar-se-ia de estancar a fuga de cérebros causada pelo não regresso de centenas e centenas de santomenses formados, o que contribui para que o país continue a debater-se com a falta de quadros, apesar de todo o investimento feito na formação ao longo dos últimos 40 anos de independência. Em segundo lugar, os grandes recursos gastos com bolsas de estudo para manter os alunos no estrangeiro, poderiam servir para um verdadeiro investimento no desenvolvimento do ensino superior de qualidade.

Torna-se necessário a adopção duma estratégia de desenvolvimento do ensino superior no país a qual, dentre outros aspectos, deve estabelecer a relação entre o ensino superior e os outros níveis de ensino e o engajamento do estado no financiamento e na mobilização de recursos sobretudo para assegurar aos jovens os apoios necessários para poderem frequentar, com dignidade, uma IES no país, seja ela pública ou privada, uma vez que os fins são sempre públicos mesmo quando se trate de iniciativas privadas no âmbito do ensino superior.

USTP é uma instituição pública, tutelada pelo Ministério da Educação tendo iniciado as suas atividades com cursos de bacharelato (3 anos) prioritariamente destinados à formação de professores para o ensino secundário nas áreas de Português/Francês, Matemática/Biologia, História. Outros cursos de bacharelato foram depois criados.

²⁹ IUCAI foi reconhecido oficialmente como instituição de ensino superior, de carácter privado, em 30 de Junho de 1994. Atualmente encontram-se em funcionamento os seguintes cursos de licenciatura com a duração de 5 anos: Assessoria de Direção; Contabilidade, Fiscalidade e Auditoria; Direito; Economia e Gestão Petrolífera; Engenharia de Telecomunicações e Informática; Direito; Engenharia de Construção Civil; Turismo.

³⁰ Reconhecida pelo Estado através do Decreto-Lei nº 22/2005 a ULSTP é a mais recente instituição de ensino superior de carácter privado criada no país. As atividades letivas tiveram início em Novembro de 2006, com um Ano Propedêutico para os cursos de licenciatura em Direito, Ciências Económicas e Empresariais e Informática.

Reflexões dos estudantes e suas vivências nas universidades santomenses e na Unilab: a importância do projeto de extensão

A Unilab conta com sessenta e três estudantes de São Tomé e Príncipe. Boa parte deles estão envolvidos em várias iniciativas de extensão (projetos de extensão), quer seja de forma direta ou indireta. E, é neste cenário onde eles estão tendo os primeiros contatos com esta prática, segundo relatos dos mesmos.

Em suas reflexões, eles demonstram um desconhecimento do assunto antes do ingresso na unilab e ainda mostraram grande vontade e interesse enorme em implementar esta prática no país deles.

Marlene, estudante do curso de letras, é bolsista no projeto de extensão Café com Letras e, ao mesmo tempo, é monitora no projeto **Cultura de matriz africana: Capoeira e danças na comunidade**. Ela nos conta que:

[...] o que me chamou a atenção na Unilab foi o tripé ensino-pesquisa- extensão, pois no meu país a universidade não oferece as atividades de extensão e desejo que esse modelo brasileiro seja implementado em São Tomé e Príncipe. Será útil, porque seria uma maneira de integrar os saberes adquiridos nesse projeto de extensão de capoeira e danças africanas e afro-brasileiras, bem como utilizar meus conhecimentos de ensino e pesquisa, isto é, possibilitar a promoção da articulação da universidade com a comunidade e ajudar no desenvolvimento da comunidade[...]

Na mesma linha, Jessica, aluna do curso de letras, que atua no mesmo projeto, também conta que:

[...] quando cheguei aqui sempre ouvi falar de ensino, pesquisa e extensão, mas não tinha a ideia do que significava a extensão. Comecei a entender apenas quando comecei a trabalhar como equipe e apoio no projeto de extensão Cultura de matriz africana: Capoeira e danças na comunidade. Esta prática seria muito importante para o meu país, pois ele facilitaria muito a comunicação entre as universidades e as comunidades [...]

Em sentido parecido, Osvaldo, estudante de Administração Pública, relata:

[...] lia e ouvia sobre ensino, pesquisa, extensão. Tinha um conhecimento dos dois primeiros, mas da extensão não. Ao

começar a trabalhar nesse projeto é que comecei a entender o significado da palavra na prática. Seria muito importante ter um projeto desses em São Tomé e Príncipe [...]

A semelhança de Marlene, Jessica e Osvaldo, vários outros estudantes santomenses estão envolvidos em projetos de extensão, quer como bolsista remunerado ou sem remuneração, ou ainda como voluntário.

Embora não envolvido diretamente em ações de extensão mas, envolvido em projetos de pesquisa, Valdecio rodrigues, estudante de Agronomia, em sua reflexão afirma:

[...] que eu saiba São Tomé e Príncipe não tem ações de extensão, nem no modelo brasileiro nem em outro modelo qualquer. Extensão universitária é fazer com q a universidade crie projetos para envolver diretamente sociedade, ou melhor, ou melhor comunidade. Claro que seria muito útil para São Tomé, pois iria contribuir muito para o desenvolvimento social [...]

Estes depoimentos, e juntamente com todos os materiais explorados, conclui-se que em São Tomé e Príncipe não existe ações de extensão universitária, segundo o modelo brasileiro e, nem a ela equiparada.

Proposta de desenvolvimento e implementação

Neste ponto, indicaremos propostas a serem implementadas/empenhadas para desenvolvimento e implementação de extensão universitária, segundo o modelo brasileiro, em São Tomé e Príncipe.

Para formulação dessas propostas partiu-se do pressuposto, e conforme foi evidenciado no presente estudo, que em São Tomé e Príncipe a extensão universitária, segundo o modelo brasileiro, não é uma realidade, motivada pelo fato de: a) o ensino superior no país está ainda em processo de construção; b) as universidades santomenses contam com poucos anos de existência; c) a falta de investimentos econômicos e; por último, d) a falta de recursos humanos (formação de quadros com experiência na área).

As propostas a seguir estão estruturadas para políticas e ações capitaneadas pelo Ministério da Educação de São Tomé e Príncipe e pelas universidades locais, porém podem também ser adaptadas para que outras

instituições que trabalham na área da educação as desenvolvam.

Esta sequência de ações foi discutida com diversos coordenadores de projeto de extensão da Unilab, com estudantes santomenses da Unilab, com representante da embaixada do Brasil em São Tomé e Príncipe, com docentes de universidades santomenses e com representante do Ministério da Educação de São Tomé e Príncipe, e foi considerada possível e necessária.

Referira-se ainda que esta proposta foi elaborado com base no modelo brasileiro e com base no plano nacional de extensão universitária.

Estruturação da proposta:

a) Objetivos

- Tornar a extensão universitária uma realidade em São Tomé e Príncipe;
- Institucionalizar a extensão universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;
- Assegurar a relação bidirecional entre a universidade e a sociedade, de tal modo que os problemas sociais urgentes recebam atenção produtiva por parte da universidade;
- Considerar as atividades voltadas para o desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística como relevantes para a afirmação do caráter nacional e de suas manifestações regionais;
- Estimular atividades cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da universidade e da sociedade;
- Criar as condições para a participação da universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para se constituir em organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas;
- Institucionalizar um Programa Nacional de Fomento à Extensão, Custeio e Bolsas de Extensão que seja balizado nos conceitos desenvolvidos pelo Forproex, dentro das áreas consideradas prioritárias.

b) Metas

Para a consecução dos objetivos propostos, é necessário estabelecer metas no sentido de organizar a própria atividade de extensão universitária, simultaneamente com as metas ligadas à articulação com a sociedade. As metas são: 1) garantir ao menos um programa institucional de extensão em cada IES articulado com as políticas governamentais e as demandas sociais;

2) promoção do desenvolvimento social nas comunidades de maior prioridade; 3) garantir uma parcela mínima de 10% dos recursos de custeio das atividades acadêmicas das universidades federais sejam destinados à extensão.

c) Níveis de gestão

As políticas e ações de desenvolvimento e aplicabilidade/implementação de extensão universitária em São Tomé e Príncipe devem ser divididas em dois níveis, a seguir detalhadas:

a. Organização da Extensão Universitária

- i. Institucionalizar a extensão universitária;
- ii. Organização em rede. Parcerias com: a) Ministério da Saúde, Ministério do desenvolvimento Social, Ministério da Cultura, ONGs, etc.
- iii. Definição de linhas prioritárias de extensão nos planos estratégicos departamentais e das universidades;
- iv. Planos de avaliação e fiscalização de projetos de extensão universitária.

b. Articulação com a sociedade

- i. Desenvolvimento de programas e projetos de Extensão ligados à:
 - ampliação da oferta e melhoria da qualidade da Educação Básica;
 - preservação e sustentabilidade do meio ambiente, em parceria com as agências financiadoras, em nível nacional e internacional;
 - melhoria da saúde e qualidade de vida da população santomense;
 - melhoria do atendimento à atenção integral à criança, adolescente e idoso;
- ii. Promoção do desenvolvimento cultural, estimulando as atividades voltadas para o incentivo à leitura, turismo regional, folclore e cultura popular;

iii. Mapeamento de zonas mais desfavorecidas.

d) Metodologia

- O plano se desenvolverá a partir dos seguintes eixos: formação de redes de parcerias, quer nacionais ou internacionais; delimitação do perfil geopolítico de cada região do país com indicação das demandas sociais; definição de um programa nacional de extensão que delimite áreas e linhas temáticas prioritárias de atuação das universidades; definição de projetos interinstitucionais a partir das áreas e linhas temáticas definidas.

Conclusão

O presente estudo revelou pertinência dos seus objetivos. Comparar Brasil e São Tomé e Príncipe em termos de ensino superior e extensão não foi o foco deste estudo. Porém, a análise a partir da experiência na Unilab deu-nos importantes subsídios para o desenvolvimento deste trabalho.

Os pilares universitário no Brasil resumem-se em: Ensino-Pesquisa-Extensão. Uma realidade já consolidada e institucionalizada, sendo que todas as instituições de ensino superior trabalham, em articulação com outras instituições, para existência desses elementos nas suas realidades e cotidiano, dando devida importância a cada uma delas.

Ao direcionar esses aspetos para a realidade do ensino superior em São Tomé e Príncipe, pode-se verificar que, existem grandes problemáticas respeitantes à essas temáticas. A extensão, foco deste estudo, não é explorada, principalmente pela falta de articulação universidade-sociedade e pelo fato de ensino superior no país estar ainda em processo de construção.

A proposta apresentada, caracteriza-se como um modelo adequado para o desenvolvimento e implementação da extensão universitária, de acordo com o modelo brasileiro, em São tome e Príncipe.

Ter estudantes santomenses envolvidos em projetos de extensão na Unilab e vivenciando esta pratica no Brasil constituiu-se como um importante fator para o

desenvolvimento deste estudo. Espera-se que com o retorno ao país, eles possam desenvolver e implementar esta prática. O projeto **Cultura de matriz africana: Capoeira e danças na comunidade** colaborou significativamente.

Depreende-se ainda, com o presente estudo, que a extensão universitária visa levar o conhecimento adquirido em pesquisas e ensino ao público externo, produzindo assim um novo conhecimento a ser trabalhado e articulado, com o intuito de não trabalhar para o público externo, mas sim trabalhar com eles.

Referências Bibliográficas

João Antônio de Paula. **A extensão universitária: história, conceito e propostas.** Interfaces

- Revista de Extensão, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013

Entrevistas na pesquisa social: o relato de um grupo de foco nas licenciaturas. Disponível

em<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3041_1475.pdf> Acesso em 24 de Out. de 2015

Extensão Universitária Popular. Disponível em:<<https://prezi.com/xbvkdhro2nxc/extensao-universitaria-popular/>> Acesso em: 23 de out. de 2015

EXTENSÃO POPULAR: reflexões teóricas e filosóficas sobre uma caminhada a trilhar. Disponível

em<<http://www.cenopoesiadobrasil.blogspot.com.br/2012/02/extensao-popular-reflexoes-teoricas-e.html>> Acesso em 22 de Out. de 2015

MELLO NETO, José Francisco de. **Extensão Popular e Ética.** In: XIV Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste, 1999, Salvador - BA; Universidade federal de Bahia

Extensão universitária: diálogos populares. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2002.

Estatuto da Unilab. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/11/Estatuto-Unilab_aprovado-no-Consuni_Nilma-Lino-Gomes.pdf> Acesso em 2 de Set. de 2015

LINS, Maria H. S. de França. **Educação popular e Extensão universitária: Diálogo entre saberes sobre educação popular.** In: Extensão popular: diálogos populares. 1.ed., João Pessoa

– PB: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2002.

Educação Para Todos. **Plano Nacional de Ação.** Disponível em: <http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Sao%20Tome%20and%20Principe/Sao_Tome_a_nd_Principe_EPT_2012_2015_por.pdf> Acesso em 20 de Set. de 2015

São Tomé e Príncipe tem 187.356 habitantes. Disponível em: <<http://www.telanon.info/sociedade/2012/06/29/10732/sao-tome-e-principe-tem-187-356-habitantes/>> Acesso em: 24 de Set. de 2015

Plano Nacional de Extensão Universitária Princípios Básicos. Disponível em: <http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/1005/plano_nacional_de_exten_sao_universita_ria.pdf> Acesso em: 20 de Set. 2015

PARA GOSTAR DE LER, É PRECISO APRENDER: RELATO DA EXPERIÊNCIA DE LEITURA E COM A LEITURA

Adelia Maia Sampaio

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar reflexões a partir da trajetória de leitura, vivências na biblioteca pública e a experiência na coordenação de projetos, no município de Amargosa – Ba. Apesar de todo desenvolvimento técnico/científico, pesquisas demonstram haver uma diminuição da carga de leitura por parte da maioria dos estudantes brasileiros. Nesse sentido, a aquisição da prática leitora tem sido motivo de preocupação entre educadores, desencadeando queixas no sentido: “Meus alunos não sabem ler, tem dificuldades para expressar por escrito suas opiniões”. Diante do distanciamento com a leitura entre estudantes, é de fundamental importância refletirmos no sentido de buscarmos alternativas para desenvolver aproximações com a leitura. De acordo com Freire (2008), as leituras onde somos levados a realiza-las mecanicamente, resulta apenas no processo de memorização. Apropriando-se sobre o texto de forma fragmentada devido o mesmo se constituir um objeto desconhecido em suas peculiaridades. A aquisição do hábito da leitura enquanto prática social torna-se uma ferramenta fundamental para mediar, intervir e transformar realidades. Entretanto, fica a pergunta: O que a escola e os espaços destinados a leitura, em especial as bibliotecas públicas tem proposto para estimular estudantes as práticas leitoras? Lamentar essa problemática, que é notória, não é a solução. Esse trabalho perpassou os estudos de Freire (1996, 1988 e 1983), Silva (2009), Lajolo (2005), Martins (2006), Brandão (1984).

Palavras Chaves: Leitura; Literatura; Práticas Leitoras.

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, apesar de todo desenvolvimento técnico/científico, pesquisas demonstram haver uma diminuição da carga de leitura por parte da maioria dos estudantes brasileiros. Portanto, as maiores dificuldades encontradas pelos alunos no decorrer da escolaridade, como índices de repetência, reprovação e evasão nas instituições escolares, são causadas pela ausência do hábito da leitura.

Paulo Freire, em seu livro “A importância do ato de ler” demonstra com veemência de como a leitura se constituía e ia fazendo parte de sua vida através das experiências com o mundo e na interação com as pessoas que fazem parte desse mundo. A leitura de mundo antecede a nossa leitura do mundo que realizamos mesmo antes de lermos a palavra, ou de escrevermos a palavra.

Compartilhando o pensamento de Freire (2008), podemos perceber de como a “leitura de mundo” se faz importante e necessária na constituição da nossa identidade. O autor ressalta sobre a importância de realizarmos uma leitura crítica e não simplesmente uma leitura ingênua, segundo ele, essa leitura não contribui e nem se constitui um pensar politicamente correto.

Segundo Freire (1996), o ensino ofertado nas instituições escolares nega ao aluno a criação e a construção do saber e na sua maioria não o estimula o hábito de ler. Sabemos o quanto é prejudicial uma ação educativa que negligencia as potencialidades criadoras e produtivas dos estudantes, ao impor de forma desrespeitosa a transferência mecânica desses conhecimentos prejudicando, assim, o encantamento pelos livros e pelos saberes socializados.

De acordo com Martins (2006), existe uma preocupação entre os educadores em relação a necessidade na constituição do hábito da leitura entre os estudantes. Os mesmos defendem a concepção de que a leitura contribui no processo cognitivo e formativo dos estudantes. Entretanto, muitos se encontram numa situação desconfortante em decorrência a esse entrave em relação a crise da leitura, visto como uma problemática que precisa ser analisada de maneira criteriosa, onde possam encontrar alternativas plausíveis nesse processo de ensino e aprendizagem.

Por outro lado, o livro didático não representa a princípio como o melhor meio, onde os educandos emanem a se encantar ou a sentir prazer em realizar leituras. “Elaborados de modo a transmitir uma visão de mundo conservadora, repressiva, tais livros estão repletos de falsas verdades, a serviços de ideologias autoritárias, mesmo quando mascarados por recursos formais ou temáticos atuais e não conservadores” (MARTINS, 2006, p.26).

Freire (2008) ressalta que, as leituras onde somos levados a realizá-las mecanicamente, resulta apenas no processo de memorização.

Apropriando-se sobre o texto de forma fragmentada devido o mesmo se constituir um objeto desconhecido em suas peculiaridades. Segundo o autor, as escolas de modo geral trazem um currículo que não atende os interesses dos estudantes, não se leva em conta os saberes e as singularidades desses sujeitos, grande parte dos estudantes não encontram sentido em estar e permanecer na escola.

Para que a leitura se constitua enquanto prática social é fundamental considerarmos algumas implicações relacionadas a práticas pedagógicas direcionadas a leitura de textos com função comunicativa. Uma leitura convidativa que promove o encontro do leitor como o escritor, uma leitura onde o “aluno leitor” seja convidado a ler um texto de forma a despertar seu interesse em realizar a leitura.

A leitura pode ser compreendida enquanto processo de apropriação de mundo, enquanto prática social onde ela não é um fim em si mesmo, mas, um meio de interação e intervenção no contexto das relações sociais. A aquisição do hábito da leitura enquanto prática social torna-se uma ferramenta fundamental para mediar, intervir e transformar realidades.

Entretanto, o processo de mediar a aquisição do hábito da leitura requer responsabilidade e compromisso dos profissionais inseridos em contextos educativos. Portanto, o primeiro passo, é constituir-se “leitor”, sendo um mobilizador das práticas leitoras, ler primeiro. Como formar leitores se os educadores dos espaços formais e não formais negligencia a prática da leitura? Ou mesmo, atribui apenas aos educandos a responsabilidade da leitura?

MINHA EXPERIÊNCIA COM A LEITURA

A leitura esteve ausente em grande parte da minha vida. Não me recordo de livros e revistas fazendo parte da minha infância e da minha adolescência. A minha experiência com a leitura se deu na sala de aula quando a professora tomava a leitura para avaliar o meu desempenho escolar. Uma leitura imposta como forma de castigo, leitura decorativa pelo padrão escolar da época, que não contribuía na aprendizagem e tão pouco despertava prazer e o interesse pela leitura.

As consequências do distanciamento com a leitura foram marcantes e desastrosas nas fases subsequentes em relação a permanência e a continuidade dos meus estudos. A falta de oportunidade de contato com o mundo da leitura, desde a infância, e a impossibilidade para aquisição de livros, revistas ou outro material didático, gerou consequências negativas no processo do ensino e da aprendizagem.

Durante a minha adolescência frequentei diversas escolas pelo fato de estar sempre mudando de endereço devido à vida profissional de minha mãe. O meu primeiro trabalho informal aos dezessete anos foi em um Colégio Salesiano em São Paulo. Fui obrigada a viver nessa instituição devido a um problema familiar e uma das minhas tarefas era cuidar dos livros da biblioteca. Nessa época, era o que eu fazia, limpava os livros e os colocava no mesmo lugar, nessa altura já não havia interesse pelo estudo.

Por muito tempo acreditei que o trabalho ocupava um espaço privilegiado em minha vida e parecia garantir-me uma estabilidade financeira por toda vida. Com o passar dos anos comecei a perceber que os meus conhecimentos adquiridos não tinham probabilidade de alcançar uma progressão de nível no espaço formal trabalhista e na minha vida pessoal. Sendo necessário ampliar a formação desses conhecimentos.

Essa conscientização levou-me a retornar aos meus estudos no ano de 2007 na EJA - Educação de Jovens e Adultos. Depois de concluir o ensino médio, comecei a sonhar em cursar uma faculdade, no entanto, acreditava que seria impossível pela questão da idade. Acreditava que não conseguiria acompanhar o curso e todas aquelas informações não caberiam dentro da minha cabeça. No ano de 2009 participei de uma seleção para Alfabetizadores do TOPA – Todos pela alfabetização, foi quando ouvi pela primeira vez falar em Paulo Freire. Na ocasião não tive interesse em saber mais sobre o educador, ainda não tinha uma consciência renovada.

Nesse mesmo ano, fiz a prova do ENEM - Exame nacional do Ensino Médio, apesar de não ter tirado uma boa nota, fiquei em uma lista de espera. Ingressei no curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, em agosto de 2010. Lembro-me das primeiras aulas no CFP – Centro de Formação de Professores, quando ficava perdida sem achar

o caminho do entendimento. Tudo era complexo, a fala dos professores, o vocabulário acadêmico, a relação com meus colegas de sala, com os textos eram os mesmos problemas, realizava a leitura, mas não compreendia.

Foi no curso de pedagogia em meio as leituras obrigatórias e as sugeridas para cumprimento das atividades acadêmicas, que tive oportunidade de conhecer um pouco do legado do educador Paulo Freire. Antes de Freire, a minha concepção de mundo era sobremaneira limitada, em relação a mim e em relação ao conhecimento. A partir das leituras de Freire, entendi que ninguém é superior a ninguém pelo fato de ter cursado uma faculdade ou por ter vários diplomas, que todos nós temos saberes.

Compreendi dessa forma, que a idade, o pouco conhecimento dos livros, as dificuldades enfrentadas no dia a dia, não eram obstáculos para continuar os estudos. Quando desejamos e nos esforçamos, é possível construirmos uma trajetória bem diferente do passado. É natural ignorarmos aquilo que não conhecemos, faz parte da natureza humana, ninguém sabe tudo, e ninguém ignora tudo.

Acredito, que em nossa vida nada acontece por acaso. Foi a partir de um problema de saúde agravado pelo trabalho, que passei a fazer parte do quadro de funcionários da Biblioteca Pública, em 2013. Estava novamente em um local, onde estive aos dezessete anos de idade, com maturidade e consciência a respeito da importância.

Após passar por um período de adaptação e de apropriar de informações concernentes aos serviços disponibilizados pela biblioteca, comecei a me sentir inútil sentada em uma cadeira atrás de um balcão de atendimento esperando alguém solicitar um livro ou uma pesquisa. Observava, que muitas crianças e adolescentes frequentavam o espaço sem notar o acervo dos livros infanto-juvenil. A partir das observações percebi a necessidade de alternativas para desenvolver aproximações com a leitura. Comecei a realizar leituras do acervo infanto-juvenil, selecionando livros que pudessem ser lidos em pouco espaço de tempo e que apresentasse uma linguagem simples e convidativa.

Sendo assim, toda vez que entrava no espaço da biblioteca uma criança, um adolescente ou até mesmo um adulto, percebendo eu, que o

mesmo se encontrava com tempo ocioso, iniciava um bate papo, e o convidava para uma leitura. O educador Freire me ensinou que educar é um ato de amor. Somente com compromisso e responsabilidade podemos através da educação promover ações educativas que construam um mundo mais justo, igualitário e humano. Nesses referidos termos o autor afirma que: “A solidariedade social e política de que precisamos para construir a sociedade menos feia e menos arestosa, em que podemos ser mais em nós mesmos, tem na formação democrática uma prática de real importância”. (Freire, 1996, p.42)

A partir das vivências na biblioteca, em 2014, elaborei um relato da experiência do projeto informal que realizo em consonância com meu horário de trabalho, no qual intitulei: Um convite à leitura. Com esse relato de experiência tive oportunidade de participar no Rio Grande do sul, em Santa Maria do VI FIPED – Fórum Internacional de Pedagogia e na cidade de Restinga Seca, do Congresso “Uma Pedagogia para uma sociedade futura”.

Em relação ao projeto Um escritor em cada canto é um encanto, se não me fale a memória as conversas com o escritor baiano Antônio Monteiro tiveram início em junho de 2014. A partir de conversas sobre educação, cultura e em especial por estimular a leitura, fui convidada a coordenar esse projeto, em Amargosa.

PROJETO UM ESCRITOR EM CADA CANTO É UM ENCANTO

O projeto Um escritor em cada canto é um encanto, é da autoria do escrito baiano Antônio Monteiro, surgiu em 1999, com objetivo de reunir pessoas que se interessam por leitura e escrita e que sonham em publicar seus escritos. Esse projeto começou a sendo divulgado no município de Amargosa no início de novembro, através de panfletagem em escolas, no comércio e na comunidade em geral. Foi Apresentado pelo escritor Monteiro, em 27 de dezembro de 2014,

O projeto foi desenvolvido a partir de Oficinas de Leitura e Escrita, sempre nos finais de semana, em aproximadamente cinco encontros mensais. Monteiro elaborava propostas com orientações concernentes a leitura, escrita e o processo que envolve a construção e publicação de livro. A primeira oficina

de leitura e escrita foi realizada no dia 28 do referido mês, participaram crianças, adolescentes e adultos. Antônio Monteiro compartilhou orientações de como escrever textos com linguagem apropriada para o escrito de poesia, crônicas, poemas, entre outros. No final de janeiro de 2015, tivemos a segunda oficina de leitura e escrita no espaço do TECELENDO - Programa de Extensão da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. O incentivo ao grupo foi a partir de aulas de língua portuguesa (nova ortografia – Áudio visual); trechos de filmes; leitura de fotografias, quadros e filmes; leitura contemplativa e leitura de mundo, entre outras propostas.

As atividades concernentes ao projeto deram continuidade e finalizaram-se na Escolas Reunidas Almeida Sampaio. Alguns participantes já tinham experiências em relação a escrita de textos literários e os demais participantes foram adquirindo experiência, dando vida às suas produções de poesias, crônicas, poemas, causos, textos em internetês. Alguns participantes desistiram durante o percurso, por descreditar no projeto, por questões financeiras e teve aqueles que foi por falta de compromisso, entretanto, novos participantes sentiram o desejo de se juntaram ao grupo.

Com a finalização das oficinas, em meados de junho, deu-se iniciou as reuniões sobre a culminância do projeto. Os textos, depois de analisados pelos participantes, ficaram sob a responsabilidade do senhor Monteiro, que os enviou para diagramação em São Paulo, finalizamos com 14 participantes que tiveram textos publicados no livro. Foi decidido pelo grupo como seria a capa e a contra capa, quem escreveria o prefácio, apresentação e a orelha do livro. As aulas foram gratuitas, os participantes recebem material impresso e as orientações, entretanto, cada participante contribuiu individualmente para ajudar no custeio da publicação do livro. Confeccionamos o “livro de ouro” para registrar os patrocínios e instituímos uma comissão responsável para angariar recursos.

Monteiro sugeriu homenagearmos poetas da cidade, incluindo os seus nomes no livro. Um poeta em especial, que teve textos publicado na antologia foi o senhor Nino Cunha mais conhecido como “Nino Sapateiro”. Apesar de ter cursado apenas o ensino primário, trazia a poesia na alma e a escrevia com o coração. Faleceu em 19 de março de 2013, aos 83 anos.

Foram muitos desafios, mas o desejo de vencer foi maior que quaisquer dificuldades. Valeu a pena todo empenho e dedicação; podemos contemplar com imensa alegria no dia 17 de outubro de 2015, no Plenário da Câmara Municipal o nosso sonho realizado com o lançamento da ANTOLOGIA DE POESIAS, CONTOS, CRÔNICAS E CAUSOS, TALENTOS DE AMARGOSA.

CONCLUSÃO

Quando passei a fazer parte do quadro de funcionários da biblioteca, em 2013, comecei a pensar na possibilidade de formalizar um projeto de incentivo à leitura e escrita. Algo que pudesse contribuir no despertar, estimular e conscientizar crianças e adolescentes sobre a importância de constituirmos leitores críticos. A partir das minhas vivências compreendo que a responsabilidade do incentivo à leitura, perpassa o ambiente familiar e escolar, essa responsabilidade vai para além desses espaços. É uma questão social, que interessa principalmente aqueles que priorizam a educação e a cultura como bens da humanidade.

Nesse sentido, a leitura tem sido o meu objeto de pesquisa e ao mesmo tempo motivo de preocupação. A partir do guia das bibliotecas públicas da Bahia, elaborei um questionário e encaminhei a aproximadamente cento e vinte bibliotecas. Tenho observado entre as diversas informações colhidas, que a biblioteca de um modo geral não tem cumprido a missão cultural, informacional, tecnológico, recreativo e educacional. Em relação a projetos de leitura e escrita, contação de histórias, teatro, recital de poesias, concurso literário entre outros, é um entrave muito grande nesses espaços.

Com ressalva aquela biblioteca localizada no município, onde o contingente populacional é maior e que dispõe dos serviços do profissional com formação superior em biblioteconomia. É notório, que as bibliotecas já ocuparam lugares privilegiados em nossa sociedade, sendo visitadas por grandes mestres e intelectuais da educação e da cultura. A realidade circundante nos dias atuais é bem diferente, não há um critério avaliativo, nem um requisito específico para a composição do quadro de profissionais para

atuar nesses espaços. Diante dessa realidade podemos concluir que a educação e a cultura perpassam discursos políticos, mas estão longe das pautas orçamentárias dos governos, em sua grande maioria. Percebe-se um descaso por parte do setor público no que se refere a investimentos de políticas públicas e a qualificação de profissionais.

Fazer parte do quadro de funcionários da biblioteca possibilitou-me construir uma relação mais próxima com estudantes das comunidades rurais, isso se justifica pelo fato dos estudantes aguardarem o transporte no espaço da biblioteca ou nas imediações para retornar a suas casas. Sendo assim, comecei a refletir sobre os espaços rurais com possibilidades educativas, percebi a carência de propostas e iniciativas em ofertar em especial aos finais de semana ações culturais e recreativas.

Nesse sentido, a partir da experiência desse trabalho informal: Um convite a leitura, realizado no espaço da biblioteca pública municipal de Amargosa. Onde nesta experiência as crianças e adolescentes especialmente as que encontravam-se em ócio aos arredores ou mesmo dentro do espaço eram convidadas a participarem dos momentos de leitura. Nestas ocasiões elas experienciavam o contato com poesias, histórias de literatura infantil, leituras dos diversos gêneros textuais, leituras imagéticas.

Esta vivência permitiu uma reflexão acerca do distanciamento destes sujeitos com a leitura. Entretanto, aqueles que aceitavam e participavam se envolviam na atividade proposta e realizavam as escritas e as releituras através de desenhos, expressão oral, elaboração de textos, entre outros. Partindo dessa ideia inicial, convidei estudantes universitárias reorganizamos o projeto e para adequar-se à realidade do campo o intitulamos de projeto Semeando Leitura. O referido projeto consiste em uma iniciativa educativa, mas, sobretudo, de cunho social que tem como base a socialização comunitária do saborear a leitura não com as obrigações, cobranças e exigências da escola. O objetivo é construir um trabalho pedagógico de incentivo à leitura e escrita com base na educação não formal com a participação de crianças e adolescentes de Comunidades Rurais e Urbano Periféricas.

A proposta consiste no desenvolvimento de práticas educativas que contribuam no fortalecimento dos processos de ensino e aprendizagens dos sujeitos envolvidos. O projeto propõe estender, também, oficinas de artesanato para as mães, como forma de incentivar a valorização pessoal, familiar e comunitária, aumentando a auto estima, proporcionando o lazer, o entretenimento e o início de uma atividade produtiva.

A princípio ganhamos o patrocínio da criação da logomarca, a confecção e doação de cinco camisetas por uma empresa do município. Em seguida, recorremos aos funcionários de um banco e arrecadamos alguns materiais didáticos para as oficinas. Com o apoio dos lojistas colocamos caixas para recolher livros da literatura infanto juvenil, para arrecadação no município. Criamos uma página para o projeto no Facebook, lançamos uma campanha para doação de livro, doadores de outras cidades as doações encaminhadas para a Agência dos Correios.

Salientamos a importância do apoio e do patrocínio de alguns empresários, principalmente em relação ao deslocamento da equipe até as comunidades rurais. A primeira comunidade a ser visitada foi os Barreiros, em 16 de agosto do corrente ano, na associação foi desenvolvido oficinas para criança e adolescentes e para com as mães oficina de artesanato. Até o presente momento visitamos 06 comunidades rurais, nesse primeiro momento estamos mapeamento as comunidades rurais e urbana periféricas e articulando com lideranças locais para reconhecimento dos espaços comunitários.

Para 2016, a proposta do projeto é trabalhar com no máximo duas comunidades rurais, para que possamos desenvolver um trabalho mais produtivo e que possa trazer um resultado significativo para as voluntárias, participantes e a comunidade em geral.

Para finalizar, gostaria de dedicar esta nova etapa da minha vida ao educador Paulo Freire. Ele é o meu grande incentivador na busca do ser mais. Aprendi com Freire, que não posso me acomodar com as mazelas da sociedade, é preciso intervir, incomodar, provocar mudanças. Compreendo, que educar é uma opção social e política que depende de compromisso e acima de tudo amor, precisamos acreditar que através da educação teremos uma sociedade mais justa e mais humana.

Infelizmente, a maioria dos estudantes não adquiriram o hábito da leitura, esse fator se torna um agravante, onde, os impossibilita de experienciar outras leituras para além do contexto escolar. Os Projetos de incentivo à leitura representam uma alternativa importante no despertar, encorajar e estimular a pratica leitora, com diversificadas propostas para leituras. A partir da minha experiência com a leitura, da experiência na biblioteca e da experiência como coordenadora de projetos, acredito que é possível realizarmos um trabalho de aproximação com a leitura. Ainda não sou professora, estou em processo de formação, sou funcionária pública, é incentivadora das práticas de leitura e educadora que rega sua esperança nos princípios da educação popular. Essa é a minha homenagem:

Nordestino de alma e coração

Venho falar de um nordestino, que muito contribuiu com a nação. Com o método de alfabetizar jovens e adultos, revolucionou a educação. Educar como prática de liberdade era uma renovação! Exilado da pátria amada, não desistiu desta missão: conscientizar a massa oprimida, com respeito e dedicação. Estou falando de Paulo Freire, educador de alma e de coração! (Adelia Maia Sampaio)

REFERÊNCIAS

BRANDÃO. Carlos. O que é Educação. 11ª edição. – São Paulo. Editora Brasiliense, 1984

CAVALCANTI, Joana. Leitura: o despertar da Cidadania. 1ª ed. – Recife, UNESCO, 2002.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia - saberes necessários para a prática docente. São Paulo, Perspectiva: 1996.

_____A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1988

_____Educação E Mudança Rio De Janeiro: Paz E Terra, 1983

LAJOLO, Marisa. Meus alunos não gostam de ler...O que eu faço? Ministério da Educação. Brasília, 2005.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. Criticidade e leitura: ensaios. São Paulo. Global, 2009.

INCLUSÃO DIGITAL PARA A AÇÃO SOCIAL - MOVIMENTO EM REDE

Rubens Ahyrton Ragone Martins

Resumo: Para que as organizações comunitárias se transformem e estabeleçam linhas de ações em um contexto de mudanças estruturais, segundo a abordagem de Redes de Movimentos Sociais, presume-se a necessidade da interação, principalmente informacional, entre essas organizações, no sentido de uni-las em torno de demandas mais abrangentes, quebrando a visão limitada de reivindicações circunscritas às necessidades locais. A organização em redes, para a troca de informações, articulação institucional e política e para a realização de reivindicações e de projetos comuns, aumenta o potencial dos Movimentos Sociais Comunitários, de forma que estes possam se tornar efetivamente transformadores. Este trabalho tem como objetivo apresentar uma proposta de projeto que visa proporcionar um ambiente de inclusão digital com foco na utilização de ferramentas na internet que permitem criar situações de relações mais intensas entre os atores envolvidos em determinada realidade, possibilitando a criação de redes de relações que tenderão a intensificar os fluxos informacionais e as ações coletivas.

Palavras-chave: Redes sociais; Redes de movimentos sociais; Inclusão digital; Tecnologias da informação e comunicação (TIC); Poder popular.

Introdução

O princípio da política é a vontade. Quanto mais unilateral, isto é, quanto mais perfeito é o intelecto político, tanto mais ele crê na onipotência da vontade e tanto mais é cego frente aos limites naturais e espirituais da vontade e, consequentemente tanto mais é incapaz de descobrir os males sociais (KARL MARX).

Logo ao final da ditadura implantada a partir do golpe civil e militar de 1964 uma fração dos grupos dominantes tomaram para si a condução do processo de redemocratização, desviando os movimentos sociais que foram decisivos para o desgaste e enfraquecimento da ditadura militar - como os movimentos sindicais, urbanos, camponeses, estudantis etc. – para “um lugar secundário”. Ao mesmo tempo a ideologia neoliberal propagava sua crença antiestatal.

Mesmo aqueles que sustentavam o modelo econômico dependente e concentrador poderiam se credenciar como interlocutores da transição, desde que manifestassem apoio à redemocratização, uma conversa fácil, posto o esgotamento político-econômico dos governos militares e a pressão empreendida pela Comissão Trilateral em favor da abertura. (...) Este deslocamento conferiu legitimidade às frações das classes dominantes que aderiram as ditaduras e que se ‘convenceram’ de que era hora de colocar um fim aos governos militares (exatamente para que os seus objetivos fossem preservados) (LEHER, 2000, p. 159).

As classes sociais perdem espaço e os conflitos e lutas de classe são dissimulados, pois, segundo Leher (2000, p. 160), “as relações sociais de produção são abstraídas, a exemplo da noção ressignificada de sociedade civil”. A crença no fim da “centralidade do trabalho na vida social” e a desvinculação com a dimensão econômico-social são características dos novos movimentos sociais, que, ao contrário dos movimentos sociais tradicionais – que possuíam um caráter revolucionário em relação à transformação social, “são pragmáticos e pouco ideológicos”, buscando sempre “mudanças pontuais, concretas, nas políticas de governo (...), não aspirando às mudanças capazes de levar a ruptura” (LEHER, 2000, p. 161). Leher (2000) considera, pois, que a mudança dada ao significado de sociedade civil atrelada aos novos movimentos sociais “apaga as diferenças de classe, as contradições”, auxiliando para tornar menos graves as tensões sociais e, conseqüentemente, as lutas de classes.

Após a abertura política nos anos 80, as organizações ligadas aos movimentos sociais, no Brasil, mostraram ter um alcance político limitado, possivelmente pelo fato de haver, segundo SCHERER-WARREN uma “aparente fragmentação destes grupos de pressão específica, demonstrando dificuldade na formação de alianças para atuar de acordo com as regras do jogo democrático” (1996, p. 115). A partir da segunda metade da década de 80, muitas organizações se reestruturaram e passaram a atuar em conjunto com outras organizações, formando redes mais amplas de pressão e resistência, compreendendo o significado e o alcance da ação política propiciados a partir de uma rede de movimentos.

A partir da década de 90, configura-se, então, uma nova modalidade de organização dos movimentos sociais. A crise vivida nos movimentos sociais, que levou ao imobilismo das massas, e as transformações nas realidades internas e externas dos países latino-americanos tiveram grandes repercussões sobre a prática efetiva dos movimentos sociais. Preocupados em buscar significados e alcances políticos para suas ações coletivas, os movimentos sociais lançam mão de práticas políticas de ações localizadas e redes de movimentos. As organizações sociais deixam de ser analisadas como organizações específicas e fragmentadas e passam a ser compreendidas através do “movimento real que ocorre na articulação destas organizações, nas redes de movimentos” (SCHERER-WARREN, 1996, p. 21-23). As redes de movimentos sociais vão se formando através de articulações entre organizações e atores políticos, em que os interesses particulares são deixados de lado e a luta se concentra em tentar intervir na formação das políticas gerais e na transformação social.

Esta nova cultura tem obrigado muitos movimentos locais e seus líderes a alargarem sua visão cotidiana original e a descartarem os remanescentes de seu sectarismo restritivo, se ramificarem em várias direções e juntarem forças em frentes unificadas de ação (Fals-Borda apud SCHERER-WARREN, 1996, p. 22).

REDES

A primeira e mais óbvia propriedade de qualquer rede é a sua não-linearidade – ela se estende em todas as direções. Desse modo, as relações num padrão de rede são relações não-lineares. Em particular, uma influência, ou mensagem, pode viajar ao longo de um caminho cíclico, que poderá se tornar um laço de realimentação. (Capra, 2001. P. 78)

A criação e manutenção de redes sociais proporciona a formação de redes de conhecimento que alimentam e dão sentido às visões e estratégias de ação e direção dos atores. Uma rede social pode ser um ambiente propício para o compartilhamento da informação e, conseqüentemente, para a criação e proliferação do conhecimento. O fluxo de informações contínuo e desimpedido é peça fundamental para a formação e o sucesso de uma rede social e para a aprimoração do conhecimento de seus membros. A distribuição social do

conhecimento se dá através de redes sociotécnicas, mediadas por TIC ou não, que contribuem para a emergência de uma nova ordem social, mais participativa e democrática.

As redes, além de incluir as organizações formais, conectam também “núcleos de indivíduos e grupos”, que formariam uma rede de relações “informais”, todos se conectando em uma área mais ampla de participantes. “Nas redes sociais, há valorização dos elos informais e das relações, em detrimento das estruturas hierárquicas” (MARTELETO, 2001a, p. 72).

As redes sociais surgem, então, como forma de organização política e estratégica, incentivando ações conjuntas através de intercâmbio de experiências, troca de informações, conhecimentos e articulações políticas.

O que é novo no trabalho em redes de conexões é a sua promessa como uma forma global de organização com raízes na participação individual. Uma forma que reconhece a independência enquanto apóia a interdependência. O trabalho em redes de conexões pode conduzir a uma perspectiva global baseada na experiência pessoal (Lipnack e Stamps, apud MARTELETO, 2001a, p.72).

As articulações entre organizações e atores políticos e, conseqüentemente, a criação de redes, potencializam os movimentos sociais e a população em geral a retomarem a característica revolucionária de se constituírem em espaços de construção de uma nova realidade. Através das redes, as pessoas estarão mais “enredadas” com questões que atingem diretamente suas vidas, motivando, assim, um conjunto de formas de participação de atores a se interligarem e integrarem redes. Dessa forma, as redes sociais contribuem para a construção de uma democracia efetivamente participativa, tanto no contexto da formação quanto na manutenção dessa nova realidade.

Uma rede pode ser definida de várias formas. Regina Marteleto limita a definição de rede a um “sistema de nodos e elos; uma estrutura sem fronteiras; uma comunidade não-geográfica; um sistema de apoio ou um sistema físico que se pareça com uma árvore ou uma rede” (MARTELETO, 2001a, p.72), para que se melhor entenda a definição de Redes Sociais.

A Rede Social, derivando desse conceito, passa a representar um conjunto de participantes autônomos, unindo idéias e

recursos em torno de valores e interesses compartilhados (MARTELETO, 2001a, p.72).

Do ponto de vista informacional, as teias sociais e estruturais dessas redes revelam as mediações cognitivas e comunicacionais presentes nas ações, representações e interações dos agentes (MARTELETO, 2001b, p. 1).

As redes sociais são sistemas organizacionais que têm a capacidade de reunir indivíduos e, ou instituições de forma democrática e participativa em torno de objetivos comuns, através de relações horizontais, interconexas, formando uma estrutura flexível sustentada pela vontade e afinidade de seus integrantes, estimulando iniciativas de compartilhamento de idéias, informações, conhecimentos, intercâmbio de experiências e articulações políticas visando ações conjuntas.

As redes sociais possibilitam a ampliação de novos atores, captando a dimensão da experiência dos excluídos do debate, catalisando fluxos comunicativos dos setores mais periféricos da sociedade agindo como “ativos interlocutores para detectar problemas de forma convincente nesta ou naquela esfera, ou formular demandas e projetos específicos a serem enviados para as arenas políticas institucionais” (MAIA, 2002, p. 54). A não-linearidade, ou seja, a capacidade de se estender por todas as direções e a existência de “laços de realimentação”, que lhe dão capacidade de auto-regulação, são algumas propriedades principais das redes. Esta auto-regulação possibilita, através da informação, uma correção do rumo tomado, reportando ao conceito de informação como um redutor de incertezas.

A articulação através de redes permite uma estrutura organizacional capaz de atender às necessidades de descentralização, conectividade e flexibilidade desejada por muitos atores envolvidos em articulação e atuação no movimento social, apresentando-se como uma solução viável aos cidadãos ativos e conscientes das necessidades de transformação de sua realidade. A realidade que se pretende estabelecer pode firmar-se através da articulação de redes, que poderão ser capazes de gerar ações e resultados sociais. É a possibilidade concreta de atuações a partir do micro com interferência no macro.

Relações mais intensas entre os atores envolvidos em determinada realidade possibilitarão a criação de redes de relações que tenderão a

intensificar os fluxos informacionais. Poderia trazer também uma noção de comunidades de prática³¹, reportando à aprendizagem como um processo pelo qual os indivíduos formam as suas identidades em relação às identidades sociais do grupo, em um processo de re-socialização.

No centro desse argumento está uma caracterização da aprendizagem como o processo de engajamento na prática e, assim, de alguém se tornar membro de um grupo social de praticantes. (...) é no nível comunitário, nível em que a prática é compartilhada, que as identidades individuais são, principalmente, forjadas. (Paul Duguid apud FLEURY, 2001, p.65-66).

O trabalho em comunidades de prática, mediadas ou não pelas TIC e quando bem entendidas e promovidas, pode proporcionar melhorias efetivas, agregando valor de várias formas relevantes:

- Orientando a estratégia;
- Iniciando novas práticas;
- Solucionando problemas com rapidez;
- Transferindo experiências;
- Desenvolvendo habilidades;
- Ajudando no recrutamento e retenção de atores.

A possibilidade de explorar problemas e situações em comum em um ambiente de liberdade, criatividade e respeito leva inevitavelmente à uma solução colaborativa de problemas. A prática compartilhada ao longo do tempo habilita os participantes desenvolverem uma perspectiva comum e entenderem seu trabalho e como seu trabalho se ajusta ao ambiente circundante, unindo-os, assim, em uma comunidade informal (FLEURY, 2001, p. 67). Acrescentar valor aos fluxos de informação a que acede e tirar partido deles para adicionar valor aos processos em que intervém poderia dar capacidade aos atores sociais de intervir de forma mais eficaz e estratégica em suas realidades.

A organização em redes sociais permitiria, com o auxílio das TIC, uma atuação a partir da localidade, formando um “tecido social que resulta dos fios invisíveis de comunicação entre os homens”. Este organismo social é resultante da união, através de interesses comuns, de atores por meio da troca

³¹ - Grupos que se formam em torno da prática e que, no processo, desenvolvem conhecimento coletivo e distribuído.

de informações e conhecimentos a qual exige a interconexão de uns aos outros, conduzindo a um pensar e a um agir socialmente (EGLER, 2007, p.8).

Disseminadas pelo tecido social, essas redes cívicas, são agentes fundamentais para promover a 'politização de novas questões', modificando formas de comunicação, representação e interpretação de problemas na sociedade. (MAIA, 2002, p. 53) .

Novas formas de agregação social, mediadas por tecnologias de informação e comunicação, conduzem para formas alternativas de constituição dos organismos sociais através de redes de natureza auto-organizada. A auto-organização reforça a capacidade coletiva de agir, pois permite, através de redes, a saída do individual para o coletivo.

A auto-organização permite a resolução de problemas com o auxílio de uma multidão de elementos relativamente simples. É uma característica de sistemas emergentes. A partir de rotinas de nível baixo, usando regras locais, entre agentes que se interagem, emerge uma forma coerente, criando "um comportamento de nível mais alto, apropriado para o ambiente".

São sistemas bottom-up, e não, top-down. Pegam seus conhecimentos a partir de baixo. Em uma linguagem mais técnica, são complexos sistemas adaptativos que mostram comportamento emergente. Neles, os agentes que residem em uma escala começam a produzir comportamento que reside em uma escala acima deles: formigas criam colônias; cidadãos criam comunidades; um software simples de reconhecimento de padrões aprende como recomendar novos livros. O movimento das regras de nível baixo para a sofisticação do nível mais alto é o que chamamos de emergência (JOHNSON, 2003, p. 14).

Fritjov Capra (2001) demonstra como a circulação de informação de forma não-linear é capaz de produzir um processo circular de aprendizagem crescente que leva, como consequência, à reorganização dos próprios elementos do sistema:

Devido ao fato de que as redes de comunicação poderem gerar laços de realimentação, elas podem adquirir a capacidade de regular a si mesmas. Por exemplo, uma comunidade que mantém uma rede ativa de comunicação aprenderá com seus erros, pois as consequências de um erro se espalharão por toda a rede e retornarão para a fonte ao longo de laços de realimentação. Desse modo, a comunidade pode corrigir seus erros, regular a si mesma e organizar a si mesma. Realmente, a auto-organização emergiu talvez como a concepção central

da visão sistêmica da vida, e, assim como as concepções de realimentação e auto-regulação, está estreitamente ligada a redes (CAPRA, 2001. P. 78)

Capra parte de um aspecto morfológico (a sua não-linearidade) para chegar a uma propriedade organizacional da rede: sua capacidade de auto-organização. O que se destaca aqui, justamente, é o que as definições formais de rede não conseguem demonstrar: o conjunto de nós-e-linhas da rede produz organização e é, na verdade, uma forma de organização.

A ordem é produzida por uma dinâmica de auto-ajuste recíproco entre cada um dos elementos que compõem a rede, em função de laços de realimentação. Os elementos da organização-rede se ajustam uns aos outros, em função de seus erros e acertos, até o estabelecimento de um modo coordenado de funcionamento. É um processo de intenso movimento e rearranjo. Não há um controle central em tal dinâmica, isto é, não é um ou outro dos elementos que comanda o grupo. Não. A organização emerge das relações entre os elementos. Trata-se, portanto, de um processo de auto-organização. Nunca o termo "coordenação" foi tão bem empregado. Na rede, a ordem é uma co-produção de todos.

Redes permitem, também, a formação de um organismo capaz de definir uma ação política em defesa de interesses através da união dos atores, e toleram uma ação coordenada, na busca de uma forma autônoma de ação social. Da perspectiva de organizações sociais, educacionais e culturais locais, agências públicas, ativistas comunitários e políticos, as redes urbanas constituem uma versão moderna das ágoras, uma nova maneira de fortalecer os relacionamentos dentro das comunidades, um mecanismo de discussão e organização.

TIC

Capaz de criar condições institucionais que impulsionam a consolidação de uma realidade de democracia mais direta, as redes sociais, intermediadas pelas TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação) ou não, põem em vigor uma relação entre forças baseadas em critérios impessoais, objetivos e universais no acesso público a bens e serviços, a informações e

conhecimentos e possui grande potencial educativo, que conduz a ganhos em várias dimensões da cidadania.

Os avanços nos dispositivos de interação entre o homem e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), tornam o processo comunicativo mais próximo da discussão face a face. As TIC possuem a capacidade de revolucionar o modo pelo qual as pessoas, em pequenos ou grande grupos, obtém informações e conhecimentos, interagem e se comunicam. O advento das novas tecnologias redefine as possibilidades de participação, ampliando vertiginosamente as possibilidades de comunicação e de formação de uma esfera pública virtual, para a ação coletiva (FISHKIN, 2002, p. 17; EGLER, 2007, p. 71). Possibilitando, assim, a criação de uma opinião pública mais atenta, informada e comprometida, que expresse o real interesse da população em intervir na criação de sua realidade, permitindo a emergência de uma opinião pública deliberativa.

O desafio principal é valorizar e dividir a inteligência distribuída em todas as partes das comunidades conectadas e explorar os efeitos sinérgicos que agora podem ser alcançados em tempo real. (FREY, 2002, p. 149) .

As redes mediadas pelas TIC ampliam os espaços de troca, criam uma nova praça comunitária e, de certo modo, inventam um novo tipo de cidade. Desenvolvem uma perspectiva ampla, crítica e voltada para a ação sobre a realidade tecnológica, econômica, social e cultural que está acontecendo à nossa volta neste instante, reconstruindo os relacionamentos entre pessoas, informações e conhecimentos.

As TICs se constituem em dispositivos tecnológicos, possibilitando o estabelecimento de espaços de mediação entre atores públicos e privados. A tecnologia amplia a capacidade de participação social; cria nova escala de associação; articula as redes sociais; possibilita novas formas de transformação de organização política e de ação coletiva; torna possíveis novas formas de conexão entre Estado e redes sociais, resultando numa forma alternativa de constituição do Nós e de sua totalidade. Tem por pressuposto a ação coletiva e direta dos seus membros, ou seja, os atores se unem para potencializar as suas possibilidades de ação para o enfrentamento de problemas urbanos. – (EGLER, 2007, p. 83).

A mediação através de Tecnologias da Informação e Comunicação amplia as possibilidades de colocar interligadas as ações dos atores políticos, produzindo a mobilização para a criação de um sentido comum no processo de transformação social.

As TICs podem ser catalisadoras não apenas da mudança de enfoque dos serviços públicos, em direção a um modelo mais dirigido ao povo, com maior qualidade, mais personalizado, holístico, efetivo e criativo, mas oferecem também a possibilidade de sustentar novos modos de criação de redes sociais e políticas e novas formas de participação democrática. (FREY, 2002, p.147) .

Tecnologias da Informação e Comunicação se utilizadas apropriadamente possibilitam a revigoração das comunidades locais, o fortalecimento dos laços sociais e de solidariedade, e o aumento da participação política em processos de tomada de decisão. Para atingir esses objetivos Frey (2002, p. 149) considera fundamental a influência do papel desempenhado pelos agentes públicos na “regulagem e influência do emergente ciberespaço político” e que a implementação estratégica de uso das TIC sob uma perspectiva emancipatória possui essencialmente cinco campos de ação potenciais:

- Criação de pontos de acesso público à internet e quiosques interativos.
- Inclusão digital – campanhas de ensino da linguagem digital.
- Apoio às aplicações da cidadania, fomentando uma esfera pública virtual através das possibilidades da internet.
- Criação de comunidades virtuais e locais.
- Alocação de poder aos bairros.

A internet pode proporcionar o meio de interação ao qual as pessoas possam trocar informações, consultar e debater, de maneira direta, contextualizada, rápida e sem obstáculos burocráticos, possibilitando a criação de redes cívicas.

A rede internet, e todas as TIC correlatas, possuem possibilidades democráticas, compreendendo segundo Gomes (apud MAIA, 2002, p. 46) três fenômenos interligados:

□ É um complexo de conteúdos; □ É um ambiente de interconexão; □
É um sistema de interações.

...., a internet mostra-se como um importante lugar, uma arena convencional, na qual o espaço se desdobra e novas conversações e discussões políticas podem seguir seu curso. (MAIA, 2002, p. 47) .

“A intranet local tem o importante papel de dar apoio à rede cívica “real” e mostrar o potencial das TICs em contribuir na luta contra a pobreza e no fortalecimento dos laços sociais de bairro.” (FREY, 2002, p. 158) .

A internet minimiza os custos da participação política e pode proporcionar ferramentas de colaboração e interação social através do qual a população, movimentos sociais e poder público podem trocar informações e conhecimentos, consultar e debater, de maneira direta, simétrica, contextualizada, rápida e sem estorvos burocráticos.

As Associações comunitárias utilizando de ferramentas disponíveis na internet podem, através de suas redes sociais, coordenarem a ação coletiva e recrutarem membros, bem como produzir e distribuir material informativo de maneira eficiente, barata e autônoma. As TIC, através de suas potencialidades culturais e sociais, tendem a ser uma ferramenta fundamental para o fortalecimento de comunidades locais, sendo exploradas e usadas em benefício do aumento da cidadania. As TIC oferecem a possibilidade de sustentar novos modos de criação de redes sociais e políticas e novas formas de participação democrática.

Movimento em Rede - Uma proposta de Inclusão digital para a ação social

O grande desafio à inclusão digital é, segundo Frey (2002, p. 152), evitar que tal ensinamento digital se limite às habilidades técnicas, deve-se também, e principalmente, enfatizar as potencialidades culturais e sociais das TIC, que podem ser exploradas e usadas em benefício do aumento da participação popular.

A inclusão digital deve, segundo Silveira (2001, p. 29), contemplar os seguintes elementos:

- “A aprendizagem é um processo permanente e personalizado;

- Navegar na rede é uma forma de obtenção de informações que podem gerar conhecimento;
- É direito das comunidades obter a orientação presencial de seus jovens e adultos para refletir criticamente em um espaço de saber flutuante, contínuo e permanentemente renovável;
- A aprendizagem em rede é cooperativa;
- Praticar e desenvolver a inteligência coletiva;
- Reconhecer, enaltecer e disseminar pela rede os saberes desenvolvidos pela comunidade;
- Permitir às pessoas o desenvolvimento de múltiplas competências na rede;
- Assegurar o conhecimento de informática e incentivar o processo permanente de auto-aprendizagem”.

O projeto Movimento em Rede, desenvolvido na cidade de Congonhas – MG, procura oferecer uma proposta de inclusão digital, para lideranças comunitárias, que foca no uso das TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação) como instrumentos facilitadores e pontencializadores das atividades sociais dentro das comunidades, sob uma perspectiva que coloca as redes como constituintes de uma nova morfogênese social.

Incluir digitalmente o ator social buscando capacitá-lo a manipular, reunir, distribuir, processar e analisar informações através de ferramentas na internet de forma a contribuir para a construção do conhecimento e sua transformação em ações, possibilitando assim a potencialização e ampliação de suas atuações para exigir direitos, alargar a cidadania e melhorar as condições de sua comunidade. Essa atuação em rede permitiria, entre as lideranças comunitárias, a integração, auxílio mútuo e troca de conhecimentos e experiências. As TIC fornecem base material para a expansão permanente das redes em toda a estrutura social.

O projeto conta com o apoio e parceria do Instituto Federal de Minas Gerais – Campus Congonhas - MG e da União das Associações Comunitárias de Congonhas - UNACCON. Em julho de 2013 foi iniciada a primeira turma quase que exclusivamente de lideranças comunitárias.

Ampliando as parcerias, que agora conta também com a FAMOCOL – Federação das Associações Comunitárias de Conselheiro Lafaiete e o Movimento VIVA LAFAIETE, iniciamos no início de 2014 a segunda turma e em julho de 2014 a terceira turma. A partir da segunda turma tivemos militantes sociais diversos, como sindicalistas, ambientalistas, artistas e associações diversas, além dos militantes das associações comunitárias.

A primeira etapa do projeto foi dedicada à capacitação dos alunos bolsistas, para que compreendam os objetivos, a base teórica e as metodologias do projeto. Após esta primeira etapa, as atividades foram se repetindo a cada turma. São essas atividades:

- Palestra de abertura do curso
- Aulas
- Aplicação de questionários
- Mini-curso de Análise de Conjuntura

A palestra de abertura do curso procura sempre apresentar temas que permitam um aprofundamento teórico relevante ao curso. Nas duas primeiras turmas discutimos o papel da associação comunitária na ampliação da democracia. Na terceira turma recebemos o Professor André Mayer, do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto e coordenador do Núcleo de Estudos Marxistas (UFOP/CNPq), que proferiu a palestra ‘A miséria das relações sociais na ordem do capital’.

O curso de inclusão digital, oferecido pelo projeto, possui 45 horas aulas e, além de dialogar com os alunos a partir de uma concepção materialista da realidade como construção social, introduz o conceito de redes de movimentos sociais e atuação em rede como forma de potencializar os trabalhos da Associação Comunitária, oferecendo o conhecimento sobre ferramentas na internet que permitem, às organizações dos movimentos sociais, a ampliação de suas potencialidades de intervenção na realidade. As aulas do curso são predominantemente práticas divididas nos seguintes módulos:

- Redes
- Redes Sociais;
- Internet;

- Ferramentas de Busca;
- Sítios de interesse público;
- Redes Sociais (Ferramentas);
- Blogs;
- Petição on-line;
- Enquetes on-line;
- Agenda Compartilhada;

Após um embasamento teórico sobre redes sociais, os alunos foram aprendendo a refinar a busca por informações na internet, conheceram sítios eletrônicos que possam lhes interessar em suas atividades comunitárias, criaram as páginas de suas associações na plataforma de rede social Facebook, alimentando-as de informações, divulgando-as, fazendo contato e compartilhando informações com outras entidades, recebendo retornos das pessoas na rede através de comentários, criando grupos de discussão e eventos. Criaram blogs e os divulgaram pelas redes sociais. Aprenderam a fazer uma petição on-line, a trabalharem colaborativamente, a usarem agendas eletrônicas compartilhadas e a realizarem enquetes online em suas comunidades. Percebendo, assim, as potencialidades do uso das TIC para o trabalho em rede, possibilitando o compartilhamento de informações, conhecimentos e realização de ações conjuntas.

Coma preocupação em fornecer uma orientação aos participantes de como fazer uma análise de sua realidade mais imediata para que possa se expressar através das redes sociais, logo ao final do curso é promovido minicurso de análise de conjuntura com o seguinte conteúdo:

- O que é conjuntura.
- Por que analisar a conjuntura.
- Quem são os atores que atuam na sociedade.
- A relação entre a economia, a política e a ideologia.
- O que são as condições objetivas e subjetivas.
- A ação espontânea versus ação consciente.
- O que é consciência de classe e a ação consequente.

Para este mini-curso contamos com a colaboração do Professor Fábio Bezerra do Instituto Federal Sudeste MG campus Muriaé.

Em 2015 tivemos a descontinuidade do projeto de extensão. Não foram abertas novas turmas do curso de inclusão digital por não ter havido, no primeiro semestre, a abertura de edital para renovação de bolsas de extensão. O projeto entrou então em sua segunda fase, agora de pesquisa, buscando investigar as formas de trocas informacionais e as relações entre os atores participantes do grupo do projeto Movimento em Rede e também entre as associações comunitárias de Congonhas, utilizando para tanto a metodologia de Análise de Redes Sociais.

Buscaremos, como objetivo principal, construir e analisar a rede social formada em duas situações:

- A partir da interação virtual entre os atores pertencentes ao grupo do Projeto Movimento em rede no Facebook. Essa interação corresponde às ações básicas permitidas no Facebook, publicar, curtir, compartilhar e comentar.

- A partir da interação entre as Associações Comunitárias de Congonhas analisar o processo de transferência das informações nas atividades sociais desenvolvidas por essas. Esta análise se dará na perspectiva inter-associações.

E como objetivos específicos:

- Identificar o fluxo de informações no contexto das redes de movimentos sociais através da Análise de Redes Sociais, determinando a intensidade e relevância e suas consequências em termos de influência na atuação das associações;

- Examinar as formas de gestão de informações abordando aspectos quanto aos mecanismos de disseminação por parte da UANCCON (União das Associações Comunitárias de Congonhas), bem como os mecanismos de recepção de informações por parte das associações comunitárias;

- Identificar, na visão das associações, os canais de recepção de informações e como essas avaliam a importância de acessibilidade

- Examinar a percepção quanto à interação inter-associações, as potencialidades de se promover esta maior interação no contexto de redes de Movimentos Sociais, e quais seriam os mecanismos possíveis para promover esta maior interação.

Serão aplicados, nas associações comunitárias, questionários para verificar os canais de troca de informações e conhecimentos utilizados pelos atores sociais e desenhar a rede de relações informacionais entre esses atores. Utilizaremos a metodologia ARS – Análise de Redes Sociais. Marteleto (2001a, p. 72) considera que a análise de redes sociais instala um novo paradigma na pesquisa sobre estrutura social:

Para estudar como os comportamentos ou as opiniões dos indivíduos dependem das estruturas nas quais eles se inserem, a unidade de análise não são os atributos individuais (classe, sexo, idade, gênero), mas o conjunto de relações que os indivíduos estabelecem através das suas interações uns com os outros. A estrutura é apreendida concretamente como uma rede de relações e de limitações que pesa sobre as escolhas, as orientações, os comportamentos, as opiniões dos indivíduos.

Busca-se, então, nesta segunda fase, verificar a existência e analisar canais de informação entre participantes do grupo Movimento em Rede, no Facebook, e também entre as associações comunitárias de Congonhas e como esses veem a importância dessa interação informacional. Ou seja, buscamos investigar as redes sociais formadas nestas duas unidades de interação. A metodologia de Análise de Redes Sociais, através do estudo das relações, dos vínculos e das trocas informacionais entre os atores envolvidos, é um meio para se pôr em prática uma análise estrutural cujo objetivo principal é explicar os fenômenos analisados através de como a rede foi ou é formada e como podemos ajustar sua estrutura de forma que seja mais eficaz em suas ações.

A análise de redes sociais se concentra nas relações e nos atributos dos elementos estudados, entre suas propriedades relacionais. Na análise de redes sociais, os elementos básicos são os nós ou elos, que representam os atores da rede, e a relação que se estabelece entre os elos é o que nos interessa analisar. O papel e o status de um ator, bem como a função das relações entre atores, vão depender da “posição estrutural dos elos”. A forma da rede exerce influência sobre cada relação. A estrutura mais ou menos democrática de uma rede social é mensurada pela liberdade de circulação de informações entre seus membros e, portanto, pela ausência de manipulação, censuras e controles na circulação da informação. Nas redes sociais não são

excluídas as relações de poder e de dependência, apesar de sua estrutura horizontal e extensa.

Estudar a informação através das redes sociais significa considerar as relações de poder que advêm de uma organização não-hierárquica e espontânea e procurar entender até que ponto a dinâmica do conhecimento e da informação interfere nesse processo (MARTELETO, 2001a, p. 73).

Para este trabalho iremos medir a quantidade de relações diretas dos atores (Degree), pois as pessoas com maior número de contatos diretos são consideradas elos importantíssimos dentro da rede social. Porém devemos estar atentos que a troca de informações se dá em vários níveis. Os atores também recebem informações de forma indireta, o que torna necessário, para uma melhor análise do fluxo informacional dentro da rede, a medição das “cliques” (Cliques) e “centralidades” (Centrality), de forma a termos uma melhor compreensão dos papéis desempenhados por cada ator na rede.

Para identificar dentro da rede quais são os elos (atores) que mantêm relações “mais estreitas ou mais íntimas” usamos as cliques, que são “grupos de atores no qual cada um está direta e fortemente ligado a todos os outros” (Emyrbayer apud MARTELETO, 2001a, p. 75). As cliques podem também identificar uma movimentação em torno de um determinado assunto ou problema. As “cliques intercampos” são formadas por um membro de cada campo social e identificam os elos responsáveis “por estabelecer relações e facilitarem as trocas informacionais entre seu campo e os demais” (MARTELETO, 2001a, p. 76).

A posição de um ator em relação aos outros, levando em conta a quantidade de elos que se colocam entre eles, é chamada “centralidade”. Com o cálculo da centralidade podemos identificar a posição em que um ator se encontra em relação às trocas e à comunicação na rede. Quanto maior o índice de centralidade de um ator, maior é o seu grau de influência na rede, pois ele estará mais bem posicionado em relação ao fluxo informacional. A centralidade nos permite conhecer a posição dos elos no interior da rede e a estrutura da própria rede. Trabalhamos com três tipos de centralidade (MARTELETO, 2001a, p. 78-79):

-Centralidade da informação (Centrality-Information): Um ator é central em relação à informação, “quando, por seu posicionamento, recebe informações vindas da maior parte do ambiente da rede, o que o torna, entre outras coisas, uma fonte estratégica”.

-Centralidade de proximidade (Centrality-Closeness): Indica que um ator “é tão mais central quanto menor o caminho que ele precisa percorrer para alcançar os outros elos da rede. Isso mede, em última análise, a sua independência em relação ao controle de outros”.

-Centralidade de Intermediação (Centrality-Betweenness-Nodes): “É o potencial daqueles que servem de intermediários. Calcula-se o quanto um ator atua como ‘ponte’, facilitando o fluxo de informação em uma determinada rede”.

A Ciência da Informação pode contribuir, através da análise das redes sociais aplicada ao estudo da transferência de informações, de forma transformadora para a relação governo/cidadão/movimentos sociais, procurando mostrar de forma clara como se dá a transferência de informações entre os diversos atores, considerando os diferentes papéis que esses podem assumir na rede. A análise de redes nos possibilita identificar de maneira detalhada os modelos de relacionamento entre atores de uma certa situação social, assim como as suas mudanças no tempo, podendo ser aplicada no estudo de diversas questões e situações sociais.

Essas análises nos permitirão reunir elementos que apontam para os modos de comunicação, a produção de conhecimento e o uso das informações pelas entidades e atores do movimento social comunitário de Congonhas, contribuindo assim para melhor compreensão do fluxo informacional e das ações conjuntas.

Conclusão

Este trabalho se propôs a apresentar uma proposta de inclusão digital voltada à capacitação de atores dos movimentos sociais, principalmente do movimento social comunitário, para o uso de ferramentas disponíveis na internet que possibilitam melhorar a comunicação, as trocas de informações e

conhecimentos e as ações conjuntas, permitindo uma atuação, através de rede de movimentos, que potencialize a capacidade de intervenção na realidade. Buscando contribuir com a construção de formas de democracia direta, criando espaços de debate e tomada de decisão conjunta com a população, criando condições para uma forma de poder emergente.

O projeto, ainda, não apresenta resultados concretos com relação ao aumento da capacidade de intervenção desses movimentos sociais na realidade. A segunda fase do projeto procura justamente investigar isso, tirando uma 'fotografia' da rede que se forma entre as associações comunitárias e delas com o poder público, possibilitando uma melhor análise dessa rede de relações e possíveis ações para potencializar sua capacidade de intervenção.

Observaram-se melhorias na capacidade de intervenção, mas muito pontuais, ligadas às necessidades locais. Devido, possivelmente, a grande necessidade por serviços públicos pelos quais passam as comunidades. A facilidade de se divulgar essas demandas pelas redes sociais, com grande potencialidade de reverberação dessa notícia, faz da internet um grande aliado na luta por melhores condições de vida nas comunidades. Notou-se também um uso mais constante das páginas, pessoais e das entidades, e dos blogs para divulgação de eventos promovidos pelas comunidades e também como ferramenta de comunicação entre os atores.

A dificuldade mais marcante percebida durante o curso é relacionada ao hábito de uso das TIC. A pouca habilidade e frequência de uso do computador e da internet por uma parte significativa dos atores sociais, principalmente as lideranças comunitárias que enfrentam uma crise de renovação de lideranças, dificulta o aproveitamento pleno das potencialidades da atuação em rede de movimento mediada pelas TIC.

Para aproveitar essas potencialidades democráticas das TIC, em todas as suas possibilidades, devemos estar atentos à importância de desenvolver aplicações específicas para a plataforma internet que estimulem a participação da população local nos processos políticos de tomada de decisão, alavancando o uso das TIC em favor da alocação de poder à população e de fortalecimento das redes cívicas locais. As TIC têm a possibilidade de se tornarem, dentro das comunidades, um elo forte na relação população/poder público, permitindo,

através de redes, intensificar a luta pelos valores nos microdomínios da vida cotidiana, bem como a transferência de informações e conhecimentos fundamentais para a institucionalização de uma realidade realmente democrática.

O uso das TIC, provocando a transformação pela capacidade de permitir a cooperação, mobilização e ação coletiva, redefine as relações entre a sociedade e o Estado através da participação de novos atores que alteram a arquitetura das instituições e as possibilidades de interação social, substituindo políticas urbanas tradicionais por um outro modelo mais interativo e mediado por redes sociais apoiadas pelas TIC, as redes sociotécnicas.

Quanto maior o número de caminhos abertos, maior será a percepção, o conhecimento e a área criativa, e maior o número de usuários potenciais, - a ser posteriormente expandido -, interessados em espaços de interação e conhecimento, e em participar no processo de tomada de decisão desde o princípio. O incentivo à troca cultural e informacional que a rede cívica cria é o habitat ideal para elaboração de uma nova abordagem, nascida de processos cognitivos e comunicativos bottom-up e não impostos por administrações e burocracias. (GUIDI, 2002, p. 181) .

É mister investigar os fatores que fazem com que as redes sociotécnicas tornem-se autosustentáveis e respondam às necessidades da comunidade, permitindo a emergência de uma cultura que estimule a criatividade e que promova avanços na utilização de TIC.

As autoridades locais têm o papel de estimular e planejar a integração no nível cívico, voltando sua atenção especialmente para a função estratégica dos serviços relacionados à comunicação e disseminação de conhecimento, para atividades e ações progressivamente organizadas em um sistema de redes interdependentes para o benefício de uma cidadania ativa. (GUIDI, 2002, p. 184) .

Políticas agressivas que levem à democratização do acesso comunitário às tecnologias e também à capacitação técnica e cognitiva para plena participação, são fundamentais para a institucionalização das condições necessárias e dos procedimentos que estabelecem a prática participativa entre os cidadãos, criando possibilidades de interpenetração entre a tomada de decisão institucionalizada, a opinião pública constituída de modo informal e o

uso das TIC na promoção de novas habilidades, novos hábitos e novas dimensões de comunicação.

A abordagem da democracia eletrônica desenvolve-se neste contexto para engajar os cidadãos no envolvimento ativo de estabelecer prioridades, tomar decisões, informar, ser informado, adquirir novos conhecimentos, desenvolver a capacidade e a liderança comunitária e se relacionarem, permitindo assim a criação de uma nova realidade participativa.

É necessário construir a resistência, procurando intervir na realidade que se forma, criando uma identidade para o povo a partir do lugar onde ele mora. É do lugar onde ele mora que se articulam as principais relações. Seu habitat é um espaço privilegiado para se educar, trocar informações e conhecimentos, intervir na realidade, enriquecer as relações. A comunidade é um espaço propício para a socialização. A rede de relação mais próxima acontece na própria comunidade, um espaço promissor para a concretização da democracia direta.

Essa noção espacial de que a cidadania, como parte integrante da emancipação política, se dá a partir do lugar onde se mora, leva a almejar que a construção desse espaço seja uma coisa que não venha de fora para dentro, mas que parta de uma concepção local, emergente, envolvendo informação, conhecimento, cultura, educação, esporte, lazer, música e a entidade comunitária em um papel agregador. O foco deve ser a rede de relações a partir da comunidade, rompendo com uma realidade cultural que deseduca. A cidadania, termo muito usado, tem que ser materializada, não pode ficar somente nos discursos, ou seja, no abstrato, no subjetivo, tem que ser objetivada. Se a cidadania não for expressa de maneira prática na vida das pessoas, ela perde o sentido, vira um 'chavão' e acaba por desencantar. Quando se começa a exercitar a cidadania a partir do lugar onde as pessoas vivem, a possibilidade de expansão democrática se dará a partir das bases, permitindo o micro intervir no macro. A democracia se expandirá através da localidade, e será concretizada através de princípios que, se respeitados, permitirão a realização do ideal democrático. Há, pois, a necessidade de mudança no processo educativo, na cultura, abrindo perspectivas de mudanças no comportamento coletivo.

Referências Bibliográficas

CAPRA, Fritjov. *A teia da vida – Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix/Amana-Key. São Paulo: Cultix, 2001.

EGLER, Tamata T. Cohen (org.). *Ciberpólis: redes no governo da cidade*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

FISHKIN, James S. **Possibilidades** democráticas virtuais: Perspectivas da democracia via Internet. In: *Internet e Política: Teoria e Prática da Democracia Eletrônica*. Eisinberg, José et al. (Org). Belo Horizonte; Ed. UFMG, 2002.

FLEURY, Maria Tereza Leme; OLIVEIRA JR, Moacir de Miranda (org.). *Gestão estratégica do conhecimento*. São Paulo: Atlas, 2001.

FREY, Klaus. Governança Eletrônica: Experiências de cidades européias e algumas lições para países em desenvolvimento. In: *Internet e Política: Teoria e Prática da Democracia Eletrônica*. Eisinberg, José et al. (Org). Belo Horizonte; Ed. UFMG, 2002.

FROMM, Erich. *Conceito marxista do homem*. 8. ed., Rio e Janeiro: Jahar Editores, 1983.

HANNEMAN, Robert A. INTRODUCTION TO SOCIAL NETWORK METHODS. Department of Sociology – University of California, Riverside, 2001

GUIDI, Leda. Democracia Eletrônica em Bolonha. In: *Internet e Política: Teoria e Prática da Democracia Eletrônica*. Eisinberg, José et al. (Org). Belo Horizonte; Ed. UFMG, 2002.

JOHNSON, Steven. *Emergência: a dinâmica de redes em formigas, cérebros, cidades e softwares*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

LEHER, Roberto. Tempo, autonomia sociedade civil e esfera pública: uma introdução ao debate a propósito dos ‘novos’ movimentos sociais na educação. In: *A Cidadania Negada: Políticas de Exclusão na educação e no trabalho*. 1. Ed. Buenos Aires: CLACSO - Comision Latino Americana de Ciências Sociais, 2000.

MAIA, Rousiley C. M. Redes cívicas e internet do ambiente informativo denso às condições de deliberação pública. In: *Internet e Política: Teoria e Prática da Democracia Eletrônica*. Eisinberg, José et al. (Org). Belo Horizonte; Ed. UFMG, 2002.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de Redes Sociais - Aplicação nos Estudos da Transferência da Informação. *Revista Ciência da Informação*, v. 30, n. 1, p. 71-81. Brasília: Jan/Abr, 2001a.

MARTELETO, Regina Maria. Confronto simbólico, apropriação do conhecimento e produção de informação nas redes de movimentos sociais. *Data Gram Zero - Revista de Ciência da Informação*, v. 2, n. 1, fev/2001b.

MARTINS, Rubens Ahyrton Ragone. *Estudo da transferência de informações no orçamento participativo do município de Juiz de Fora utilizando análise de redes sociais*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. 2. ed., São Paulo: Edições Loyola, 1996.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. *Exclusão Digital. A miséria na era da informação*. 1. ed., São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2003.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE A PARTIR DA PRÁTICA DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE: ALGUMAS REFLEXÕES

Francikely da Cunha Bandeira

RESUMO: Este trabalho trata da educação em saúde na ótica do ACS como promotor de saúde justificado pela experiência da autora na profissão. O objetivo é refletir sobre promoção de saúde. É uma pesquisa qualitativa de análise bibliográfica. Utilizamos análise documental. Concluímos que a prática do ACS é perpassada pela promoção da saúde numa prática horizontalizada e nega a ideia de sujeitos desprovidos de conhecimentos. Mas, que nem sempre o ACS pode realizar seu trabalho dentro desta perspectiva

PALAVRAS-CHAVE: Educação em Saúde, Agente Comunitário de Saúde, Educação Popular

Introdução

Sendo a figura do Agente Comunitário de Saúde (doravante ACS) referência para nossa reflexão, consideramos pertinente fazer um breve recuo no tempo para identificar experiências basilares para a construção do perfil do profissional de hoje. Mas antes, é necessário registrar nossa condição enquanto profissional. Numa experiência de mais de dez anos enquanto ACS, temos como referência a Unidade Básica de Saúde João Teófilo Pereira, inaugurada em 2005 município de Mari - PB³² que é cem por cento coberto pelo Programa Saúde da Família e conta com nove unidades básicas de saúde nas quais estão distribuídos cinquenta e dois ACSs. O Programa de Agentes Comunitários de Saúde (doravante PACS) começou a funcionar no município em 1994.

No entanto, é possível verificar a atuação de “Auxiliares de Saúde” (BRASIL, 2010, p.17) que podem ser considerados embriões dos futuros ACS, atuando em uma importante experiência coordenada pelo médico e professor Frederico Adolfo Simões Barbosa, realizada entre 1974 e 1978 na cidade satélite de Planaltina – DF. O sucesso da experiência inspirou em 1987 sua adaptação para cidades do Estado do Ceará que tinha baixos índices de vacinação e muita mortalidade infantil, “O sucesso na redução da mortalidade infantil, que sempre se agravava em anos de seca [...] tornou permanente o

³² O município de Mari fica localizado na mesorregião da mata paraibana distante 78,3 km da capital João Pessoa. Dados IBGE 2010.

programa emergencial.” (BRASIL, 2010, p.18). Frente aos excelentes resultados observados, o Ministério da Saúde criou em 1991 o PACS (Programa de Agentes Comunitários de Saúde). A partir daí o programa foi sendo ampliado paulatinamente à medida que respondia às expectativas quanto à diminuição de índices de mortalidade infantil através dos estímulos e orientações para realização do pré-natal, aleitamento materno, vacinação, e uso do soro oral, por exemplo. Assim, tomando como marco de referência as primeiras iniciativas no Ceará, temos uma trajetória de 36 anos de atuação de Agentes de Saúde no Brasil. Nesse sentido, é legítimo reconhecê-los como importantes atores sociais, cujas práticas baseadas, no contato direto com comunidades têm apresentado resultados significativos no que diz respeito à melhoria da qualidade de vida da população. Assim, estes profissionais atuam com o objetivo de contribuir para a abertura de possibilidades de melhoria na qualidade de vida das pessoas. Não se trata de uma “intervenção” já que os ACS são necessariamente fazem parte do contexto em que atuam, implica diretamente na prática de promoção da saúde.

Enquanto profissional, o Agente Comunitário de Saúde existe desde 2002 mediante criação da profissão pela lei 10.507 caracterizando este profissional pela exclusividade no âmbito do Sistema Único de Saúde e pelo “exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas [...]” (BRASIL, 2002). Segundo Buss (2002, p. 50) a promoção da saúde faz parte de uma clássica divisão entre três principais estratégias para intervenção no processo saúde-doença, as outras duas são: a prevenção de doenças e a reabilitação, sendo esta última atribuição específica dos profissionais de nível superior capacitados para atuar em casos específicos, enquanto que as duas primeiras fazem parte das atribuições dos ACSs. Limitaremos-nos aqui à primeira estratégia.

Identificamos a promoção de saúde e prevenção de doenças como elementos de descrição das atribuições dos ACSs descritos na Política Nacional da Atenção Básica, “Desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e agravos [...]” (BRASIL, 2012, p. 49). Frente a estas evidências, constatamos a clara a inerência da prática da promoção da saúde com o perfil dos ACSs. A promoção da saúde vem sendo entendida, desde a Primeira Conferência Internacional Sobre Promoção e Saúde realizada em Ottawa em 1986 como “o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo” (BRASIL, 2002, p. 9).

A concepção de promoção da saúde aponta inevitavelmente para a prática educativa como seu norte. Cervera et al. (2011, p. 1548) ressalta que a educação em saúde apresenta-se como importante instrumento para a capacitação da comunidade, se configurando como elemento contribuinte para o processo de promoção da saúde. Buss (2002, p. 50) afirma que a promoção de saúde é uma importante estratégia para enfrentamento de problemas,

sendo necessário para isto, a articulação entre saberes técnicos e populares. Segundo Gonzaga (2011, p. 34) a aproximação entre os domínios técnicos e científicos com o saber popular tem se destacado nos últimos 21 anos. Seguindo esta lógica de promoção da saúde e educação em saúde, inevitavelmente chegamos ao ACS por ser o profissional da saúde mais próximos da população em todos os sentidos, logo, apresenta-se como principal sujeito promotor da educação em saúde. No entanto, para fazer isto acontecer a partir da articulação entre saberes técnicos e populares, é preciso estabelecer uma relação dialógica com os usuários do SUS, respeitando seus valores e experiências de vida, suas histórias e crenças, pois, a prática educativa para não ser verticalizada, precisa reconhecer o outro, respeitá-lo e interagir com ele ao invés de impor.

Valla (apud OLIVEIRA, 2002, p.. 137) caracteriza a Educação em Saúde como:

“um movimento, essencialmente, de cima para baixo, oriundo das classes dominantes (governantes, médicos, profissionais de saúde) para as classes populares. Neste movimento estaria implícita a idéia de que as classes populares não teriam um conhecimento próprio e precisavam de uma orientação a partir das classes hegemônicas. Essa orientação ocorreria através da Educação e Saúde [...] Era um movimento que tinha como pressuposto que as classes populares justamente por serem pobres, não tinham saúde, não tinham educação [...]”

Esse tipo de relação verticalizada cristaliza no imaginário das pessoas que os profissionais de saúde sabem muito ou tudo em termos de saúde, e elas, sabem muito pouco ou nada. Esta ideia não é verdadeira embora assim seja considerada, não apenas pelas pessoas que constituem as camadas mais carentes da população usuária do SUS, mas também e infelizmente por muitos profissionais. Nessa lógica cruel, não há espaço para construção, apenas para imposição. Isto é o mesmo que negar a identidade dos sujeitos, suas potencialidades, a condição humana de ser inacabado.

Desenvolvimento (metodologia, processo, resultados e discussão)

Diante das reflexões aqui iniciadas, apresentamos como objetivo dessa exposição empreender reflexões sobre Educação em Saúde a partir da prática do Agente Comunitário de Saúde. Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa qualitativa (FLICK, 2009, p.39-42) de análise documental e pesquisa bibliográfica (MARCONI E LAKATOS, 2007, p.71). Realizamos análise documental através de documento fornecido pela secretaria municipal de

saúde, a saber, um consolidado com informações quantitativas sobre os ACS e unidades do PFS no município, além da pesquisa bibliográfica, para cumprir esta etapa foram realizadas buscas de referenciais teóricos pertinentes à discussão utilizando ainda como referência secundária, por assim dizer, nossa experiência profissional confrontada pela proposta de educação freireana.³³

Assim, contrariando a lógica da prática educativa verticalizada, enveredamos pelos caminhos da educação popular que se define por seu caráter transformador e em cuja essência está a horizontalidade das práticas. Vasconcelos (2013, p. 112) destaca:

“A EP34 se inspira em um projeto político e em uma utopia de construção de uma sociedade justa, solidária e amorosa, em que os que hoje são subalternos, marginalizados, oprimidos e empobrecidos sejam protagonistas ativos e altivos [...] busca esta construção com eles e não para eles”.

Ao discutir sobre a questão em torno dos sujeitos da educação popular, Carrilo (2013, p. 22) conduz uma reflexão no intuito de apontar quem são estes sujeitos:

“[...] continuam sendo categorias sociais e atores emergentes subalternos: camponeses [...] professores, adultos, jovens e crianças de setores populares; nas experiências ligadas à incidência em políticas públicas [...] também se trabalha com atores institucionais, como por exemplo, tomadores de decisões políticas e funcionários públicos”.

É, pois neste sentido que a prática do ACS enquanto funcionário público e ao mesmo tempo sujeito das camadas populares, encontra consonância constante luta pela conquista de direitos em todos os sentidos.

Uma realidade que possivelmente pode ser constatada em muitos municípios é que o trabalho do ACS não expande seu viés educativo como poderia e deveria. Baseada na nossa experiência pessoal, identificamos como um dos problemas, a falta de formação continuada para estes profissionais, que muitas vezes limitam suas práticas por não terem sido oferecidas condições para fazer mais. (No município de Mari, a última formação data de 2008 quando aconteceu a primeira de duas etapas de formação técnica para os Agentes). Outra dificuldade real é a desvalorização que este profissional sofre com a falta de Plano de Cargos Carreiras e Salários, falta de pagamento de insalubridade, falta de boas condições de trabalho e baixa remuneração são

³³ Tal confronto se deu no decorrer da formação no curso de Pedagogia da UFPB através do qual entramos em contato com as ideias do educador Paulo Freire.

³⁴ EP refere-se a Educação Popular.

alguns exemplos. Diante de quadros como este, surgem muitas indagações, tais como: se o ACS é considerado a base de funcionamento do PSF e sendo elo não somente entre as unidades de saúde e a população, mas também entre o poder público e a população, porque é tão desvalorizado? Porque dentre os profissionais do PSF é o que está no degrau mais inferior no tocante à remuneração?

Trata-se de questões que precisam ser problematizadas e discutidas, no entanto, entendemos que somente repeti-las não ajuda muito a resolver os problemas. É preciso olhar para esta realidade e não se deixar desanimar pelo fatalismo que insiste em nos convencer. Mudar é difícil, mas não é impossível, já dizia Paulo Freire. Daí a importância de perceber os problemas, mas, sobretudo buscar soluções. É verdade que é possível perceber que encaminhamentos para algumas soluções estão nas mãos dos gestores e quando o sujeito que está na ponta do sistema, neste caso o ACS, não vê nenhum movimento no sentido da tomada de decisões que apontem para ao menos amenizar alguns problemas presentes no cotidiano estrutural do exercício da profissão, um sentimento de indignação é inevitável e por consequência reflete na prática desses sujeitos. Segundo Vasconcelos (2013, p. 112)

“[...] a estratégia central não é o posicionamento e o enfrentamento político de lideranças e grupos mais organizados, mas uma ação pedagógica voltada para a formação de protagonismo social destes sujeitos e grupos que hoje estão calados, não apenas no jogo político nacional, mas também em suas famílias, igrejas, comunidades, locais de trabalho, escolas e serviços de saúde”.

Não se trata de um olhar ingênuo que vê na figura do ACS aquele que vai resolver todos os problemas da sua comunidade por meio da ação educativa. Sabendo que o ACS faz parte de uma política pública, está vinculado a uma perspectiva hegemônica que não pode ser negada tão pouco ignorada, mas que também não deve impedir a lutar pela conquista de direitos. É preciso, conforme reconhece Nahmías (2006, p. 131) “[...] enfrentar a hegemonia das classes dominantes por meio da conscientização político-pedagógica”. Colocar isto em prática é difícil, mas não é impossível se fosse não precisaria ser discutido. Trata-se de não perder a esperança de um mundo melhor. Trata-se de reconhecer a importância o potencial do trabalho desse profissional, trabalho este que precisa de boas condições para ser realizado, este por sua vez, reflete diretamente no tipo de relação com a população.

Souza (2001, p. 97) ao relatar sobre a adesão dos municípios da Paraíba ao PACS em 1991, destaca que havia certo medo de os gestores não cumprirem os termos de adesão ao programa, e afirma “Todavia, a

coordenação estadual foi ousada e esqueceu o medo, lembrando de uma reflexão de Paulo Freire: “No momento que você começa a racionalizar seu medo, você começa a negar seus sonhos. [...]” ”.

O trabalho do ACS precisa em cada contexto ser alimentado por uma esperança ativa sob pena de se tornar um ciclo vicioso sem orientação pedagógica, guiado apenas por técnicas. Mas esta esperança ativa implica saber para onde se quer ir e para isto, é preciso estar imbuído por um sentimento de cidadania. Segundo Lombera (2013, p. 111) “Hoje em dia, necessitamos de cidadãos ativos, críticos e desconfiados [...]”. Assim como em outras profissões, assumir uma função sem se comprometer com ela é o mesmo que declará-la estéril. O comprometimento de que falamos significa saber onde está e aonde quer chegar, isto é um bom começo, pois representa o reconhecimento de uma condição que pode ser melhorada e somente quando se vai além de uma visão rasa da realidade torna-se possível refletir sobre ela e fazer algo para melhorar.

É verdade que diante de muitas realidades os ACS se sentem impotentes e desestimulados e não fazem muito além de cumprir metas: a garantia de atualização das cadernetas de vacinação das crianças, o encaminhando gestantes para realizarem o pré-natal, a orientação às mulheres para realizarem o exame ginecológico, o incentivo às puérperas para praticar a amamentação são exemplos de ações que correspondem ao cumprimento de metas. Assim, se há uma meta para que as gestantes realizem pelo menos seis consultas de pré-natal, não devo me preocupar com as outras três consultas tendo atingido o número seis? A resposta é: não necessariamente. As metas nos empurram para o viés quantitativo e nos limita na nossa capacidade de refletir sobre as situações... O cuidado com a prática da educação em saúde não se faz presente quando a preocupação é cumprir metas e cair nesse circuito é asfixiar todo o vigor existente na promoção de saúde e por tabela da educação em saúde. O sentimento de impotência frente a uma estrutura macro coloca o profissional numa posição passiva e o distancia cada vez mais da realidade que se quer alcançar, mas não pode ser alcançada se todos os braços se cruzarem.

Insisto em recorrer às ideias de Paulo Freire como alternativa. Ele está presente no fio condutor da história dos ACSs desde o início. Quando em 1991, Souza (2001, p. 101) relata sobre a adesão dos municípios da Paraíba ao PACS³⁵ no tocante ao processo de capacitação, havia expectativa dos enfermeiros que cumpriram papel de instrutores/supervisores dos ACSs,

“Qual a proposta pedagógica a ser adotada no processo de “formação” dos Agentes Comunitários de Saúde? [...] Qual a missão social dos ACS na interlocução entre

³⁵ A Paraíba foi escolhida como projeto-piloto para implantação do programa, na ocasião dos 171 municípios existentes à época, 138 solicitaram adesão.

famílias/comunidades e o sistema local de saúde? [...] A opção foi percorrer o caminho da pedagogia de Paulo Freire”.

Estas questões não encontraram respostas prontas assim como as tantas questões que hoje ecoam em nossos ouvidos, por exemplo: se na ocasião da adesão ao programa havia preocupação com a formação dos ACSs, porque hoje não mais há? Porque a “missão” desses profissionais ainda é vista com olhares superficiais?

Reconheço que apenas meus incômodos na qualidade de ACS não são capazes de mudar muita coisa, mas ao contrário, uma gestão incomodada por estas questões é capaz de fazer muitas coisas. Contribuir para a compreensão de uma sociedade mais justa é uma possibilidade viável para mim e para tantos outros companheiros de profissão. Juntos, podemos mais. É preciso levar em consideração que “Não há governo que persista verdadeiro, legitimado, digno de fé, se seu discurso não é confirmado por sua prática [...]” (FREIRE, 1992 apud PONTUAL, 2006, p. 96). Esta é uma realidade que não se pode contestar. Há muitos discursos esvaziados, mas não é o que queremos. Queremos uma prática capaz de dispensar os discursos e embora tenhamos uma tendência a culpabilizar os outros, reflitamos sobre nosso comprometimento com o outro.

À medida que os sujeitos se compreendem como parte de um contexto maior e se comprometem em colocar a ideia de interdependência em prática, encontram-se diante de um grande desafio que não constitui impossibilidade, mas sem dúvida dificuldades. Mas é preciso reconhecer que aquele que assume o compromisso de não ser apenas mais um no meio da multidão está diariamente desafiado a fazer diferente acreditando que através da sua prática está contribuindo, minimamente que seja para a transformação social. Precisamos praticar uma educação que pensa os sujeitos como inacabados e potenciais construtores e transformadores de si mesmos e da realidade. Neste sentido, promover educação em saúde significa fundamentar-se num “fazer com” e não “fazer para” o outro. . “A potência do ato educativo é saber colocá-lo a serviço da “busca de ser mais””. (VASCONCELOS, 2013, p. 112).

Tenho esperança (ativa) de um dia ver, a categoria profissional Agente Comunitário de Saúde valorizada em suas práticas, recebendo formação continuada, sendo reconhecida financeiramente, trabalhando com promoção de saúde individual e coletivamente e recebendo razoáveis condições de trabalho. Tenho consciência que parece uma espera utópica, mas é num projeto político utópico que a educação popular e por consequência educação popular em saúde se inspira. “A tarefa de se construir alternativas de educação e de vida societária evidentemente exige utopia [...] sem este quê de utopia não há [...] futuro humano.” (RODRIGUES, 2013, p. 223). Não se pode perder a esperança, afinal o mundo não é, o mundo está sendo.

Conclusão

Toda a trajetória histórica do ACS é perpassada pelo princípio da promoção de saúde e por consequência da educação em saúde numa perspectiva de educação popular em saúde haja vista que entende a prática desta como um “faze com” e não “fazer para”. Pensar este profissional como educador implica reconhecer sua atuação através de um contato direto e permanente com comunidades, lutando numa constante busca pela garantia de direitos o que muitas vezes significa esbarrar nas gestões. Trata-se de uma luta difícil devido à ausência de uma estrutura favorável a melhores condições de trabalho.

Diante das experiências revisitadas é possível constatar que as realidades se apresentam desfavoráveis às práticas de educação em saúde por diversos motivos, entre eles a falta de ampliação da visão dos gestores quanto ao potencial desses sujeitos/atores sociais que são os ACS que constituem um exército de trabalhadores que tornam possível a execução de uma das maiores políticas de saúde pública. Neste sentido, pensar e problematizar as práticas desses sujeitos é mais que importante, é necessário compreender a dinâmica do trabalho destes e perceber como têm sido tratados esses sujeitos nos limites das suas potencialidades e fragilidades que certamente são muitas, mas poderiam ser amenizadas através da ação educativa como eixo norteador.

O ACS sozinho pode muito e pouco, depende do contexto político em que esteja situado. Pode muito se o espaço público do qual faz parte utiliza uma pedagogia democrática para exercício do governo e através desta trata o ACS (funcionário público) com a merecida valorização profissional. Quando isto é posto em prática, não se trata mais de um ACS isolado na sua comunidade mergulhado nos seus sonhos de transformação, trata-se de um coletivo de ACSs, cada um em sua comunidade trabalhando para tornar estes sonhos possíveis. Pode pouco quando o contexto governamental em que atua poda suas potencialidades à medida que nega os devidos meios para a emancipação de si e dos sujeitos com os quais trabalha e convive.

Referências Bibliográficas

BRASIL, DF. Política Nacional de Atenção Básica, 2012. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/pnab.php>. Acessado em: 14 ago. 2015.

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Memórias da saúde da família no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/memorias_saude_familia_brasil.pdf. Acessado em: 28 mai. 2015

BRASIL. 2000. O trabalho do Agente Comunitário de Saúde – Secretaria de Políticas de Saúde. 3 ed. p. 35,38.

BRAYNER, Flavio. Educação Popular – Novas abordagens, novos combates, novas perspectivas. Vol. 2 Editora Universitária UFPE, 2015.

BUSS, Paulo Marchioli. Promoção da Saúde, 2002. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/is_digital/is_0103/IS23\(1\)021.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/is_digital/is_0103/IS23(1)021.pdf). Acessado em: 21 out. 2015

CERVERA et al. Educação em saúde: percepção dos enfermeiros da atenção básica em Uberaba (MG), 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v16s1/a90v16s1.pdf>. Acessado em: 18 out. 2015.

SILVA, J. A. da; DALMASO, A. S. W. Agente Comunitário de saúde: o ser, o saber, o fazer. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

ESTEBAN, Maria Teresa. STRECK, Danilo R. Educação Popular: lugar de construção social e coletiva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa. 3 ed. p. 181, 231-235, Porto Alegre: Artmed, 2009.

GONÇALVES, L. G. Formas inventivas de transitar pelo mundo: uma contribuição dos saberes e práticas populares no Brasil. 2011. 101f. Relatório (Pós-Doutorado em Educação). UNISINOS, São Leopoldo, RS.

JUNIOR, Carlos E. A. C., Uma conversa com Frederico Simões Barbosa. Cad. Saúde Pública v.13 n.1 Rio de Janeiro jan./mar. 1997.

LAKATOS, Eva M. MARCONI, Maria de A. Fundamentos de Metodologia Científica. 5 ed. São Paulo, Atlas, 2003. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/praetece/lakatos-marconi-fundamentos-de-metodologia-cientifica>. Acessado em: 22 out. 2015

SOUZA, Maria de Fátima de, Agentes Comunitários de Saúde: choque de povo! São Paulo: Hucitec, 2001.

PONTUAL, Pedro. IRELAND, Timothy, Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas. 2006, Brasil, UNESCO. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php>. Acessado em 20 out. 2015

PRODANOV, Ernani Cesar de Freitas. Metodologia do trabalho científico métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico, 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. BRASIL, 2002.

BRASIL, 2002. Lei 10.507/2002. Disponível em: http://dtr2004.saude.gov.br/susdeaz/legislacao/arquivo/14_Lei_10507.pdf. Acessado em: 20 out. 2015.

CIRCUITO INTERCULTURAL E VIVÊNCIAS EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (CIVEJA): EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA POPULAR EM MOVIMENTO NA UNILAB

Jacqueline Cunha de Serra Freire, Elisangela André da Silva Costa, Assis Anderson Ribeiro da Silva, Cicley Dias do Sacramento; Nádia Cristina Lima dos Santos Russo; Sinara Mota Neves de Almeida, Ana Paula Sthel Caiado, José Verissimo Nascimento Filho; Faustino Manuel Rodrigues, Francisca Angerline de Lima da Silva

RESUMO: O presente trabalho objetiva socializar experiências do Circuito Intercultural de Vivências em Educação de Jovens e Adultos (CIVEJA) implementado no contexto do PIBEAC/PROEX/UNILAB, vinculado ao Centro de Referência em Educação de Jovens e Adultos e Cooperação Sul-Sul (ECOSS), da UNILAB. São múltiplas as dimensões do CIVEJA: □ formação; □ comunicação; □ mobilização social. O foco do trabalho é a dimensão da formação continuada na perspectiva da extensão universitária e educação popular.

Palavras-Chave: EJA. CIVEJA. DRP. Formação Continuada.

INTRODUÇÃO

As universidades têm sido reconhecidas como importantes interlocutoras na construção da Educação de Jovens e Adultos (EJA) como política pública, contribuindo em processos de formação inicial a partir da incorporação da EJA nos currículos do ensino de graduação e na formação continuada por meio da pós-graduação e extensão, aliada ao desenvolvimento de pesquisas na área. A parceria com os sistemas públicos de ensino tem cumprido um papel fundamental na formação de professores e fortalecimento das políticas de EJA no Brasil.

A busca de uma EJA mais inclusiva e equitativa, referenciada na aprendizagem ao longo da vida, desafia o Estado-Nação em todo o mundo. Ao propor-se implementar e dinamizar o Projeto Circuito Intercultural de Vivências em Educação de Jovens e Adultos (CIVEJA) no contexto do Programa ECOSS – Centro de Referência em Educação de Jovens e Adultos e Cooperação Sul-Sul, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), aposta-se na possibilidade de promover a inserção social da Unilab no Maciço do Baturité; ampliar os diálogos sobre

educação e cooperação Sul-Sul; na perspectiva de um diálogo fecundo e propositivo.

O objetivo do presente trabalho consiste em socializar experiências do CIVEJA, implementado no contexto do PIBEAC/PROEX/UNILAB nos períodos de 2013/2015. São múltiplas as dimensões do CIVEJA: □ formação; □ comunicação; □ mobilização social. Ações foram dinamizadas contemplando as três dimensões referidas.

O foco do presente trabalho é a dimensão da formação continuada do CIVEJA, cuja experiência traduziu-se por um amplo processo educativo na perspectiva da extensão universitária referenciado na educação popular. Assim, são abordados elementos do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) e de atividades realizadas pelo Curso de Atualização em Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Diversidade(s).

CIVEJA em movimento na produção de conhecimento: percurso metodológico do estudo

O CIVEJA é concebido como uma ação de extensão universitária referenciada na educação popular freireana. A extensão universitária é conceituada na Unilab como [...] ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado, que, preferencialmente, faça parte de um núcleo de ações, podendo ser vinculado a um Programa.

Entre as ações propostas no CIVEJA constava a realização de um Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) sobre EJA nos municípios abrangidos pelo Projeto – Acarape, Aracoiaba, Baturité e Redenção. No processo de implementação, com foco na formação continuada de professores/as, a abrangência foi ampliada para outros municípios do Maciço do Baturité -

Barreira, Palmácia, Ocara, Capistrano, Aratuba, Guaramiranga, Pacotí, Itapiúna, Mulungu e Guaiúba³⁶, região no estado do Ceará onde a

³⁶ O município de Guaiúba embora não faça parte do Maciço de Baturité, está associado à Associação dos Municípios do Maciço de Baturité (AMAB), razão pela qual solicitou participar do curso e a UNILAB aprovou sua inclusão na experiência do CIVEJA.

Unilab está implantada e atua prioritariamente.

O DRP é uma metodologia referenciada em três pilares básicos: a participação, o comportamento e as técnicas de levantamento de campo, conforme analisado por Verdejo (2006), Gomes & Souza & Carvalho (2001).

O objetivo do DRP consistiu em mapear elementos da realidade da EJA nos municípios Maciço do Baturité; identificar demandas de formação de professores/as e gestores/as a fim de subsidiar ações institucionais da Unilab.

O levantamento possibilitou o mapeamento de dados primários de mais de 50% dos municípios sobre formação de professores de EJA. No que se refere aos dados secundários, 100% dos municípios na área de atuação do Projeto foram caracterizados.

Além do DRP, o projeto contou ainda com a pesquisa documental (Gil, 2008), onde foram analisados documentos como: fotos, relatórios, trabalhos desenvolvidos, memorial fotográfico, etc., elementos esses que subsidiaram a elaboração do presente trabalho, na perspectiva de fortalecer a produção de conhecimento no campo da extensão universitária.

CIVEJA: breve contextualização da experiência de extensão universitária popular

O Projeto CIVEJA 2013/2015 é uma iniciativa vinculada ao Programa ECOSS. O ECOSS emergiu no contexto da implementação dos Centros de Referência em EJA, apoiados e coordenados pela DPEJA/SECADI/MEC em articulação com universidades públicas com vistas ao resgate da memória, levantamento e organização de acervos de EJA, fundamentado no ensino, pesquisa e extensão, bem como a constituição de uma rede com base comum mantendo as especificidades de cada região.

Compreende-se que a Educação de Jovens e Adultos é um componente essencial do direito à educação, cujo grande desafio posto, como foi apontado na CONFINTEA VI em 2009, é o de [...] passar da retórica à ação, envidando esforços para que as recomendações apresentadas no Marco de Ação de Belém sejam implementadas nas políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos (MARCO DE AÇÃO DE BELÉM, 2010, p. 3).

São múltiplas as dimensões do CIVEJA – formação, comunicação e mobilização social. Em nível da formação o propósito do Projeto contemplou a realização de Círculos de Cultura com foco na EJA e Diversidade(s), na perspectiva do fortalecimento da Lei 10.639/2003. A dimensão da comunicação consistiu na realização de Exposições – virtual, itinerante –, registros fotográficos sobre a EJA no Maciço do Baturité, produção de vídeo documentário, produção de matérias e registros para o Portal do ECOSS, entre outros. A dimensão da mobilização social contemplou o envolvimento da comunidade educacional e sociedade civil engajada com a EJA, com destaque à parceria com o Fórum de EJA do CE.

A Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003, que altera a Lei no 9.394 de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Parte constitutiva de um importante marco legal de políticas afirmativas no Brasil, a Lei 10.639/2003 contribui para o fortalecimento da luta dos negros e afrodescendentes no Brasil, de sua cultura e contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes na história do Brasil.

O DRP foi idealizado como uma contribuição para melhor conhecer a realidade educacional no Maciço de Baturité, especialmente da EJA, bem como subsidiar o desenho da formação continuada, vindo ao encontro de expectativas dos sujeitos educativos da EJA. Concebido como um processo de pesquisa, o DRP evidencia a ação extensionista com a pesquisa.

O Curso de Atualização em Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Diversidade(s) consistiu na oferta de atividades educativas/formativas com foco no fortalecimento da Lei 10.639/2003 e de questões temáticas relacionadas à discussão sobre gênero, diversidade étnico-racial, cultura e religião, enfoque geracional, entre outros.

A organização curricular do curso teve como pilar um **Eixo Articulador**: EJA e Diversidade(s) e cinco **Eixos Temáticos**: Marcos Estratégicos da EJA; Educação ao longo da vida; Currículo, Cultura e Diversidades; EJA, conhecimentos e múltiplas linguagens; EJA: cidadania, saberes e práticas educativas.

As atividades do curso foram realizadas em dois Pólos, sendo um Pólo no município de Baturité e o outro em Redenção. Cada Pólo aglutinou diferentes municípios, sendo eles no Pólo Baturité: Aracoiaba, Aratuba, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Pacotí, e Pólo Redenção: Acarape, Barreira, Ocara, Palmácia, Redenção, Guaiúba.

CIVEJA em movimento: resultados e discussão da experiência de extensão universitária popular

A educação popular é um campo imbricado na história da educação, especialmente na América Latina e no Brasil. Comprometida com as camadas populares da sociedade, a educação popular é historicamente estruturante na inclusão social em nosso país.

O legado de Paulo Freire é incontestavelmente um dos principais aportes teórico e metodológico no campo da educação popular, de (re)valorização de saberes e práticas sociais produzidas nas experiências de vida e comunidades populares, muitas vezes marginalizadas pela sociedade e seus construtos hegemônicos.

Brandão (2002) aborda quatro enfoques principais para reflexão sobre a educação popular e seu escopo conceitual e de práticas. Nos alinhamos com a abordagem do autor de que educação popular é:

[...] A educação popular foi e prossegue sendo uma sequência de ideias e de propostas de um estilo de educação em que tais vínculos são reestabelecidos em diferentes momentos da história, tendo como foco de sua vocação um compromisso de ida – e – volta nas relações pedagógicas de teor político realizadas através de um trabalho cultural estendido a sujeitos das classes populares compreendidos como não beneficiários tardios de um “serviço”, mas como protagonistas emergentes de um “processo” (BRANDÃO, 2002, pp.141-142).

A educação popular é essencialmente uma pedagogia libertadora, em que a práxis educativa é perpassada pela ação dialógica, a teoria e a prática são imbricadas, a educação bancária e tradicional são refutadas. Freire (1987) afirma que:

Não há conscientização se, de sua prática não resulta a ação consciente dos oprimidos, como classe explorada, na luta por

sua libertação. Por outro lado ninguém conscientiza ninguém. O educador e o povo se conscientizam através do movimento dialético entre a reflexão crítica sobre a ação anterior e a subsequente no processo de luta (FREIRE, 1987, pp 109-110).

O estudo de Paiva (1984) é também uma referência sobre a história da educação popular na América Latina e no Brasil, assim como da EJA, em que a abordagem histórica é articulada com denso referencial conceitual.

Os dados do DRP revelaram que a taxa de analfabetismo nos municípios pesquisados são substantivamente mais elevadas em relação à média nacional. Os municípios estão situados na faixa de Índice Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699) e apresentam no intervalo entre 2000 e 2010, a Educação como a dimensão que mais cresceu. Em que pese apresentar dados mais elevados em relação à média nacional, a taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu em 20,07% na cidade de Acarape, 24,87% em Aracoiaba, 18,65% em Baturité e 21,51% em Redenção, nas últimas duas décadas.

No que se refere ao diagnóstico da formação continuada de professores, que envolveu gestores da EJA, os dados revelaram que o nível de formação mais elevado está na rede estadual, em que todos são graduados. Na rede municipal, parcela significativa tem nível superior incompleto e/ou ensino médio. Não há uma política de formação continuada de professores nessa modalidade de ensino, o que amplia a responsabilidade da Unilab e seu compromisso com a inserção social no Maciço do Baturité.

A demanda por formação continuada pelos participantes do DRP foi centrada em questões do letramento, numeracia, temas transversais, direitos humanos, história e cultura afro-brasileira, profissionalização. A relação entre educação e o mundo do trabalho é objeto de acentuada preocupação, na perspectiva da inclusão social.

A Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) vem dinamizando a EJA no Ceará, como modalidade constitutiva do sistema estadual de ensino. Destaca-se na política estadual de EJA a presença dos Centros de Educação de Jovens e Adultos – CEJA – que se constituem em unidades de ensino

focadas na EJA. A estrutura institucional dos CEJA é flexível, aceita matrícula em qualquer época do ano letivo e trabalha com a modalidade semipresencial. O processo pedagógico proporciona uma interação direta (inclusive com atendimento individual, plantão) entre educador e educando, em que a valorização do intercâmbio de experiências, saberes, cooperação e diálogo são valores fundantes da relação pedagógica.

A análise revelou que os sentidos da EJA nos múltiplos olhares dos educadores do Maciço são perpassados por experiências educacionais marcadas pela EJA como elemento de inclusão social e exercício da cidadania; esforços na inovação pedagógica; valorização dos contextos locais articulados com realidades mais amplas.

Os municípios revelam esforços concentrados em fomentar ações que fortaleçam a EJA, dinamizando projetos educativos sintonizados com a realidade local e os desafios contemporâneos. A demanda por profissionalização traduz a perspectiva de implementar políticas inclusivas, aliada a processos de valorização das diversidades e diferenças.

A experiência do CIVEJA primou pelos princípios da interdisciplinaridade e interculturalidade, alinhados com as discussões temáticas acima elencadas, na perspectiva do fortalecimento da Lei 10.639/2003 e da Lei 11.645/2008³⁷.

O curso foi ofertado na modalidade presencial e na Educação Aberta e a Distância (EAD), sendo 50% da carga horária para cada modalidade. Inicialmente o curso teve 212 ingressantes e no final certificou 170 participantes do conjunto dos municípios que aderiram ao CIVEJA.

A experiência do curso revelou que passados dez anos da institucionalização e implementação da Lei 10.639/2003, pode se constatar nas experiências com os municípios do Maciço de Baturité um grande desconhecimento por parte dos educadores desta lei, constituindo assim um

³⁷ Ressalta-se que a Lei 10.639, instituída em 9 de janeiro de 2003, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Posteriormente a discussão avançou e em 10 de Março de 2008 ela foi alterada para a lei 11.645 que para além das questões Afro-Brasileira e cultura africana incorporou a questão indígena como importante elemento da formação sociocultural do povo brasileiro e de ser encampado como processo de formação continuada de professores.

grande desafio para a EJA nestes municípios.

O uso das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) da modalidade da EAD constituiu-se como uma das grandes dificuldades na efetiva participação dos/as cursistas, decorrente de vários motivos, entre os quais se destaca a falta de domínio de informática, assim como as questões de acesso à internet, principalmente de acesso privado, o que dificultou a elaboração dos trabalhos na plataforma *moodle*, utilizada pelo curso.

No que se refere ao perfil dos educadores participantes do curso, constatou-se que uma parcela significativa tem nível superior incompleto e/ou ensino médio, possuindo, no entanto, vasta experiência na EJA em seus municípios.

As professoras e tutores/as do curso, todos/as tinham graduação e uma parcela com pós-graduação *lato* ou *stricto sensu*. Tais profissionais, todos/as do campo da EJA, acompanhavam mais diretamente os/as participantes do curso nas atividades presenciais e à distância. Os/As formadores/as, todos/as de instituições parceiras da Unilab, convidados/as para serem mediadores de discussões e aprofundamentos teóricos e metodológicos da EJA, tinham formação em nível de doutorado, em sua maioria ou mestrado. Residualmente teve a atuação de graduado em nível da formação continuada.

Os Círculos de Cultura realizados no curso inspiraram-se na obra de Paulo Freire (1983, 1987) e foram concebidos como encontros entre sujeitos educativos, engajados em atividades socioeducacionais e culturais.

Entre as ações do CIVEJA, a partir da realização do curso de atualização, produziu-se um memorial fotográfico e realizou-se uma Exposição. O memorial fotográfico produzido a partir das atividades do curso nos permitiu compreender o processo de integração e nos revelou resultados positivos do trabalho. Através de fotografias e depoimentos escritos pelos professores pôde-se constatar, compreender e compartilhar as experiências de EJA em seus locais de trabalho e comunidades.

A Exposição realizada foi composta por relatos de experiências produzidos e apresentados na forma de vídeos e *banners*, contendo registros fotográficos e escritos sobre as experiências em EJA, revelando a grande

diversidade da EJA no Maciço, com experiências educacionais dinamizadas no sistema prisional, na educação indígena, de incentivo da leitura, conscientização de hábitos alimentares saudáveis, valorização do folclore, entre outras.

CONCLUSÕES

O projeto revelou-se uma experiência educacional inédita na região, contribuindo significativamente na formação continuada dos sujeitos educativos envolvidos. A pertinência de seus objetivos, metodologia proposta e coerência na oferta do curso se evidenciou na análise documental.

A formação continuada com foco na EJA e diversidade(s) possibilitou a todos os participantes oportunidades de (re)conhecimento sobre a EJA no Maciço de Baturité e também de integração entre os educadores de diferentes municípios.

O memorial fotográfico produzido a partir das atividades do curso de atualização permitiu compreender o processo de integração e nos revelou resultados positivos do trabalho. Através de fotografias e depoimentos escritos pelos professores pôde-se constatar, compreender e compartilhar as experiências de EJA em seus locais de trabalho e comunidades.

A Exposição revelou a grande diversidade da EJA no Maciço, com experiências educacionais dinamizadas no sistema prisional, na educação indígena, de incentivo da leitura, conscientização de hábitos alimentares saudáveis, valorização do folclore, entre outras.

Indubitavelmente o CIVEJA contribuiu significativamente para a inserção social da Unilab no Maciço do Baturité; bem como para a articulação da universidade com a educação básica, especialmente na modalidade EJA, historicamente excluída nos cursos de licenciatura. Destaque-se ainda o alcance exitoso dos propósitos do curso, contribuindo com uma educação pública de qualidade e pertinência social.

Assim, é legítimo afirmar que o CIVEJA oportunizou a articulação da universidade com a educação básica, contribuindo para a melhoria da

qualidade da EJA no Maciço de Baturité.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação popular na escola cidadã. São Paulo: Editora Vozes, 2002.

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 09 de janeiro de 2003. BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93p.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, M. A. O.; SOUZA, A. V. A.; CARVALHO, R. S. de. **Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) como mitigador de impactos socioeconômicos negativos em empreendimentos agropecuários**. In: BROSE, M. Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001. P. 63-78.

PAIVA, Vanilda (Org.) Perspectivas e dilemas da educação popular. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

UNESCO. **CONFINTEA VI MARCO DE AÇÃO DE BELÉM**, 2010, p. 3

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo: guia prático DRP**. Brasília: MDA/ Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.

CATEGORIA 3
LINGUAGENS ARTÍSTICAS E
POÉTICAS

VÍDEOS

A EXTENSÃO POPULAR E ARTE NO FAZER EM (NA) SAÚDE: O SARAU DA RUA Balsa das 10

Mayara Floss

Em 2010 foi criado o projeto de extensão popular “Liga de Educação em Saúde” como uma iniciativa dos acadêmicos do curso de medicina da Universidade Federal do Rio Grande. O documentário audiovisual “A colcha de retalhos vivências da Liga de Educação em Saúde” fala sobre a atuação da Liga de Educação em Saúde na cidade do Rio Grande/RS. Ao longo dos anos desde a sua criação até a produção do documentário em 2014 e publicação em 2015. Apresenta relatos sobre as atividades e modificações nas perspectivas dos extensionistas e comunidade perpassando por relatos e vivências em diferentes comunidades como o Asylo dos Pobres e a Comunidade da Barra. Através deste documentário é possível acompanhar um pouco da história, das dificuldades e da construção do projeto. Após a apresentação do documentário poderá se realizar uma discussão sobre o projeto, dificuldades e caminhos construídos.

Palavras-chave: Educação em saúde, arte, comunidades.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=C3apA6WhJRY>

A ARTE DO CUIDADO NO AMBIENTE HOSPITALAR

Silmara Maria Alves Fernandes da Silva; Ana Paula Lucena de Farias; Andrêza Roberta Bezerra dos Santos; Dalyane Lúcia Santos Chaves; Emanuela Silvia de Souza Santos; Maria José de Oliveira Martins

A arte do cuidado no ambiente hospitalar demonstra aspectos vivenciados pela trupe de palhaços cuidadores do PalhaSUS no hospital São Vicente de Paula, que tem o foco na humanização, considerando que o processo de cuidado em saúde necessita de interações humanas. O projeto elenca cenários de práticas que envolvem pessoas em situações de internação hospitalar e/ou de

vulnerabilidade social. Essa atuação, além de contribuir na formação dos estudantes, no tratamento e cuidado das pessoas visitadas, repercute também nos trabalhadores, ao despertá-los para o auto-cuidado no papel de cuidador.

Palavras-chave: Palhaço cuidador, PalhaSUS, humanização, hospital.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=0YPz4zZeuQw>

ILHAS DE CONHECIMENTOS COMPARTILHANDO PRÁTICAS E SABERES EM 2015 EM VIVÊNCIAS ACADÊMICO COMUNITÁRIAS DE EDUCAÇÃO POPULAR

Gema Conte Piccinini; Andressa Vieira Almeida

O Programa de extensão Ilhas de Conhecimento nasceu do projeto Convivência em 2011 “Quem sujou a minha água”, na Ilha da Pintada. Juntou-se aos projetos que vinham transcorrendo no bairro Cruzeiro, integrando este ao bairro arquiélago em Porto Alegre/RS. O Horto Ecológico, nascido em 2006, junto ao posto de saúde da família. Oficinas integração entre acadêmicos e a comunidade, promovendo saúde, sustentabilidade e ecologia. Este Programa Ilhas abarca a extensão, a Pesquisa e o Ensino, e possibilita que tenhamos contato com diferentes cursos da Universidade, compartilhando saberes entre nós e com a comunidade, registrando histórias e vivências. A cada troca de bolsista há uma adequação na forma de trabalho. Neste semestre nosso trabalho potencializa o registro, em forma de vídeos, livros e jornais. A nossa experiência de sistematizar a extensão nos fez perceber o quanto há de aprendizado nessas vivências e nos ensina que viver comunidade é um aprendizado único.

Palavras-chave: Horto ecológico, promoção da saúde, sustentabilidade, ecologia.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=abfcK31cLWM&feature=youtu.be>

LOUCURE-SE: A SUA LOUCURA PARECE UM POUCO COM A MINHA!

Tatiana de Sousa Ferreira; Fábio Guilherme de Moraes; Ingrid Rayanne Lins de Oliveira; Marília Meyer Bregalda; Manuelle Clebiana de Lira Silva; Vanessa Carolina Santos Francelino.

As tecnologias leves surgem para facilitar o vínculo, e a autonomia de cada indivíduo, permitindo captar a singularidade, o contexto, o universo cultural e os modos de vida desses usuários. Nesta perspectiva, construiu-se o projeto “Extensão Universitária em Poesia Ocupacional”, com o objetivo de promover vivências, debates e reflexões, com ênfase na produção de vida e por meio da valorização da afetividade, da escuta e do acolhimento de si e do outro. Nele, considera-se a poesia como ferramenta diferenciada para leitura e compreensão do mundo. Diante disso vem sendo desenvolvidos os varais poéticos, que são abertos para toda a comunidade, universitária ou não. Em um deles o tema abordado foi à loucura onde houve a leitura de poemas próprios e de outros autores, apresentação de vídeos, música e canto, acredita-se que essa estratégia tem colaborado para a formação de cuidadores potenciais de si e do outro, capazes de atuar para a realização de atividades significativas e cheias de sentido.

Palavras-chave: Tecnologias leves, poesia, vínculo, cuidadores.

Link: https://youtu.be/GdpvW_iB3ic

NUTRIÇÃO E MÚSICA NO PET: UMA MISTURA QUE A EXTENSÃO SABE FAZER

Lívia Santos Dantas Saraiva; Vanille Pessoa; Michelle Medeiros; Luciana Maria; Aldeir Sabino dos Santos; Danilo Lira; Isabella Dantas; Letícia Júlia de Medeiros; Naryelle Rocha; Marcos Lima

Trata-se de uma atividade de extensão que pretende dialogar questões pertinentes a alimentação, direitos e cidadania utilizando a música e a arte como estratégia. E um das ações que acontecem dentro do projeto é o "Tal Sarau" que é um evento marcado por um momento de interação com música e poesia, e tem como objetivo utilizar a música como metodologia para proporcionar o diálogo sobre temáticas relacionadas a Educação Alimentar e

Nutricional, Cidadania, Direitos, apresentando uma mistura interessante de cultura, arte, lazer e cidadania.

Palavra-chave: Arte, música, poesia, direitos, cidadania, nutrição.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=9DD99VJBVDM>

O PAPEL DA EXTENSÃO NA INCLUSÃO SOCIAL E EMPODERAMENTO DE MULHERES TITULARES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE CUITÉ

ISABELA DANTAS OLIVEIRA ANA BEATRIZ MACEDO VENANCIO DOS SANTOS; JÉSSICA CARLA FELIZARDO THEOTONIO; RAYANE SUELLEN PEREIRA DE ALBUQUERQUE SANTOS; MÁRIO MÁRCIO EUFRÁSIO DE OLIVEIRA; VANESSA NOGUEIRA BEZERRA; JOSÉ TARCÍSIO DE AZEVEDO SALES; NATÁLIA FERNANDES DO NASCIMENTO; JOCIELY ALVES LEITE DA SILVA, BRUNA GISELA FIGUEIREDO DE MELO; JULIANA BARBOSA DA SILVA.

A extensão universitária entendida como prática acadêmica que interliga a Universidade à comunidade, possibilita a formação do cidadão profissional e se credencia cada vez mais, junto a sociedade como espaço privilegiado da produção do conhecimento significativo para superação das desigualdades sociais existentes. No Grupo Vida Nova, se faz presente o olhar para o outro sob uma perspectiva de igualdade e de forma despretensiosa construir com essas mulheres uma interação comunidade-universidade, compreendendo que os cidadãos devem fazer parte da construção da história de seu município e essa não as excluem. O projeto se destaca por sua proposição em que o desafio é buscar caminhos, alternativas, projetos juntos, de mãos dadas com essas mulheres e não as pegar pelas mãos e levá-las pelos caminhos que escolhemos. E isso é a cara do Projeto, reconhecer o povo como sujeito; que eles têm saberes, não são uma folha em branco. Não levar à essas pessoas uma mensagem, ser essa mensagem.

Palavras-chave: Mulheres, Intersetorialidade, autonomia, empoderamento

Link: <http://www.youtube.com/watch?v=T6feCV8hsPc>

PROJETO DE EXTENSÃO VOLTADO PARA CONTRIBUIÇÃO DE MUDANÇAS SOCIAIS PROMOVENDO VISITA DO GRUPO “VIDA NOVA” AO CAMPUS DA UFCG EM CUITÉ –PB

Bruna Gisela Figueiredo de Melo; Ana Beatriz Venâncio; Jessica Carla Felizardo Theotonio; Rayane Suellen Pereira de Albuquerque Santos; Mário Márcio Eufrásio de Oliveira; Vanessa Nogueira Bezerra; José Tarcísio de Azevedo Sales; Jociely Alves de Nascimento; Isabela Dantas de Oliveira; Juliana Barbosa da Silva; Natália Fernandes do Nascimento

Através desse projeto tendo parceria com a UFCG e mulheres do "Vida Nova" da cidade de Cuité, proporcionamos ao grupo a oportunidade de conhecer um pouco do cotidiano dos estudantes e professores, além de ter acesso as dependências do Centro de Educação e Saúde da Universidade Federal de Campina Grande, e podendo usufruir dos recursos oferecidos para comunidade. Objetivando a inserção da comunidade à realidade do campus de Cuité, mostrando que o Centro de Ensino também é dessas mulheres, tornando pessoas que podem contribuir com uma educação. Diversas atividades também ajudam a integrar a comunidade ao ambiente universitário e melhorar a auto-estima dessas mulheres. Muitas vezes, vamos até as pessoas alcançadas pelo projetos, fazemos pesquisa e extensão com elas, mas não mostramos a nossa realidade, a universidade. Essas mulheres vivem em Cuité há anos; desde que o Campus iniciou, várias delas não conheciam suas instalações e se sentiam inferiores. A extensão possui papel essencial, contribuindo para um mundo melhor, provocando assim, mudanças sociais.

Palavras-chave: Integração comunidade-universidade, compartilhamento, mudanças sociais.

Link: <http://www.youtube.com/watch?v=hxM-bQKta4E>

PROMOÇÃO DA SAÚDE E ARTE: A PEÇA “ATÉ QUANDO?” NA MOBILIZAÇÃO SOCIAL PELA GARANTIA DO DIREITO À SAÚDE.

ANDRESSA COIMBRA VEIGA; MARÍA CONSTANTINA CAPUTO; JÚLIA DIAS

Este trabalho tem como finalidade apresentar o produto final, uma peça teatral, da Atividade Curricular em Comunidade (ACC) “Promoção da Saúde e Qualidade de Vida”, desenvolvida pela UFBA, em São Cristóvão– Salvador, Ba.

A peça “Até Quando?” foi desenvolvida por um grupo de 13 discentes do Bacharelado em Interdisciplinar em Saúde e da graduação de Teatro, duas diretoras e a coordenadora do projeto de extensão. O texto construído coletivamente contou com os registros das atividades realizadas com os alunos da Escola Municipal Pedro Veloso Gordilho, e com os pais, a partir das perguntas “O que é saúde pra você?” e “Como está a saúde em São Cristóvão?”. Busca-se através da peça, “Até Quando?”, contribuir para a discussão e reflexão sobre os problemas de saúde e as possíveis estratégias de superação com base no Art.196 da Constituição de 1988.

Palavras-chave: Saúde, direito à saúde, mobilização social.

Link:

<https://www.youtube.com/watch?v=CE9EpCgw0dg&index=1&list=PLaVuYsziRHVmuB8WP02KMb6lwcnJR1CTC>

NÚCLEO PENSO: AS DIVERSAS FORMAS DE FAZER NUTRIÇÃO

Aldeir Sabino Dos Santos, Manoel Delmiro Ferreira Neto, Taysa Rayane Lucas de Paiva, Jackson Silva Lima, Daysio Sidney Alves Martins, Sávio Marcelino Gomes, Aline de Oliveira Souza, Vanille Valério Barbosa Pessoa, Poliana de Araújo Palmeira, Michelle Cristine Medeiros da Silva

RESUMO: O Núcleo de Pesquisa e Estudos em Nutrição e Saúde Coletiva é um espaço interdisciplinar para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão no campo da ciência da nutrição, saúde coletiva, políticas públicas, educação alimentar e nutricional e literatura, vinculado a Unidade Acadêmica de Saúde do Centro de Educação e Saúde da Universidade Federal de Campina Grande. A iniciativa de propor a criação de um Núcleo de Pesquisa no Centro de Educação e Saúde se concretizou levando em consideração a trajetória de pesquisa e extensão das professoras Poliana Palmeira e Vanille Pessoa e a necessidade de ampliar as atividades científicas já desenvolvidas pelas mesmas em 2011. Desde 2010 as professoras vinham desenvolvendo atividades de extensão no campo da saúde pública com projetos nas áreas de amamentação e suplementação de vitamina A. Em 2011, foi lançado um edital financiado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e de combate à fome em parceria com o CNPq para promover pesquisas na área da Segurança Alimentar e Nutricional o qual as professoras tiveram aprovado o projeto Segurança alimentar e nutricional: formação de uma política local em município de pequeno porte. A experiência em participar de um projeto deste porte proporcionou o estabelecimento de diversas parcerias, além de viabilizar a continuidade de pesquisas na área. Todo este percurso conduziu ao estabelecimento de importante parceria entre as professoras e o governo

municipal o que proporcionou outras demandas de trabalho de pesquisa e extensão. Em 2012 deu-se continuidade aos projetos de extensão e de pesquisa, com a aprovação de 5 projetos, sendo um vinculado ao PROBEX e quatro ao PIVIC. Desta forma a parceria com outros pesquisadores em projetos de maior porte somados a esse conjunto de oportunidades de desenvolvimento científico conduziu a discussão sobre a criação de um núcleo de estudos voltado a estas temáticas no Centro de Educação e Saúde. Sendo assim, sentiu-se a necessidade de agregar em um único espaço as atividades científicas e de extensão realizadas, de forma a garantir um caráter permanente e de continuidade dos projetos, com o objetivo de ampliar a capacidade de produção científica, a participação de alunos e de outros colaboradores, e consequentemente o aprendizado na iniciação a pesquisa, assim como contribuir com a captação de financiamento em órgãos de fomento. O Núcleo PENSO atualmente tem agregado a ele, um PROEXT, um PET e o Grupo de Universalidades Literatura e Alimentação, coordenado pela professora Michelle Medeiros. Desenvolve-se atualmente diversos projetos de pesquisas, atividades de ensino e seis projetos de extensão, além de ações como o repasto literário que consiste em atividades de contação de histórias em escolas municipais da cidade de Cuité. Desta forma, o Núcleo PENSO tem o objetivo de viabilizar e fomentar o desenvolvimento científico e acadêmico no campo da Nutrição e Saúde Coletiva, bem como participar e contribuir com o processo de desenvolvimento da região no campo da Nutrição, Saúde, ciências sociais e políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Nutrição, PET, Saúde Coletiva

Link do video: <https://youtu.be/dzPt1BHRIdY>

A COLCHA DE RETALHOS: VIVÊNCIAS DA LIGA DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Mayara Floss, Arnildo Dutra de Miranda Júnior

Em 2010 foi criado o projeto de extensão popular “Liga de Educação em Saúde” como uma iniciativa dos acadêmicos do curso de medicina da Universidade Federal do Rio Grande. O documentário audiovisual “A colcha de retalhos vivências da Liga de Educação em Saúde” fala sobre a atuação da Liga de Educação em Saúde na cidade do Rio Grande/RS. Ao longo dos anos desde a sua criação até a produção do documentário em 2014 e publicação em 2015. Apresenta relatos sobre as atividades e modificações nas perspectivas dos extensionistas e comunidade perpassando por relatos e vivências em diferentes comunidades como o Asylo dos Pobres e a Comunidade da Barra. Através deste documentário é possível acompanhar um pouco da história, das

dificuldades e da construção do projeto. Após a apresentação do documentário poderá se realizar uma discussão sobre o projeto, dificuldades e caminhos construídos.

Palavras-chave: Extensão Popular, Educação e Saúde, Saúde Coletiva.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=C3apA6WhJRY>

POESIAS

SOLIDEZ

Marcilane da Silva Santos

Do solo arenoso eu vim
Tudo era pó e terra seca
Tudo era volúvel e escorria pelos dedos

Mas eu vi crescer em mim,
uma pequena semente
Que devagar e em pequeno caminhar
foi crescendo e tomando forma e cor

Fui tirando energia
de onde nem imaginava que podia
E cada nova parte que em mim surgia,
foi me tornando cada vez mais forte

E mesmo que esteja e talvez permaneça
com o coração na mão,
sei que nada, nada será em vão
E que continuarei sempre a florescer,
crescer e renovar-me

Pois sempre, sempre;
o mínimo que aconteça,
fará com que a luta nunca se perca

E transformará o que antes era volúvel,
em um firme e sólido chão.

O MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE DA PARAÍBA

Palmira Sergio Lopes; Janaína Gomes Lisboa; Adriana Maria Macedo Almeida; Mateus do Amaral Meira

Minha gente amiga
Queremos lhe apresentar
O que foi o MOPS de ontem
E hoje como ele está

Foi no ano de 80
Que veio pra Paraíba
O movimento popular
E que nos mostrava o valor
Das “planta mediciná”

O MOPS quer que as pessoas tenham
Salário justo e moradia
Terra pra trabalhar
Lazer pra ter alegria

Na Paraíba passou bom tempo parado
Mas agora nós voltamos
Com fé e bem animados

Apoiando o resgate do tratamento da avó
Com folhas, raiz e reza
Isto a gente não faz só

Foi em 2012 que tudo recomeçou
A Universidade Federal da Paraíba
Está também ajudando
Com alunos e professores
Que estão colaborando

O MOPS já visitou varias cidades
Além das práticas integrativas
Que na saúde vai ajudar

O nosso objetivo é dar continuidade
A cosntruir o MOPS
Para falar de saúde
Esta é a nossa vontade

Se você acha que
Tem coisa pra melhorar
Se aproxime do MOPS
E juntos vamos lutar
Pois se a gente se cala
A coisa fica como está

CORDEL: O AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Francikely da Cunha Bandeira

1 - Caro amigo leitor

Você que aqui com os olhos está

Vou lhes contar uma história

Peço pra leitura continuar

É uma experiência de vida e profissão

A história de uma Agente de Saúde

Que pra contar, vou recorrer à imaginação

Trabalhei 10 anos dedicando meu potencial

E agora tenho a oportunidade de contar

Nesta 4ª Mostra Nacional

2 - Foi em 2004 quando tudo começou

Estava trabalhando na rádio comunitária

Quando o comunicado chegou:

Atenção população de Mari!

Estão abertas as inscrições

E quem quer ser agente de saúde

Fique atento às informações!

O número de vagas é nove

Interessados prepare a documentação

Pois se exige que que comprove:

3 - Residência no local de atuação

RG, CPF e muita disposição

Tem que ser maior de idade
Ter ensino fundamental completo
E 40 horas de disponibilidade
Obedecendo a isto, pode a inscrição efetuar
É uma chance pra conseguir trabalho!
Sem da cidade se deslocar
Basta estudar pra prova
E o resultado aguardar

4 - Fiz o anúncio na rádio,
Mas também fiz minha inscrição
Queria ser Agente de saúde
Mesmos sem sabe nada da função
Tinha pra mais de 100 inscritos
Mas não me senti acuada
Fiz a prova e depois as entrevistas
Foi uma seleção simplificada
Tudo foi feito no mesmo dia
E no final eu fui aprovada!

5 - A partir daquele dia
Tudo iria mudar
Eu era Agente de saúde
E agora iria trabalhar
Chamaram pra uma reunião
Na sede da secretaria de saúde
Pra fazer capacitação
Ensinar coisas que agente ia precisar

Para com poucos dias...
...Poder começar a atuar

6 - O primeiro dia de trabalho
Foi numa campanha de vacinação
Mandaram ir para o postinho
E participar da ação
Se apresente a sua enfermeira!
Que lá você vai encontrar
Foi a ordem que recebi
E cumpri sem pestanejar
Eu estava feliz da vida
Pra começar a trabalhar

7 - E realmente comecei
Fui pra comunidade visitar
As casas da minha área
E ao povo me apresentar
Bom dia! Boa tarde
Eu me pus a desejar
Sou a nova agente de saúde
Que aqui vai trabalhar
Hoje a visita é rápida
Mas volto pra demorar

8 – Percebi que ser ACS não é fácil
Tem que muito sol enfrentar
Saber que é pelo povo

Que você tem que lutar
É muito mais que fazer visita
É educação em saúde praticar
Reconhecer que não pode tudo
Mas não pode os braços cruzar
Trabalhar com ética e compromisso
E não se deixar desanimar

9 - Pra ser agente de saúde
Tem que ter muita disposição
Ia à casa das pessoas
E ser bem recebido, ou não!
Tem gente que não entende
O trabalho que o ACS faz
Quando se esbarra com esse povo
Fica difícil demais!
Tem que parar, respirar fundo
E depois voltar atrás

10 - Pois precisa cumprir seu papel
... Fazer a visita domiciliar
Orientar cada família
Naquilo que ela mais precisar
São muitas as dificuldades
Mas não dá pra desanimar
Mas não basta fazer visita,
Tem que se relacionar

Fazer da área sua casa
Pra coisa poder funcionar

11 - A comunidade é um desafio
Pois de tudo se pode encontrar
Gente simples e educada
Gente que não quer nem falar
Tem negro, branco e todo tipo de crença
Tem homem, mulher e homossexual
Então viva a diferença!
Importante é tratar todo mundo por igual
Ninguém é melhor que ninguém
E isso é o mais legal

12 - Criar vínculo é inevitável
E você começa a se apegar
Às criancinhas principalmente,
E chega até a amadrinhar
Fica preocupado com as pessoas
Que te recebem no seu lar
Parece uma extensão da família
Essa profissão é singular
Pena que muitos não reconhecem
E se põe a desvalorizar

13 - Só entende quem já viu
Como o ACS é tratado
Lá na comunidade

Ele fica familiarizado
Muitos tratam com carinho
Principalmente mulher
Que tem aquele jeitinho...
Ela chega e diz: olá!
A pessoa logo responde:
Entra mulher, vem pra cá!

14 - E na rotina de casa em casa
O ACS é figura sem par
É o único membro da equipe
Que faz o povo nele confiar
Fazem dele um confidente perfeito...
Falam de saúde, dos filhos
Do vizinho e até da vida do prefeito
Assunto é o que não falta
Em cada visita tem uma pauta
Pra com ele compartilhar

15 - O ACS é importante
Pra toda população
Ele faz o meio campo
Entre o posto e o povão
Traz informação importante
Do idoso, da criança
Ninguém é Mais ou Menos interessante!
O importante na verdade
É que seja praticado
O princípio da Universalidade

16 - Mas, tudo tem um lado bom
E também o lado mal
O ACS é membro de uma equipe
E quer ser tratado por igual
Mas é desvalorizados demais
Não tem gratificação do SUS
Como os outros profissionais
Isto não é mera reclamação!
Estou usando a oportunidade
Pra chamar atenção

17 - Dos legisladores principalmente,
Que assim como o ACS
São nosso povo, nossa gente
Olhem pra nossa categoria
Com um olhar diferente.
Não queremos nada demais
Queremos insalubridade
Pra trabalhar com mais dignidade
Plano de Cargos Carreiras e salário
Que estimule as condições de trabalho

18 - Atenção! Cada governante brasileiro!
Saúde é coisa séria
Tem que pensar nela primeiro
Oferecer condições aos profissionais

Para não fazer somente o mínimo
Mas, fazer um pouco mais
E pra isso, vontade não basta
Tem que ter condição estrutural
Pra trabalhar com dignidade
E fazer o diferencial

19 - Não é saúde como ausência de doença
É saúde com o direito
E cada pessoa precisa saber
Que deve ser tratada com respeito
Só atendimento médico não basta
Sabe-se que pra ter saúde
A lista de coisas é vasta
Precisamos de serviços de qualidade
Educação, saneamento e moradia
Isso é saúde de verdade!

20 - Falo enquanto categoria
E tenho a triste convicção
De que sou importante no discurso
Mas muito pouco na ação
A trajetória de ACS
Me permite aqui afirmar:
Sei que não pode ficar perfeito
Mas sei que pode melhorar
E diante dessa oportunidade
Não poderia deixar de falar

21 - Esta é uma rica oportunidade

Um bom espaço para solicitar

Reconhecimento para os ACSs

Sujeitos da educação popular

Trazar a discussão é importante

E necessário também

Incluir esses sujeitos na conversa

Sem apontar nome de ninguém

Dizer que almejamos qualidade

Na saúde do povo que queremos bem

22 - Quando olho pra esta categoria

Sinto grande indignação

Vejo uma profissão estagnada

Que não permite ascensão

Podes achar que estou querendo muito

Mas na verdade: não estou não!

Só gostaria de oportunidade

De crescer na profissão

Mas não ver mudar esse quadro

Confesso: causa preocupação

23 - Não dá pra ficar andando em círculos

Exercendo essa profissão

É preciso pensar nisto

E encontrar uma solução

E não adianta dizer
Que isso não tem jeito
Proponho colocar em pauta
Discutir o que é de direito
O trabalhador precisa de estímulo
E mais que isso: de respeito

24 - Sugiro aqui talvez...
Criar níveis na profissão?
Algum critério que garanta
Alcançar uma ascensão
De que adianta estudar tanto
E continuar na profissão?
Se ninguém tá nem aí...
...Pra tua dedicação
Um diploma não pode jamais servir
Somente pra decoração!

25 - Gostaria que cada companheiro
Pudesse juntar sua voz à minha
Soubesse que mesmo em pontos distantes
Nenhuma delas está sozinha
E mesmo que alguém diga:
É uma questão pessoal
Engana-se: a causa é coletiva!
Somos muitos, mas podemos ser Um
Um conjunto de ACS
Lutando por uma causa comum

26 - O espaço acadêmico

É rico em oportunidades

Este evento, por exemplo,

Abriu possibilidades

Pra falar de experiências

Eu falar do “ser ACS”

Dos incômodos, das carências

Nas minhas colocações

Apresento alguns problemas

Pra pensar nas soluções

27 - Agradeço muito a todos...

Mas gostaria de encerrar

Anunciando minha pesquisa

Na qual, vou trabalhar:

O Agente Comunitário de Saúde

Como Educador Popular

Obrigada 4º Mostra Nacional

Pela oportunidade de comunicar

Escrevendo um cordel

E o Nordeste valorizar

IMAGENS

EXTENSÃO EM PARIPIRANGA, BAHIA, MOSTRADA PELAS LENTES FOTOGRÁFICAS

Ernande Valentin do Prado

O trabalho é constituído de 109 fotografias. Apresenta as dificuldades e alegrias dos trabalhadores da feira de Paripiranga, Bahia e a relação entre estudantes de enfermagem do Projeto Saúde e Cidadania na feira livre e os trabalhadores feirantes. Teve como objetivo conhecer as demandas em saúde dos trabalhadores e propor ações de extensão. Iniciou-se em 2010, como pesquisa, continuou como extensão. As fotografias apresentadas abrangem o período de 2010 até final de 2012, enfocam, prioritariamente, a presença das estudantes e professores no ambiente da feira e a relação entre estes e os feirantes e entre os feirantes, seu produto e o ambiente. Embora, nas fotos, observa-se as estudantes numa relação de fazer, sobretudo exames de glicemia capilar para pessoas com diabetes e aferição de pressão para pessoas portadoras de hipertensão arterial, esses procedimentos eram apenas pontes para aproximação e criação de vínculos entre as pessoas e, assim, promover o cuidado.

Palavras-chave: Promoção da saúde, vínculos, cuidado.

Link:

<https://www.dropbox.com/sh/gw5sdcc315e33uw/AAAmuz7orQbWeN2UsylnSzWEa?dl=0>



Imagem 11: Extensão em paripiranga, Bahia, mostrada pelas lentes fotográficas.



Imagem 12: Extensão em paripiranga, Bahia, mostrada pelas lentes fotográficas.



Imagem 13: Extensão em paripiranga, Bahia, mostrada pelas lentes fotográficas.



Imagem 14: Extensão em paripiranga, Bahia, mostrada pelas lentes fotográficas.



Imagem 15: Extensão em paripiranga, Bahia, mostrada pelas lentes fotográficas.

TRILHANDO CAMINHOS PELA ESTRADA DE TERRA: CONSTRUINDO SABERES E (RE)SIGNIFICAÇÕES ASSENTADAS

Caio Cesar Winker e Silva; Célia Aparecida Araújo Lemos; Ana Raquel Martins de Holanda;
Kíssila Santos de Farias; Willey Pereira dos Santos; Betânia Maria Oliveira de Amorim

Com a finalidade de atender uma demanda da comunidade e ampliar o aprendizado o projeto de Extensão – Sexualidade, Gênero e Adolescência: promovendo discursos e (re) significações assentadas no Eufrozino, busca “contribuir para que os adolescentes venham problematizar a importância histórico-cultural da sexualidade e das relações de gênero, assim como, o papel destas relações para o desenvolvimento sócio-cultural da comunidade a que pertencem” (AMORIM, 2015). O projeto tem como público alvo o grupo de jovens – Força jovem: unidos no campo do Assentamento do Movimento de Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) José Antonio Eufrozino, situado no distrito de São José da Mata - Município de Campina Grande/PB. Pensado a partir dos referenciais teórico-metodológicos da Educação Popular, o projeto assume o compromisso político e ético com os sujeitos da ação educativa, o que pressupõe o respeito aos saberes populares e a prática dialógica pautada nos interesses dos educandos.

Palavras-chave: Assentamento, jovens, sexualidade, diálogo.



Imagem 16: Trilhando caminhos pela estrada de terra: construindo saberes e (re)significações assentadas.



Imagem 17: Trilhando caminhos pela estrada de terra: construindo saberes e (re)significações assentadas.



Imagem 18: Trilhando caminhos pela estrada de terra: construindo saberes e (re)significações assentadas.



Imagem 19: Trilhando caminhos pela estrada de terra: construindo saberes e (re)significações assentadas.



Imagem 20: Trilhando caminhos pela estrada de terra: construindo saberes e (re)significações assentadas.



Imagem 21: Trilhando caminhos pela estrada de terra: construindo saberes e (re)significações assentadas.

CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS PARA A PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO POPULAR NO MUNICÍPIO DE CUITÉ-PB

Airdys Thárisa de Souza Viana

A promoção da saúde através do incentivo e desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis decorre de um processo contínuo e gradual através de estratégias fundamentadas no âmbito da Educação Alimentar e Nutricional. A contação de histórias para escolares do ensino fundamental é uma ferramenta que através da oralidade pode enfatizar determinado tema, buscando dessa forma o envolvimento e despertando a curiosidade e a interação dos mesmos de maneira reflexiva. A Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Eudócia Alves dos Santos, localizada na cidade de Cuité - PB, compreende aproximadamente duzentos escolares, entre turmas que vão do pré-escolar ao quinto ano. O projeto visa promover a saúde e desenvolvimento dos escolares através da realização de atividades educativas baseadas nas necessidades visualizadas, firmando como coadjuvantes deste processo todo o corpo escolar e os pais. Uma das instâncias visualizadas foi a de incentivar o consumo da alimentação escolar e desestimular o consumo de alimentos industrializados, comumente vistos durante o intervalo, entre aulas, sendo consumidos pelos escolares. A ação foi realizada nas dez turmas: duas de pré-escolar, duas de primeiro ano, duas de segundo ano, duas de terceiro ano, uma de quarto ano e uma de quinto ano. Antes de iniciar a contação, foi realizada com as crianças uma dinâmica com gestos e bater de palmas com intuito de motivar o silêncio e a atenção. Sentados em círculo no chão, a contação foi desenvolvida a partir de uma estória adaptada da história de João e Maria e proferiu-se através da oralidade em todas as turmas. Nas turmas de pré-escolares houve o uso de fantoches como instrumento lúdico que incentiva a imaginação. Após a contação, eram refletidas, por meio da conversa em roda, as situações e questões propostas pela estória, relacionando-as com as vivências dos escolares, sendo colocado em pauta suas opiniões e críticas. O momento foi finalizado com uma canção popular. Posterior à atividade educativa, houve a avaliação do entendimento e percepção dos escolares sobre o tema abordado. Nas turmas de primeiro, segundo e terceiro ano a avaliação se deu através do preenchimento de um labirinto impresso, onde o caminho da alimentação saudável, oferecida pela escola, culminava em um ponto de chegada, enquanto o caminho da alimentação industrializada era sem saída, e das turmas de quarto e quinto ano de uma produção textual tendo como temática o ponto de vista dos escolares sobre a alimentação escolar. A duração máxima foi de quarenta minutos e as professoras observaram e avaliaram a atividade por meio de documento emitido pela faculdade, bem como os escolares por meio de escala hedônica. A participação dos escolares fluiu de maneira espontânea,

interativa e afetuosa. Manifestaram estimo, pretensão e disposição à aquisição de hábitos saudáveis e adequados, em detrimento do consumo de industrializados. A ação repercutiu para o grupo novos questionamentos, diagnósticos e concepção de ações futuras.

Palavras-chave: Educação Alimentar e Nutricional, contação de histórias, hábitos saudáveis.



Imagem 22: Projeto Educação Alimentar e Nutricional na Escola, vinculado a Universidade Federal de Campina Grande, Campus Cuité, Centro de Educação e Saúde. O projeto desenvolve suas atividades na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Eudócia Alves dos Santos – Cuité, PB. Na foto, a ação: Contação de Estórias, em setembro de 2015. Nosso objetivo é incentivar o consumo da alimentação saudável e alimentação escolar entre os estudantes, bem como acompanhar as transformações que estas ações podem despertar. A equipe que compõe o projeto os estudantes: Airdys Thárisa, Adriana Medeiros, Clébio Lima, Jackson Silva, Rafaela Santos, Nayara Matos, Letícia Júlia, Maria Fernanda, Raquel Medeiros, Deborah Gomes.



Imagem 23: Projeto Educação Alimentar e Nutricional na Escola, vinculado a Universidade Federal de Campina Grande, Campus Cuité, Centro de Educação e Saúde. O projeto desenvolve suas atividades na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Eudócia Alves dos Santos – Cuité, PB. Na foto, a ação: Contação de Estórias, em setembro de 2015. Nosso objetivo é incentivar o consumo da alimentação saudável e alimentação escolar entre os estudantes, bem como acompanhar as transformações que estas ações podem despertar. A equipe que compõe o projeto os alunos: Darliane Guedes, Tarcísio Sales e as professoras: Luciana Maria, Vanille Pessoae Michelle Medeiros.